



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DOUTORADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR
INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES**

JOANA AZEVÊDO LIMA

JOÃO PESSOA – PARAÍBA
MARÇO/2012

JOANA AZEVÊDO LIMA

**A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR
INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES**

Tese apresentada ao Doutorado Integrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por Joana Azevedo Lima, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alberto, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

MARÇO/2012

L732r *Lima, Joana Azevêdo.*

A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações/Joana Azevêdo Lima.-- João Pessoa, 2012.

285f.

*Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto
Tese (Doutorado) – UFPB-UFRN*

1. Psicologia Social. 2. Abuso sexual intrafamiliar. 3. Repetição – gerações. 4. Teoria Histórico-Cultural. 5. Análise do Discurso.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

Para o desenvolvimento desta pesquisa e das demais atividades do Curso, a doutoranda teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de estudo.

**A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR
INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES**

JOANA AZEVÊDO LIMA

Banca Examinadora

**Profa. Dra. Maria de Fatima Pereira Alberto
(UFPB – Orientadora)**

**Profa. Dra. Angela Elizabeth Lapa Coêlho
(UNIPÊ – Membro externo)**

**Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha
(UFPB –Membro interno)**

**Profa. Dra. Marlene de Melo Barboza Araújo
(FAFIC - Membro externo)**

**Profa. Dra. Maria Aparecida Penso
(UCB – Membro externo)**

João Pessoa, 30 de março de 2012.

DEDICATÓRIA

Dedico às Participantes desta tese por terem confiado nessa proposta, compartilhando suas histórias de vida.

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Dedico especialmente à minha mãe e à meu pai, com todo meu amor e devoção.

AGRADECIMENTOS

À Deus e à todos de minha linda família espiritual, que me auxiliaram e me inspiraram em cada pensamento, em cada palavra incessantemente. Que sigamos juntos no caminho do bem. Agradeço à meu pai João Alberto e à minha mãe Nelcina por seguirem acreditando em mim e embarcando nos meus sonhos incondicionalmente. Que eu possa ser motivo de alegrias pra vocês enquanto eu viver. Amo sempre.

Aos meus queridos e amados irmãos, Breno e Diogo, que me dão a segurança diária de que seremos sempre e pra sempre uma tríade de amizade e de união, e isso me ajuda a ser no mundo.

À minha orientadora e amiga Fátima Pereira, que enxergou em mim um potencial que nem eu mesma dimensionava. Um dos grandes presentes da minha vida. Exemplo de profissional, de pessoa, de mulher e de mestre. Nunca conseguirei expressar a minha gratidão inteiramente.

À minha leitora prof. Dra. Ana Alayde que sempre com muita gentileza, sabedoria e ética me proporcionou reflexões importantes para construção desta tese. À prof. Dra. Angela Coelho que em todos os momentos que precisamos se mostrou grande companheira, além de ter compartilhado um pouco de sua experiência importante para outras preciosas reflexões.

À prof. Dra. Aparecida Penso e à prof. Dra. Marlene Araújo pela disponibilidade em fazer parte de minha banca. Professoras, é um prazer contar com o conhecimento e sugestões de vocês.

Agradeço à prof. Dra. Ivone Lucena por gentilmente me receber em sua casa sempre que

precisei, socorrendo-me nessa aventura da Análise do Discurso.

Agradeço à prof. Dra. Antonia Piccornel que me recebeu na Universidad Complutense de Madrid, acreditando no meu projeto e se dispondo a co-orientar-me durante o meu estágio sanduíche em Madri (Espanha).

Ao Programa e aos professores da Pós-Graduação em Psicologia da UFPB que me oportunizaram conhecer realidades para basear o meu fazer profissional.

A Irmandade Nupedia que em conjunto me ajudou a realizar muito daquilo que idealizei, especialmente aos amigos da Pós-Graduação do Nupedia que construíram esta tese junto comigo. Agradeço às contribuições e à parceria de sempre.

Agradeço também ao CREAS João Pessoa, que me permitiu participar informações imprescindíveis para esta tese.

Agradeço à confiança das mães que concordaram em participar desta pesquisa, compartilhando as suas histórias.

Agradeço à Capes que me proporcionou uma bolsa de Demanda Social, imprescindível para a realização deste Doutorado.

Agradeço às minhas grandes escoras emocionais oportunizadas via internet ou telefone: minha prima amada Juliana Azevêdo e minha amiga-irmã e tradutora oficial Pérsia Oliveira, obrigada por tantas madrugadas.

Agradeço também à minha cunhadinha, Natallye Lopes, que ao longo desse caminho sempre me deu muita força e inspiração. Essa amizade é ouro.

*A*os meus queridos amigos paraibanos Jocelly, Jonas e Paloma pelo apoio e pelo sustento emocional de todos estes dias. Com vocês meus dias paraibanos foram mais do que especiais.

*A*os meus queridos amigos Juliana Pinho, Denise Pereira, Thaís Máximo, Mayara Limeira, Fernanda Moreira e Wilson Lima por emprestarem-me suas mãos na elaboração desta tese.

*A*gradeço profundamente aos amigos madrileños-tupinambás Mariester Branco e Bruno Monerat. Obrigada casal pelo acolhimento fraterno e confiança. Além de todo o presente de conhecê-los ainda me brindaram com as mais doces princesinhas, Mariana e Amanda.

“...Eu queria que a justiça tomasse mais providência com isso porque muitas vezes diz assim: ‘Não a criança aceitou.’ Mas, muitas vezes, a gente é sujeita a aceitar esse tipo de coisa e pessoa porque a gente as vezes fica com medo de contar ou a gente conta e eles num acredita[sic]...” (P5)

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a repetição do abuso sexual intrafamiliar feminino entre gerações. Para compreender esta realidade acessada serviu-se da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky como arcabouço teórico. As categorias teóricas enfocadas nesta tese são *gênero, violência, família, infância, adolescência, juventude, subjetividade, consciência e repetição*. A ferramenta metodológica utilizada para acessar a realidade enfocada a partir do olhar das mães de meninas vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar foi a Análise do Discurso proposta por Bakhtin. Serviu-se de um roteiro de entrevista que versou sobre o abuso sexual intrafamiliar das filhas e em seguida e sobre o conhecimento acerca de outras histórias de vitimação, buscando-se conhecer as mulheres que também possuem história de vitimação por abuso sexual na infância ou adolescência, assim como as subjetividades que emergem destas experiências. Em seguida foi constituído um *corpus* das entrevistas e então procedeu-se as análises. Os elementos da Análise de Discurso de Bakhtin analisados nos discursos das Participantes foram *dialogismo, gêneros discursivos, polifonia e enunciados*. Os discursos das Participantes foram categorizados como a) A mãe vitimada: O discurso das Participantes sobre o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar sofrido por sua filha; b) A mulher vitimada: O discurso sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil que as Participantes sofreram; c) O sentido da repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino intrafamiliar entre gerações a partir da voz das mães. Através do discurso das Participantes pode-se perceber sujeitos constituídos a partir das experiências de repetição de abuso sexual intrafamiliar entre gerações, o dela e o da filha. São mulheres, mães e vitimadas que ao se depararem com a realidade do abuso sexual de suas filhas sofrem enquanto mulheres, que se sentem duplamente vitimadas pelo fato de perceberem a repetição entre gerações de sua família de dominação masculina e de abuso sexual intrafamiliar. Outrossim, o fato de tomarem conhecimento do abuso sexual intrafamiliar de sua filha serviu de reflexo para a lembrança de seu próprio abuso sexual intrafamiliar sofrido na infância, fazendo-as reviverem a vivência do passado e emergir a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações refletido no fato de mãe e filha terem sido abusadas na infância, terem o mesmo grau de afinidade com o abusador, de repetirem comportamentos que suas mães tiveram na época de sua vitimação na infância, de verem repetido em suas filhas o comportamento frente a vitimação e decisões como não revelar a ninguém o abuso

Palavras-chaves: abuso sexual intrafamiliar, gênero, repetição entre gerações, Teoria Histórico-Cultural, Análise do Discurso.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the feminine interfamilial sexual abuse repetition between generations. To understand this accessed reality it used the Historical-Cultural Theory from Vygotsky as theoretical outline. The theoretical categories focused on this thesis are *gender, violence, family, childhood, adolescence, youth, subjectivity, consciousness and repetition*. The methodological tool used to access the focused reality from the mothers looking on their daughters victims of interfamilial sexual abuse was the Speech Analysis proposed by Bakhtin. Was used an interview screenplay which related about the interfamilial sexual abuse of their daughters and then about the knowledge of other victimization histories, searching for knowing the women who also had victimization history through sexual abuse on their childhood or adolescence, as well as the subjectivities which emerge from these experiences. Following, it was constituted an interview *corpus* and then, the analysis proceeded. The Bakthin Speech Analysis elements analyzed on the participants' speeches were dialogism, discursive genders, polyphony and statements. The participants' speeches were categorized as a) Victimized mother: the participants' speech about the interfamilial child-youth sexual abuse suffered by her daughter; b) Victimized woman: the speech about interfamilial child-youth sexual abuse the participants suffered; c) The repetition sense of feminine interfamilial child-youth sexual abuse between generations from mothers' voice. Through participants speech can be perceived constituted subjects from the interfamilial sexual abuse repetition experiences between generations, hers and the daughter's. They are women, mothers and victims who as confronted with their daughters' sexual abuse reality; they suffer as women, who feel themselves doubly victimized for the fact of realizing the repetition between generations in their family of the male dominance and the interfamilial sexual abuse. Furthermore, the fact of having the knowledge of the interfamilial sexual abuse of their daughters served as a reflection for the memory of their own interfamilial sexual abuse suffered on their childhood, making them relive the experience from the past and to emerge the child-youth interfamilial sexual abuse repetition between generations reflected in the fact that the mother and daughter had been abused on their childhood, having the same level of affinity with the abuser, repeating behaviors which their mothers had at the time of their victimization in the childhood, of seeing the repeated behavior on their daughters against the victimization and decisions as not to reveal to nobody the abuse.

Key-words: interfamilial sexual abuse, gender, repetition between generations, Historical-Cultural Theory, Speech Analysis.

RESUMEN

El objetivo de la tesis es analizar la repetición del abuso sexual intrafamiliar femenino entre generaciones. Para comprender la realidad logada ha utilizado la Teoría Histórico-Cultural de Vygotsky como el marco teórico. Las categorías teóricas en esta tesis se centran *género, violencia, familia, infancia, adolescencia, juventud, subjetividad, conciencia y repetición*. La herramienta metodológica utilizada para acceder a la realidad enfocada a través de las madres de las niñas que fueron víctimas de abuso sexual intrafamiliar fue el Análisis del Discurso propuesto por Bakhtin. Se sirvió de una entrevista sobre el abuso sexual intrafamiliar de las hijas y, a continuación, sobre el conocimiento de otras historias de victimización, tratando de conocer a las mujeres que también tienen una historia de victimización por abuso sexual en la niñez o adolescencia, así como las subjetividades que emergen de estas experiencias. Entonces se formó un *corpus* de entrevistas y luego procedió al análisis. Los elementos de Análisis del Discurso de Bakhtin analizados en los discursos de los Participantes fueron *dialogismo, géneros discursivos, la polifonía y las enunciaciones*. Los discursos de los participantes fueron clasificados como: a) La madre victimizada: en discurso de las Participantes sobre el abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar soportadas por sus hijas; b) La mujer victimizada: el discurso sobre el abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil soportado por las Participantes; c) El sentido de la repetición de los abuso sexual infanto-juvenil femenino intrafamiliar entre generaciones a través de las madres. A través del discurso de las Participantes se puede ver sujetos compuestos por sus experiencias de repetición del abuso sexual intrafamiliar entre generaciones, su y de su hija. Son las mujeres, las madres e las víctimas que, cuando se enfrentan con la realidad del abuso sexual de sus hijas, mientras que las mujeres sufren, se sienten doblemente víctimas, porque se dan cuenta de la repetición de las generaciones de su familia de la dominación masculina y el abuso sexual intrafamiliar. Por otra parte, el hecho de que tengan conocimiento del abuso intrafamiliar sexual de su hija sirvió como una reflexión a la memoria de su propio abuso intrafamiliar sexual sufridos en la infancia, haciendo que revivir la experiencia del pasado y emerger la repetición del abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre generaciones se refleja en el hecho de que madre e hija habían sido abusados en la niñez, tienen el mismo grado de afinidad con el abusador, a repetir comportamientos que sus madres tenían en el momento de su victimización en la infancia, que se repita en sus hijas el comportamiento frente a la victimización y decisiones a no revelar a nadie sobre los abusos sufridos.

Palabras-claves: abuso sexual intrafamiliar, género, repetición entre las generaciones, Teoría Histórico-Cultural, Análisis del Discurso.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CECRIA - Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CEP/SES – PB - Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CRAMI - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSUs - Centros Sociais Urbanos

CTCA - Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente

DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IML- Instituto Médico Legal

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDCA - Movimento de Defesa dos Direitos da Criança no Brasil

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS

NUPEDIA - Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento da Infância e Adolescência

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSF - Programa de Saúde da Família

SPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL..... 25	
1.1 Definindo o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar	27
1.2 Caracterizando o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil	29
1.3 Incidência do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar.....	37
1.4 Políticas públicas de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil e rede de proteção	40
CAPÍTULO 2: UMA VISÃO HISTÓRICA DAS CATEGORIAS GÊNERO, VIOLENCIA E FAMÍLIA; INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE; E CONSCIÊNCIA, SUBJETIVIDADE E REPETIÇÃO	
2.1 Por dentro das categorias históricas: Gênero, Violência e Família	51
2.2 Um olhar a partir da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky sobre as categorias Infância, Adolescência, Juventude, Subjetividade, Consciência e Repetição.....	65
CAPÍTULO 3: MÉTODO..... 99	
3.1 A análise de discurso de Bakhtin	100
3.2 Lócus	108
3.3 Participantes e Amostra	108
3.4 Técnicas e Instrumentos	109

3.5 Procedimentos	111
3.6 Tratamento e Análise de Dados.....	113
CAPÍTULO 4: RESULTADOS: A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FEMININO ENTRE GERAÇÕES A PARTIR DA VOZ DE MÃES-MULHERES-VITIMADAS	117
4.1 Dos tipos de discursos das Participantes	118
4.2 As Participantes	126
4.3 Os discursos analisados.....	132
4.4 As subjetividades que emergem dos discursos das Participantes.....	214
CAPÍTULO 5: A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-JUVENIL FEMININO ENTRE GERAÇÕES DISCUTIDA À LUZ DA TEORIA.....	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
REFERÊNCIAS.....	260
APÊNDICES	283

INTRODUÇÃO

Nesta tese será analisado a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações a partir do olhar das mães de meninas vitimadas. Para fins didáticos, ressalta-se a compreensão dos diferentes termos utilizados, vitimizado e vitimado, que foram adotados nesta tese com base em Saffioti (1989). Como vitimada entende-se aquelas sobre quem as consequências da violência são geradas, vítima esta que tem seus direitos humanos mais elementares violados (vida, educação, saúde, segurança etc). Já vitimizado, por sua vez, representa aquelas sobre quem as consequências são geradas após ter sido objetalizada (p.35), ou seja, por exemplo, a ação abusiva ou omissão de um adulto que gera danos físicos ou psicológicos, valendo-se de sua condição de dominação.

O abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil tem sido tema central de discussão no Brasil e no mundo. Constitui-se como uma das prioridades das políticas públicas de governos democráticos dos países ocidentais. Isso se deve a inúmeras denúncias que vem sendo feitas, as ações dos movimentos sociais de direitos humanos e ao seu caráter transgressor, capaz de gerar sérias consequências às crianças e adolescentes vitimadas e a seus familiares.

É um processo que vitima não somente as crianças e os adolescentes abusados sexualmente no âmbito intrafamiliar, mas também seus familiares, e nesse contexto familiar, as mães desses vitimados tornam-se alvos das maiores cargas emocionais dentro do processo, uma vez que são elas que geralmente estão mais próximas aos filhos(as). Além disso, constitui-se como uma violência de gênero, onde o feminino é o mais vitimado. Essa informação pode ser apoiada na literatura estudada (Azambuja, 2004; Furniss, 1993; Gabel, 1991; Morgado, 1998; Narvaz & Koller, 2006; Lima & Alberto, 2010; entre outras), nos dados do serviço de Disque-Denúncia Nacional (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, [CECRIA], n.d.) e no estudo realizado pela pesquisadora em 2008,

apresentado ao curso de mestrado em psicologia social (Lima, 2008), com o qual foi possível acessar, através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com as mães, as suas vivências subjetivas diante do abuso sexual intrafamiliar praticado contra suas filhas.

Na referida dissertação, a vivência dessas mães diante do abuso sexual intrafamiliar praticado contra suas filhas envolveu um sofrimento subjetivo, expresso por elas como culpa e vulnerabilidade social. A vivência de se deparar com a realidade de abuso sexual de suas filhas lhes proporcionou lembranças de seu próprio abuso. Elas associaram sua experiência de abuso no passado diretamente com a situação que vivenciaram relativa ao abuso das filhas. Revelaram que sua forma de conduta, diante da situação da filha, algumas vezes, foi baseada nas atitudes de suas mães na época de sua vitimação, o que implica numa repetição de condutas tendo sua mãe como modelo. Basearam-se em seu contexto histórico e cultural para efetivar suas ações, reproduzindo o modo de agir que sua mãe teve diante da revelação de sua própria vitimação no passado (Lima, 2008).

O fato de a mãe revelar-se também vitimada por abuso sexual intrafamiliar no passado provocou o interesse em pesquisar acerca dessa característica repetitiva dentro das famílias, que se incide em diferentes gerações, onde o objetivo desta pesquisa se instala: como ocorre a repetição da vitimação entre as gerações de uma família? Existe o que alguns autores como Penso e Costa (2008) chamaram de legado familiar? Como as mães percebem essa repetição ao se darem conta disso? Qual a relação existente entre o abuso sexual intrafamiliar que vitimou a mãe e o que vitimou sua filha? Quais as implicações psicossociais de ambas as experiências para a mãe? Enfim, como se constituiu esse sujeito que foi vitimado, hoje, mãe de uma menina abusada, diante dessa repetição da violação sofrida?

Sendo assim, esta tese tem como objetivo analisar a repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino que acontece no contexto intrafamiliar em diferentes gerações de uma mesma família, sendo esta repetição vista através do olhar das mães destas meninas vitimadas

que também possuem história de vitimação por abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil. Diante disso, apresenta-se nesta tese um estudo sobre o abuso sexual infanto-juvenil, sua característica intrafamiliar e a repetição do abuso entre as gerações; a violência de gênero; e a abordagem sócio-histórica diante da constituição desse sujeito mãe frente a repetição de abuso na família.

A Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky proporciona subsídios para a compreensão deste sujeito constituído nesta sociedade em que se encontra e que vivencia essa marca transgressora, a família. Tal abordagem contribui na medida em que se possibilita um estudo acerca das experiências vivenciadas pelo sujeito e então a compreensão do modo como ele se constituiu a partir das internalizações dos signos sociais com os quais contatou. Trata-se, portanto, de analisar os sentidos dessas experiências para elas e a forma como se constituíram diante deste fato.

Alberto (2002), Sousa (2006), Serafim (2008), Lima (2008), Alberto, Santos, Leite, Lima, Paixão e Silva (2009), Lima e Alberto (2010), Alberto, Lima e Santos (2011) dentre outros vem se ocupando com estudos que abordam crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Isso refere que existem estudos realizados em nível de Brasil. É nesse contexto que o estudo acerca da compreensão da repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino no contexto intrafamiliar a partir do olhar das mães vem somar com esses esforços buscando a uma compreensão mais global do fenômeno.

O conhecimento dos elementos constitutivos da repetição do abuso sexual proporciona subsídios importantes para a implementação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes que estão em situação de risco sob a forma de violência sexual. O desenvolvimento de políticas públicas aplicadas se torna urgente para todos os sujeitos envolvidos, não somente dirigida à própria criança e adolescente vitimada, mas também a toda a sua família, em especial à mãe. Isso porque, a repetição do abuso sexual situa-se

justamente entre as implicações para a família existentes nesse entorno. O fato de essa mãe receber ou não apoio altera a sua forma de lidar com a situação, pois pode ser indicador do posicionamento dela quando diante da situação colocando-se como defensora ou negligente. A conduta da mãe pode ser agente determinante para a vitimação de quem outrora fora vitimado assim como dela e de todos os outros membros da família, tal a importância da figura materna em famílias abusivas (Lima, 2008).

Diante de tais argumentos o objetivo geral dessa tese é analisar a repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino que acontece no contexto intrafamiliar em diferentes gerações de uma mesma família a partir do olhar das mães. Para atingi-lo estabeleceram-se como objetivos específicos: a) caracterizar o abuso sexual intrafamiliar sofrido pela mãe; b) caracterizar o abuso que vitimou sua filha; c) conhecer a experiência de abuso sexual vivido pela mãe; d) conhecer a experiência da mãe com relação ao abuso sexual sofrido por sua filha; e) categorizar e entender as implicações psicossociais da experiência em que a mãe foi vitimada por abuso sexual na sua vida; e f) categorizar e entender a partir das mães, as implicações psicossociais que a experiência de abuso sexual da filha incidiram em sua vida.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é denominado O Abuso Sexual Infanto-Juvenil no Brasil e apresenta uma revisão bibliográfica que versa sobre características e contextualizações do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, situando-o enquanto categoria de violência e sua trajetória histórica na violação de direitos infanto-juvenis. Apresenta também as características do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil fazendo uma revisão acerca das formas de manifestação e consequências para toda a família. Em seguida há um panorama de incidência deste abuso sexual, especialmente o intrafamiliar com dados oriundos do Serviço de Disque-Denúncia Nacional referentes ao período de maio de 2003 até julho de 2010 e principais teóricos. Ao final deste capítulo faz-se um apanhado sobre as Políticas públicas de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil e sobre as redes

de proteção.

O segundo capítulo apresenta as categorias teóricas abordadas para a compreensão do objeto estudado a partir da visão histórica de *gênero, violência e família; infância, adolescência e juventude; e consciência, subjetividade e repetição*. Faz uma discussão acerca das categorias históricas gênero, violência e família e, a partir do prisma da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky discute as categorias *infância, adolescência, juventude, subjetividade, consciência e repetição*.

No terceiro capítulo denominado Método, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa. Optou-se pelo estudo do tipo qualitativo, pois o interesse é compreender a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações. Neste capítulo, apresenta-se também a justificativa e adequação da teoria da Análise do Discurso de Bakhtin para tratar e analisar os dados obtidos a partir dos discursos das Participantes. E para esta análise apresenta-se quais os elementos da Análise de Discurso de Bakhtin que são enfocados nesta tese. Além disso, caracteriza o *lócus* da pesquisa, participantes e amostra, as técnicas e instrumentos, os procedimentos utilizados e por fim, o tratamento e a análise dos dados aplicados.

O capítulo seguinte apresenta os resultados dos discursos das Participantes. Este capítulo é denominado A Repetição do Abuso Sexual Infanto-Juvenil Feminino entre Gerações a partir da Voz de Mães-Mulheres-Vitimadas já que apresenta em seu decorrer a repetição propriamente dita que emerge dos discursos das Participantes. Para isso ele é subdividido em partes que tratam dos discursos das Participantes, as Participantes, os discursos analisados e as subjetividades que emergem dos discursos destas Participantes.

O capítulo quinto denomina-se A Repetição do Abuso Sexual Intrafamiliar Infanto-Juvenil Feminino entre Gerações discutida à luz da Teoria. Neste capítulo faz-se uma discussão dos resultados oriundos dos discursos das Participantes com base nas categorias

teóricas tratadas nesta tese: gênero, violência, família, infância, adolescência, juventude, subjetividade, consciência e repetição.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

“...Então, mesmo pequena, fui violentada e segurei o sufoco, a angústia, a dor. Quando eu tinha 12 anos tentei suicídio. Meus pais nunca souberam o motivo por que eu não deixava escapar...”(P7).

O abuso sexual infanto-juvenil é uma prática de violência que tem sido difundida cada vez mais no Brasil e no mundo, apresentando-se em sua complexidade nas suas dimensões sociais, psíquicas, econômicas, políticas e históricas. A sua elevada incidência registrada através do Disque-Denúncia Nacional (CECRIA, n.d.), tem sido tratado como um problema de saúde pública que possui sua raiz na história da humanidade, desde as mais antigas formações sociais.

No que diz respeito a trajetória histórica do abuso sexual infanto-juvenil, Ramos (2000), identifica registro sobre essa violência desde o período colonial, século XVI, em que os meninos e meninas eram utilizados como fonte de prazer sexual pelos adultos tripulantes das embarcações que viajavam para o Brasil. As meninas eram enviadas à colônia brasileira como órfãs, as chamadas órfãs do Rei, para que suprissem a necessidade de homens solteiros e adultos da baixa nobreza.

Nesse contexto, não somente violência sexual era cometida com essas crianças ou adolescentes, mas também eram expostas aos mais diversos riscos como doenças, privações (alimentares, cuidados a saúde, dentre outros) e submetidos a trabalhos arriscados e mais

pesados. Por isso, dificilmente elas chegariam à vida adulta (Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006). Este contexto ainda é marcado pelo fato de não somente crianças, mas também mulheres e escravos (ou outros subalternos) ocupavam uma posição submissa aos adultos do gênero masculino. Nesses termos, cabia aos meninos de classe alta uma carreira militar, para receberem a formação social adequada à época e às meninas o aprendizado das tarefas domésticas. Desde então, vê-se arraigado conceitos de questões sociais que envolvem gênero percorrendo a história das civilizações (Pereira & Müller, 2008).

O caminho percorrido no trato com a realidade do abuso sexual infanto-juvenil no Brasil, foi marcado pelo ano de 1895 quando aconteceu a primeira denúncia à polícia de um caso de abuso sexual praticado contra uma criança, conforme assinalam Pimentel e Araújo (2006), o que não descarta a ocorrência da violência contra crianças em períodos pregressos. O primeiro projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Deputados somente em 1912, projeto esse que defendia a criação de juízos e tribunais especiais para a apreciação das causas envolvendo menores, o qual foi de autoria de João Chaves. No entanto, mesmo diante destas aproximações com situações envolvendo abuso sexual contra crianças, somente em 1973 o primeiro caso foi estudado.

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes teve seu início quando passou a ser considerado como problema de ordem social na última década do século XX. No entanto, somente nos anos 1990 que assumiu relevância política e visibilidade social, quando foi declarado como uma questão de ordem pública (Secretaria Especial dos Direitos Humanos Presidência da República [SDH/PR] & Ministério da Educação [ME], 2004). Foi na década de 90 que a violência sexual contra crianças e adolescentes foi considerada como um enfrentamento de abrangência nacional e internacional em prol dos direitos humanos, momento em que foi inserida na agenda pública da sociedade civil (Libório, 2003). E foi nesse ambiente de debates sobre o fenômeno, que foram criados os Centros de Defesa da

Criança e do Adolescente (CEDECA), nas capitais do país que tem a missão de combater todas as formas de violência contra crianças e adolescentes (SDH/PR & ME, 2004).

1.1 Definindo abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar

Quando se faz referência ao abuso sexual infanto-juvenil é necessário situá-lo enquanto categoria de violência, no caso, violência sexual. Trata-se não só de uma violação à liberdade sexual do outro, mas também em uma violação aos direitos humanos, de um modo geral, de crianças e adolescentes. É uma categoria que refere ao processo em que a relação acontece, ou seja, é uma categoria explicativa para o tipo de relação de poder que ocorre em uma situação de abuso sexual (Faleiros & Campos, 2000).

É neste contexto de violência sexual que o abuso sexual se inscreve, como uma expressão da violência sexual em que uma criança ou adolescente está envolvida numa situação de atividade sexual, sendo esta usada para gratificação sexual de um adulto ou alguém mais velho (Azevedo & Guerra, 1989). Essa distância etária entre abusador e vitimado é apontado por Dunaigre (1999), em que o abuso sexual se dá quando há um adulto ou alguém com uma diferença mínima de idade de cinco anos de sua vitimada.

O abuso sexual é caracterizado pela violência como ultrapassagem de limite, com a presença de dominação assimétrica de poder do abusador diante de sua vítima e assinala aspectos como ameaça ou chantagem como meio para se conseguir com que alguém tome atitudes, ou faça o que o abusador deseja. Afirma ainda que o abuso sexual é uma prática de violência que envolve comportamentos de agressão (violência física ou psicológica), assédio e sedução (Faiman, 2004; Faleiros & Caminha, 2000). Esse limite que o abusador ultrapassa valendo-se do poder que exerce sobre a vitimada se faz sobre os direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, de regras sociais e familiares e

ainda de tabus (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes [CECRIA], 1998; Faleiros & Caminha, 2000).

É quando um adulto utiliza a criança ou o adolescente para satisfazer seu desejo sexual seja este ato qualificado como jogo de sedução, como a própria relação sexual, uma ação de natureza erótica, com o intuito de buscar o prazer sexual com crianças ou com adolescentes (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes [CECRIA], 2000). Essa satisfação sexual de um adulto sobre o corpo de uma criança ou adolescente pode acontecer com ou sem o uso da violência física, por exemplo, desnudar, tocar, acariciar as partes íntimas, entre outros (SDH/PR & ME, 2004). Dentre as formas de violência sexual estão caracterizadas a exploração sexual comercial (ESC), pornografia, turismo sexual, tráfico para fins sexuais (Alberto & Maciel, 2009; CECRIA, 1998; Santos, 2004).

Sendo assim, o abuso sexual intrafamiliar envolve relação sexual entre pessoas com um grau próximo de parentesco ou que acreditem tê-lo. Significa considerar que, mesmo que não consangüíneos, se afetivamente considerados familiares (padrasto, madrasta, pai adotivo etc), a gravidade incestuosa se instala (Forward & Buck, 1989). Trata-se de uma relação “...entre pessoas que têm ligações formais ou informais de parentesco, culturalmente considerados como obstáculos para as relações sexuais...” (Azambuja, 2004, p.68).

No abuso sexual intrafamiliar, além de o agressor encontrar-se dentro de casa, o seu papel pode ser confusamente aglutinado com a imagem de um membro familiar importante: pai, avô, padrasto, irmão, tio etc. (Faleiros, 2000). O parentesco existente entre abusador e vitimada é fator que propicia a convivência mais próxima e cotidiana entre abusador e abusado propicia a reincidência da violência do abusador com mais freqüência, ou porque ele se valida de seu papel social na vida desta criança ou adolescente, utilizando o poder que lhe

é conferido, o que os autores destacam como característica de repetição que envolve este tipo de violência (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Para esta tese, o abuso sexual é compreendido conforme assinala Faiman (2004), como um fenômeno que se caracteriza por atos com fins sexuais (com ou sem contato físico) praticado por alguém que se encontra em posição hierárquica favorável em relação a sua vitimada, que refere maior desenvolvimento físico e/ou psicológico ou lugar social que ocupa, configurando-se uma relação de poder baseada em dominação e submissão. Para o abuso sexual do tipo intrafamiliar, compreende-se a partir de um agravante relativo ao grau de parentesco, que pode se configurar, como afirma Forward e Buck (1989), uma atitude sexual praticada por alguém que a pessoa vitimada considere parente, podendo ser definido por consangüinidade ou por caráter afetivo.

De acordo com Faleiros (2000), o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes continuamente se faz presente nas variadas classes sociais. Assinala que há uma relação com o estágio de desenvolvimento social no que tange a aspectos relacionados a temas que envolvem a sexualidade humana, questões de gênero e a determinação de papéis destinados a família, a criança e o adolescente, o que reforça a importância de um estudo que envolva a compreensão do contexto onde está inserido abordando questões históricas, aspectos econômicos, eventos culturais e demandas éticas.

1.2 Caracterizando o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil

A respeito características que circundam o abuso sexual infanto-juvenil Squizatto e Pereira (2004) assinalam que na maioria dos abusos sexuais não são utilizados instrumentos como armas ou outros objetos. O uso da violência psicológica como meio de intimidação associado à maior força física do homem se configura como fator determinante para

neutralizar a resistência da vítima.

Segundo pesquisa realizada no estado de Rondônia por Lima (2008), os abusos sexuais foram caracterizados pela presença de sedução e ameaça por parte do abusador. Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2002) afirmam que o agressor geralmente inicia a violência utilizando-se da sedução, no entanto, na medida em que a vitimada vai percebendo e tenta oferecer resistência, ele lança mão de ameaças e agressões físicas. Para Azambuja (2004) é freqüente que essa sedução se dê a partir de comportamentos que caracterizam situações abusivas, na qual um adulto quer ganhar vantagem com a criança e com o adolescente. Essa característica pode ser observada quando o abusador começa a presentear as suas vitimadas. Furniss (1993) acrescenta que esta conquista a partir desta sedução acontece de forma sutil, e vem seguida de um envolvimento que se aprofunda a ponto de anular a capacidade de discernimento da vitimada, o que culmina com o seu aprisionamento na trama emocional.

A ameaça presente nas situações de abuso sexual, segundo Renshaw (1984) faz emergir uma relação entre a vitimada e o abusador assentada no segredo imposto pelo vitimador, que é reforçado constantemente com ameaças de violência ou castigo. Não obstante, podem-se presenciar situações de suborno. Segundo Pfeifer e Salvagni (2005), Lima (2008) e Lima e Alberto (2010), as mães geralmente são o principal foco da ameaça do abusador dos filhos (as), o que mobiliza as crianças e adolescentes abusados.

Sobre o perfil dos envolvidos em casos de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil autores versam acerca da parentalidade. Nessa discussão, Padilha e Gomide (2004) afirmam que quando ocorre dentro da família, o perpetrador mais comum é pai ou o padrasto e as investidas sexuais acontecem contra a filha ou a enteada. Essa parentalidade confere ao abusador certo poder sobre a criança ou adolescente vitimado, e aliado a isso, de acordo com

CECRIA (2000), o abusador possui um desenvolvimento físico e psíquico maior, o que acentua esse poder.

Quando o abusador é um amigo da família, conforme anuncia CECRIA (1998), este exerce uma espécie de fascinação, tanto sobre sua vitimada como sobre seus familiares, apresentando-se como uma pessoa agradável, simpática, generosa e atenta com todos, mas muito especialmente com a vítima e seus pais, inclusive costumam favorecer economicamente a família da vítima. Entre estes abusadores sexuais intrafamiliares, apontam Forward e Buck (1989), inclui madrastas, padrastos, tutores, avós e até namorados ou companheiros que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam a função de cuidadores.

Pelo fato de os abusadores sexuais intrafamiliares fazerem parte do universo do vitimado (a), dados estatísticos dos serviços de atendimento à violência sexual conferidos por Squizatto e Pereira (2004) afirmam que mais de 90% dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes são cometidos por pessoas de sua relação familiar ou afetiva (pai, padrasto, tio, primo, avô ou vizinho). E neste contexto abusivo, as meninas são mais vitimadas do que meninos, e apenas 10% das ocorrências de crimes sexuais são denunciadas.

O fato é que o papel de cuidador dos abusadores sexuais que cometem o crime intrafamiliarmente é um fator que os protege de uma descoberta já que dispõem da confiança e do afeto que a criança (ou o adolescente) tem por ele para iniciar, de forma sutil, o abuso sexual. A criança, na maioria dos casos, não identifica imediatamente que a interação é abusiva e, por esta razão, não a revela a ninguém (Habigzang & Caminha, 2004). Na medida em que o abuso se torna mais explícito e que a vítima percebe a violência, o abusador utiliza recursos, tais como barganhas e ameaças para que a criança mantenha a situação em segredo, o qual geralmente é mantido, na maioria dos casos, por pelo menos um ano (Furniss, 1993).

Esse segredo por longo período é comum em casos de abuso sexual intrafamiliar,

dado o próprio perfil do abusador tido pela família como alguém acima de qualquer suspeita e que tem facilidade em estar sozinha com a criança. Alguém que exerce sobre ela uma autoridade expressa em um poder baseado na assimetria que existe entre eles (CECRIA, 2000). Ou seja, casos que acontecem intrafamiliarmente favorecem longos períodos de vitimação, pois, o abusador faz parte do cotidiano da vitimada e isso faz com que a intimidação provocada pelo poder que o abusador exerce sobre a sua vitimada seja reafirmado a cada encontro (Lima, 2008).

No entanto, embora a criança ou o adolescente não consiga perceber que aquela investida sexual feita por uma pessoa de sua confiança e com quem ela tem afinidade se configura abusiva, cabe aos pais e responsáveis saberem orientar as crianças e adolescentes a reconhecer essa investida abusiva, sendo a informação uma poderosa ferramenta decisiva na prevenção do abuso sexual. O Conselho da Europa criou uma campanha chamada “Un en cada Cinco” que refere a estatística de incidência de abuso sexual na Europa, de cada cinco crianças uma sofre abuso sexual intrafamiliar. Para esta campanha, desenvolveu um guia que orienta pais, educadores e responsáveis por crianças e adolescentes a protegê-las mesmo diante desta dificuldade em acessar a informação sobre o abuso que elas sofreram. Os aspectos importantes de proteção elencados pelo Conselho da Europa foram tratados como regras as quais denominou “La Rega de Kiko” em que construíram uma cartilha em que há ilustrado um conto chamado “Kiko y la Mano” em que Kiko é uma criança, propositalmente sem um sexo identificado, que interage com uma mão, também sem sexo definido. Nesta interação, a mão faz várias investidas de tocar Kiko que ao perceber a intenção de toque em suas partes íntimas grita com a mão e não permite que ela o faça. Assim construíram um guia que conversa com essa cartilha que pontua as cinco regras consideradas importantes para essa proteção, as quais o adulto deve fazer a criança ou adolescente conhecer: 1) o seu corpo é seu; 2) as boas formas de tocar- as formas más de tocar; 3) bons segredos – maus segredos; 4)

a prevenção e a proteção são responsabilidades incumbidas aos adultos; 5) outros conselhos úteis para “La Regla de Kiko”. Com esta estratégia o Conselho da Europa pretende diminuir o índice de abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes e até mesmo erradicá-lo (Goicoechea & Biedma, 2011).

O agravante na situação de uma criança ou adolescente vitimada pelo abuso sexual é que, no contexto de dominação em que estão submetidas, encontram-se duplamente vitimados, pelo violentador e também por uma rede de silêncio, tolerância, conivência, medo, impunidade, tanto de membros da família, como amigos, vizinhos, colegas de escola, trabalho e lazer, professores, pessoal dos serviços de saúde e de segurança, que protegem o violentador, que não raro mantém outras pessoas sob sua dominação (CECRIA, 1998). Nesse cenário, a vítima é alguém que tem uma participação involuntária em uma relação complementar em que tira ganhos e que muitas vezes é a relação mais importante e significativa de toda a sua vida (Furniss, 1993). Esse vínculo se torna sexualizado e contém ao mesmo tempo elementos positivo-gratificantes e elementos danosos para a criança. Suas demandas afetivas são respondidas pelo abusador num contexto que desperta precocemente a sua sexualidade, como por exemplo, ao buscar cuidado emocional, essa criança ou adolescente recebe uma resposta sexual. Diante disso, e em meio a uma situação de acúmulo de experiências abusivas, é comum que a vitimada vivencie consequências como sentir-se confusa entre cuidado emocional e experiência sexual, o que pode resultar em um comportamento sexualizado, quando na verdade o que ela quer ao buscar o adulto é cuidado emocional. Mediante esta experiência confusa, a criança ou o adolescente que está em situação abusiva pode desenvolver uma dificuldade em confiar nas pessoas, sejam elas próximas ou não (Padilha & Gomide, 2004).

Quanto às consequências do abuso sexual geradas nos vitimados, Squizatto e Pereira (2004) afirmam que pode acarretar diversos tipos de traumas físicos e principalmente

psicológicos, dependendo da estrutura psicológica destas. Acrescentam que se os vitimados não receberem a atenção psicossocial necessária, culminarão como demanda dos serviços de atenção a saúde mental. Habigzang e Caminha (2004) afirmam que as crianças e os adolescentes vitimados podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares dissociativos, enurese, encoprese, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático. Habigzang e Koller (2006) afirmam que além de transtornos psicopatológicos, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem apresentar alterações comportamentais (conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de suicídio), cognitivas (baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação) e emocionais (sentimentos de medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, raiva e irritabilidade).

A experiência de abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes formas e intensidade (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005). O impacto do abuso sexual está relacionado a três conjuntos de fatores intrínsecos (vulnerabilidade e resiliência pessoal), extrínsecos (envolvendo a rede de apoio social e afetiva da vítima) e os relacionados com a violência sexual em si (duração, grau de parentesco/confiança entre vítima e agressor, reação dos cuidadores não-abusivos na revelação e presença de outras formas de violência) (Habigzang & Koller, 2006). Alguns estudos que afirmam que o abuso sexual afeta o comportamento social da criança ou adolescente, a curto e longo prazo. A vítima tem dificuldade em confiar nos outros, e apresenta poucos comportamentos pró-sociais, como compartilhar, ajudar, e associar-se (Amazarray & Koller, 1998).

Nas famílias em que ocorre o abuso sexual intrafamiliar há um rompimento das fronteiras intergeracionais na dinâmica familiar. Ocorre, por assim dizer, uma inversão de papéis, em que a criança é colocada no lugar de parceiro pseudo-igual no relacionamento sexual e os papéis familiares passam a ser vivenciados de forma confusa, descaracterizando a família como o lugar de crescimento, confiança e de apoio (Furniss, 1993). Estas famílias encontram dificuldades em estabelecer nítidas fronteiras intergeracionais, repetindo quase automaticamente modelos que atravessam diversas gerações (Costa, Penso & Almeida, 2005).

A família abusiva encontra dificuldade que sentem em romper essa dinâmica provocada pela presença de outras formas de violência intrafamiliar, tais como negligência, abusos físicos e emocionais. De acordo com os autores citados, a violência gera um ambiente, no qual predominam os sentimentos de medo e de desamparo. Estes contribuem para que o abuso sexual seja mantido em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos conhecem a situação, mas não a denunciam (De Antoni & Koller, 2000). Fatores externos à família também contribuem para que o abuso sexual não seja interrompido. Estes fatores estão relacionados com a relutância de alguns profissionais da saúde e da educação em reconhecer e denunciar o abuso, bem como a insistência dos tribunais por regras estritas de comprovação do abuso para a proteção da vítima e para a penalização do agressor. Alguns profissionais tendem a negar e a subestimar a severidade e a extensão do abuso sexual, devido ao fato de que esse significa a violação de tabus sociais, como o incesto (Furniss, 1993).

Nestas famílias que vivenciam o abuso sexual intrafamiliar surgem alterações nos modos de vida das pessoas que participaram mais de perto da condição de abuso sexual, no período que se segue à denúncia. Sendo assim, a configuração familiar modifica-se, porque há saída ou entrada de pessoas na casa, em uma tentativa de proteger as crianças, ou então

estas são deslocadas para morar com outros parentes que estão em situação de poder, passando assim a se responsabilizar por sua proteção (Habigzang et al., 2005).

Segundo pesquisa realizada e publicada por Habigzang et al. (2005), a mãe é de fato quem mais denuncia a vitimação do(a) filho (a), aparecendo com índice de aproximadamente 38% dos casos investigados pelos autores. Portanto, tornam-se ainda figuras importantes para a comprovação ou não da violência, auxiliando os autores competentes a esclarecer o ocorrido.

Esta responsabilidade materna está relacionada ao fato de ela ser a primeira pessoa a quem a criança ou o adolescente pedem ajuda. Por seu caráter protetor, seja em favor do(a) filho(a) ou em prol da família, sob qualquer circunstância. No entanto, dependendo da atitude materna, esta também foi indicada como uma das importantes figuras que negam a violência, sendo superada apenas pelo agressor (Habigzang et al., 2005).

De acordo com teóricos, como Furniss (1993), Faleiros (2000), Azevedo e Guerra (1993), o valor e a responsabilidade da figura materna crescem principalmente no que se refere ao desdobramento do caso de abuso sexual intrafamiliar do (a) filho (a). Significa que a mãe é quem mais influencia na possível decisão da criança de revelar ou não a violência, e de que forma fazê-lo. É dela também que parte a iniciativa de toda a família no trato com a situação.

Outro aspecto apontado pela literatura que envolve vivência da família diante do abuso sexual intrafamiliar é o seu aspecto socioeconômico. A relação direta entre a violência contra a criança e a mulher e as condições de carências múltiplas que o contexto de pobreza estrutural oferece, mostrando que este contexto propicia a dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, por sua luta pela sobrevivência, pela mudança de papéis, pelas rupturas familiares e pela migração (Saffioti, 1997). A condição financeira destas famílias se altera substancialmente, principalmente se o provedor é o abusador e ele é recolhido ao sistema

prisional. Nestes casos, as famílias encontram-se em situações de extrema vulnerabilidade, pois a mãe necessita sair de casa para garantir a renda familiar e, se ela consegue, as crianças passam a ficar sós em casa (Habigzang et al., 2005). As famílias que estão em situação de risco podem estar vivenciando um processo cumulativo de fragilização social que envolve propensão a promiscuidade, a falta de alojamento, as frustrações da miséria e do desemprego, o analfabetismo, o alcoolismo, a falta de cultura do diálogo com os filhos (Faleiros, 2000).

Entretanto, existem estudos que revelam que este tipo de violência sexual tem maior incidência em famílias mais pobres. Ressalta, no entanto, que a pobreza não produz, necessariamente, a situação de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil. Por outro lado, "...a miséria afetiva, decorrente da miséria econômica, afeta a capacidade das famílias para lidarem com as situações adversas. A exclusão gerada pela pobreza fragiliza os laços sociais e dificulta o acesso a recursos de suporte social..." (Narvaz, 2005, p. 49).

Quanto às características do local onde costuma ocorrer os abusos sexuais intrafamiliares os dados encontrados levam a pensar que as vítimas se encontravam no exercício de suas atividades habituais. A maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorre dentro das casas da vítima e configuram-se como abusos sexuais intrafamiliares, sendo que o pai biológico e o padrasto aparecem como principais perpetradores (Habigzang et al., 2005). Nesse sentido, a maioria dos vitimados encontravam-se em suas residências, seguido de incidências na casa do agressor (Squizatto & Pereira, 2004). Ou seja, há uma predominância efetiva da incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço privado, destacando-se a residência da vítima ou do agressor (Azambuja, 2004).

1.3 Incidência do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar

A respeito da incidência do abuso sexual, no caso do Brasil, há subnotificação, pois não há um sistema efetivo, em funcionamento que congregue todos os dados a nível nacional. Embora o Brasil tenha criado o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) este não se encontra em funcionamento, os dados que se encontram disponíveis advém do Disque-Denúncia Nacional.

Dados do serviço do Disque-Denúncia Nacional mostram que, desde o início do serviço em maio de 2003 até julho de 2010, realizou um total de 2.484.755 atendimentos e recebeu e encaminhou 130.872 denúncias de violência contra crianças e adolescentes de todo o país. As denúncias foram registradas no território brasileiro e referiam-se a casos de tráfico para fins de exploração sexual, pornografia, exploração sexual e abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes. Nos dados do serviço de denúncia referido, as meninas vitimadas estão em evidência frente ao número de denúncias indicativas de violência sexual incididas sobre meninos. Nos casos denunciados como abuso sexual especificamente, o qual recebe destaque nesta tese, a vitimação de meninas aparece em cerca de 78% dos registros efetuados, sendo somente superado em porcentagens pelos registros de casos de exploração sexual feminina (80%). No entanto, mesmo diante dos dados expressos, o que se sabe é que não se pode precisar o número de incidência de violência sexual infanto-juvenil no Brasil, uma vez que a maioria dos casos é subnotificada ou não é denunciada (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República [SDH], 2010).

Num plano comparativo com outros países de grande expressão, nos Estados Unidos pelo menos uma em cada dez crianças é molestada por um membro da família em que confia (Forward & Buck, 1989). Na Europa, os dados aparentam serem mais alarmantes, no que segundo o Consejo da Europa, uma em cada cinco crianças é abusada sexualmente

(Goicoechea & Biedma, 2011).

Em pesquisa realizada em Cuiabá (MT) a partir da análise dos registros feitos pela coordenadoria geral de medicina legal que a incidência de abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes atingem um número de 71,7% dos casos, sendo que na faixa de 13 anos há uma concentração de 10,4% dentro desse total. Nesses casos, as crianças vitimadas tinham como abusadores o pai biológico (14,1%) seguido pelo padrasto (12,5%). Nos casos em que os vitimados estavam na fase da adolescência foi identificado como maior agressor o padrasto e o namorado com 11,9% dos casos (Squizatto & Pereira, 2004). Cohen e Matsuda (1990), citado em Cohen (1993) apontam que em 41,60% dos casos pesquisados a partir do de atendimentos realizados no Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, as vitimadas tinham como agressor o pai biológico, enquanto 20,59%, o padrasto, ou outros membros da família. Ou seja, a maior parte das denúncias de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes realizadas refere-se ao tipo intrafamiliar, e destas, 49,64% das vítimas de abuso sexual afirmaram conhecer seu agressor, 22,55% disseram que foram vítimas de agressão sexual por parte de parentes, sendo que 18,75% residiam na mesma casa do agressor. Portanto, para os autores citados, pai e padrasto foram responsáveis pela maior parte de abusos sexuais o que torna o crime mais grave dado a dimensão relacional entre os envolvidos.

A predominância de pais biológicos como agressores também é evidenciada por Saffioti (1997), ao assinalar em sua pesquisa realizada no Município de São Paulo sobre abuso intrafamiliar infanto-juvenil que 71,5% dos agressores envolvidos eram pais biológicos e 11,1%, padrastos. Em pesquisa realizada com crianças e adolescentes usuárias do Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes do Paraná afirma que em seus achados houve prevalência do abuso cometido pelo próprio pai da criança ou do adolescente destacando-se em 70% dos casos atendidos. Conclui que os maiores agressores

são pessoas conhecidas e que muitas vezes possuem laços afetivos e que, portanto, aparentemente não representam ameaça (Avancini, 2004).

O que se pode notar é que no Brasil, seja em que estado for, o abuso sexual intrafamiliar é a forma de abuso de maior incidência entre as vitimadas. A isso se prende o fato de o abusador ter mais acesso a sua vitimada dada a sua convivência freqüente. Aliado a isso, ainda existe o fato de o abusador representar para a vitimada uma figura de afinidade, de responsabilidade ou até de consangüinidade, o que revela maior gravidade a situação e então consequências.

1.4 Políticas públicas de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil e rede de proteção

Falar do enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil no Brasil refere uma análise na agenda política de ações brasileiras contra a violência sexual e direitos das crianças. Estes direitos só foram reconhecidos com a Constituição Federal de 1988, em que estabelecia plenas garantias do Estado de Direito, definindo a proteção à família e constituindo que as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito (artigos 226 e 227). Estes direitos vêm a ser detalhados com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) que estabelece todo um sistema de garantia destes e da proteção integral da criança e do adolescente (Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, [CECRIA], 1997).

Foi também nestes anos 90 que o enfrentamento da violência sexual assumiu relevância política, quando começou a ser considerado uma questão pública e enfrentada como problema de cunho social. Então há a expressividade política da mobilização social assim que a violência sexual contra crianças e adolescentes é incluída na agenda da sociedade

civil como questão relacionada à luta de ordem nacional e internacional em prol dos direitos humanos já estabelecidos na Constituição Federal de 1988, ECA e Convenção Internacional dos Direitos das Crianças de 1989 (SDH/PR & ME, 2004).

Entretanto, o marcos histórico mostra que estes direitos reconhecidos das crianças e adolescentes sofreram com a passagem do tempo modificações. Diversas ações (e gradativas) foram sendo efetivadas para que chegassem ao ECA, o que provocava quebras de paradigmas vigentes. Neste sentido, a data de 1924, discussões expressivas relativas aos direitos de crianças e adolescentes foram efetivadas. Neste período, tendo como palco Genebra, foi anunciada a necessidade de proteção aos direitos e liberdade, e, a partir disso, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração de Genebra sobre Direitos da Criança. Nela, há o reconhecimento da necessidade de proteção da criança devido à sua imaturidade física e mental.

Três anos mais tarde, em 12 de outubro de 1927, foi estabelecido pelo Decreto nº 17.943 – A, através do qual há o surgimento do primeiro código referente à proteção da criança, intitulado Código de Menores, no qual estavam dispostas e consolidadas leis de assistência e proteção de menores, as quais foram sendo construídas desde a República. Nesse código, as crianças eram caracterizadas como delinqüentes ou abandonadas, o que retratava a forma com que eram vistas pelos políticos da época, ou seja, seres sem família, portanto coitados e perigosos. Uma ameaça à ordem pública. Desta forma, cabia ao Estado o papel de manter a ordem e a higiene, sobrepondo-se muitas vezes até mesmo à família dessas crianças (Silva & Motti, 2001).

Em 1940, através do Código Penal Brasileiro que foi instituído sob o Decreto-Lei nº 2.848, é concebida a pena específica para casos de violência contra a criança e o adolescente. Este documento considera esta porção populacional como especial diante de toda a sua condição de indefesa (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, & Ministério da Educação,

2004).

Outro marco importante nesta trajetória é a Declaração dos Direitos da Criança, enunciada pela ONU em 20 de novembro de 1959. Neste documento é instituído que sejam dadas oportunidades e facilidades que permitam o desenvolvimento da criança de modo saudável e normal, e em condições de liberdade e dignidade, ratificada mais tarde, em 1989, pelos países signatários (Morales & Schramm, 2002).

Em 1979 há a criação de um novo Código de Menores, sob a Lei nº 6.697, o qual constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 1927. Através deste código há a introdução do conceito de menor em situação irregular, que agrupava meninos e meninas que faziam parte de uma infância em perigo ou de uma infância considerada perigosa e os situava enquanto objeto potencial da administração da Justiça de Menores: “... *as crianças eram vistas, de certa forma, como fora do sistema, enquanto marginais ou inimigos do sistema, enquanto infratores...*” (p. 25) (Silva & Motti, 2001). Ressalta-se que foi em 1979, após 20 anos da Declaração de 1959, que a ONU considerou este ano como o ano internacional da criança (Araújo, 2006).

No período de passagem dos anos 70 para os anos 80, nasce o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança no Brasil (MDCA). Foi um importante marco na história do país, fruto de indignações contra os altos índices de violência praticada contra as crianças e adolescentes, antes referidas como “menores”, principalmente os meninos de rua (Libório & Sousa, 2004).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a igualdade e a justiça para todos os cidadãos brasileiros é instituída. Nela é incorporado, no Artigo nº 227, a Doutrina Jurídica da Proteção Integral à Infância e que vinha sendo debatida no seio das Nações Unidas. Pela primeira vez na história do País, a criança é tratada como prioridade absoluta (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito [CPMI], 2003). E em 1989, na

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas, acontece do reconhecimento de que a criança deve crescer no seio da família, em um ambiente saudável e referencial para o desenvolvimento de sua personalidade (Morales & Schramm, 2002).

O período marcado entre os anos 1980 até 1990 é caracterizado pelo começo da articulação nacional entre as diferentes entidades que desenvolviam suas atividades e movimentos principalmente relativos a meninos e meninas de rua de forma independente, em cada cidade, em cada estado que pertencia. Além disso, a criação de entidades que atuam contra os maus-tratos na infância como CRAMI, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) e o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente (Casa de Passagem) os quais concentraram a sua contribuição em proporcionar visibilidade na violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes (SDH/PR & ME, 2004). E em 13 de julho de 1990, determinado pela Lei n 8.069, surge o ECA, regulamentando o Artigo 227 da Constituição de 1988, o qual estabelece os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes:

...o Estatuto harmoniza-se com a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989. Esta Convenção foi também aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo n. 28, de 14 de setembro de 1990, promulgada pelo Presidente da República através do decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990 (Silva & Motti, 2001, p. 27).

Com o ECA, as crianças e os adolescentes já não são mais considerados menores e incapazes, mas sim sujeitos de direitos e protagonistas. Através deste Estatuto, é definido o que é criança, a pessoa entre zero e 12 anos de idade, e adolescente aquele que tem entre 12 e 18 anos. Há, portanto, a ruptura com os Códigos de Menores de 1927 e 1979. O surgimento do ECA protege a criança e o adolescente de uma possível intervenção arbitrária do Estado

em suas vidas (Silva & Motti, 2001).

Em 1993, há a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil realiza sessão através da qual proporciona maior visibilidade ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no país, que passou a ser chamado de exploração sexual comercial infanto-juvenil, baseado nos preceitos do ECA (Libório, 2005). Neste mesmo ano, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), através da lei 8.742, dispõe sobre a organização da Assistência Social em direitos do cidadão e deveres do Estado, com o interesse em atender a garantia dos direitos básicos. Apresenta, já em seu artigo 2º, a proteção à criança e ao adolescente. Com a LOAS, a assistência social passou a ser política pública e direito do cidadão. A família recebeu especial ênfase na proteção de seus direitos aos serviços públicos oferecidos, assim como a mulher foi considerada em seu papel materno, atendida em seus direitos enquanto tal (CECRIA, 2000).

Outro marco foi o Congresso de Estocolmo que ocorreu em 1996. Foi considerada a primeira tentativa internacional concentrada de se dedicar aos problemas enfrentados por crianças e adolescentes explorados sexualmente. Foi caracterizado como o marco para a inserção desta forma de exploração nas agendas políticas nacionais e internacionais. No entanto, uma das limitações sérias desse evento mundial foi a falta de representação dos jovens sexualmente explorados para a discussão das ementas (CECRIA, 1997).

A questão da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes teve uma atenção da sociedade internacional devido aos diversos movimentos iniciados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, aprovou, em 1999, a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual entre estas. “...*Desde então, a OIT colocou-se como um novo parceiro nessa luta, implementando importantes programas de enfrentamento nos mais diversos locais, em todo o mundo...*” (CPMI, 2003, p.32).

Em julho de 2000, foi elaborado no país o Plano Nacional de Enfrentamento da

Violência Sexual Infantil-Juvenil, homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), apontando para a criação, fortalecimento e implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual. Em 2001, através da Resolução Nº75, o CONANDA dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento de Conselhos Tutelares (Alberto, Almeida, Dória, Guedes, Sousa, & França, 2008; CECRIA, 2000).

Nesse mesmo ano de 2001, na tentativa de atender às diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil o Governo Federal aprova através do CONANDA, a implantação do Programa Sentinel no âmbito da Política de Assistência Social. Trata-se de um Projeto do Governo Federal, cuja finalidade é prestar assistência especializada através de permanente apoio psicossocial às crianças e adolescentes vitimados e vitimizados pela violência sexual, bem como às famílias envolvidas (Avancini, 2004). Neste mesmo ano aconteceu o 2º Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças, na cidade de Yokohama. A proposta deste congresso foi ampliar o compromisso político entre os países (incluindo o Brasil) para a implantação da Agenda para a Ação em prol da defesa de crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual (Alberto et al., 2008).

Em 2002, foi constituído o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, cujo objetivo é de monitorar os programas e políticas públicas que envolvem a violência sexual. Este Comitê teve como base os estudos resultantes da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), e possibilitou a organização de dimensões estratégicas necessária para a efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (Alberto et al., 2008).

A partir do Plano Nacional, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, cria, em 2002, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cujo objetivo é mobilizar a rede de proteção em prol da construção e integração de ações do governo, organizações, universidade e sociedade civil na garantia de direito em medidas de intervenções locais referentes ao enfrentamento da violência sexual. Este Programa atua em parceria do Serviço Disque Denúncia Nacional – Disque 100, o qual recebe, encaminha e monitora denúncias de violência contra crianças e adolescentes (CPMI, 2003).

No ano de 2003, foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Após inúmeras discussões políticas e com base nos relatos fidedignos de quem foi vitimado desse sistema de violência, o seu Relatório Final foi apresentado em julho do ano seguinte (CPMI, 2003).

No ano de 2004 há a aprovação de uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), concedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que por sua vez, prevê a construção e implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A PNAS cuida da consolidação dos princípios e diretrizes da assistência social, e o SUAS propõe um modelo de gestão descentralizado e participativo, apontando para a universalização do sistema, organizado a partir da análise do nível de proteção social, se básica ou especial, e pelo nível de complexidade, se média ou alta. A partir da PNAS, em 2005 são compostas bases para o novo modelo de gestão do SUAS, que aconteceu na mesma época que a criação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Encontra-se na NOB os detalhes referentes ao sistema de atenção hierarquizado, ou seja, dos níveis de proteção e complexidade (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], 2008).

Neste sentido, a Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco, e destina-se à uma população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da

pobreza e privações. Ela prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, de acordo com a análise da situação de vulnerabilidade. Dentre os programas destaca-se o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que surtiu efeitos significativos na sociedade brasileira. E atualmente, a proteção social básica está sendo efetivada a partir de serviços como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Centros Sociais Urbanos (CSUs), e o Programa Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], 2008).

Já o serviço da Proteção Social Especial refere a proteção de famílias e indivíduos que encontram-se além de situação de risco pessoal e social, também envolve aqueles que estão em situação de exclusão social. É composto por serviços de média e alta complexidade, e atua na família e nos indivíduos de forma a recuperar os vínculos sociais, buscando desenvolver a independência individual e social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], 2008).

Nesta tese o serviço Proteção Social Especial de média complexidade recebe destaque na figura do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). É um serviço que oferece atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com idosos e/ou mulheres em situação de ameaça ou violação de direitos. Portanto, o CREAS se articula com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], 2008).

O que se nota é que o Brasil desenvolveu ao longo dos anos uma conscientização social em torno do tema de proteção à infância e à adolescência. Embora seja uma consciência iniciada há décadas, sob o impacto de elevados índices de violência contra a criança registrados na história, atualmente a legislação do país preocupa-se com essa

população no referente à garantia de seus direitos e à implementação de políticas públicas que respeitem a sua peculiaridade (Gabel, 1991).

Sendo assim, a rede de proteção de direitos das crianças e adolescentes envolve os órgãos que trabalham diretamente com a asseguração, ou seja, com a manutenção dos direitos dessas crianças e adolescentes: Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente (CTCA), bem como os Hospitais e Institutos Médicos Legais (IML) que também compõem essa rede, mas em suas ramificações, portanto, em maior distância.

Os serviços existentes para o atendimento da violência sexual devem incluir o acompanhamento psicossocial e psiquiátrico sistemático a esta família, sob pena de esses indivíduos não encontrarem em si estrutura necessária para lidar com essa situação. A questão da violência sexual está diretamente ligada à forma como o indivíduo irá lidar com tal situação, dependendo de sua estrutura psicológica e da qualidade do acolhimento especializado (Squizatto & Pereira, 2004).

Habigzang et al. (2005), ao analisarem a rede de atendimento, apontam vários fatores de ordem social, institucional e legal que tendem a banalizar, negligenciar, confundir e postergar as aplicações de medidas de proteção às vítimas. Todos esses aspectos participam da revitimização e acréscimo dos danos causados pela violência em si. A rede de atenção às crianças mostra-se descontínua, fragmentada, interrompida, sem vinculação entre suas partes. Com isso, deixa de dar maior visibilidade ao fenômeno e também de oferecer intervenções que minimizem as condições traumáticas que crianças e famílias vão configurando no período que estão sem atendimento. Costa, Penso, Rufini, Mendes e Barbosa (2007) afirmam que quando as mães sabem que vão poder conversar com profissionais da Psicologia e do Serviço Social, sentem-se acolhidas e se permitem pedir ajuda para si e para sua família, admitindo que estão precisando de apoio há muito tempo. CECRIA (1997) acrescenta que “as

políticas de atendimento às vítimas de exploração sexual precisam estar acompanhadas de políticas de combate à impunidade e recuperação social dos agressores, junto com as mudanças econômicas sociais e culturais” (p. 56). Para isso, CECRIA (2000) assinala que urge que haja uma estrutura organizada de atendimento dirigido a esta população. Isso refere dizer que todas as áreas têm que estar envolvidas: de saúde, de educação, social, jurídica, política etc.

Os serviços existentes para o atendimento da violência sexual, segundo Squizatto e Pereira (2004), devem incluir o acompanhamento psicossocial e psiquiátrico sistemático a esta família, sob pena de esses indivíduos não encontrarem em si estrutura necessária para lidar com essa situação. Diante disso, CECRIA (2000) afirma que todos os adultos tornam-se envolvidos, por terem mais consciência de sua condição, de maturidade, e por serem responsáveis por crianças e adolescentes. Sendo assim, quem pode perceber situações de vitimação de crianças e adolescentes são as pessoas que estão mais próximas delas. E é importante que tal ação esteja presente não somente na família, mas também em escolas (professores, diretores dentre outros), na saúde (médicos, equipe de Programa de Saúde da Família – PSF, entre outros) etc. Lima (2008) corroborando com os achados anteriores e assinala que não somente os agressores e os vitimados devem receber uma atenção e acolhimento adequado, mas as mães também, dado o caráter fundamental de seu desempenho diante das ações subseqüentes ao abuso.

CAPÍTULO 2

UMA VISÃO HISTÓRICA DAS CATEGORIAS GÊNERO, VIOLÊNCIA E FAMÍLIA; INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE; E CONSCIÊNCIA, SUBJETIVIDADE E REPETIÇÃO

“...Eu falei assim: ‘Ó filha, tu vai sobreviver. Eu sobrevivi. Agora tu vai viver com isso pelo resto da tua vida. Levanta a cabeça.’ Eu disse à ela. Aí, ela disse: ‘A senhora sobreviveu?’...” (P7).

Neste capítulo serão apresentadas as categorias teóricas através das quais se explica esta tese. Para isso, utiliza-se de perspectivas teóricas distintas para entender o objeto enfocado, ou seja, serve-se da triangulação teórica para entender a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações. Na triangulação teórica, as diferentes teorias são utilizadas na interpretação de um conjunto de dados de um estudo, verificando-se a sua utilidade e capacidade para tal. Trata-se da conciliação de perspectivas diferentes para guiar a conceitualização do estudo e a interpretação dos dados (Denzin, 1989).

Assim, a categoria teórica gênero é abordada a partir da Sociologia das relações de gênero na perspectiva de Saffioti, relações estas que atravessadas pelo poder, que por sua vez pode se expressar sob forma de violência. A família através do prisma da Teoria Crítica, a infância, adolescência, juventude, subjetividade, consciência e repetição a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky.

Além de serem tratadas do ponto de vista histórico, as categorias gênero, violência e

família ainda conversam entre si nesta tese. Ao considerar-se que o objeto de estudo abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino enfocado, entende-se o abuso sexual enquanto categoria de violência que incide dentro da família (intrafamiliar) tendo como vitimada o feminino, explicado a partir da categoria gênero.

Em seguida, serão apresentadas as categorias entendidas a partir da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. Deste modo, mais uma vez o objeto de estudo vem se fazer perceber entre as categorias de infância, adolescência e juventude, que sustentam o entendimento do abuso sexual infanto-juvenil, e para entender a repetição entre gerações deste abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino serve-se das categorias subjetividade e consciência como ferramentas para compreender estes sujeitos e esta experiência que envolve não somente a vitimada como toda a sua família, mas principalmente a mãe, quem se toma, nesta tese como referência para dialogar entre gerações.

2.1 Por dentro das categorias históricas: Gênero, Violência e Família

Para efeito desta tese, o gênero, a violência e a família são categorias que se entremeiam quando se busca compreender a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações. A categoria gênero surge como importante classe teórica na medida em que verifica-se nos registros a prevalência da incidência do abuso sexual infanto-juvenil vitimando meninas e os abusadores sendo homens (Amazarrey & Koller, 1998; Antoni & Koller, 2000; Araújo, 2002; Avancini, 2004; Furniss, 1993; Gabel, 1991; Habigzang & Caminha, 2004; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Libório, 2005; Libório & Souza, 2004; Mees, 2001; Narvaz, 2005; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Renshaw, 1984). Em sendo as Participantes desta tese mulheres que são mães de meninas abusadas sexualmente e que também foram vitimadas por abuso sexual intrafamiliar na infância, a categoria família

aparece como cenário em que este tipo de vitimação acontece. Assim, o modo como a família se desenvolveu e como acomoda os membros e os laços nela estabelecidos se torna importante na compreensão desta dimensão de gênero e violência interna.

Nesse sentido, a categoria gênero será compreendida a partir da teoria de patriarcado enquanto um sistema de relações sociais que infere a subordinação da mulher ao homem tratada por Saffioti (1987, 1997, 1999, 2001a, 2001b, 2004) vem associada à caracteres do adultocentrismo, que refere a dominação exercida não somente pelo sujeito homem, mas por um homem adulto sobre a criança ou adolescente. Trata-se de uma definição que envolve situação de violência entre os gêneros e também relações estabelecidas com base no poder, compreendido pela autora à partir do entendimento foucaultiano de que há uma hierarquia, uma relação assimétrica que institui a autoridade do dominador e a obediência do dominado. Nesse sentido, verifica-se que essa assimetria que gera o entendimento de violência, na medida em que viola os direitos de alguém, decorre de uma relação de poder que é historicamente construída. E se torna violência de gênero na medida em que a violência é cometida contra uma mulher por razões de seu sexo. E em se tratando do abuso sexual que incide dentro do contexto familiar, o entendimento da família e sua dinâmica enquanto lugar de reprodução ideológica e socialização, se faz importante para compreender e explicar a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações como uma dimensão cultural.

2.1.1 Gênero

A categoria *gênero* refere uma questão da diferença sexual que vem sendo utilizado desde a década de 70. É uma categoria que prioriza o caráter relacional entre as mulheres e os homens, sendo, portanto utilizado para determinar uma organização social da relação entre

ambos os sexos, o que impossibilita que sejam tratados separadamente para a compreensão. Sendo assim, para tratar de gênero faz-se necessário uma análise que conte cole simultaneamente aspectos femininos e masculinos (Scott, 1994).

O termo gênero inicialmente foi empregado por feministas para acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Um avanço, já que antes as mulheres eram tratadas separadamente, locadas num lugar marginal em relação a assuntos que envolviam o masculino dominante e universal. As feministas americanas foram as precursoras do emprego do termo gênero enquanto categoria relacional entre os sexos. Elas rechaçavam o determinismo biológico que a palavra sexo imprimia (Scott, 1994).

Sendo assim, o emprego da categoria gênero como ponto de partida o movimento feminista gerador de mudanças comportamentais, políticas e ideológicas na compreensão do feminino. Foi um movimento que se conduziu juntamente com as transgressões do movimento feminista do período do século XIX, momento em que, a autora assinala, o interesse do feminismo era a busca de um uso do conceito ou categoria gênero transformada, para reverberar mudanças nos paradigmas da história a partir dos marcos que se seguem (Strey, 1998):

...revolução norte-americana, quando John Stuart Mill reivindica para as mulheres as promessas da Declaração de Independência; na Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã redigida por Olímpia de Gouges em 1791 (inspirada na Declaração dos Direitos do Homem) e “A Reivindicação dos Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft de 1792, um dos seus documentos fundacionais, que, sem outorgar direitos às mulheres, proporcionaram as bases conceituais e teóricas que permitiram a luta pela igualdade de direitos políticos e educativos. Abriu-se um espaço público às mulheres no qual puderam manifestar-se, ainda que o discurso e as práticas feministas se mantivessem calados durante um longo tempo (p. 181).

O que o feminismo pretendia era alcançar uma explicação para a origem da opressão feminina, ao mesmo tempo que fundamentava uma identidade universal de ser mulher. Ansiava por uma compreensão enquanto categoria ou conceito que pudesse modificar os paradigmas vigentes na história. Sendo assim, a finalidade tomou foco de mudança social que engloba pensamentos, práticas e comportamentos transformados. Buscava a ressignificação de concepções e reivindicava mudanças efetivas acerca dos espaços da mulher no contexto existente (Strey, 1998).

O movimento feminista teve três fases com características que as marcaram de forma distintas. A primeira geração do movimento feminista nasce com a Revolução Francesa e estende-se até o fim da Primeira Guerra Mundial, no século XVIII. Foi marcada pelo surgimento do feminismo principalmente na França, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos, em que as mulheres lutavam pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. Em busca do reconhecimento de seus direitos o movimento denunciou a opressão feita às mulheres por obra do patriarcado. Já a segunda onda do movimento feminista (décadas de 1960 e 1970) foi estruturada principalmente nos Estados Unidos, em que as americanas enfocavam a denuncia à opressão masculina e objetivavam a igualdade, e na França, onde as francesas apontavam a obrigação de que fossem reconhecidas as diferenças entre homens e mulheres, enfocando, principalmente, à especificidade da experiência feminina, o que comumente não ocorria. A terceira fase ocorre em 1980 quando as feministas francesas influenciadas por cientistas da época, como Foucault, objetivam uma análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade, quando reconfigura-se os estudos acerca de homens e mulheres antes orientados a partir dos sexos para um estudo baseado nas relações de gêneros (Scott, 1986).

Para Scott (1996), a categoria gênero se fundamenta na relação entre duas proposições

que se encontram inter-relacionadas, mas, mesmo assim, se diferenciam analiticamente:

...el género es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen los sexos y el género es una forma primaria de relaciones significantes de poder. Los cambios en la organización de las relaciones sociales corresponden siempre a cambios en las representaciones del poder, pero la dirección del cambio no es necesariamente en un solo sentido (p. 23).

Neste sentido, o gênero está diretamente relacionado com o exercício de poder nas relações entre os dois sexos. Em sendo assim, *o gênero* é uma classe tratada nesta pesquisa como uma categoria analítica e histórica. Enquanto categoria analítica o estudo do gênero tem sido amplamente abordado a partir de uma apreciação sexista, ou seja, que envolve o estudo do masculino e do feminino e suas características particulares e relacionais (Scott, 1996). Como categoria histórica encontra-se na literatura estudos que evocam aspectos sociais e culturais em que cada gênero, seja masculino ou feminino, amarra a sua compreensão enquanto categoria na história de socialização de homens e mulheres (Saffioti, 2004).

Discutir sobre gênero não significa somente enfocar questões de desigualdade entre o masculino e o feminino, nem tampouco a hierarquia existente entre eles (embora presumida), mas sim aferir uma análise histórica com bases assentadas nas mais antigas formações sociais: "...o gênero é a construção social do masculino e do feminino." (Saffioti, 2004, p. 45). Sendo assim, diversas perspectivas abordam a análise da categoria gênero de acordo com o tempo e contexto em que está sendo abordado.

A compreensão das categorias de sexo (masculino e feminino) dentro do estudo de gênero, está intimamente ligada ao estudo dos papéis sociais desempenhados por cada um, homem e mulher. Quer dizer que essa identidade social de homem e mulher vai sendo construída ao longo do tempo, ou seja, nasce-se macho ou fêmea e através da educação torna-se homem ou mulher. Para visualizar essa diferenciação de papéis produzida historicamente,

o mais fácil é analisar em sociedades capitalistas a divisão de trabalho e de classe econômica. Às mulheres é reservado o trabalho doméstico dado o seu papel de mãe e a necessidade de cuidar dos filhos. Em contrapartida, ao homem fica reservado o sustento da família através de seu trabalho fora de casa, ou seja, para ele é reservado o espaço público. Nesse cenário, em que à mulher se reserva o espaço doméstico e ao homem o público vê-se o resultado da história sendo naturalizado, o que se pode concluir que a ideologia novamente aparece “mascarando a realidade” (p. 11). O homem ao ser detentor de poder econômico frente a mulher, que tem somente a si os afazeres domésticos sem remuneração, se mune de um poder social sobre a mulher, situando-a numa esfera de subordinação a ele (Saffioti, 1987).

A naturalização se faz persistente no processo de promover a identidade feminina a partir da domesticação, tal como naturaliza-se a capacidade da mulher de dar a luz: “...esta função natural sofreu uma elaboração social, como aliás, ocorre com todos os fenômenos naturais...” (p. 10). Para Scott (1996) o ordenamento social determina que os pais trabalhem fora, tenham para si o ambiente público, e as mães se ocupem dos filhos e sua educação, além da organização e equilíbrio familiar. Segundo a autora não se sabe o motivo pelo qual se estabeleceu socialmente essas divisões de tarefas entre homens e mulheres, mas que de certo está afeito a forma com que as sociedades representam os gêneros, a maneira pela qual estabelecem as normas das relações sociais, ou ainda para construir o significado da experiência:

Sin significado, no hay experiencia; sin procesos de significación no hay significado (lo que no quiere decir que el lenguaje lo sea todo, sino que una teoría que no lo tiene en cuenta ignora los poderosos roles que los símbolos, metáforas y conceptos juegan en la definición de la personalidad y de la historia humana). (p.17)

Uma das justificativas para a existência do domínio dos homens sobre as mulheres é o registro social do patriarcado que ainda impera nos moldes familiares. É emprestando da

teoria do patriarcado discutida por Saffioti (2001a, 2001b, 2004) que compreende-se nesta tese a relação entre o masculino e o feminino enquanto categoria gênero. O patriarcado é um sistema de relações sociais em que situa-se em pólos distintos o subordinado e o dominador, em que a autoridade é conferida ao homem cabendo a mulher o dominado. À esse patriarcado se agrega caracteres do adultocentrismo, que refere a dominação exercida não somente pelo sujeito homem, mas por um homem adulto sobre a criança ou adolescente. Esta perspectiva servirá para explicar a repetição do abuso sexual como uma dimensão cultural.

Assim, a categoria gênero é compreendida a partir do conceito de patriarcado, pois considera como um sistema de dominação masculina e submissão das mulheres. É uma forma que os homens encontram de estabelecer hierarquia a ponto de se satisfazerem a partir dos serviços sexuais das mulheres (Saffioti, 2004).

Neste sentido, pode-se dizer que as relações sociais se constituem a partir de uma relação de dominação-exploração baseada no poder. Essa exploração carrega um sentido que extrapola a dominação e percorre o entendimento de um certo abuso provocado por aquele que está no lugar de dominador. Isso porque enquanto a dominação se encontra num campo político e ideológico a exploração passa também pela ordem econômica. Ou seja, ainda que a mulher trabalhe fora de casa também, geralmente por menores salários que os homens já que a ela é reservado o lugar de alguém que ajuda o marido no orçamento de casa, no espaço doméstico de atuação é cobrada pelo homem que atenda a seus gostos, aos modelos que lhe agradam. Mediante isso, o patriarcado se apresenta como uma forma de legitimação da assimetria das relações existentes entre gêneros, referindo-se a uma situação em que a mulher é subordinada ao homem (Saffioti, 1989).

Além do patriarcado existe também o caráter adultocêntrico da sociedade, o que revela uma hierarquia determinista que situa o adulto em posição privilegiada ante a criança, o adolescente ou o jovem. Em sendo assim, destaca como características gerais dos

dominadores (e vitimadores) sociais homens e adultos (Saffioti, 1987, 2004) .

Nesse sentido, gênero é uma construção social do masculino e do feminino. A hierarquia existente tende a ser presumida, ou seja, evidencia a relação de dominação e exploração que é caracterizada pela sua construção de acordo com o tempo na qual “...a desigualdade, longe de ser natural, éposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais...” (Saffioti, 2004, p. 02).

Assim, o estudo das relações de gênero passa a ser de base relacional, analítico e político, chegando-se à proposta de abordagem desta pesquisa para avaliar o objeto proposto. O que, enfim, pode-se entender é que esse binômio de dominação-subordinação é algo de dimensão social, econômica e política, o que vem assegurado e ideologicamente fincando as raízes históricas e sociais.

Neste sentido, com base em Saffioti (2004) por gênero compreende-se uma categoria que finalmente, ultrapassa o conceito de patriarcado, tornando-se mais vasta. Isso porque enquanto o patriarcado trata de relações desiguais o gênero engloba relações igualitárias, o que torna o patriarcado um caso específico de gênero, algo mais afeito a relações de poder, ao mencionar como sendo a relação dominação-exploração das mulheres pelos homens.

2.1.2 Violência

A violência está presente na realidade de todas as pessoas de distintas nações a ponto de as pessoas terem se acostumado a conviver com ela diariamente. Compreende-se por violência a “...ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral...” (Saffioti, 2004, p.17).

Discute-se a questão da violência no terreno dos direitos humanos, porque entende-se que quando ela incide, viola direitos humanos. No senso comum, a violência pode ser

entendida como a ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral. Nessa definição, reside o perigo de perder a referência objetiva e política da violência, pois ruptura dá margem à interpretação singular. Isso porque afirma que a ruptura de integridade é um critério de avaliação de um ato como violento a partir do que se comprehende como individualidade. Sendo assim, tornam-se frágeis os limites situados entre a quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero, o destino de ser socializada para sofrer (Saffioti, 2004).

Diante disso vale um debate que permeia a discussão sobre violência que é o caso da sujeição da vontade alheia, compreendida por Saffioti (2004) como resultando em alienação e subalternidade, implícitas na situação de violência, o que implica, em uma dimensão política que se reflete na usurpação dos direitos humanos.

Como forma de compreensão da manifestação da violência, Saffioti (2004) afirma existir uma diferença no que tange à características e os contextos em que ocorrem alguns tipos de violência como: contra a mulher, de gênero, doméstica, intrafamiliar, entre outras. Sobre a violência contra a mulher, a autora aponta ser a violação dos direitos da categoria mulher, podendo ser praticado tanto pela sociedade, como pelo Estado etc. Já violência de gênero o que é mais divulgado é a violência praticada pelo homem contra a mulher. Sobre a violência doméstica, afirma que esta ocorre no interior do domicílio, mas não necessariamente entre familiares, no que explicita que "...Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem parcial ou integralmente, no domicílio do agressor como agregado(s) e empregadas (os) domésticas (os)..." (p.71). A do tipo intrafamiliar "...extrapola os limites do domicílio..." (p.71), sendo o que move este tipo de violência é a relação familiar.

Fazer menção à violência de gênero é fazer uma análise do cenário político-econômico brasileiro, constatando que este é um terreno de grande instabilidade social no

mundo globalizado. Assim é sob a ordem patriarcal de gênero que devem ser feitas as análises sobre a violência contra as mulheres (Saffioti, 2004)

Segundo Saffioti (2004), a violência contra a mulher inscreve-se no âmbito da violência de gênero. Na violência de gênero, a mediação é o abuso do poder assegurado, no espaço privado, pela ideologia do patriarcado. Assim como gênero é constitutivo das relações sociais, da mesma forma a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, e se localiza historicamente na ordem patriarcal de gênero.

No que tange ao significado da violência e todas as consequências que surgem da ocorrência deste fenômeno, Saffioti (2004) aponta para a configuração da sociedade patriarcal vigente, na qual existe uma forte banalização da violência de forma que há uma tolerância e (até um certo incentivo) da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação com suporte na organização social de gênero. Dessa forma, é “...normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência...” (p.74)

A ideologia da ordem patriarcal foi forjada para dar cobertura a uma estrutura de poder pela qual as mulheres se convencem de que a submissão é natural. Essa naturalização ganha proporções sociais a medida em que surge a ocorrência do termo “femicídio”¹, que consiste na feminização da palavra homicídio e trata-se um fenômeno bastante recorrente, principalmente nos tempos atuais (Narvaz, 2004; Saffioti, 1987, 2004).

Segundo os teóricos, ao referirem os grupos que tem seus direitos violados por homens estes apontam para as mulheres, as crianças e os adolescentes. Explicado pela história da sociedade, os autores apontam para a utilização social e sexual destes grupos fragilizados pela sua condição de socialização, sufocados pelo poder exercido pelo homem

¹ Aspas em Saffioti, 2004, p. 73.

(Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006; Ariès, 1981; Azevedo & Guerra, 1993; Saffioti, 1987, 2001a, 2001b, 2004).

Segundo Saffioti (2004), somente uma política de enfrentamento à violência (especialmente a doméstica) que se articule e opere em rede, de forma a englobar diferentes áreas (poder público, sociedade civil, sistema de saúde etc) trabalhando de forma integrada podem constituir uma rede eficaz. Além disso, saindo do âmbito das políticas públicas, aponta-se para a importância no questionamento dos paradigmas científicos e de naturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala de valores hierarquizada buscando desnaturalizar as construções cristalizadas no imaginário e nas representações sociais sobre as desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres.

Segundo Saffioti (1989), o processo de vitimação está relacionado a díade exclusão social e violência. Trata-se de um fenômeno que não se afilia a padrões econômicos característicos de seus vitimados, apresentando-se como um processo de ação transversal sobre a sociedade. Azevedo e Guerra (1989) corroboram com a autora citada e afirmam que para definir vitimação e vitimização deve-se associar a dimensão de poder que se estabelece numa relação de dominação de um e “coisificação do outro” (p. 46). Sendo assim, ao mencionarem vitimação associam a envolvimento de macropoderes enquanto que ao mencionarem vitimização fazem alusão a micropoderes.

2.1.3 Família

Desde séculos anteriores busca-se definir família. No entanto, diversas tentativas buscaram alcançar esta unidade sem êxito. Talvez, essa dificuldade se prenda à característica

de mutabilidade que tem a família. Para esta discussão desta tese toma-se como base a fundamentação feita por Bruschini (1993) embasada na perspectiva da Teoria Crítica, que analisa desde as definições antropológicas, demográficas e censitárias compreendendo que não dão conta de definir uma instituição de caráter transitório dada a sua conformação histórico-cultural.

Na definição antropológica, família compreende um grupo de pessoas que se relacionam afetivamente e ligadas por uma base de consangüinidade. Para este entendimento, deve-se levar em conta elementos que influenciam a dinâmica interna ao se fazerem presente como regras pertinentes a relações sexuais proibidas entre membros da mesma família, divisão sexual de trabalho, e a regra de casamentos socialmente concebidos. Demograficamente o que se analisa para que se defina o que é família é um limite físico domiciliar. Quer dizer que quantitativamente é analisado quantas pessoas estão naquele domicílio e que papéis exercem, sendo importante a configuração nuclear de um casal e os filhos. Com base em levantamentos censitários o que define a família é uma análise da convivência no mesmo domicílio e o modo como compartilham as despesas. A família é entendida como uma unidade de consumo, o que as coloca num enquadre que enumera quantitativamente (Bruschini, 1993).

Estas maneiras de enxergar a família se configuram visões acríticas que podem produzir equívocos. Isso porque não se levam em conta, por exemplo, os parentes que não residem naquele domicílio, mas que influenciam na dinâmica interna daquela família. O que se quer dizer é que as visões antropológica, demográfica e censitária não dão conta de definir a experiência cotidiana de família atual como parentes que moram em terrenos contíguos nos quais se reúnem diversas outras famílias que se configuram uma grande família, o que se pode ser considerado as famílias ampliadas ou estendidas. São, por exemplo, filhos de uma mãe que construíram suas casas ao longo do terreno de sua mãe passando a viver com as suas

novas famílias, e ainda, na casa dessa mãe pode haver filhos e netos (quem sabe noras, ou genros etc) aumentando e diversificando ainda mais aquele núcleo familiar (Bruschini, 1993).

O modelo nuclear de família que se comprehende atualmente só se consolidou por volta do século XVIII. Aponta para uma assimetria sexual característico do modelo de família nuclear como um fenômeno historicamente construído e não uma norma universal. Houve um processo de ascensão caracterizado por conquistas progressivas em que a burguesia se manteve hegemônica tendo sido consolidada através do advento do modo de produção capitalista. Assim, com as transformações ocorridas no período de Revolução Industrial surgem dois domínios distintos representados pela unidade doméstica e pela unidade de produção. Desta forma, deu-se início à divisão sexual do trabalho em sua forma mais rígida do que a forma predominante anteriormente. Para a mulher restou principalmente a realização de tarefas relativas trabalho doméstico e sem remuneração, já para o homem coube o trabalho produtivo fora do ambiente doméstico e remunerado (Bruschini, 1993).

Com a urbanização e a expansão de indústrias mais forte nas primeiras décadas do século XX, houve mudanças significativas tanto nas conformações familiares como em toda a sociedade. Embora vivenciando um período marcado pela valorização da independência da mulher, não se obteve alteração profunda nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família. Isto quer dizer que quanto aos papéis socialmente distribuídos, a mulher desde cedo é criada para se casar e para viver para a vida doméstica e familiar, para assim executar uma de suas principais tarefas, educar os filhos. Para elas, o trabalho remunerado só é aceito como forma de ganhar a vida, quando muito necessário, por exemplo, quando não tem um marido e é a única provedora do lar, e mesmo assim, dentre as suas opções estão disponíveis as áreas do magistério ou de algumas ocupações técnicas como a de secretária (Bruschini, 1993).

Como se não bastasse a divisão social de tarefas por gênero em que o homem é o provedor e a mulher a cuidadora, ainda tem os aspectos ideológicos que atuaram como

ferramenta de naturalização desta configuração social atribuindo direcionamento a partir das condições biológicas de cada sexo:

...A mitificação do papel de esposa e de mãe concretizou-se mais facilmente na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa, apesar de na verdade não o serem: enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos (Bruschini, 1993, p. 65).

Saffioti (2004) assinala que a naturalização dos papéis destinados às mulheres de fato ocorre por propulsão de uma dimensão ideológica impulsionando a sociedade a atrelá-la a constituição biológica, o que fortalece o equívoco alimentado pela sociedade patriarcal que reduz as mulheres à peças submetidas ao poder exercido pelos homens, brancos, adultos e ricos.

A família é tida como espaço de socialização realizada através da linguagem do afeto, respeito mútuo e união, o que tem dificultado a compreensão da sociedade de que a família é uma instituição social que como qualquer outra é cruzada por relações de poder e de dominação (Morgado, 2004). No interior das famílias há uma divisão interna de papéis, divisão essa que pode expressar as relações de submissão e dominação, considerando direitos e deveres, em que há a presença ou não de privilégios de uns em detrimento de outros.

A família é um lugar de reprodução ideológica e socialização. Em seu interior há transmissão de valores, hábitos, padrões de comportamentos, enfim, um espaço em que não somente convivem os membros, mas também trocam informações. Discutem e elaboram estratégias que atendam as necessidades do grupo, revisitando valores e hábitos que outrora já foram instituídos e rediscutindo-os. Nesse grupo, que busca a harmonia de forma coletiva, compõe-se de pessoas com as suas individualidades e personalidades (Bruschini, 1993).

É nesse cenário de compreensão da dinâmica familiar que confere a seus membros a transmissão de heranças como conteúdos ideológicos, valores e hábitos, associado à dinâmica

interna de poder que a Teoria Crítica utilizada por Bruschini (1993) auxilia no entendimento da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino. Mediante essa configuração familiar que se comprehende o lugar que o feminino ocupa: de dominado. Trata-se de um poder exercido de raízes históricas tanto de conformação familiar como de gênero, em que o masculino submete o feminino.

Além disso, o que se destaca nestas diferentes configurações das novas estruturas familiares, para esta tese, são as transformações que elas sofreram ao longo do tempo, constituindo a família como um fenômeno historicamente construído mediante as análises dos modelos que foram existindo. E essas transformações vão ditando para cada membro familiar o seu papel e o seu lugar dentro daquela configuração baseado em princípios ideológicos, de acordo com as relações internas de poder.

2.2 Um olhar a partir da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky sobre as categorias Infância, Adolescência, Juventude, Subjetividade, Consciência e Repetição

A Psicologia Histórico-Cultural postulada por Vygotsky carrega em si as características de seu criador. É oriunda de um autor com um trabalho extremamente complexo e que tinha por meta a constituição de um projeto de psicologia que pudesse analisar os problemas de aplicação prática do homem, inicialmente tentando atender às necessidades emergentes da Nação Russa que acabava de nascer após a revolução socialista de 1917. No entanto, embora a sua produção acadêmica tenha sido interrompida precocemente devido a sua morte prematura (aos 37 anos vítima de tuberculose), seu legado envolve um importante esquema teórico complexo e integrado que, ao mesmo tempo, é aberto por encontrar-se em contínuo desenvolvimento ao lado de seus colaboradores diretos, Luria e Leontiev, e seus seguidores (Veer & Valsiner, 1996).

Vygotsky em sua Teoria Histórico-Cultural apresenta como origem de interesse o estudo do homem e sua relação com os animais. Recebe diversas influências de diferentes autores como Darwin, Marx e Engels, além de Leontiev e Luria (os colaboradores mais diretos). Inicialmente ele corrobora com idéias de Darwin no tocante a evolução das espécies e seleção natural (Veer & Valsiner, 1996). Das idéias de Marx, ele destaca a dialética, que segundo Rey (2003) permite considerar o sujeito como uma unidade da totalidade, não fazendo-lhe uma redução (junção dos elementos culturais e se apropria do conceito de atividade existente na teoria), que mais tarde aprimora e então localiza-a como ponto de partida para os elementos teóricos de sua psicologia histórico-cultural.

No entanto, para Vygotsky os mentalistas e os naturalistas não explicavam cientificamente os processos mentais superiores, e a partir desse interesse formula sua teoria. No seu entender, os naturalistas, ao aderirem aos métodos das ciências naturais, limitavam-se ao estudo de processos psicológicos relativamente simples, e os mentalistas, levavam em consideração os fenômenos ditos espirituais e, a partir daí descreviam os processos mentais superiores, no entanto consideravam impossível a explicação dos mesmos (Veer & Valsiner, 1996).

Vygotsky se apropria da teoria do materialismo dialético de orientação marxista a qual é definida a partir do caráter histórico, concebendo como uma de suas principais bases teóricas na busca de compreender o homem. Inclusive utiliza tal conhecimento para desenvolver e divulgar uma de suas mais célebres teses em que trata da dialética entre a linguagem e o pensamento. O autor apóia-se na premissa de que o homem é produto da sua história na qual se faz como sujeito ativo das relações sociais, compreendendo que os processos psicológicos superiores (consciência, vontade, memória etc) se desenvolvem a partir das interações do indivíduo com seus semelhantes assim como com a cultura em seu entorno (Makirriain, 2006).

Vygotsky, ao lado de seus colaboradores diretos, Luria e Leontiev, propõe um estudo sócio-genético do ser humano, assim como estabelece relações com as condições biológicas, principalmente nos aspectos neurológicos. Trata-se de uma tentativa de evitar reducionismos e simplificações de qualquer espécie (Veer & Valsiner, 1996).

Segundo Molon (2009), Vygotsky criticava os autores em psicologia da época por abordarem alguns elementos dentre os trabalhados pelo autor selecionados em conformidade com seus interesses científicos particulares, usados para decifrar o entorno do homem e sua constituição, afirmando este ser constituído na e pelas relações sociais as quais acontecem de forma dialética e, portanto englobam ambos os aspectos: social e individual.

Vygotsky propunha uma nova psicologia que tinha como base o método e os princípios do materialismo dialético, buscando compreender o aspecto cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, as quais, na sua visão, eram determinadas histórica e culturalmente. Ou seja, propõe uma teoria marxista do funcionamento intelectual humano que inclui tanto a identificação dos mecanismos cerebrais subjacentes à formação e desenvolvimento das funções psicológicas, como a especificação do contexto social em que ocorreu tal desenvolvimento (Molon, 2009).

A Teoria Histórico-Cultural do psiquismo humano de Vygotsky tem como ponto de partida as funções psicológicas dos indivíduos. Estas funções psicológicas são classificadas como elementares e superiores e usadas para explicar o objeto de estudo da sua psicologia: a consciência (Veer & Valsiner, 1996).

O pensamento de Vygotsky para compreender o desenvolvimento humano parte do princípio de que o homem é um organismo em plena atividade e que por isso estabelece constante interação com as condições sociais compreendidas em seu dinamismo como mutáveis, além do fator biológico que constitui o comportamento humano já anunciado. Vygotsky observa de que as estruturas orgânicas ditas por ele elementares constituem origem

para a formação de novas e (gradualmente) mais complexas funções mentais. Essa complexidade está diretamente ligada à natureza das experiências sociais vividas pelo ser humano enquanto é criança, sendo, então, possível que o processo de desenvolvimento se dê em duas direções distintas quanto à sua origem: um processo elementar, de base biológica, e um processo superior de origem sociocultural (Vygotsky, 1991).

As funções psicológicas elementares possuem origem biológica e se fazem presentes não somente na criança como também nos animais. Trata-se de ações de ordem reflexas, que ocorrem involuntariamente e que, como reações automáticas e imediatas, são controladas pelo ambiente externo. Já as funções psicológicas superiores possuem a sua origem no social e, dessa forma, são características apenas do homem. Trata-se de ações intencionalmente efetivadas que são mediadas por símbolos (signos e instrumentos advindos da linguagem), resultantes da interação dos fatores biológico (funções elementares já descritas) com os fatores culturais, adquiridos constantemente ao longo da história de cada um (Vygotsky, 1991). O que quer dizer que diferente dos atos reflexos ou reações automáticas abordadas pelos estudos biológicos (influência inicial), as funções psicológicas superiores (atenção, memória, pensamento e linguagem) têm sua origem no social e estão presentes somente no homem e não nos animais (um dos elementos diferencias entre eles). Sendo assim, Vygotsky apresenta a origem sociocultural das funções psíquicas, considerando-as como resultado da interação do indivíduo com seu contexto cultural e social (Veer & Valsiner, 1996).

Desta forma, para Vygotsky (2004) as funções psicológicas superiores não poderiam ser estudadas a partir dos métodos científicos de investigação mais utilizados em sua época, século XX, a experimentação, baseada na reflexologia (visão reducionista e mecanicista das funções psicológicas fundada por Pavlov e Bekhterev) e reactologia (concepção dialética da consciência que compreendia o estudo de maneira objetiva das reações humanas no ambiente biossocial, introduzida por Kornilov) que estavam entre as principais tendências científicas

russas da época. Segundo ele, era necessário encontrar uma nova metodologia para o estudo dessas funções essencialmente humanas. Assim, apresenta alguns princípios que compõem sua base metodológica de investigação como: a) a necessidade de se analisar os processos e não as coisas (objetos) faz com que se conheça o processo todo (desde o seu início) conhecendo-se os estágios por ele passado e então possibilitando a sua reconstrução; b) a diferença entre os pontos de vista genotípicos (refere a explicação do fenômeno) utilizada para conhecer e entender as ligações reais entre os estímulos externos e as respostas internas que são bases da forma superior do comportamento, e fenotípicos (quer dizer a descrição do fenômeno) que não revelam a relação dinâmico-causais reais do fenômeno estudado; c) a necessidade e importância de se estudar o comportamento em seu dinamismo histórico, admitindo suas constantes mudanças de acordo com a experiência individual mergulhada no contexto social.

O objeto de Vygotsky (2004) baseia-se no estudo da consciência. Este estudo foi o ponto de partida para a estruturação crítica da teoria vygotskyana. O autor se apercebeu da exclusão da consciência como objeto de estudo da Psicologia e afirmou estar assentado nesta ausência o principal problema teórico e metodológico da ciência psicológica do comportamento. Ele aponta para a impossibilidade de se estudar o comportamento humano e as formas complexas de sua atividade independente de sua psique: "...Estamos condenados para sempre a manter a falsa concepção de que o comportamento é uma soma de reflexos." (p. 60). Acrescenta ainda a necessidade de se estudar o comportamento em seu mecanismo, composição e estrutura e não os reflexos, o que lhe ocorre que:

A psicologia científica não deve ignorar os fatos da consciência, mas materializá-los, transcrevê-los para um idioma objetivo que existe na realidade e desmascarar e enterrar para sempre as ficções, fantasmagorias e similares. Sem isso é impossível qualquer trabalho de ensino, de crítica e de investigação (p. 63).

Sendo assim, Vygotsky busca a materialização da consciência para constituí-la como objeto de estudo da Psicologia tratando-a como base da compreensão do comportamento humano e ponte para respostas relacionadas com aspectos individuais adquiridos a partir da interação social.

Como forma de compreender a subjetividade e a consciência, antes de defini-las no entorno histórico-cultural, serão apresentadas a categorias de desenvolvimento tomando-se a dimensão histórico-cultural de infância, adolescência e juventude. Em se tratando de desenvolvimento humano, à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky infância, adolescência e juventude são períodos do desenvolvimento humano que se sucedem enquanto fenômenos históricos, mas não determinado por leis naturais universais, pois dependem diretamente das condições objetivas da organização social em que este sujeito está exposto. Cada período descrito se relaciona com o seu subseqüente de forma dialética, revelando uma interação entre infância, adolescência e juventude de forma processual (Vigotski, 1996). Ademais, as categorias teóricas mencionadas precisam ser operacionalizadas para que se compreenda a ótica utilizada para se estudar o fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar feminino entre gerações servindo de suporte ao arcabouço teórico a que se pretende.

2.2.1 Infância

A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1933-1934/ 2006) trata o desenvolvimento infantil a partir do outro. Isto é, o sujeito que vivencia a infância necessita desta relação dialética com o social e com o ambiente para desenvolver-se socialmente. Nesta relação, esse sujeito também é ativo, transforma e é transformado, pois ele, além de fazer parte do meio ele também é o seu próprio entorno social.

A criança vai retratando o seu desenvolvimento através das mudanças de personalidade, as quais vão sendo acumuladas durante a sua vida até que elas se manifestam, constituindo uma formação qualitativa nova. No entanto, existem momentos em que as tais mudanças acontecem de forma mais brusca, o que Vigotski (1933-1934/ 2006) denominou períodos de crise. Trata-se de mudanças consideradas fundamentais para a constituição da personalidade num espaço de tempo relativamente curto, provocando uma reestruturação das necessidades e da criança, bem como de sua relação com o meio.

Quando há a transposição de idade, o meio enquanto espaço de desenvolvimento se transforma bruscamente, passando a interagir com a criança de forma representativamente diferente quando ela tem um ano, três, sete ou doze anos de idade. O que a Teoria Histórico-Cultural afirma é que o desenvolvimento é um processo contínuo no qual novas bases vão sendo desenvolvidas de forma a aprimorar a anterior qualitativamente diretamente proporcional às interações que aquele sujeito vivenciou com o ambiente que o cerca (Vigotski, 1933-1934/ 2006).

As crises propostas por Vigotski vivenciadas durante as etapas do desenvolvimento, embora aconteçam seqüencialmente no tempo, não são imutáveis, já que cada sujeito vivencia singularmente de acordo com a influência exercida pelas as condições histórico-sociais concretas. Esse processo consecutivo é composto da crise pós-natal; primeiro ano de vida; crise do primeiro ano; primeira infância; crise dos três anos; idade pré-escolar; crise dos sete anos; idade escolar; crise dos 13 anos; puberdade e crise dos 17 anos (Pasqualini, 2009).

A *crise pós-natal* refere as primeiras vivências do ser humano ao nascer, ou seja, seu primeiro contato social ao sair do útero materno. A primeira crise é demarcada pela separação física entre mãe e recém-nascido, mas não uma separação biológica, já que este é dependente dela. No entanto já é momento de formação de vida mental individual deste recém-nascido. E como este recém-nascido está intimamente ligado a sua mãe, esse período de crise só termina

quando ele começa a responder aos estímulos de outras pessoas de seu entorno social, ampliando assim seu universo de interações sociais e passando para o período seguinte, de primeiro ano de vida (Vygotski, 2006).

O *primeiro ano de vida* é marcado também pela dependência do bebê, no entanto não somente da mãe, mas do pai e dos que estão mais próximos. É uma dependência biológica já que ele não consegue se comunicar satisfatoriamente, ademais, o seu desenvolvimento psicológico não lhe permite diferenciar-se dos demais. Neste período, o bebê se familiariza com ferramentas caracterizada por objetos moveis capazes de serem utilizadas para a manipulação de objetos imóveis, o que caracteriza-se como um estagio inicial de desenvolvimento do pensamento instrumental. O fato de o bebê desenvolver esta habilidade lhe gera condições para que explore os limites do campo de percepção e aprenda os próprios limites de seu corpo. Neste momento ele já se prepara para usar gestos e linguagem (Vygotski, 2006).

É na *crise do primeiro ano* que o bebê desenvolve-se afetivamente a ponto de dar suas primeiras manifestações de afeto que caracterizam sua personalidade. Isso porque é nesse momento em que ela já dá sinais do desenvolvimento de suas vontades e aliado a isso, surgem os primeiros protestos para que estas sejam atendidas. Neste momento ela já adquire a fala autônoma, que se caracteriza por um momento de aprimoramento da fala, passando do não-verbal para o verbal, imprescindível para a vivência das próximas experiências (Vygotski, 2006).

A *crise da primeira infância* a criança já adquire noção de si mesma através do outro. Ou seja, primeiro ela compõe sua experiência de eu-outro e a partir disso, ela cria conhecimento do eu. Isso quer dizer que há a criação da autoconsciência da criança, o que lhe dá condições de diferenciar-se dos outros. É neste momento que a criança desenvolve a sua fala de forma a conseguir se comunicar com os outros, mas mesmo assim, com a fala mais

clara ela não tem consciência de como fala, e deste modo, não tem conhecimento de como selecionar palavras. No entanto, na medida em que vai se desenvolvendo, a criança passa a demandar de seu cérebro uma imagem da palavra o que lhe propõe as generalizações, em que um objeto passa a representar vários outros. Trata-se da formação primeira da consciência, imprescindível para o desenvolvimento posterior da mesma, já que a criança passa do estado de percepção para o de consciência do mundo e de si mesma (Vygotski, 2006).

A *crise dos três anos* é mais facilmente percebida a partir dos sintomas que ela evoca na criança como o negativismo (em que a criança recusa-se a fazer o que lhe foi proposto por outros, pelo motivo de a ideia não ter partido dela), a teimosia (quando a criança insiste em ser atendida em suas vontades, pelo fato de ser uma vontade dela), a rebeldia (quando a criança passa a se opor ao adulto, inclusive, manifestando-se com palavras e gestos depreciativos), a obstinação (em que a criança se empenha em tornar-se independente), o protesto (a criança trava tantos embates com os pais que se sente desvalorizada por eles), a desvalorização (a criança manifesta-se desvalorizando tudo o que para ela parece desagradável, ou seja, negativa tudo a seu redor que não lhe interessa) e despotismo (quando a criança manifesta-se através de poder, em busca de ser atendida em detrimento de qualquer outra pessoa, inclusive de outros irmãos). Sendo assim, pode-se dizer que esta crise dos três anos é marcada por uma crise das relações sociais da criança (Vygotski, 2006).

Na *idade pré-escolar*, é o momento em que a criança transforma a sua percepção e outros processos cognitivos (atenção, memória e pensamento) através de ferramentas culturais. Isso porque ela passa a extrapolar o círculo de seus pais e passa a socializar-se com outras pessoas (Vygotski, 2006).

A *crise dos sete anos* é marcada pela perda da espontaneidade da criança, em que ela passa a se comportar de forma artificial e teatral. É neste momento que a criança diferencia a vida interna da vida externa, o que favorece a incorporação do fator intelectual entre as suas

vivências e o ato em si, distanciando-se da característica espontânea e até ingênua próprio da criança. Neste sentido, as suas vivências associadas com o fator intelectual passam a ter sentidos para ela, o que serve de base para que a criança passe a valorar a si mesma e as próprias vivências, e também passe a julgar a si própria (Vigotski, 1933-1934/ 2006).

A *idade escolar* caracteriza-se pelo fato de a criança não encontrar-se suficientemente consciente de suas operações mentais o que provoca certa ingerência e dificuldade de desenvolver satisfatoriamente a observação interna e a introspecção. Assim, a memória direta e natural passa a ser mediada, para o que ela recebe ajuda dos signos artificiais que lhe proporcionam domínio sobre ela. Assim, a criança vivencia experiências de brincadeiras e de tarefas escolares de forma a proporcionarem exercícios destes ganhos, principalmente a formação de conceitos. Na formação de conceitos a criança exercita o desenvolvimento interno e o pensamento de forma que o conceito apareça em sua consciência (Vygotski, 2006).

Sendo assim, nesta tese a infância é entendida conforme tratado em Pilotti (1995) como tendo uma origem social e transitória e que será substituída por outra subsequente, a adolescência. Isso porque para o autor, há a necessidade de se compreender a infância diferentemente do que se comprehende criança, a qual é uma estrutura permanente presente no desenvolvimento social de todos, no entanto o individuo a vive transitoriamente por estar num processo de substituição.

Sem ignorar o fator violação de direitos que recai sobre uma situação de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, uma das dimensões de tomada elemento de discussão nesta tese sobre infância e criança refere o fator precocidade. Trata-se da precocidade constatada em que o abuso sexual incide sobre a vivência de uma infância que deveria ser saudável, sem, no mínimo, o conhecimento desta forma de violência. Que a experiência sexual precoce gera as consequências para o desenvolvimento infantil em âmbitos físicos, psicológicos, e

inevitavelmente sexuais, capazes de comprometerem a vivência da infância imprescindível para a vivência da vida futura. Isso porque de acordo com a teoria de Vygotski (2006) e a sua concepção das crises possibilita a compreensão de que o desenvolvimento do sujeito que se processa será formado a partir do padrão cultural, pois o desenvolvimento dependerá da relação como Outro, inicialmente mãe, pai e adianta-se com Outros do universo relacional.

Embora se conheça que o ECA atrela a seu conceito de criança a faixa etária que vai de zero até 12 anos incompletos (Silva & Motti, 2001), nesta tese criança refere-se a uma dimensão particular em que cada uma delas vivencia de forma singular a sua infância, enquanto sujeitos constituídos sócio-historicamente. Assim, tem-se como infância a vivência do período de desenvolvimento que antecede a adolescência, e que será tomada como tal quando se configurar numa dimensão coletiva, eclodindo semelhança entre vivências.

2.2.2 A adolescência

O fenômeno da adolescência pode ser analisado sob os mais variados prismas, na tentativa de se compreender melhor a dinâmica envolvida na mesma, pois faz-se necessário compreendê-la no âmbito de uma totalidade, e deve ser compreendida em seu aspecto biológico (mudanças corporais de maturação como os caracteres sexuais secundários) e psicológico (formação de uma personalidade mais independente, baseada na busca de uma identidade própria), considerando-se os aspectos comportamentais (Osório, 1998).

A perspectiva histórico-cultural afirma a importância de se compreender a adolescência focalizando os comportamentos, ou seja, a transição do lugar de passivo para alguém que se torna ativo, questionador diante de sua vida, sendo este o aspecto central gerador de transformações no indivíduo (Vygotski, 1996). Há uma leitura social das relações do adolescente com o mundo adulto, que não aparecem somente como interferência, mas

como origem, como constituição do ser adolescente (Ozella, 2003).

É no sentido de refletir sobre a adolescência construída historicamente que Bock, Gonçalves e Furtado (2002) apontam elementos fundamentais para a compreensão da adolescência numa perspectiva sócio-histórica. Os autores apontam ser necessária a consideração do vínculo entre o desenvolvimento do homem em relação com a sociedade. Ademais, assinalam como necessidade imediata que se lance um olhar menos patologizado acerca da noção do desenvolvimento humano, especialmente acerca da adolescência. Acrescentam que deve haver um avanço no olhar naturalizado acerca da adolescência, para só assim as peculiaridades e especificidades históricas, culturais e sociais possam ser consideradas adequadamente na composição de estudos, pesquisas e na compreensão em geral acerca das vivências dos adolescentes.

Sendo assim, a categoria adolescência será tratada conforme a perspectiva histórico-cultural que afirma este ser um período que compreende processos vividos no contexto coletivo, o qual ocorre continuamente no intercurso social. Refere uma dimensão social que recebe características de desenvolvimento cognitivo e biológico, no que tange a maturação corpórea (Ozella, 2002).

À essa peculiaridade que se refere à adolescência pode-se entender, à partir da teoria de Vygotsky (1932-1934/1996), como a vivência singular de cada sujeito em através de suas experiências sociais. De fato que tais experiências subjetivas não fazem parte somente da história social dos adolescentes, mas permeiam o sujeito por toda a sua vida. Essas experiências dialeticamente vivenciadas geram mudanças no sujeito, em que ela vai introjetando cada vez mais elementos a sua personalidade ao longo da vida.

É na adolescência que se produz um avanço intelectual, em que o adolescente passa a formar verdadeiros conceitos, os quais possibilitam-no uma consciência social e a assimilação e conhecimentos científicos, culturais e artísticos. É através deste pensamento em

conceitos que o adolescente comprehende a realidade a seu redor, os outros e a si mesmo. É neste momento que o pensamento abstrato se desenvolve mais tomando o espaço antes dominado pelo pensamento concreto. Estes pensamentos, facilmente neste período, gradualmente vão convertendo-se em convicções internas, de forma a orientar seus interesses e desejos, adotando a função de códigos de conduta ética. É, portanto neste período, que o sujeito constrói seus pontos de vista, suas opiniões sobre o mundo, sobre as relações e sobre o futuro. Os estudos ganham o sentido de meio para a aquisição de um futuro que atenda seus desejos pessoais e profissionais, experienciando o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa potencialmente criadora (Vygotski, 1996).

No entanto, existem momentos em que tais experiências se integram mais suavemente e em outros momentos que elas proporcionam transformações tão contundentes que são consideradas pelo autor como crises. Essas transformações referem mudança na relação entre o sujeito com o meio, mas também consigo mesmo. A adolescência segundo as teorias de crises de Vigotski é composto pela *crise dos 13 anos, a puberdade e a crise dos 17 anos* (Vygotski , 1933-1934/ 2006).

A *crise dos 13 anos* é o momento em que o negativismo que experienciara na crise dos três anos novamente vem à tona, mas com todos os atributos do novo contexto e do sujeito que se fez desde então. É nesta idade que se vivencia a perda de rendimento escolar e da capacidade de trabalho em geral. No entanto, esta crise, mesmo assim, é considerada positiva na medida em que marca a transição de uma forma inferior para uma forma superior de atividade intelectual (Vygotski, 1996).

Em seguida da crise dos 13 anos, o sujeito vivência a *puberdade*. Este período é marcado, principalmente, pela maturação sexual, que provoca diminuição da capacidade e produtividade mental dos adolescentes, ocasionando uma queda de rendimento escolar. Após,

o adolescente vivencia a *crise dos 17 anos* que se caracteriza pelo desenvolvimento da autoconsciência e da implementação de sua personalidade. Neste período o sujeito concebe concretamente as diferenças entre os indivíduos, admitindo a existência da vasta variedade interindividual (Vygotski, 1996).

Para Vygotski (1996) para compreender a adolescência deve-se abordar também as questões afetivas. É neste período que há uma estruturação de uma personalidade caracterizada pelo livre-arbítrio e que a partir de uma vontade baseada na ordem afetiva as escolhas dos adolescentes acontecem. É neste momento que se tem o domínio tanto de si mesmo como da natureza.

É nesta perspectiva histórico-cultural que adolescência é entendida nesta tese. A adolescência aqui é atravessada pelo contexto sócio-histórico e pelas relações sociais de cada sujeito, ou seja, eles se constituem a partir de cada lugar social que habitam. É um momento em que o sujeito desenvolve-se afetivo e cognitivamente e que culmina no desenvolvimento da autoconsciência. Neste sentido, a categoria adolescente é entendida a partir desta teoria, mas refere uma dimensão singular de cada sujeito que vivencia este período de adolescência. Associado a esta dimensão individual, para efeito de operacionalização, adolescente será também entendido conforme preconiza o ECA (Silva & Motti, 2001) que compreende sujeitos que tem entre 12 e 18 anos.

2.2.3 Juventude

Vygotski (1996) em sua Teoria Histórico-Cultural, que fundamenta desta tese, utiliza ao longo do texto sobre a *Paidologia del adolescente*, ora o termo adolescência ora o termo juventude, através do que se entende que nem mesmo o autor destaca uma clareza entre ambas as categorias. Um dos motivos que se entende explicar esta ausência de separação,

pode ser o fato de o autor não tomar como base de sua teoria os aspectos biologicamente determinados, apontado como fator principal entre teóricos atuais. Isso porque para Vygotski o que caracterizava o desenvolvimento humano eram as suas experiências sociais e culturais ao longo de sua vida. Outro fator é o fato de que os estudos vygotskianos foram interrompidos abruptamente com o seu falecimento em tenra idade, o que pode ter impossibilitado o avanço de determinados conceitos em sua teoria como estes em voga.

Para Vygotsky (1991) já que o sujeito se constitui a partir do mundo que o cerca, o jovem vivencia estas relações com a cultura de forma dinâmica. Trata-se de um espaço em que ele interage e se apropria desse meio de acordo com as suas condições concretas de existência, as quais podem ser facilitadores ou dificultadores do seu acesso a educação, cultura e saúde, assim como dos bens de consumo materiais.

Neste sentido, em sendo a juventude entendida como uma condição social de cada sujeito, ela ultrapassa a concepção de fase estática. Deve-se dar à juventude o dinamismo que ela carrega, caracterizado pelas constantes transformações sociais advindas das condições sociais concretas de cada indivíduo (Vygotski, 1996). Assim, torna-se pertinente pensar na existência de diferentes juventudes, que ultrapassam a concepção de conseqüência do desenvolvimento natural do indivíduo.

O processo de desenvolvimento do jovem se dá a partir da interiorização das relações sociais, e se vincula ao desenvolvimento histórico e social do coletivo humano. Neste cenário, quando Vygotski (1996) assinala que o sujeito é ativo socialmente, que se apropriaativamente do que lhe cerca, entende-se o jovem como um sujeito também ativo que interage com o meio e que, além de ser transformado por ele, também é agente transformador deste social.

É a partir deste entendimento em que a teoria sócio-histórica² propõe uma compreensão de que juventude é uma construção social e deste modo cada jovem pode se constituir individualmente e, portanto, diferentemente, o que indica que seja mais pertinente pensar não em uma juventude, mas em juventudes. Desta forma, deve-se lançar um olhar que considere a especificidade de cada sujeito dentro de um entorno que determina uma significação social das transformações que ele vivencia. Isso porque não existem características universais afeita a cada período do desenvolvimento, pois cada habilidade vai sendo construída e adquirida ao longo do tempo de acordo com as condições objetivas de cada sujeito (Bock, 2004).

Para esta pesquisa toma-se por base a compreensão da abordagem histórico-cultural compreendendo o sentido da juventude em seus aspectos social, histórico e cultural, a qual é atravessada pelo tempo e o espaço e pelas tantas vozes sociais que compõem a história do jovem. Ou seja, um olhar sobre juventude que considera além das características físicas, biológicas e de faixa etária, como principalmente, entende que a definição da categoria juventude é construída socialmente, e por isso, cada vivência dos sujeitos dado o contexto histórico-cultural gera características individuais que compõe cada um deles. Portanto, é um sujeito que se constitui a partir do outro e do seu contexto. Essa constituição acontece dialeticamente na relação recíproca entre o individual e o social. Refere dizer que o sujeito enquanto produtor ativo de cultura, não se posiciona passivamente frente aos acontecimentos que o circundam. Quer dizer que enquanto sujeito ele é moldado pela cultura que ele mesmo cria.

² A autora utiliza o termo sócio-histórico para referir a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky. Por este motivo, ambas serão adotadas nesta tese, no intuito de manter a fidedignidade da informação coletada.

2.2.4 Consciência

A *consciência* é compreendida por Vygostky (2004) a partir das influências da reflexologia tendo-a como um entrelaçamento de sistemas de reflexos, sem deixar que a consciência seja confundida com o reflexo. Não se confunde porque cabe à ela fazer o papel de transmissor dos sistemas de reflexos.

Para Vygotsky (2004, 2009), os princípios da constituição da consciência e das funções superiores do indivíduo são fundamentados na idéia de que esses processos têm uma "gênese social", provinda das relações do indivíduo com os objetos e com outras pessoas, isto é, das condições objetivas de sua vida social. Esses processos refletem concretamente sua ação sobre os objetos, principalmente os objetos sociais. Esta gênese social significa, em sentido amplo, que toda a cultura é social, pois é produto da vida e da atividade social do indivíduo.

Na verdade o que Vygotsky (2004) afirma é que a consciência do sujeito somente se dá a partir do conhecimento do outro, afirmindo a relação dialética que se faz no ambiente social relacionando-se com o âmbito individual. Assim a constituição do sujeito depende do reconhecimento do outro na relação dialética, mas fundamentalmente pelo conhecimento do eu, através de um mecanismo de reflexos reversíveis:

Temos consciência de nós mesmos porque a temos dos demais e pelo mesmo procedimento através do qual conhecemos os demais, porque nós mesmos em relação a nós mesmos somos o mesmo que os demais em relação a nós. Tenho consciência de mim mesmo somente na medida em que para mim sou o outro, ou seja, porque posso perceber outra vez os reflexos próprios como novos excitantes. (p. 82)

O autoconhecimento ou autoconsciência só se torna possível a partir das introspecções e percepções internas experienciadas pelo sujeito oportunizadas no contato com o social, com

o outro. O mecanismo através do qual se dá essa relação dialógica é de ordem reflexa. Nessa ordem reflexa reversível ambos exercem função de excitante (Vygotsky, 2004).

Ao relacionar os reflexos com a introspecção, Vygotsky (2004) aborda reflexos não manifestos (fala silenciosa) referindo-se aos que não são acessíveis através da observação por serem de ordem interna, mas o que não os furta de fazerem o papel de excitantes (de forma indireta ou mediatisada) para respostas efetivas do sujeito. Assim, o autor atribui ao comportamento ou reações que não estão explícitas, importante caminho para acessar a consciência. Sendo assim, a consciência é o reflexo (ou o eco) do mundo vivenciado pelo sujeito, demonstrando que a ela também é uma forma de contato social consigo o qual é materializado através da fala interior ou silenciosa proferida pelo sujeito.

Segundo Vygotsky (2004, 2009) é a interiorização das funções psicológicas que marcam o desenvolvimento mental. Essa interiorização não é simplesmente a transferência de uma atividade externa para um plano interno, mas é o processo no qual esse interno é formado. Ela constitui um processo que não segue um curso único, universal e independente do desenvolvimento cultural. No entanto, é algo que não se resume apenas a processos cognitivos, mas trata-se de interiorizar todos os modos de vida que foram construídos culturalmente dentro daquele ambiente como aspectos afetivos, psíquicos e comportamentais. O que determina quais entre os elementos de subjetividade contatados durante a vida que serão internalizados é a vontade.

Como forma de acessar este conteúdo relativo às *funções psicológicas*, antes excluído (ou até negado) pelos estudos reflexológicos (priorizando aspectos objetivos, conforme já mencionado), Vygotsky enfatiza o estudo definido por funções psicológicas inferiores (ou elementares) e funções psicológicas superiores, para o qual desenvolveu um método de investigação e análise. O autor as diferencia a partir de características que classificou como de ordem genética, estrutural e funcional específicas a cada uma delas, no entanto, funções

psicológicas inferiores e superiores inter-relacionam-se uma vez que para que haja a superior faz-se necessário ter desenvolvido a inferior conforme definição. Assim, descreveu como funções psicológicas inferiores aquelas relativas a reações imediatas do sujeito, ou seja, que são inconscientes ou involuntárias, possuindo então origem natural e biológica, ocorrendo de forma instintiva, cabendo ao meio social e físico o controle das mesmas, como acontece com uma criança em seus primeiros contatos com o mundo que precisa de um adulto que o ensine a controlar. Já as funções psicológicas superiores são descritas como operações psicológicas qualitativamente novas e mais elevadas que as inferiores originadas das relações reais entre os indivíduos, necessitando assim de serem mediadas como acontece com linguagem, memória lógica, atenção voluntária, formação de conceitos, pensamento verbal e afetividade (Vygotsky, 1991).

Os *signos* são os mediadores dessas operações das funções psicológicas superiores. Servem como auto-estimuladores para o sujeito que possui natureza social, pois são interiorizados a partir da experiência coletiva. Os signos enquanto sujeitados às normas sociais e regras convencionais, são a própria linguagem, ou seja, sua existência está condicionada aos determinantes sociais, históricos e ideológicos. Isto refere dizer que são os signos que atuam sobre o sujeito efetuando controle sobre ele e os outros, o que revela uma relação dialógica em que um é estimulado e estimulante para o outro. Desta forma são as funções que se caracterizam pela existência da *experiência* (a vivência do sujeito que o constitui como tal) possuindo natureza histórica de origem sociocultural (Vygotsky, 2004).

A relação entre as funções psicológicas inferiores e superiores obedecem a lógica da superação emprestada da teoria dialética Hegeliana, em que as inferiores são transformadas e conservadas nas superiores em nível oculto, sendo, portanto superadas e não eliminadas. Em determinados momentos, uma função emerge de forma mais contundente que a outra, o que caracteriza uma hierarquia entre elas, mas que ocorre momentaneamente (Vygotsky, 1991).

No momento em que uma função psicológica impõe sobre a outra destaca que este ato é movido pela vontade que se caracteriza por ser social, interpsicológica e posteriormente intrapsicológica. Vygotsky se orienta pelo prisma da lei genética do desenvolvimento cultural para referir que toda função psicológica se dá em duas dimensões possíveis, sendo a primeira a dimensão interpsicológica seguida da intrapsicológica (Vygotsky, 1991).

O que a Teoria Histórico-Cultural refere é que durante o processo de constituição do sujeito que ocorre na intersubjetividade, há uma conversão de signos mediadores que num primeiro momento estavam situados na dimensão interpsicológica e que, conforme a maturação do sujeito e suas experiências foram convertidos em intrapsicológico. No entanto, Vygotsky ressalta que nas relações sociais nem tudo que é social é interpsicológico e nem tudo que é interpsicológico é intrapsicológico. Isso porque a dimensão intrapsicológica acontece a partir da conversão de signo interpsicológico em signo intrapsicológico, o que ocorre a partir da mediação dos signos (Vygotsky, 1991).

A *mediação* é entendida por Vygotsky como processo. Não se trata de algo que se encontra interposto numa relação, a mediação é a própria relação. Sendo assim é um conceito na teoria de Vygotsky que recebe fundamental importância, pois é ela quem prenuncia a relação eu-outro. Os mediadores podem ser de dois tipos: *signos* e *instrumentos*. Os signos são mediadores que exercem ação sobre o psiquismo do sujeito. São criados socialmente e mudam de acordo com o grau de desenvolvimento do sujeito, como linguagem, escrita e numeração. Os instrumentos são aqueles mediadores que exercem uma ação sobre o objeto, ou seja, são ferramentas que possibilitam a interação do sujeito agindo sobre o objeto (Vygotsky, 1990).

No entanto, não há necessidade de que o interlocutor esteja presente fisicamente para garantir a mediação, o signo opera uma função de interagir socialmente a partir de seu significado. “O significado é o caminho do pensamento para a palavra (...) é a estrutura

interna da operação do signo (...) o significado não é igual ao pensamento..." (Vygotsky, 2004, p. 179-180).

A relação entre o pensamento e a palavra é direta, pois é nela que o pensamento se realiza, isso porque para que se torne social o que se está pensado faz-se necessário que ele seja convertido em palavra e que esta carregue o sentido social suficiente para dar dinamismo à comunicação. No entanto, o entendimento entre as partes que se comunicam somente se dá quando se acessa através da fala os motivos do interlocutor, o que refere dizer que o sentido da palavra pode mudar a mercê da motivação imperada. A fala é, portanto um correlato da consciência e não do pensamento, é o sinal de contato entre consciências, ou seja, está presente no propósito da dialogia. Ressalta-se então que o significado da palavra não muda, somente evolui em função da mudança de consciência, pois trata-se de uma generalização, já o sentido é algo que carrega características sociais, culturais e ideológicas, portanto adapta-se ao tempo e espaço (Vygotsky, 2004, 2009) .

Diante disso Vygotsky (2004) afirma que a comunicação entre as pessoas se dá por meio de *significados* na condição de que estes significados evoluam. "O significado não se refere ao pensamento, mas a toda a consciência." (p. 189). Possui o papel de reorganizador de toda a estrutura psíquica, pois cabe ao significado o elo entre pensamento e palavra para assim ser possível o dialogismo. Conhecer o significado de algo implica em conhecer o singular enquanto universal uma vez que é o significado quem permite que as generalizações ocorram evidenciando que pouco eles mudam em acordo com o contexto.

O que orienta o discurso de cada pessoa é o que ela vem experienciando e se identificando e que, então vai constituindo a sua consciência. O fato é que não existe consciência sem uma experiência porque é a experiência quem determina a consciência. Sendo assim, a fim de compreender o comportamento humano, Vygotsky (2004, 2009) conceituou a consciência partir de três dimensões: experiência histórica, experiência social e

experiência duplicada.

A *experiência histórica* refere aquela que foi herdada pelo sujeito de suas gerações anteriores, mas que não se trata daquilo que foi transmitido geneticamente, mas que foi experienciado durante o seu desenvolvimento. Relacionando-se com a histórica está a *experiência social*, que revela o componente social do comportamento humano na medida em que se refere ao que foi vivenciado a partir da experiência do outro. Já a *experiência duplicada* é algo afeito somente aos seres humanos, pois trata-se de uma espécie de planejamento que ocorre a nível interno que se caracteriza pelo pensamento antes da ação e que por isso permite ao homem desenvolver formas de adaptação ativa. Para que exista a experiência duplicada o sujeito se baseia nas experiências histórica e social para que exerça uma das principais funções da experiência duplicada que é a adaptação do homem ao meio de forma ativa (a capacidade de transformar o ambiente e a si mesmo através da ação). O homem, diferentemente do animal, modifica o meio para sobreviver adaptando-o a si (Vygotsky, 2004, 2009).

O elemento cultural é, portanto, parte do processo de construção do homem, ou seja, é a historicidade, a experiência que vai construir sujeitos diferentes, e são exatamente essas condições de vida (objetivas) do homem é quem vão determinar a sua consciência, sendo então um elemento primordial para a compreensão do conceito de subjetividade. A subjetividade explica a constituição do sujeito humano através de sua elaboração do mundo, como suas escolhas, por exemplo, o motivo de alguém pensar ou agir da forma que faz. E exatamente essa consciência determinada a partir do contexto em que o sujeito vive composto do arcabouço cultural e oriundo das interações sociais que vai constituir alguém enquanto sujeito (Vygotsky, 2004, 2009).

Nesta tese, o estudo da consciência à luz da Teoria Histórico-Cultural auxilia na medida em que ao se considerar a consciência como o resultado da vivência das experiências,

as reações das mães participantes desta tese que acontecem em nível de consciência é que vão regular a forma como agirão nas situações subsequentes ao dar-se conta da vitimação da filha ou da repetição entre diferentes gerações femininas na família. Assim, essa categoria histórico-cultural poderá subsidiar a compreensão acerca do modo como a mãe compreendeu a situação e de que forma ela conseguiu adaptar-se e como reagiu.

2.2.5 Subjetividade

A categoria *subjetividade* é tratada pela Teoria Histórico-Cultural a partir da constituição do sujeito. É um processo constante e que acompanha as mudanças sócio-históricas do homem. O sujeito, por sua vez, é constituído a partir de suas relações sociais, e a autoconsciência somente é possível a partir da consciência que se tem do outro nessa relação dialética (Vygotsky, 2004). Nesta relação com o outro e com o meio em que vive, a cultura exerce, portanto um papel fundamental neste processo de subjetivação. O homem e a cultura possuem um papel ativo, o que quer dizer que ao mesmo tempo em que o homem constitui a cultura ele é constituído por ela. Seu desenvolvimento cultural encontra-se assentado nos processos biológicos numa ação complexa em que mutuamente cultura e biológico constituem-se no desenvolvimento humano (Molon, 2009).

Deste modo, a categoria subjetividade é um conceito implicado na compreensão do conceito de objetividade. Afirma que para que se conceba o mundo interno, é preciso entender o externo. E neste processo, o sujeito atua sobre o objeto constantemente (Vygotsky, 2004). Neste sentido, o mundo pode ser considerado de forma ampla como o lugar da constituição da subjetividade, pois trata-se de uma permanente constituição do sujeito através do reconhecimento do outro e do próprio eu:

A subjetividade manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no

sujeito. Ela é processo que não se cristaliza, não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si abstrato e imutável. É permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais (Molon, 2009, p. 119).

A subjetividade vai tentar explicar conforme aponta Vygotsky, tratado em Molon (2009), a constituição do sujeito humano através de sua elaboração do mundo, como suas escolhas, por exemplo, o motivo de alguém pensar ou agir da forma que faz. São exatamente essas condições objetivas que o constituem como sujeito e para isso o ambiente é fator principal nessa constituição. Sendo assim, é a partir destas premissas que se assenta o estudo da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre geração, na busca de compreender a forma como se constituiu o sujeito mãe a partir das condições vivenciadas tanto na época em que ela própria foi vitimada pelo abuso como também quando do conhecimento acerca da vitimação da filha.

É a partir da experiência de cada sujeito que seu comportamento e sua personalidade desencadeiam. Assim, Vygotsky (1990) ao tratar da relação entre realidade e imaginação assinala o caráter não abstrato específico ao humano. O autor aborda a função imaginativa do ser humano atrelada a sua experiência histórica, pois é através dela que o homem constrói a sua fantasia. Assim, a variedade da criatividade de cada um estará vinculada ao leque de experiência que o sujeito acumulou durante sua vida, determinando o material que sustentará a imaginação, o que refere dizer que, por exemplo, a imaginação da criança será mais pobre de variedade e criatividade do que a do adulto que já tem mais tempo de vida e, portanto sua experiência é mais vasta. Isso demonstra uma relação dialética entre a imaginação e a experiência em que uma esta subordinada à outra. E o autor explica:

...a atividade criadora da imaginação se encontra em relação direta com a riqueza e a variedade da experiência acumulada pelo homem, porque esta experiência é o material com que ele ergue seus edifícios à fantasia. Quanto mais rica for a experiência humana,

tanto maior será o material de que dispõe a imaginação. Por isso, a imaginação da criança é mais pobre que a do adulto, por ser menor a sua experiência (p. 17).

Molon (2009) acrescenta que nesse cenário existente entre a realidade e a imaginação está situado o vínculo emocional o qual se manifesta através da influência dos sentimentos sobre a fantasia (como ocorre nos sonhos em que não há regras racionais para pensar ou agir) ou mesmo da imaginação agindo sobre os sentimentos (como acontece ao ouvir uma música e sente despertar um complexo de sentimentos e emoções relacionados à fantasia).

O sujeito é definido considerando sua condição de ativo e os espaços sociais onde ele representa um momento da subjetivação e que de forma processual também é constituído. Ao considerar o sujeito como um indivíduo consciente, intencional, atual e interativo, deve-se lançar o olhar acerca do sujeito como um sujeito de emoção (Toassa, 2009).

As emoções são um tipo determinado de reação. São tratadas inicialmente por Vygotsky como uma atividade instintiva do ser humano, que depois passa a tratá-las como “comportamentos emocionais”³ de ordem hereditária: “...as emoções são funções psíquicas superiores, funções mentais cujas formas e conexões biológicas, inferiores, são transformadas pela vida social e cultural.” (Toassa, 2009, p. 238).

As emoções representam estados de ativação psíquica e fisiológicas que são oriundas dos registros complexos do organismo em contato com o social, o psíquico e o fisiológico. Elas representam um dos mais importantes registros da subjetividade humana, pois são transformadas em ações as quais vão caracterizar o sujeito nos espaços de suas relações sociais, adentrando também no cenário da cultura (Toassa, 2009).

Portanto, as emoções estão relacionadas com as vivências e com a consciência do sujeito. O modo como o sujeito vivenciou as experiências durante a sua vida, que

³ Aspas da autora.

constituíram sentido para ele, associado ao exercício de tomada de consciência nestas situações, vai dar o tom das emoções por ele vivenciadas. Neste sentido, ao lançar-se o olhar para a vivência das mães que tiveram as filhas abusadas por alguém da família e que também possuem história de abuso quando eram crianças, pode-se supor que o modo como estas mães vivenciaram o seu abuso sexual intrafamiliar na infância ou adolescência e o modo como elas internalizaram esta vivência e as emoções provocadas, vai influenciar no modo como elas vão vivenciar a história de abuso sexual intrafamiliar de sua filha. O estudo desses registros subjetivos a partir das emoções vivenciadas tanto na situação quando da vitimação da mãe como quando sua filha foi vitimada torna-se ferramenta importante.

É nesse espaço que também se inscreve o que já foi abordado neste capítulo como a tríplice natureza da consciência tratada por Vygotsky (2004) composta por experiência histórica, social e dialógica. Numa breve retomada de conceitos, o autor define como histórica aquela experiência que encontra-se registrada por antepassados históricos mas que não estão relacionadas a herança familiar; como experiência social refere ao que o sujeito contata em sua realidade em relações com a sociedade; e a duplicada refere aquela que o sujeito abraça para si algo adquirido no meio social que o capacita relacionar-se consigo mesmo. Assim, a experiência determina uma seleção de acordo com as necessidades do sujeito, o que os diferencia dos demais e o caracteriza como ser distinto e único. Essa seleção acontece envolvendo o sujeito em toda a sua capacidade envolvendo emoções, sentimentos, criatividade, razão, personalidade etc.

Assim, o estudo acerca da subjetividade se torna agente necessário na compreensão do sujeito mãe que também foi vitimado pelo abuso sexual e que viveu situação semelhante com a filha. Isso porque trata-se de um caminho para acessar os aspectos particulares e sociais desse sujeito ditados pela forma com que foram internalizados no decorrer das experiências, ou seja, compreender a constituição da mãe enquanto sujeito a partir da forma com que se

relacionou com as diversas situações, que, para esta tese, toma-se como base a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações.

2.2.6 A repetição

A Teoria Histórico-Cultural não aborda o abuso sexual, nem tampouco a repetição do mesmo, conforme o objeto de estudo desta tese. No entanto, fornece subsídios teóricos para compreender o sujeito mãe em sua subjetividade, ampliando o conhecimento acerca da consciência que é acessada através da linguagem retratada nos signos socialmente acordados e instituídos, revestidos em palavras que carregam os significados. O que se pode acessar como forma de materialização desta consciência (que certamente retrata um movimento que acontece em âmbito interno) são os elementos característicos dela retratados na linguagem repleta de elementos constituídos de experiência (histórica, social e duplicada), reflexos reversíveis e dialogismo.

Vygotsky (2004) aborda a compreensão e acesso à consciência a partir do estudo dos reflexos. Assinala como lei elementar que os reflexos se entrelaçam entre si de modo que a resposta de um se torna o excitante de um outro reflexo ao entrar em contato com um novo outro. Afirma assim, a possibilidade de que em variadas conexões semelhantes haja um mecanismo hereditário e que ainda sejam eles provenientes de reflexos não condicionados, e as outras conexões existentes sejam produzidas a partir dessa experiência, fato que explica as reações instintivas segundo Pavlov, sendo caracterizado como um mecanismo de reflexo em cadeia.

Emprestando a explicação dos reflexos de Pavlov, Vygotsky (2004) encontra na consideração de não somente um sistema de transmissão entre reflexo, mas vários deles coexistindo, aponta um mecanismo que considera fundamental como forma de materialização

da consciência. O autor se refere à capacidade existente no corpo humano de através de seus atos se constituir excitante de si mesmo, ao deparar-se com outros atos, o que considera ser a base da consciência: "...Quanto mais acertadamente cada reflexo interno na qualidade de excitante provocar toda uma série de reflexos diferentes procedentes de outros sistemas e transmitir-se a eles, mais consciente será a sua sensação (será sentida, se verá reforçada na palavra etc)". (p. 71)

O fato de alguém dar-se conta de algo denota o ato de transformar determinados reflexos em outros. Sendo assim, torna-se possível a existência de diferentes graus de consciência, isso porque ter consciência das próprias sensações refere estar ciente de que configurou-se objeto excitante para outras sensações, o que exprime a sua capacidade de fazê-lo e então a condição para que haja a transmissão entre distintos sistemas: "... A consciência é a vivência das vivências, assim como as simples sensações são as sensações dos objetos..." (p.71). Isso porque quando um reflexo se torna excitante para outro reflexo (o que configura a transmissão entre sistemas) o mecanismo ocorre de forma consciente provocando uma resposta, o que configura que a consciência funciona, segundo o autor, como um eco (Vygotsky, 2004).

As reações que acontecem em nível de consciência descritas por Vygotsky (2004) possuem capacidade de regulação e direção das subsequentes, e, por conseguinte tem o papel de reguladora do comportamento. Enquanto mecanismo regulador pode acontecer de um determinado reflexo que provocou certa excitação provocar uma reação secundária capaz tanto de reforçar ou de interromper o excitante inicial, o que configura o mecanismo da consciência.

No entanto, além das reações descritas, no organismo humano existem outros processos como a autoconsciência e a introspecção que ocorrem somente graças aos reflexos secundários que funcionam como fontes de respostas. O fato é que essa experiência se torna

acessível apenas à própria pessoa que vivencia (Vygotsky, 2004). E como acessá-los então, já que compõem um repertório de dados que ocorre em âmbito particular, ou seja, se configuram como reflexos não manifestos?

Para esta questão Vygotsky (2004) assinala a necessidade da mediação. Trata-se de uma forma de acessar os reflexos que não são captáveis através de observação. A importância de se buscar captá-lo prende-se ao fato de que na psique esses reflexos não manifestos (ou fala silenciosa) desempenham papel primordial e central no sistema de comportamento. É aí que se encontram as reações secundárias da consciência que executam papel de importante excitante para respostas acessíveis.

Vygotsky (2004) refere que em sendo a consciência um mecanismo secundário, é impossível ao homem dirigi-la para si mesmo, ou seja, não é possível pensar o próprio pensamento, pois a consciência não é um reflexo e assim não pode servir de excitante para outro reflexo subseqüente, mas ela é sim um mecanismo de transmissão entre sistemas reflexos. Assim, a forma mais indicada para acessar esses mecanismos é por meio da vontade:

“...é precisamente por meio da vontade que descobre melhor e de forma mais simples a essência da própria consciência(...) Qualquer movimento deverá se realizar da primeira vez inconscientemente(...) É a consciência da vontade que proporciona a ilusão de dois aspectos: pensei em fazê-lo e o fiz...” (p. 80).

Quando os sentimentos se tornam conscientes são atravessados pelo pensamento, e este pensamento é permeado pelos sentimentos referidos. O que vai indicar a ênfase que o sujeito dá para moldar seu comportamento externalizado é a vontade. Assim, abre-se um teorema para a compreensão e constituição da consciência composta por sentimento (refere dimensão afetiva) associado à vontade (relativo a motivação) associado também ao pensamento (afeito à dimensão cognitiva) (Molon, 2001).

É a experiência quem determina a consciência por meio do mecanismo de reflexos

reversíveis, os quais podem ser criados pelo próprio sujeito, em que um excitante se torna uma reação (ou vice-versa). São eles que caracterizam a base do comportamento social, servindo assim como reguladores coletivos. Os excitantes advindos do meio social podem ser reproduzidos pelo próprio sujeito, uma vez que ao se apropriar destes excitantes ofertados pelas outras pessoas o sujeito é capaz de revertê-los e assim ter seu comportamento por ele determinado, distinto dos demais (Vygotsky, 2004).

É a partir nesse mecanismo de sistema reversível que se assenta a importância da linguagem, considerada como fonte de comportamento social e da consciência. Desta forma, a linguagem torna-se um sistema de reflexos de contato social e também um sistema de reflexos da consciência, o que possibilita a autoconsciência e o conhecimento do outro, efetivados em mecanismos análogos (Vygotsky, 2004).

Assim, comprehende-se a reflexividade da consciência, ao notar a capacidade do sujeito em se desdobrar, ou seja, de ser objeto de si mesmo, o que refere uma consciência de se estar consciente. A consciência então possibilita uma experiência duplicada para o sujeito na medida em que o proporciona a experiência de ter um contato social consigo mesmo, como é o que ocorre com a fala silenciosa e fala interior (Molon, 2009). É a partir do conhecimento do outro que o sujeito se conhece numa relação dialógica em que um é excitante para o outro provocando respostas, que por sua vez, revertem-se em próximos excitantes de novas respostas (Vygotsky, 2004). Diante disso, o caráter secundário da consciência é determinado pela sua gênese no social, portanto sua origem advém das experiências e possui dependência psicológica das relações sociais (Molon, 2009).

As experiências são o principal determinante para a consciência. Dentre as formas experiências relativas ao ser humano Vygotsky (2004) aponta o que chamou de tríplice natureza da consciência, que é possível a partir do desdobramento que ocorre na consciência do eu e outro no sujeito consciente, considerando o comportamento do sujeito em três

dimensões: experiência histórica, experiência social e experiência duplicada. As experiências histórica e social não podem ser separadas pelo motivo de sempre aparecerem juntas, mas possuem algumas características conceituais distintas. Por experiência histórica o autor assinala ser aquela relacionada às vividas por gerações anteriores ao sujeito e que estão situadas nos registros históricos, como algo que não é herdado no âmbito particular do sujeito, ou seja, não é repassado de pai para filho. Já a experiência social que refere à experiência de outras pessoas repassadas ao sujeito no momento em que ocorrem as relações sociais efetivadas. Por experiência duplicada, entende-se a idealização de uma atividade antes de ser realizada propriamente. Trata-se de uma realização da mesma atividade na própria mente do sujeito para somente depois ser externalizada. É esta forma de experiência que possibilita ao homem desenvolver-se ativamente, o que o diferencia da passividade dos animais.

Outro fator diferenciador entre os sujeitos é a emoção a qual está afeita às vivências e consciência do sujeito. As emoções configuram um dos mais particulares e importantes registros da subjetividade humana, pois são elas que vão caracterizar o sujeito nos espaços de suas relações sociais, transformando-se em ações. Servem como forma de seleção realizada pelo sujeito a partir dos excitantes sociais. Trata-se de algo constituído historicamente e culturalmente em que o sujeito esteve em constante contato durante suas relações sociais (Toassa, 2009).

Mediante a retomada dos conceitos da teoria de Vygotsky, compreensão das categorias discutidas, sabe-se que A Psicologia Histórico-Cultural que norteia esta tese não tratou do objeto de estudo que se apresenta. Afinal, onde se configura a aproximação dessa teoria ao problema destacado nesta tese, a saber, a questão da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações?

Ao se compreender que o homem é concebido como sujeito, o que implica a idéia de

subjetividade e que o sujeito é um produto do meio em que vive, ou seja, alguém que se constitui de fora para dentro sendo, portanto, produto do contexto histórico-cultural, postulado pela perspectiva proferida por Vygotsky (1995), configura-se subsídios para compreender o sujeito estudado nesta pesquisa, as mães de crianças ou adolescentes abusados sexualmente em caráter intrafamiliar e que também possuem tal histórico em suas vidas. Compreender-se que se trata de alguém que se constitui a partir das condições objetivas vividas em sua vida, o que refere dizer suas vivências a partir das experiências de abuso sexual. São vivências que a constituem como sujeito e que contribuem para que reviva-a diante da situação de abuso sexual intrafamiliar de suas filhas.

Estudos acerca das reações maternas diante do conhecimento do abuso sexual intrafamiliar praticado contra seus filhos (as) (Morgado, 2001a, 2001b; Lima, 2008) apontam que as mães tendem a resgatar memórias de sua própria vitimação no passado também por abuso sexual intrafamiliar quando eram crianças ou adolescentes. Mas o que chama a atenção é que embora algumas mães afirmem não se darem conta de que sua filha está sendo abusada por alguém com quem se convive cotidianamente, a sua experiência está descrita na possibilidade de tal situação acontecer vitimando crianças ou adolescentes. Tanto é que algumas mães terminam por revelar que muitas vezes preferiram não encarar aquilo que estava se delineando à frente de seus olhos, numa tentativa de defender-se não somente de sua percepção acerca da qualidade do exercício de sua maternidade, mas também numa tentativa de não encarar sensações e sentimentos vividos no passado quando de sua própria vitimação.

Assim, emprestando da Teoria Histórico-Cultural introduzida anteriormente, pode-se pensar tomando por base o mecanismo de reflexos reversíveis da consciência em que a tomada de consciência da vitimação de sua filha reflete em excitante para a memória de sua própria vitimação. Esta por sua vez, lhe convida para reações que estão baseadas na sua

experiência histórica e social, em que rememora o modo como foi operado por sua mãe quando a vítima era ela, traduzindo em ações subseqüentes ao conhecimento (ou o dar-se conta) da vitimação de sua filha, o que caracteriza um dos aspectos do que se denominou repetição estudados nesta tese.

Outra aproximação entre o objeto de estudo desta tese e a Teoria Histórico-Cultural diz respeito à consciência relativa à experiência duplicada. As ações maternas diante do conhecimento do abuso sexual praticado contra sua filha são exteriorizadas após uma elaboração interna, configurada em pensamento, mas que lhe possibilita formas de adaptação ativa à situação. Trata-se de uma experiência consigo, com seus conteúdos internos, ou seja, sentimentos, memórias, emoções, sensações e pensamentos, que ao serem externados se mostram adaptados de forma que ora podem se configurar convenções sociais ou momentâneas para ela ou a família, distantes de representar o que ela realmente gostaria de externalizar, ora se configuram como respostas adequadas aos seus sentimentos, sensações etc em busca de um ajuste psíquico, numa tentativa de extravasar aquilo que esteve reprimido. O importante é observar que em qualquer das situações a mãe se constitui a partir da experiência e tem seu comportamento regulado a partir destas conformações internas excitadas pelo meio externo.

Neste espaço de discussão acerca do meio externo e suas influências no meio interno que se inscreve também a discussão com base no que foi postulado sobre emoções. Quando as emoções atuam como mediadoras do processo de subjetivação do sujeito, abre campo para conjecturar-se acerca das vivências das mães diante da sua vitimação como também diante do conhecimento a vitimação de sua filha. O raciocínio segue compreendendo que se as emoções são um registro através do qual o sujeito consegue mobilizar-se subjetivamente para assim desenvolver uma atividade, as ações subseqüentes ao conhecimento da vitimação da filha registrado pela mãe decorrem embebidas de emoções que direcionam o seu comportamento.

Pode-se pensar ainda que o dar-se conta de que o que lhe ocorreu no passado incide sobre a realidade de sua filha também pode ter sido movido por essas referidas emoções, não deixando disponíveis os recursos necessários para encarar a nova sensação dolorosa, de dar-se conta da repetição.

Isso porque esse estado emocional pode estar consciente ou não, mas o que os define é seu caráter afetivo que historicamente vai se constituindo como categorias como auto-estima, segurança, interesses etc. os quais definem o tipo de emoção que vai caracterizar o sujeito quando diante da necessidade de realizar uma dada atividade. Acrescenta ainda que esta atividade desempenhada pelo sujeito depende também da qualidade de sua realização nela (Toassa, 2009).

Assim, ao se pensar nas mães diante de tal experiência de repetição, pode-se adicionar às conjecturas expostas que elas tendem a buscar o não contato com os sentimentos negativos oriundos da sua vitimação. E mais uma vez, não desejarem analisar-se acerca da qualidade de sua função materna, também como forma de não ser obrigada a entrar em contato com os sentimentos que lhe causam pesar. Em sendo assim, o fato de não se aperceberem das evidências situacionais que ilustram a vitimação de sua filha em caráter intrafamiliar que por ventura possam existir, se tornam inteligíveis.

Ao adentrar na discussão acerca das emoções envolvendo o caráter afetivo representado historicamente por categorias como auto-estima, segurança e interesse, mais uma vez se infere a relação com o objeto de estudo enfocado, compreendendo que sentir-se bem a partir dessas conotações afetivas é condição para uma vida saudável (tanto física como emocional). De acordo com pesquisas realizadas com mães que se deparam com o abuso sexual intrafamiliar praticado contra um filho (a) (Morgado, 2001; Lima 2008), essas mães apresentam diversos motivos para não sentirem-se seguras em se aperceberem da situação ou mesmo de revelar o ocorrido, assim como revelam que possuem uma vulnerabilidade

evidente e auto-estima baixa, desinteressando-se, muitas vezes, por si mesma ou pelos próprios filhos e lar.

CAPÍTULO 3

MÉTODO

A proposta metodológica para esta tese é a abordagem qualitativa que segundo Rey (2003, 2005) caracteriza-se pela compreensão do conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta, defendendo assim, o caráter construtivo interpretativo do conhecimento. Para Rey (2005): “O conhecimento é um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo...” (p. 07).

Afirma-se a pertinência da pesquisa qualitativa para esta tese dado o objetivo de analisar a repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino que acontece no contexto intrafamiliar em diferentes gerações da mesma família e a sua característica subjetiva. A pesquisa qualitativa proporciona a compreensão do objeto a que intenta pesquisar através do contexto em que está inserido, neste caso, o contexto familiar. Desta forma, será possível captar os significados atribuídos pelas mães estudadas diante da situação de abuso que se repete e de que forma se constituíram enquanto sujeitos nesse contexto social. Trata-se de captar através das mães entrevistadas que participaram desta tese o sujeito e seu entorno agindo sobre ele, assim como a sua ação sobre o meio, o que indica captar o indivíduo e o coletivo, o histórico e o cultural mediado pela objetividade.

Neste sentido, em sendo esta tese de cunho qualitativo, que tem como fundamentação teórica a Psicologia Histórico-Cultural postulada por Vygotsky, dentro do contexto de um curso de doutorado em Psicologia Social, aliado as produções do NUPEDIA que também tem fundamentado as suas pesquisas nesta teoria de Vygotsky, optou-se por analisar os dados

emergentes das entrevistas com as mães participantes a partir da teoria bakhtiniana da Análise do Discurso. Mediante esta escolha, apresenta-se as aproximações teóricas que ambos os autores mantém, e que servem para acessar a realidade que se busca conhecer conforme objetivos apresentados anteriormente através da linguagem comunicada em cada discurso.

Nesta tese toma-se a linguagem como ferramenta de acesso a realidade das mães entrevistadas. Segundo Bakhtin, a linguagem que se produz no discurso de cada sujeito aparece atravessada por seu caráter histórico e social que fez parte da constituição do sujeito que fala. Refere dizer que para Bakhtin cada sujeito é representado por uma consciência individual, mas com atravessamentos coletivos. A cada momento em que o sujeito produtor de discurso enuncia no dialogismo ele demonstra o que agregou à sua consciência, que novos sentidos o fazem construir um saber através do qual ele se revela. Neste sentido, pode-se pensar na consciência concebida por Vygotsky a partir das internalizações que o sujeito vai fazendo ao longo de sua vida, as quais revelam a sua história e que vai agregando a si as experiências vivenciadas ao longo da vida. Ou seja, tanto para Bakhtin como para Vygotsky o sujeito é marcado por sua história e atravessado pela cultura, revelando-se um sujeito social.

Ao se abordar o processo de interação social a partir da visão de Bakhtin e Vygotsky pode-se conceber que ambos os autores visavam a dialética do subjetivo e do objetivo, relação esta mediada pela linguagem. Refere dizer que seja na linguagem, seja na interação ou no diálogo há sempre a relação do sujeito e do outro. Ou seja, tanto para Bakhtin como para Vygotsky a linguagem é considerada uma prática social.

3.1 A análise de discurso de Bakhtin

A análise de discurso de Bakhtin entende que a interação com o outro no mundo social é o aspecto central no processo de constituição da consciência de um sujeito. É através

do discurso alheio existente nas relações interpessoais que se constrói o conhecimento e as identidades sociais. Portanto, o discurso proferido não pode ser compreendido fora da situação social em que foi concebido, retratando assim as características internas como cultura, valores e normas do grupo a que pertence (Bahktin, 1981).

A proposta para esta pesquisa é de um processo de construção subjetiva que se dá a partir das condições de vida dos sujeitos, neste caso, das mães participantes. Isso porque compreende-se que a partir de suas condições objetivas que as mães irão construir seus discursos reveladores de suas vivências subjetivas e versarão sobre a sua experiência de vitimação por abuso sexual intrafamiliar quando eram crianças ou adolescentes, revelando assim a repetição entre gerações.

Bahktin (1981) afirma que um dos erros mais grosseiros que se comete ao analisar um discurso é separar a linguagem do sujeito de seu conteúdo ideológico e vivencial. Isso porque propõe que o sujeito é constituído na e pela linguagem em que várias vozes se encontram e são orientadoras das narrativas, caracterizando a polifonia constituinte do discurso tratada pelo autor. Isso porque em cada discurso pode-se encontrar regularidades lingüísticas bem próximas a noção de linguagens sociais definidas como aqueles discursos que são peculiares a um determinado grupo num determinado contexto e momento histórico, os quais são responsáveis por moldar a forma e o estilo momentâneo das enunciações, o que denominou gêneros de fala. Trata-se da forma mais ou menos estável da fala que está em consonância com o contexto, tempo e com os envolvidos no discurso. Assim, para o autor a linguagem é em si uma prática social, uma vez que os sentidos somente são construídos quando duas ou mais vozes se encontram e se confrontam.

Vygotsky (2009) aborda as várias vozes orientadoras do discurso como forma de identificação social convertida intrapsicologicamente que perpassa a história do sujeito, dialeticamente relacionada com suas experiências coletivas, e, portanto, componentes da sua

subjetividade.

Para a Análise do Discurso proposta por Bakhtin, o discurso é uma ação do sujeito sobre o mundo que o rodeia. Neste sentido, a sua existência deve ser contextualizada como um acontecimento, já que gera uma interpretação e refere uma vontade de verdade (Brandão, 1993).

Sendo assim, o *sujeito* é alguém que se constitui pela sua história de vida socialmente, ou seja, que é inacabado já que permanece vivenciando constantes experiências ao longo de sua vida. Trata-se de um ser social que interage com o coletivo dialeticamente. Este sujeito é marcado pela heterogeneidade oriunda de sua interação social e, portanto, em constante constituição (Fernandes, 2005). Segundo Orlandi (2005) é um sujeito atravessado pela ideologia e pelo seu inconsciente, pois ele não tem o controle de como esta história, este social e esta ideologia vão afetá-lo. Refere dizer que em seu discurso ele se revela para o social e para si mesmo num processo dialógico. Acrescenta Brandão (1993) que o sujeito não o é em si mesmo, mas sim da forma como existe socialmente marcado ideologicamente, o que implica num sujeito que não se configura como a origem dos sentidos apresentados em seu discurso, mas sim já que através do seu discurso outras falas se fazem presente.

O que define o sujeito na Análise do Discurso é o lugar de onde ele fala, ou seja, o sujeito é um acontecimento que ocorre em determinado contexto, sendo assim, simbólico. Isso porque ele depende da língua e da história para se constituir, sem os quais ele não fala e nem tampouco produz sentidos (Orlandi, 2005).

Em sendo o sujeito um acontecimento simbólico, pode-se entender que ele é capaz de ocupar várias e diferentes posições no discurso. Refere dizer que ele pode assumir diferentes papéis em seu discurso. Na analise dos discursos das Participantes este fato foi observado quando elas ora se posicionavam em seu discurso enquanto sujeito mãe, vitimada, filha e ora como mulher. Elas falavam destes diferentes lugares ideologicamente e historicamente

marcados e construíam discursos que revelavam a forma como elas vivenciaram estas experiências e a forma como cada uma delas lhe constituiu. Elas atravessaram diversos discursos que constituíram a sua história e foram também atravessadas por estes discursos que remetiam as vozes coletivas pertencentes a sua história de vida e que fizeram sentido para elas.

Dialogicamente estas Participantes se constituíram através da entrevista na relação com a pesquisadora, a qual serviu como o outro que lança o olhar sobre o sujeito e que lhe permite a constituição da imagem de si mesmo. Considerando a teoria dos atravessamentos discursivos, este sujeito que fala é um eu que só teve sentido quando o outro (a pesquisadora) lhe atravessou. Isto é, a sua subjetividade foi constituída na relação intersubjetiva com a pesquisadora. Daí a importância também de as Participantes demonstrarem através de seus discursos a importância de enunciar sobre os vários envolvidos nas experiências de abuso sexual enunciadas.

Em sendo o sujeito social, os discursos construídos por eles se movem em direção a outros discursos, do coletivo, isso porque ele é sempre atravessado por outras vozes que o antecederam e que mantêm com ele uma relação constante seja apoiando e legitimando, seja confrontando-o, contradizendo-o. É essa a base do discurso, o dialogismo. O princípio do discurso é que ele não acontece solitariamente, ele é composto por outros discursos, com os quais dialoga. Tais discursos podem ter origem num passado remoto, estando dispersos pelo tempo e pelo espaço, no entanto, se encontram quando são atravessadas por uma mesma regra para acontecerem seja por um mesmo tema, mesmo conceitos, etc (Gregolin, 2001).

Desta forma, ao analisar-se um discurso faz-se importante que as contradições apareçam para assim apresentar os jogos de verdades que desempenham no discurso construído e assim mostrem quem é o sujeito que fala e de onde fala. Um sujeito que na medida em que interage dialogicamente com o mundo que o cerca constrói seu discurso de

forma permeável e, portanto, passível de movâncias de sentidos (Gregolin, 2001).

Esta contradição encontrada no discurso é expressa através da linguagem, que é o lugar onde há os conflitos inerentes a interação social. Ela traz consigo um constante movimento de sentidos de acordo com o tempo histórico, condições ideológicas e relações subjetivas. Para se apreender o sentido em meio a este movimento constante das interações, deve-se priorizar a ordem do discurso. Perceber as polifonias na forma que aparecem no mesmo e toda a rede de significados, já que estas diferentes vozes constituintes do discurso determinam o sujeito dialeticamente e neste processo, as condições sociais que vão ditar o modo como o discurso foi construído e quem é o sujeito que está por detrás do mesmo. Esse outro que interage com o sujeito que profere o discurso tem um papel fundamental para o sentido e para o significado que se quer emitir, ou seja, ele faz parte de todo o processo de enunciação daquele que emite o discurso (Brandão, 1993).

Nos discursos das Participantes foi possível notar o quanto que elas interagem com os envolvidos e com os discursos que estiveram presente cronologicamente no contexto do abuso sexual que sofreram, no abuso sexual em que suas filhas foram vitimadas e no momento em que estavam construindo o discurso durante a entrevista com a pesquisadora. Notou-se que em diferentes momentos da entrevista elas construíam discursos contraditórios em que um sentido que outrora regulou o seu discurso, não mais o fazia, já que não carregava tanta força de sentido naquilo que ela queria comunicar no novo discurso. Outrossim, elas retomavam discursos que já tinham enunciado em um momento anterior, durante a entrevista, atribuíam novo sentido, demonstrando a movência necessária inclusive para a sua elaboração do que queria comunicar.

3.1.1 Os elementos da Análise do Discurso de Bakhtin

Os elementos da Análise de Discurso de Bakhtin que serão analisados nesta tese são: *enunciados, dialogismo, polifonia e gêneros discursivos*. Para cada um desses elementos apresentar-se-á em seguida os olhares de entendimentos lançados para que se possa compreender de que forma se entendeu cada um deles e como foram inseridos nas análises que se seguem.

Segundo a teoria bakhtiniana, em sendo a dimensão do discurso interativa, histórica, social e cultural, o tema só pode ser compreendido dentro do enunciado (Brait & Melo, 2010). O *enunciado* é uma unidade (porque trata do mesmo tema) da comunicação verbal produto da interação entre sujeitos que estão socialmente organizados. É uma unidade aberta de natureza social, que por isso, ela é mutável de acordo com o contexto em que o dialogismo acontece (Bakhtin, 1981). Cada *enunciação* traz consigo um sentido que só pode ser compreendido dentro do contexto em que se profere, e para comprehendê-la deve-se analisar também a situação extraverbal que vem implicada no verbal, pois é através da porção extraverbal do diálogo integrada ao discurso que se chega à compreensão da significação do mesmo (Cereja, 2010).

O *dialogismo* é um processo de comunicação interativa através do qual um sujeito se vê e se reconhece a partir do outro, quer dizer, a partir da imagem que este outro constrói deste sujeito. Neste dialogismo, o ato de compreensão da comunicação é uma resposta. Trata-se de uma atitude através da qual um interlocutor se coloca de acordo com a sua constituição ideológica acerca daquele discurso com o qual dialogicamente se relaciona. Esta atitude responsiva pode acontecer de forma interna ou externa. É interna quando o sujeito conversa consigo mesmo acerca daquele discurso que ele construiu, e externa quando ele apresenta a sua compreensão. Compreender aqui refere se apropriar dos discursos do outro para a

constituição da enunciação, e então construir pessoalmente uma resposta em forma de argumento do discurso do outro. É utilizar o discurso do outro para compor o seu discurso de resposta. Mesmo que esta resposta seja interior, o sujeito toma posição em relação ao discurso que ouviu, o que também torna a atitude responsiva interna influenciada por outros discursos ou fatores exteriores (Fuza & Menegassi, 2006).

Quando vai construir um discurso, o sujeito cria e recria vozes distintas que participam ativamente do processo dialógico. Tais vozes são também sujeitos do discurso que se apresentam ideologicamente e não objetos, já que representam as personalidades, opiniões e idéias constituintes do sujeito que fala (Bezerra, 2010).

O discurso que se processa no dialogismo manifesta-se a partir da *polifonia* (várias vozes constituintes do discurso) e da heterogeneidade (diferentes sentidos das vozes), presentes nos diversos gêneros discursivos e na intertextualidade. Pode-se dizer que a polifonia então, é o entrecruzamento de diversas vozes num tempo e num espaço e que se instauram no enunciado. A polifonia é o elemento que harmoniza a diversidade de vozes independentes produzindo diferentes efeitos de sentidos repercutindo múltiplas ideologias (Bezerra, 2010).

Em sendo o enunciado dinâmico, já que depende do contexto e dos sujeitos envolvidos, se considerados isoladamente, são individuais, ou seja, refletem a individualidade de quem fala. No entanto, em sua estrutura lingüística apresenta certas características estáveis na utilização da língua. Isso quer dizer que a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados, e esta utilização elabora alguns tipos relativamente estáveis de enunciados do ponto de vista temático, composicional e estilístico, os denominados por Bakhtin de *gêneros do discurso* (Bakhtin, 1992).

Os gêneros discursivos comandam os usos dos variados elementos da língua. Cada gênero impõe um certo ponto de vista, uma atitude, uma forma de pensamento e uma

entonação, de acordo com a esfera de atividade humana à qual ele se associa. São os responsáveis pelo movimento interativo de discursividade existente no discurso. Assim como a enunciação, os gêneros discursivos constituem-se por aspectos extraverbais e verbais, que se inter-relacionam, mas dão uma ênfase maior à reflexão acerca da face extraverbal, pois muitas vezes é o que mais diferencia as individualidades (Bakhtin, 1981).

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, isso porque a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e à cada esfera dessa atividade cabe um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Quer dizer que os gêneros discursivos vinculam-se aos modos social e historicamente constituídos de interação verbal associados a certas esferas humanas; tais esferas mudam historicamente e, consequentemente, os gêneros discursivos também se transformam num movimento dialético. O sujeito, ao falar ou escrever, refere marcas relativas a sua sociedade, seu núcleo familiar, suas experiências, além de conseguir antever as expectativas do interlocutor através de seu contexto social, criando um discurso compatível ao que este deseja ou não ouvir (Bakhtin, 1981).

Deste modo, a polifonia resulta de gêneros discursivos num dado contexto enunciativo. A produção dos gêneros discursivos é resultado das interações verbais e abrange os códigos culturais do devir. Por conta disso, existe uma grande variedade dos gêneros do discurso, os quais podem revelar a variedade dos aspectos da personalidade de cada indivíduo, assim como o seu estilo individual de se relacionar com a língua comum (Machado, 2010).

Desta forma, na perspectiva bakhtiniana discursiva, a língua é vista como sendo dinâmica e viva e nela se reflete uma pluralidade de perspectivas sociais e ideológicas que se constituíram historicamente. O discurso tem um caráter dialógico, ou seja, interacional com um outro sujeito que assume o papel de relacional responsável aos enunciados proferidos pelo

locutor. O enunciado, por sua vez, é a unidade do discurso através do qual se comunica um dado sentido com intuito de provocar a ação responsiva do ouvinte e se constitui de elementos como polifonia e gêneros discursivos (Bakhtin, 1992).

Sendo assim, para analisar os discursos produzidos pelas Participantes desta tese tomou-se como apoio os estudos teóricos desenvolvidos por Bakhtin que versam sobre discurso e linguagem. Estes estudos permitiram que fosse realizada uma análise dos referidos discursos produzidos no processo, no qual focalizou-se os *enunciados, dialogismo, polifonia e gêneros discursivos*, sendo estes os elementos da Análise do Discurso que mais se destacaram e se repetiram nas vozes das Participantes.

3.2 Lócus

Para acessar a experiência das mães que também foram vitimadas pelo abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar foi necessário conhecer no CREAS primeiramente quais dentre as mães que tem o filho (a) atendido na instituição por demanda de abuso sexual intrafamiliar possuem tal histórico de vitimação.

3.3 Participantes e Amostra

A amostra foi definida a partir dos números identificados no CREAS a partir dos dados fornecidos pelas mães no momento em que foram atendidas ao levarem seus filhos (as) encaminhados por vitimação por abuso sexual para acompanhamento especializado no local.

Os participantes foram selecionados através de amostragem não probabilística do tipo intencional e critério para determinar o número de sujeitos participantes foi o critério de saturação, que refere que quando o pesquisador atinge a compreensão da lógica interna do

grupo que está estudando, alcança a homogeneidade, a diversidade e a intensidade das informações necessárias ao seu trabalho (Minayo, 2007).

Sendo assim, foram realizadas 10 entrevistas no total, no entanto, três delas não atendiam aos critérios estabelecidos nesta tese, o que fez com que não participassem da amostra. Ademais, nas sete entrevistas que compõem o tamanho desta amostra a repetição dos elementos semelhantes nos discursos pertinentes ao objeto, fizeram compreender ter sido atingido a saturação proposta.

As participantes desta pesquisa são mães de crianças ou adolescentes vitimados pelo abuso sexual intrafamiliar e que também possuem histórico de vitimação por abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil. Constitui, portanto, mulheres que reviveram através da vitimação de suas filhas as suas histórias pregressas de violação.

A propósito, nesta análise utiliza-se o termo *Participante* para designar cada entrevistada que aceitou participar da pesquisa conforme procedimento referido, no que vem representada pela letra P seguida de um número correspondente a ordem em que foi entrevistada no grupo de participantes desta pesquisa. Utiliza-se a palavra *sujeito* para referir as participantes enquanto subjetividades construídas em determinados contextos, ou seja, são os sujeitos histórico-culturais que tem sua constituição subjetiva resultadas de suas vivências a partir dos fatores externos que foram internalizando.

3.4 Técnicas e instrumentos

Para esta tese utilizou-se de documentos e entrevistas. Os documentos foram repassados pelo CREAS, a partir dos quais identificou-se as mães que atendem aos critérios estabelecidos ora descritos. Os documentos versaram sobre os dados pessoais, sociais e educacionais concernentes às crianças e adolescentes atendidos no local. Destes documentos

retirou-se a informação acerca de casos anteriores de violência, onde as mães revelaram suas vitimações.

Quanto às entrevistas são do tipo semi-estruturada e realizadas individualmente. A escolha pela entrevista para ter acesso aos dados das participantes repousa na possibilidade de se obter informações acerca dos mais variados aspectos da vida social das entrevistadas, acessando com profundidade aspectos do comportamento humano gerando dados suscetíveis de análise (Gil, 1999). Segundo Minayo (2007):

“... a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista esse objetivo.”

Marconi e Lakatos (2008) afirmam que a entrevista possibilita ainda que se alcance os significados que os entrevistados dão aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando-se os termos por elas fornecidos, ou seja, permite o tratamento de assuntos de ordem pessoal. Acrescentam que no formato semi-estruturada da entrevista permite que o entrevistador insira questões de forma adaptada ao discurso que está sendo proferido, não sendo obrigado a engessar-se ao roteiro, garantindo o caráter interativo da entrevista. Minayo (2007) corrobora afirmando que quando organizada de forma semi-estruturada possibilita ao entrevistador discorrer acerca do tema enfocado sem prender-se às questões formuladas previamente e que compõem o roteiro.

Szysmansky (2002) afirma que a entrevista refere-se a aspectos importantes da vida do entrevistado e que por isso podem provocar momentos de reflexão acerca do que está sendo dito, o que a autora refere como uma espécie de “exame de consciência”⁴ dependendo

⁴ Aspas da autora referida.

do grau de envolvimento deste entrevistado. Acordando com tal idéia, Minayo (2007) afirma que a entrevista enquanto fonte de informação trata de reflexões pessoais do sujeito acerca de sua realidade, ou seja, alcança o caráter subjetivo do entrevistado os quais só podem ser conhecidos com a colaboração do próprio sujeito, como idéias, crenças, sentimentos, maneiras de agir etc.

Diante disso, Szysmansky (2002) aponta para a importância de se considerar a dimensão ética e psicológica da entrevista enquanto interação entre duas pessoas, compreendendo que cada entrevista deve ser adaptada às características do entrevistado (idade, nível sócio-econômico, disposições afetivas, grau de instrução etc).

Assim, as entrevistas versaram sobre a experiência que as mães tiveram com suas filhas e o conhecimento acerca de outras histórias de vitimação, buscando-se reconhecer as mulheres que também possuem história de vitimação por abuso sexual na infância ou adolescência. Após elencar as mulheres também vitimadas, estas passam por uma entrevista individual cujo roteiro versou diretamente acerca do abuso sexual que estas mães sofreram e das características de repetição do mesmo. A estratégia de compreensão da realidade das entrevistadas será a Análise do Discurso.

3.5 Procedimentos

Para esta pesquisa foram adotados todos os passos determinados pela Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Sendo assim, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba (CEP/SES – PB) tendo sido aprovada na 64^a Reunião Ordinária realizada em março do ano de 2010.

Ao CEP/SES - PB foi encaminhado o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido através do qual se torna possível que as mães conheçam os objetivos e metodologia da pesquisa e então assinem concordando em participar da pesquisa. Além do termo às mães foi encaminhado o modelo de Termo de Autorização do CREAS da cidade de João Pessoa (PB).

Foram elaborados dois roteiros de entrevista diferentes em que em um somente as mães que ainda não revelaram (registrado no documento do CREAS) que foram vitimadas por abuso sexual intrafamiliar quando crianças ou adolescentes responderão acerca de tal investigação e há a suspeita das técnicas que a atenderam de que também possuíam história de vitimação devido a certas reações emocionadas. Em caso afirmativo, estas entrevistadas passaram por outra entrevista, mas que desta vez abordando a sua experiência de vitimação do passado e as características de repetição. Ressalta-se que este segundo roteiro também foi aplicado às mães que já revelaram a sua vitimação tendo registrado tal dado nos próprios documentos repassados pelo CREAS, e que portanto, não precisaram passar pela entrevista do roteiro de investigação de vitimação no passado.

Para a obtenção das informações fornecidas pelas mães participantes da pesquisa, foi utilizado o gravador eletrônico sob conhecimento e autorização previa das Participantes, a fim de proporcionar melhor captação e consequente fidedignidade dos dados. Diante disto, as mães foram consultadas acerca de seu interesse em ouvir a gravação efetuada de sua entrevista. Mediante captação de áudio, o conteúdo foi transscrito em sua forma literal em um arquivo de Word, de forma a facilitar a análise, incluindo o diálogo nas enunciações feitas pela pesquisadora e por cada participante. Após transformar o discurso verbalizado oralmente em texto, os discursos foram analisados em sua totalidade, ou seja, em bloco de respostas, a partir do qual os discursos foram ganhando sentido de forma a entender-se não mais necessitar das enunciações feitas pela pesquisadora no contexto da entrevista. De certo que

extraindo-se as enunciações da pesquisadora ainda assim esta se fez presente no processo dialógico na medida em que se constata através dos discursos a interação entre ambas, pesquisadora e Participante.

As mulheres que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que além de constar os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada explicita o compromisso com o sigilo de suas identidades bem como das informações fornecidas.

Os documentos triados datavam do período entre de janeiro de 2008 até julho de 2010. A escolha por este intervalo de tempo prende-se ao fato de ser um período capaz de assegurar o acesso à população, no que tange a mudanças de telefone e endereço, que segundo as técnicas do CREAS isso costuma acontecer. Assim, busca-se garantir que os dados para contatos fornecidos por elas no momento de atendimento aos seu (s) filho (as) são acertados.

Posteriormente, de posse dos dados relativos a cada mãe, solicitou-se ao CREAS que realizasse o contato com as mesmas e consultassem-nas acerca de sua concordância em participar da pesquisa sobre violência sexual. Assim, ao convidar as mães para retomar os atendimentos no local, as técnicas também marcavam no mesmo dia marcado para o atendimento, a entrevista com a pesquisadora mediante o aval das mães. No entanto, em alguns casos, quando as técnicas não conseguiam fazer com que as mães fossem até o CREAS, marcavam visita domiciliar no que já indagavam às mães se gostariam participar da pesquisa. Em caso afirmativo, a entrevista era realizada na casa da participante logo em seguida de seu atendimento domiciliar.

3.6 Tratamento e Análise dos Dados

Para tratar os dados optou-se pela Análise do Discurso de Bakhtin, que se procedeu em etapas em que primeiramente estabeleceu-se um *corpus* através da transcrição literal das entrevistas a partir do qual estará preparado o material para a realização da leitura flutuante e a análise propriamente dita tomando-se como base os elementos da análise do discurso elencados.

A análise propriamente dita prioriza os intertextos (categorias aprioristicamente elencadas que abordem a repetição), assim como o alinhamento e a dinâmica do discurso buscando verificar o encadeamento das idéias e palavras, o aspecto seqüencial apresentado, o estilo, os elementos atípicos e figuras de retórica utilizadas pelas participantes. Em seguida, foram identificados os elementos da análise do discurso, *enunciados, dialogismo, polifonia e gêneros discursivos* enfocados nesta tese, e elencadas as falas identificadas como representativas. Ao final foram realizadas inferências e a interpretações com os respectivos intutitos de descrever os dados a partir dos significados obtidos nos discursos e estabelecer relações com os fundamentos teóricos adotados.

Sendo assim, considerando-se a teoria da Análise do Discurso de Bakhtin priorizada nesta tese, a relação entre a pesquisadora e as Participantes se deu dialogicamente, e foi o que propiciou o discurso que cada uma delas construiu e emitiu durante as entrevistas. Cada Participante elaborou o seu discurso a partir de uma interanimação dialógica com a pesquisadora.

Nesta tese, cada enunciação apresentada no diálogo da entrevista deu espaço para que as Participantes expressassem a sua compreensão responsiva ativa do que foi enunciado. A partir de sua compreensão, as participantes enunciaram um acontecimento construído oriundos de suas experiências. Neste sentido, conforme teoria afirmada por Brait e Melo (2010) é

através do enunciado que os sujeitos dos discursos (neste caso as Participantes desta pesquisa) constroem e expressam suas marcas subjetivas de acordo com as suas vivências.

Os enunciados proferidos pela pesquisadora revelam a experiência vivenciada durante as entrevistas realizadas com mães de crianças ou adolescentes que sofreram abuso sexual que participaram da pesquisa. Assim, todas as palavras, temas e enunciações são dirigidos por um conhecimento que constitui a pesquisadora subjetivamente nos papéis assumidos de locutora e ouvinte-responsiva no processo dialógico que se deu durante a entrevista com a Participante. Neste processo dialógico, os enunciados da pesquisadora e das participantes interanimaram-se de forma a dirigir a entrevista para os seguintes grandes temas: abuso sexual intrafamiliar sofrido pela filha e abuso sexual intrafamiliar sofrido pela entrevistada. Estes temas se desdobraram em subtemas que abordaram: *vivência, subjetividade, consciência e repetição*.

Para buscar conhecer a realidade das Participantes, a pesquisadora compôs discursos que motivaram a elaboração de outros relativos aos temas mencionados os quais tiveram como verbos principais: contar, falar, sentir, saber, tomar (conhecimento), conhecer, acontecer, relatar, saber, revelar, perceber, dizer, conversar, recordar, discorrer, avaliar, entre outros. E como substantivos que complementaram o sentido das falas da pesquisadora como abuso sexual, conhecimento, experiência, situação, providência, procedimento, circunstância, relação, vida, vontade, influência, repetição entre outros.

Como forma de organização categórica da análise, diante do objetivo de analisar a repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino no contexto intrafamiliar a partir do olhar das mães, os discursos constituintes das entrevistas realizadas com as Participantes são apresentados nesta tese de forma a apresentar-se *o sujeito do discurso mãe, mulher, vitimada*. Isso porque entendeu-se que as Participantes transitaram entre os papéis de mães, mulheres e de vitimadas para assim construírem seus discursos. Neste sentido, alguns tópicos de análise

dos discursos foram assinalados a partir da forma como as Participantes se enunciavam nos discursos: a) A mãe vitimada: O discurso sobre o abuso intrafamiliar sofrido pela filha; b) A mulher vitimada: O discurso sobre o abuso sexual que Participante sofreu; c) A repetição do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar entre gerações que emerge no discurso da Participante; d) A subjetividade que emerge através do discurso da Participante.

Sendo assim, a partir dos discursos das Participantes algumas categorias de análise se fizeram presente nos discursos e que merecem esclarecimento quanto a forma através da qual serão compreendidas nesta análise como:

- Tomar conhecimento: refere o primeiro contato que a Participante teve com a revelação da situação seja de abuso, seja acerca de quem foi o abusador, das consequências geradas etc.
- Reação: o que a Participante fez ao primeiro contato, ao tomar conhecimento, como por exemplo, chorar, desmaiar, vontade de matar o abusador etc.
- Procedimentos: refere aos procedimentos legais que envolvem situações de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Engloba os procedimentos que fazem parte do protocolo de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como, por exemplo, buscar atendimento no CREAS.
- Providência: o que a foi feito ao saber do que tinha acontecido. Difere da reação na medida em que a providência se torna algo mais elaborado como, por exemplo, ir ao encontro da filha que acabara de lhe revelar a sua vitimação via telefone.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS:

A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FEMININO ENTRE GERAÇÕES A PARTIR DA VOZ DE MÃES-MULHERES-VITIMADAS

“...Me sinto muito mal. Assim muito mal mesmo. É uma dor que você acha que já tem passado. Que já tem superado. E quando você olha que ta[sic] tudo acontecendo na mesma coisa ou até mais pior[sic] do que foi com a pessoa, que aconteceu com você. E você olha, poxa!..” (P5).

Este capítulo trata dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, ou seja, dos discursos que emergem a partir das falas das Participantes. São discursos construídos a partir de uma relação dialógica com a pesquisadora reveladores destes sujeitos que se constituíram a partir da experiência de repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações.

Através da relação dialógica entre pesquisadora e participantes no contexto da entrevista foi possível conhecer através dos discursos que emergiram os sujeitos mães, mulheres e vitimadas que se constituíram em cada experiência vivenciada, seja através do abuso sexual intrafamiliar sofrido por sua filha, ou através da vivência do seu próprio abuso sexual intrafamiliar, e, principalmente, através da vivência da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil experienciado.

De certo que cada uma das experiências destacadas está afeita a uma Participante e à

sua condição singular, através do que emergem diferenças entre elas. No entanto, algumas semelhanças, puderam ser percebidas através dos discursos que se configuraram como saturação percebida através dos *tipos de discursos* que elas construíram.

Neste sentido, este capítulo está configurado da seguinte forma: primeiro faz-se uma breve apresentação das Participantes enquanto mães, mulheres e vitimadas, em seguida apresenta-se os tipos de discursos produzidos por elas, seguido da análise dos discursos que emergiram, e, por fim, as subjetividades que emergem de tais discursos.

4.1 As Participantes (P)

4.1.1 A Participante 1 (P1)

P1 é uma mulher de 39 anos de idade e que tem o segundo grau completo de estudos. Vive maritalmente com alguém há nove anos, com quem reside junto com as duas filhas (15 e 14 anos). Trabalha como cabeleireira e recebe cerca de mil reais por mês. Além dessa renda relata que recebe ajuda financeira do pai de suas filhas de cerca de 600 reais mensais.

É uma mulher que tem duas histórias de vitimação por abuso sexual intrafamiliar em sua vida. A primeira vez foi vitimada por um vizinho, amigo da família, quando tinha cerca de oito anos. Na segunda vez, quem a vitimou foi seu cunhado, esposo de sua irmã, quando tinha 15 anos de idade. Segundo P1, em ambas as situações ela não revelou a ninguém os abusos sexuais que sofrera.

Além dessas experiências em que ela foi vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar, revela em seu discurso que é mãe de uma menina que, assim como ela, aos oito anos de idade sofreu abuso sexual intrafamiliar por parte de um vizinho, situação esta que lhe obrigou a reviver muitos aspectos de sua própria história.

4.1.2 A Participante 2 (P2)

P2 tem 37 anos, o 2º grau completo de estudos e trabalha como costureira de onde retira a sua renda mensal de cerca de um salário mínimo. Além disso, recebe ajuda financeira de sua mãe, avó de sua única filha (11 anos de idade), e de seu atual companheiro, com quem vive maritalmente há um ano e meio.

Quando tinha cerca de cinco anos de idade foi vitimada por abuso sexual intrafamiliar. Sobre esta experiência ela que diz não se lembrar direito, por afirmar ser muito criança na época, sendo somente a sua mãe quem tem conhecimento de seu abuso, mas que, segundo P2, a mãe não comenta o fato com ela. O discurso dela sobre as suas lembranças acerca de sua vitimação revela que o que se recorda de sua história de vitimação é que seu pai perseguiu este vizinho acusado de tê-la abusado sexualmente naquela época em que tudo ocorreu.

Além de ter sofrido o abuso sexual, P2 vivenciou a experiência de abuso sexual intrafamiliar também com a sua filha, a qual foi vitimada aos 11 anos por um de seus tios, cunhado de P2. A partir do discurso de P2 pode-se notar que o abusador da filha era considerado pela menina como pai, tamanha a afinidade familiar, já que o seu genitor faleceu. O discurso de P2 evidenciou que este cunhado freqüentava a casa da avó da menina livremente, local em que a menina ficava enquanto P2 estava trabalhando fora como costureira. A casa de P2 fica num terreno contíguo a casa de sua mãe, o que propiciava, conjuntamente com o fato de P2 estar trabalhando, a freqüência com a qual a filha ficava aos cuidados da avó.

4.1.3 A Participante 3 (P3)

O discurso de P3 permite compreender uma mulher de 36 anos, que tem o 2º grau completo, trabalha como atendente de farmácia através do que tem como renda mensal um salário mínimo e meio. Foi casada por 13 anos, mas há dois anos está separada do pai das

filhas. Assim, até o momento da entrevista P3 residia com uma de suas duas filhas (12 e 14 anos) num terreno contíguo ao da casa de sua mãe. Segundo ela, a filha mais velha estava morando com sua ex-sogra, mãe do pai das filhas porque, de acordo com P3, a menina não estava se comportando adequadamente e mesmo sendo sua mãe não tinha tempo para cuidá-la por trabalhar o dia inteiro.

P3 é uma mulher que foi vitimada por abuso sexual por um sobrinho de seu pai quando tinha entre sete e oito anos de idade e que, segundo seu discurso, nunca havia revelado essa sua história a ninguém até o momento em que vivenciou situação análoga com sua filha mais nova. No entanto, ao revelar a sua mãe o que lhe ocorrera no passado, afirma que sua mãe nada lhe disse ou fez ao tomar conhecimento, fato este comentado por ela nesta entrevista por diversas vezes conforme análise do discurso que se segue.

Segundo P3, a sua filha mais nova foi abusada sexualmente pelo pai, o que provocou a separação do casal, depois de um casamento de 13 anos de duração. No entanto, mesmo tendo separado do marido na época, por conta da revelação do abuso que ele cometera contra a filha, afirma que ainda não tem certeza se o abuso aconteceu e que mantém contato com o ex-marido por telefone.

4.1.4 A Participante 4 (P4)

Através do discurso de P4 pode-se perceber uma mulher de 36 anos, que estudou até o 2º grau, mas não o completou. Foi casada duas vezes, permanecendo por nove anos no primeiro casamento quando teve seus dois filhos (11 e 15 anos) e, até o momento da entrevista, estava no seu segundo casamento por seis anos. Ela trabalha como cabeleireira de onde retira a sua renda mensal que está em torno de 600 a mil reais, dependendo do quanto produza. Além dessa renda, ela recebe ajuda de seu esposo atual, que é motorista, cujo provimento é de cerca de 900 reais mensais.

P4 é uma mulher que foi vitimada por abuso sexual intrafamiliar quando tinha sete anos de idade por parte de um primo de seu pai. Durante a sua entrevista, ao enunciar sobre a sua vivência de vitimação ela aborda seus sentimentos vivenciados na época (vergonha) e narra características do abuso como o local, as pessoas envolvidas, etc.

Como mãe, vivenciou novamente uma situação de abuso sexual intrafamiliar que vitimou a sua filha de 15 anos, cujo abusador foi o próprio pai da menina. Esta experiência é referida por P4 envolta de detalhes relativos à sua vivência enquanto mãe que tem uma filha que foi abusada sexualmente e que também tem essa história de vitimação intrafamiliar. Através de seu discurso, ela demonstra refletir acerca de suas duas vivências de abuso sexual intrafamiliar e enuncia sobre a repetição deste tipo de experiência e dos desdobramentos (afetivos e cognitivos) que lhe ocorreram.

4.1.5 A Participante 5 (P5)

P5 compõe um discurso através do qual se identifica uma mulher de 33 anos de idade, que tem o primeiro grau incompleto de estudos e é casada há 18 anos com o pai de seus quatro filhos (12, 14, 16 e 18 anos). Trabalha como empregada doméstica e recebe um salário mínimo mensal como renda. Além da renda oriunda de sua ocupação, ela recebe ajuda do esposo (cerca de 450 reais) e do governo através do Programa Bolsa Família (130 reais mensais). Reside em sua casa com o seu esposo e três dos quatro filhos.

P5 é uma mulher que em seu discurso revela que foi abusada sexualmente em casa por um companheiro que sua mãe (seu padrasto) tinha quando ela completara nove anos de idade. Sobre a época do abuso, P5 guarda lembranças negativas que lhe fazem chorar durante a entrevista, especialmente ao mencionar que das vezes que contou a sua mãe esta não acreditou nela.

Além dessa experiência de vitimação por abuso sexual quando ela era criança, P5

relata em seu discurso que vivenciou novamente uma experiência de abuso sexual tanto intrafamiliar como extrafamiliar. Enuncia que dentre seus quatro filhos os três mais velhos foram também vitimados por abuso sexual. A sua filha mais velha que está com 18 anos também foi abusada por um companheiro de sua mãe, avó da menina, mas não foi o mesmo abusador de P5, era outro companheiro da mãe de P5. O menino de 16 anos, segundo P5, é homossexual e teve relações com uns amigos vizinhos, tanto mais velhos que ele como de idade próxima a dele. E a menina de 14 foi abusada por um homem de 27 anos com que P5 acredita que a filha mantinha um relacionamento afetivo.

4.1.6 A Participante 6 (P6)

P6 é de uma mulher de 39 anos de idade que estudou até o 2º grau completo e que é separada do pai de suas duas filhas (três e oito anos de idade), vive em sua casa somente com as meninas, sua renda advém de vendas de jóias e roupas que faz em casa, do auxílio do Programa Bolsa Família e da ajuda financeira de seus pais, avós das filhas.

P6 é uma mulher que quando tinha 10 anos foi vitimada pelo abuso sexual praticado por um vizinho que tinha livre acesso a sua casa, dada a proximidade na relação entre o mesmo e sua família. No momento do abuso, ela estava sozinha em casa e quando sua mãe retornou, não lhe contou. Assim sendo, até o dia da entrevista não tinha revelado a sua vitimação para ninguém.

É mãe de dois filhos (oito e três anos), dos quais a filha mais velha também foi vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar. A menina foi vitimada também por um vizinho, amigo da família na própria casa do abusador enquanto visitava-os, o que costumava fazer já que era amiga dos filhos do abusador. A filha não lhe revelou a vitimação, e P6 teve conhecimento a partir da mãe de uma coleguinha da filha, que, por sua vez, soube através da filha de P6 o que lhe sucedera.

4.1.7 A Participante 7 (P7)

A partir do discurso produzido por P7 percebe-se uma mulher de 40 anos de idade, que está estudando o supletivo e que, segundo ela, trabalha há 14 anos como cuidadora de uma pessoa doente. Deste trabalho ela consegue arrecadar mensalmente cerca de 800 reais, o que é a única fonte de renda dela. É uma mulher divorciada, que esteve casada por três anos.

Segundo o discurso de P7 quando ela tinha aproximadamente sete anos foi vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar, cujo abusador foi seu irmão mais velho que o vitimou por cerca de três anos. Relata que os abusos começaram a acontecer em meio a um banho de rio em que estava com o irmão e outras crianças. Sobre sua experiência de vitimação ela enuncia que foi algo tão difícil em sua vida que até o momento da entrevista fazia enunciações emocionadas, chorando em momentos distintos da entrevista ao relatar a sua experiência de vitimação.

Seu sofrimento quanto a experiência de abuso sexual mostrou-se mais acentuado, durante a entrevista porque, segundo seu discurso, teve que reviver a sua história de abuso sexual intrafamiliar através de uma de suas duas filhas (15 e 19 anos), que também foi vitimada. Segundo P7, a filha mais nova também foi vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar, no que o abusador foi o avô paterno. Segundo enunciado de P7, os abusos que vitimaram a sua filha aconteceram no período em que a menina tinha sete anos e duraram até os seus 13 anos de idade.

4.2 Dos tipos de discursos das Participantes

Acerca dos tipos de discursos construídos por elas durante as entrevistas pode-se notar que, dentre as sete participantes, alguns elementos da Análise do Discurso se fizeram presente como *dialogismo*, *polifonia*, *gênero discursivo narrativo*, *gênero descritivo*, *gênero*

discursivo ideológico, e o gênero discursivo contraditório, os quais considera-se nesta tese como reguladores dos discursos analisados. Para cada elemento do discurso analisado, serão apresentadas falas de Participantes mais ilustrativas.

O *dialogismo* se fez presente além da relação com a pesquisadora no contexto da entrevista, mas sim um dialogismo interno que fazia com que muitos discursos apresentassem as movâncias de sentidos pertinentes a cada novo contexto experimentado. Esse dialogismo aparece quando elas interagem com elas mesmas através do discurso, ou seja, quando perguntam a si mesmas e elas mesmas respondem, num movimento de interação com um eu que emerge a partir do contexto vivenciado:

“Até hoje minha filha tem, vou dizer assim, problemas? Tem! Porque ela não esqueceu isso. Ela é uma pessoa fechada hoje. Ela não gosta, ela se veste toda fechada, entendeu?...” (P1)

“...Será que isso é hereditário? Que isso teria que acontecer com a minha família, com minha filha também, pelo que aconteceu comigo. Meu Deus por que tinha que acontecer com a minha filha o que aconteceu comigo, né[sic]...” (P3)

“...Como é que eu deixei isso acontecer com a minha filha, como é que eu não percebi?...”(P4)

“...E assim eu fico pensando assim: ‘Meu Deus porque eu num tive a minha família, meu pai, minha mãe? É tão bom você ter isso mãe, pai morando tudo junto. Você ser criada assim.’ E infelizmente eu num fui...”(P5)

“...Só que ela não disse sexo oral, ela[filha vitimada] disse outras palavras, né[sic]?...”(P6)

“...Então, fomos fazer o exame e eu torcendo pra que não desse positivo, né[sic]. Eu digo: ‘Vai ser só um mal entendido’...”(P7)

Outro registro de que o dialogismo se fez presente no discurso das Participantes é quando elas demonstram fazer um exercício da reflexão a partir da história de suas filhas, como acontece com P4, P5, P6 e P7, ou de outras pessoas revivendo assim a sua história de

vitimação como percebido através da fala de P1 e P3:

“...Então assim quando eu escuto assim outras pessoas que passam por isso, eu sinto uma dor muito grande dentro de mim. Uma angústia, porque eu me, eu me coloco no lugar daquela pessoa...”(P1)

“...Quando vem uma, um negócio, vem sempre à tona aquilo que aconteceu, né[sic]. O acontecido que aconteceu comigo.”(P3)

“...Então quando eu soube disso da minha filha foi, pra mim foi[sic] duas pancadas[sic], porque aconteceu comigo e com ela...”(P4)

“Porque assim hoje eu vejo que eu como mãe, hoje eu tomei uma atitude com meus filho[sic] entendeu? E na minha época num teve essa atitude...”(P5)

“...Só que meu caso foi diferente né[sic]? Ele só tentou. Mas eu tive reação, né[sic]? Já ela não. Já ela ele teve um contato, né[sic]? Foi pior...” (P6)

“...É verdade que até hoje eu nunca suportei ouvir a conversa toda. Nunca, nunca, nunca...”
(P7)

Verificou-se a presença do dialogismo também a partir de falas que remetem a reprodução de diálogos com os quais a Participante interagia com alguém envolvido em sua história contada. E novamente é a partir desta interação que elas se reconhecem a partir de outros como a Psicóloga em P1 e P6, nas irmãs em P2, na filha vitimada em P3, P4 e P7, e no vizinho em P5:

“... Então quando ela[a Psicóloga e amiga de P1] achou essa foto, não sei o método que ela usou pra ela[a filha vitimada] não perceber, que ela revelou. Ela disse: ‘Tia o rapaz que fez o coisa[sic] comigo, é esse aqui. Pra mim ele é um monstro’...” (P1)

“...Pelo jeito que as minhas irmãs depois que ficaram, né[sic], já de olho pra perceber, disse que ele tava muito, tava muito, já, muito, já tava passado dos limites dele[o abusador]. Já tava querendo acho que fazer algo pior com ela[a filha vitimada].” (P2)

“...Pronto, eu perguntei: ‘É verdade?’ Ela [a filha vitimada]disse: ‘É.’”(P3).

“...‘A senhora não sabe de nada, mainha[sic], o que aconteceu!’ Eu: ‘O que foi que aconteceu?Me fale o que é. Deixe de chantagem com a sua mãe, minha filha! O que é que tá[sic] acontecendo?’... ”(P4).

“... Aí,ele [vizinho] fez: ‘É irmã, fulano me contou que tá[sic] fazendo isso com ela[filha vitimada].’ Eu disse: ‘O que?’.... ” (P5)

“...‘Botou o que?’ Ela[a psicóloga que atendeu a filha] disse: ‘O pombo.’ Aí, disse que botou na bunda dela, botou no piu piu[sic] dela e... beijou a boca dela e fez sexo oral nela...” (P6)

“...Caso assim: ‘Eu não quero ir pra casa de minha bisavó.’ E eu dizia assim: ‘Você não é obrigada filha.’ Mas, ela dizia assim: ‘Eu vou por você, mamãe e por papai.’ E eu nunca entendia... ” (P7)

As vozes referidas no processo dialógico mencionado anteriormente compõem o que Bakhtin denominou *polifonia*. Nas entrevistas analisadas nesta tese, notou-se que a polifonia foi reguladora no sentido de que cada participante demonstrava necessitar das outras consciências bakhtinianas, as vozes dos outros, para construir seus discursos. Esta polifonia foi contatada quando as participantes reproduziam diálogos que existiam entre outras pessoas que não elas, que foram enunciados como se tivessem acontecido no contexto que estavam relatando:

“...Ela[a filha] disse que tinha um quarto próximo a geladeira e tinha um colchão no chão. Então ele [o abusador] foi, pegou ela pelo braço, jogou ela no colchão e fez sexo oral com ela... ” (P1)

“...Aí perguntou [a irmã de P2] pra ela [a filha de P2], se ele [o abusador] tinha ficado nu na frente dela, né[sic]? Aí ela foi e falou que sim... ”(P2)

“Na verdade, quem sempre falava era a mais velha, a mais nova não dizia nada, né[sic]. Mas, segundo elas, ele ia de noite lá, ficava. A mais velha disse que via, né[sic]. Ele chegava

lá no quarto, ficava em cima dela... Áí ela[a filha vitimada] disse que era verdade, né[sic]..." (P3)

"... Ele[o pai abusador] dizia: 'Hoje eu vim deitar com você[filha vitimada].'..." (P4)

"....Ele[o filho] fala assim que quer mudar, mas não consegue. Que essa pessoa fica muito ligando e ele acaba indo passar fim de semana fora." (P5)

"...A mulher dele[do abusador] sempre chamava B. pra ir; pra B. ficar lá: 'Deixa B. brincar aqui com E . enquanto eu arrumo aqui as coisas?'..." (P6)

A polifonia também se fez presente no discurso das Participantes no sentido de enunciação de vozes coletivas, o que revelou para a pesquisadora o quão sujeitos sociais elas são. As vozes coletivas foram percebidas quando elas apresentaram aspectos relativos ao processo de socialização delas como em P1 se nota a materialidade da religiosidade, da vitimada por abuso que se sente desamparada, que guarda segredo. Em P2 e P4 as vozes daqueles que tem experiência de saber como um abusador age, sugerindo em sua história alguma experiência de aproximação com essa realidade abusiva. Em P3 nota-se as vozes de mães que tentam proteger seus filhos diante da experiência de os mesmos terem sido vitimados. Em P5 as vozes coletivas de aceitação do homossexual, situando-o naquele lugar de minoria. Em P6 e P7 as vozes coletivas de mulheres que foram vitimadas e conhecem o sofrimento desta experiência, reproduzidas através da materialidade de vitimação, do medo, da proteção, de gênero.

"...Então quando isso aconteceu comigo ninguém soube. Eu guardei só pra mim e Deus. Então a única pessoa que eu tinha para pedir ajuda era Ele. Que fizesse com que eu esquecesse isso. Só que a gente não esquece. Isso é uma marca que fica pro resto da vida..." (P1)

"...Pelo jeito que as minhas irmãs depois que ficaram, né[sic], já de olho pra perceber, disse que ele tava muito, tava muito, já, muito, já tava passado dos limites dele. Já tava querendo

acho que fazer algo pior com ela.” (P2)

“...Mas fiz o que, creio que acho foi correto né[sic], ter feito a separação né[sic], ter separado eles, ele delas.”(P3)

“...Num era aquele homem[o abusador, seu ex esposo] que, que saísse na rua ficasse olhando pra mulher, sabe?...”(P4)

“...Aí eu fiquei assim, aí ele fez: ‘Só que eles tão tendo relação só que não é como a gente normal.’ Aí, eu: ‘Como assim como a gente, normal?’ Aí eu pensei pronto meu menino é gay...” (P5)

“...E quem só sabe quem passa mesmo. Só quem sabe é quem passa na pele...” (P6)

“...De imediato eu falei que ela não faria com um médico, com um homem. Porque ela não ia conseguir mesmo...”(P7)

O gênero discursivo assim como aconteceu com a polifonia que se fez presente, também emergiu dos discursos das participantes num sentido de auxiliá-las na elaboração dos mesmos. Os tipo de gênero discursivos que se destacaram nos discursos das participantes foram: *narrativo, descritivo, ideológico e contraditório*.

O gênero discursivo *narrativo* se fez presente nos discursos das participantes como expressão verbal de detalhes das situações que estavam enunciando para pesquisadora de forma a construí-los de maneira que julgassem inteligíveis em sua dimensão e complexidade. Neste sentido elas enunciavam sobre as situações de abuso sexual intrafamiliar que vivenciaram, quem eram os envolvidos, local onde o abuso aconteceu, quando aconteceu, quem era o abusador. Trata-se de um discurso narrativo em enunciações que revelavam detalhes sobre a experiência:

“...Aí ele, na casa da minha mãe. Que era quando ela tava sentada no sofá. Ficava trocando de roupa pra ir pra escola, ela, ele ia pro quarto dela e ficava lá no quarto, né [sic], amostrando [sic] de lá pra cá. E quando ela tava na sala, ele ficava em frente ao

quarto e ficava mostrando pra ela... ” (P2)

Sobre seu abuso ela enuncia através do que se entendeu como gênero narrativo sobre quando aconteceu (“...*Geralmente quando a gente se via sozinho, brincando, ele... acontecia, né[sic], fazia isso comigo... ”*), como aconteceu (“...*ele sempre dizia, me chamava pro canto né[sic], fazia... ”*) (P3)

...Me acordava com uma pessoa em cima de mim, entendeu? Sempre fechava minhas perna[sic] e ele não conseguiu, né[sic], concretizar, assim. Mas tinha assim as coisas que ele fazia com a mão, entendeu? E uma vez ele tentou tanto ter relação mesmo comigo que eu não deixei e eu criei duas landra[sic] entre as pernas de tanto eu fechar, fechar pra ele não conseguir o que ele queria. (P5)

“...Aí ela me disse numa segunda-feira. (...) Aí, quando foi na terça-feira, que eu comecei a conversar com ela e ela redutível[sic]. Não queria falar nada. Aí, na quarta-feira eu botei ela na parede, só eu e ela no quarto... ”. (P6)

Por gênero discursivo descritivo presente nos discursos das Participantes compreendeu-se como os momentos do discurso em que elas enunciavam sobre si mesmas, quando elas colocavam em seus discursos detalhes subjetivos, expressos em como elas se sentiram naquele contexto em que enunciavam em seus discursos.

“É.... a gente, a gente fica descrente da vida, se perguntando por que com minha filha? Por que isso comigo? Se já aconteceu e ta[sic] voltando, mas pra minha filha. Ela ta passando pelo que eu já passei? Eu preferia passar por tudo de novo, tudo de novo ou algo mais, do que elas passar... Certo?... ” (P1)

“...Aí, eu... não sabia, não sabia fazer outra coisa, chorei... comecei a chorar, fiquei nervosa, minha vontade era de matar ele... ”(P2)

“Foi um choque, eu fiquei em estado de choque, né[sic]. Que não esperava... ” (P3)

“...Aí ela[a filha] começou a gritar, a chorar... ”(P4)

“...Aí ali eu entrei em desespero, comecei a chorar...” (P5)

“Ah, eu me sinto tão assim... é... como é que eu posso te dizer... eu me sinto culpada. E ao mesmo tempo sei lá me sinto deprimida. Sei não. É uma coisa muito ruim. Inexplicável. Muito ruim mesmo...” (P6)

“...Então de imediato, eu não esperava é, em momento algum, cheguei pra ela e ela negou...”(P7)

O gênero discursivo ideológico se fez presente nos discursos das participantes principalmente quando elas queriam enunciar o sentido de importância da virgindade e da maternidade para elas enquanto mulheres. Nota-se que há uma reprodução das vozes sociais nestes discursos ideológicos, que afirmam que mesmo que tenham sofrido abuso sexual, o importante é que haja a preservação da *virgindade*, no sentido de pureza, infância e minimização de traumas:

“...Mas assim, graças a Deus, eu tive esses abusos, mas nunca foi assim além do que geralmente eles fazem com uma violência maior...” (P1)

“...Pelo jeito que as minhas irmãs depois que ficaram, né[sic], já de olho pra perceber, disse que ele tava muito, tava muito, já, muito, já tava passado dos limites dele. Já tava querendo acho que fazer algo pior com ela.”(P2)

“...Que devido ao acontecido realmente ele, ele fazia sexo comigo. Só que não tirou minha virgindade.” (P3)

“...Porque a minha filha perdeu a inocência dela...”(P4)

“Assim... ele não, não teve penetração, mas ele, ele esfregou os órgão dele, genital nela, né[sic]?...”(P6).

“...Veja como é que eu mudaria a lei. Veja a minha cabeça em termo de estupro[sic] como é que eu penso: Ah[sic], estropou[sic] uma virgem, não importava a idade então você ia ser castrado, da mesma maneira...” (P7)

Outra evidência de discurso ideológico emergiu através de discursos sobre a *maternidade*. Notou-se que quando as participantes construíam um discurso sobre o fazer materno adequado envolto de proteção, cuidado, apoio e zelo pelo filho, elas traziam a tona as vozes sociais da maternidade ideal:

“...Eu preferia passar por tudo de novo, tudo de novo ou algo mais, do que elas passar... Certo?”(P1)

“...eu queria que isso não tivesse acontecido com a minha filha, entendeu...” (P3)

“...Que eu me mato, me esforço pra fazer tudo por você, pra dar o melhor é isso que você vai dizer ao Conselho Tutelar é?...”(P4)

“Porque assim hoje eu vejo que eu como mãe, hoje eu tomei uma atitude com meus filhos[sic] entendeu? E na minha época num teve essa atitude...” (P5)

“Eu me sinto assim... Ah, sei lá, arrasada, triste. Quando me lembro aquela coisa que ela passou, sabe...?” (P6)

“...Me faço de forte porque ela precisa...” (P7)

Mas os discursos das Participantes também foram regulados por *gênero discursivo contraditório* principalmente em meio a os discursos em que enunciavam como se sentiam diante dos abusos vivenciados e mediante as consequências geradas pela vivência, contrastando com o discurso sobre como tem estado a vida delas depois destes abusos.

“...Mas eu acho que eu já superei bastante o que passou comigo...”(...) “... Então assim quando eu soube que isso aconteceu com minha filha, eu quase enlouqueço. Eu desmaiei, eu não consegui mais trabalhar. Porque foi uma dor...”(P1)

“...Faz poucos tempos que eu tento ficar mais com elas, né[sic](...) A mais velha hoje vai fazer uns três meses que ela ta[sic] com a avó, né[sic]. A mãe dele né[sic]. Porque minha mãe não tinha controle sobre ela...” (P3)

Embora P4 tenha dito que “não desistiria[sic] de sua filha, mesmo essa estando

rebelde[sic]": "... 'Você fica aqui em casa e você arruma confusão. Você vai pra casa do seu avô e arruma confusão. Ninguém lhe aguenta. (...)Vou mandar você pra casa do seu pai.'..." (P4)

"Muito mal. Assim muito mal mesmo. É uma dor que você acha que já tem passado. Que já tem superado. E quando você olha que ta[sic] tudo acontecendo na mesma coisa ou até mais pior[sic] do que foi com a pessoa, que aconteceu com você e você olha, puxa!..." (P5)

"Ah, eu me sinto tão assim... é... como é que eu posso te dizer... eu me sinto culpada. E ao mesmo tempo sei lá me sinto deprimida..." (P6)

"É tanto que as vezes eu tento ajudar a M⁵. da melhor maneira possível. À M. eu falei assim: 'Ó filha, tu vai sobreviver. Eu sobrevivi. Agora tu vai viver com isso pro resto da tua vida. Levanta a cabeça.' (...) Então eu procuro passar par ela que isso ela vai esquecendo, que isso ela vai deixar pra traz. (...)" (P7)

4.3 Os discursos analisados

Através da análise realizada dos discursos das Participantes foi possível perceber a presença de alguns discursos presentes na literatura específica enquanto temas de discussão teórica, que versa sobre o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Estes temas que emergiram de suas falas revelando marcas históricas e culturais que atravessaram os discursos construídos por elas pode-se perceber a materialização desta história contada e vivenciada por cada uma delas através de temas ideológicos que colocam cada Participante ora no lugar de *mães* e ora de *mulheres vitimadas*. Quando estas Participantes aparecem enquanto mães, nota-se a presença de temas como família, sentimento de traição, sofrimento

⁵ Referência à filha de P7 vitimada.

a partir do abuso de sua filha, infância e repetição do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações. Quando os discursos são reveladores das Participantes enquanto mulheres vitimadas os temas que atravessam este discurso são: vivência de abuso sexual, vulnerabilidade, sofrimento por ter sido vitimada, culpa, a repetição do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações, subjetividade, vivência, consciência, poder, gênero e repetição do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações.

Destaca-se que *o tema da repetição do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações se faz presente nos dois lugares discursivos* ocupados pelas Participantes analisados nesta tese (mães e mulheres vitimadas), o que se torna representativo, denotando a materialidade da vivência da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre diferentes gerações de sua família na história destas Participantes. Sendo assim, a repetição Será apresentada num terceiro bloco de exposição das falas analisáveis nesta tese de acordo com a Teoria Histórico-Cultural.

Como forma de sistematização dos resultados oriundos da análise dos discursos das Participantes, nesta tese, para cada lugar discursivo analisado serão apresentados os temas e alguns fragmentos de discursos que se entendem revelarem o sentido assinalado de mãe e de mulher vitimada, fazendo-se uma análise a partir da teoria fundamentadora desta tese.

4.3.1 A mãe vitimada: O discurso das Participantes sobre o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar sofrido por sua filha

Nesta dialogia em que a pesquisadora se relacionava com as Participantes, cada uma delas construiu o seu discurso singularmente, revelando ao longo do discurso os sujeitos que se constituíram em meio às experiências de abuso sexual intrafamiliar de suas filhas vivenciadas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se encontram temas semelhantes em

seus discursos, notou-se que cada uma delas imprimiu sua singularidade também na forma como iniciavam os seus discursos sobre o abuso que a sua filha sofreu. O modo como as Participantes iniciam seus discursos sobre o abuso da filha revela a forma que elas consideraram mais pertinente para aquele momento fazer entender o que queriam comunicar. Dialogicamente, também refere a forma que elas conseguiram elaborar a situação de abuso e a situação de estar naquele momento falando sobre algo que lhes mobiliza tanto, sendo isso entendido como uma maneira de organizar suas idéias:

- P1 inicia seu discurso enunciando sobre as características do abuso sexual de sua filha, demonstrando que para ela o modo como aconteceu o abuso sexual contra a filha lhe foi importante para organizar suas ideias;
- P2 demonstra através do seu discurso introdutório a necessidade de situar as pessoas, que além dela, também considera que estiveram envolvidos na situação (o abusador, suas irmãs e o cunhado que desconfiou da situação de vitimação da filha);
- P3 enuncia inicialmente sobre o modo como tomou conhecimento do abuso de sua filha, revelando através da fala que a sua surpresa do abuso da filha praticado pelo esposo, pai da menina, é algo que regula o seu discurso, que inclusive lhe provoca dúvidas quanto a autoria;
- P4 demonstra necessitar situar a sua relação com a filha, que caracteriza como conflituosa, demonstrando o quão importante é para ela justificar a sua ignorância sobre o abuso que a filha sofreu dado a distância entre elas por conta da relação;
- P5, que teve seus três filhos abusados sexualmente (dois intrafamiliarmente), inicia seu discurso enunciando sobre como aconteceu o abuso da filha mais nova, este extrafamiliar e que motivou o atendimento no CREAS demonstrando que para ela o descortinamento das situações de abuso sexual que incidiram em sua família

começara a partir deste;

- P6 inicia seu discurso enunciando sobre o abusador e a sua relação de proximidade e confiança com ele, o que lhe causou surpresa ao saber que tinha cometido o abuso contra a sua filha;
- P7 para iniciar seu discurso sobre o abuso de sua filha enuncia sobre como tomou conhecimento, tendo ela sido a única, dentre as participantes, que teve o abuso de sua filha vindo à tona através de uma denúncia anônima via serviço do Disque 100, as outras, conforme será apresentado conheceram através de amigos, vizinhos, da própria filha vitimada etc.

Sendo assim, ao longo do discurso responsivo das Participantes sobre o abuso sexual intrafamiliar que sua filha sofreu apareceram enunciações sobre *as características do abuso sexual da menina, sobre o abusador e a relação de proximidade que tinham, sobre a relação entre a mãe e a filha, sobre as consequências do abuso sexual para a sua filha, sobre o modo como tomou conhecimento do abuso da filha, sobre as providências, sobre os procedimentos, sobre o sofrimento de P ao saber da vitimação da filha, e sobre o que as mães consideram abuso sexual.*

a) Sobre o as características do abuso sexual que a filha sofreu.

Quando as Participantes enunciaram sobre o *as características do abuso sexual que a filha sofreu* as falas contém enunciações sobre o local do abuso, o abusador, os envolvidos, o contexto em que se deu o abuso, e uma narrativa de como aconteceu o abuso sexual contra as filhas.

P1 constrói um discurso narrativo em que enuncia sobre o local (na cozinha da casa da irmã do pai da filha), o abusador (um “*rapaz lá que fazia mandados*”[sic]), envolvidos (a filha, o pai da filha, o abusador e a irmã do pai da menina), contexto (festa por conta do jogo

do Brasil):

É... tinha um rapaz lá que fazia mandados. Então ela[a filha de P1] disse que nesse dia tava tendo um jogo do Brasil. Então ela disse assim: 'papai eu tô[sic] com fome.' Então aí mandaram ela ir na cozinha pegar: 'vá, pode ir na cozinha pegue o pacote de biscoito.' Então ela foi. Ele[o abusador] se aproximou e perguntou o que ela queria. Ela disse que tinha um quarto próximo à geladeira e tinha um colchão no chão. Então ele foi, pegou ela pelo braço, jogou ela no colchão e fez sexo oral com ela...

Neste discurso de P1 nota-se a regulação da polifonia quando ela constrói uma fala em que se percebe reproduzido diálogos que aconteceram naquele contexto referido, através das vozes de outras pessoas e ainda, numa situação em que ela não estava presente. À luz da Análise do Discurso pode-se entender que P1 materializa através de seu discurso da história contada com atravessamento das vozes coletivas, ou seja, uma ela enuncia uma história que lhe foi contada anteriormente, já que ela não se fazia presente no momento em que aconteceu.

Assim como P1, P2 constrói um discurso no qual se identifica o gênero discursivo narrativo sobre o contexto através do qual ela enuncia sobre o lugar em que o abuso aconteceu (na casa de sua mãe, no sofá, na sala, no quarto da menina, em frente ao quarto), quando se deu (a menina estava sentada no sofá, quando estava na sala), quem eram os envolvidos, novamente aparecendo em seu discurso (abusador, mãe, filha), o que aconteceu (mostrando os órgãos):

...Aí ele[o abusador], na casa da minha mãe. Que era quando ela[a filha vitimada] tava[sic] sentada no sofá. Ficava trocando de roupa pra ir pra escola. Ele ia pro quarto dela e ficava lá no quarto, né [sic], amostrando [sic] de lá pra cá. E quando ela tava[sic] na sala, ele ficava em frente ao quarto e ficava mostrando[os órgãos genitais] pra ela...

Assim, tanto P1 como P2 ao enunciarem sobre o local o discurso que emerge é da casa de alguém da família, o que sugere o contexto de um lugar seguro. Quando enunciam

sobre o abusador refere um discurso que identifica alguém que acessa a casa e a família facilmente, que detém a confiança da família. Destaca-se ainda a materialidade discursiva a de uma certa negligência por parte do genitor da filha de P1, quem estava responsável por ela, além da companhia do pai referir uma materialidade da segurança. No caso de P2, a negligência daqueles que residem na casa de sua mãe, local onde a filha fica enquanto P2 está trabalhando.

Como P2 não foi quem primeiro tomou conhecimento do abuso sexual intrafamiliar que sua filha sofreu, nota-se, nesta fala dela, o atravessamento de discursos coletivos, reproduzidos a partir da fala de outros que lhe revelaram o que estava acontecendo com a filha enquanto aqueles que percebem sinais a partir do comportamento dos outros com quem convivem. Ou seja, assim como ocorre em P1, há a presença da polifonia para contar a experiência vivenciada por ela através da voz de outrem. Quer dizer que através do discurso ela demonstra precisar das vozes do cunhado que desconfiou do abuso, da irmã esposa dele e de sua filha para elaborar a história.

E no discurso de P3 também se constitui narrativo com a presença da polifonia. Ela constrói o discurso sobre o abuso sexual intrafamiliar que sua filha sofreu a partir das vozes das filhas:

Segundo elas[as filhas], ele[o abusador] ia de noite lá[no quarto das filhas], ficava. A mais velha disse que via, né[sic]. Ele chegava lá no quarto, ficava em cima dela... Aí ela[a filha vitimada] disse que era verdade, né[sic].

Nesta fala pode-se perceber a materialidade do discurso de vitimadas por alguém da família, que evidencia um cerco intimidador dentro do local em que era para se sentir seguro, o quarto de sua casa. Nota-se também o discurso da forma com que o abusador investia sexualmente contra a vitimada, assim como pode-se perceber o atravessamento de uma locutora-mãe que precisou de uma confirmação da própria filha vitimada para crer no que

acabara de saber.

Quando P4 fala sobre o abuso sexual de sua filha ela enuncia através da fala da filha narrativamente quem é o abusador da filha, neste caso o pai, e as maneiras com as quais ele abusava da menina (“...*Ele[o abusador] botava o negócio dele na minha boca...*”; “...*ele[o abusador] me alisava, me botava no braço, beijava minha boca...*”; “... *Ele[o abusador]dizia: ‘Hoje eu vim deitar com você[a filha].’...*”), que acontecia quando amae não estava presente (“...*Quando a senhora[P4] saía pra trabalhar...*”; “...*‘E quando eu tinha 12 anos mainha[sic] que eu fui lá pra casa dele[abusador]...*”);, que os abusos aconteciam quando a mae não estava e a menina estava sob a responsabilidade do abusador (“...*Ela[a filha] passou um tempo lá, lá na casa dele[abusador] ...*”; “...*E a esposa dele [abusador] estando dormindo...*”).

Segundo P4 reproduzindo a voz de sua filha ao narrar os abusos para ela, o pai “...*conseguiu o que queria...*”[sic] quando a filha tinha 12 anos de idade, o que se entende que com esta idade houve a conjunção carnal entre o abusador e a filha de P4, quer dizer que esse discurso materializa o abuso sexual e a questão da virgindade feminina. O fato de o pai *conseguir* atingir o seu objetivo quando a menina tinha 12 anos de idade enunciado duas vezes por P4 tem um efeito de sentido ideológico no que tange a questões relativas à importância da virgindade da mulher reproduzido nas vozes coletivas, assim como a precocidade que se deu esta experiência. Essa precocidade materializa o discurso sobre infância que quando aparece este tipo de experiência gera consequências sérias para o desenvolvimento da criança.

Quando P5 constrói o discurso sobre o abuso sexual que motivou o atendimento ao CREAS, a experiência que ela começa narrando é a que vitimou a sua filha mais nova (de 14 anos). Como P5 teve três de seus quatro filhos vitimados por abuso sexual (somente a mais velha intrafamiliarmente), ela começa falando da história da mais nova e em seguida do filho

do meio para só depois falar da vitimação da filha mais velha por abuso sexual intrafamiliar.

O abuso da filha mais nova de P5 aconteceu por conta de um namoro que a menina mantinha escondido dela com um rapaz de 27 anos de idade. Enuncia que tomou conhecimento a partir de um vizinho e freqüentador de sua igreja, que lhe disse que as práticas de sexo entre a filha e o namorado eram do tipo anal (*Aí eu fiquei assim, aí ele fez: ‘Só que eles tão tendo relação só que não é como a gente normal.’ Aí, eu: ‘Como assim como a gente, normal?’ Aí eu pensei pronto meu menino é gay... ”*). Neste momento em que soube do abuso de sua filha, enquanto o vizinho que lhe revelava não dizia o nome da filha, P5 enuncia que logo pensou em seu filho, o qual ela enuncia como “gay”[sic]. Então, de forma explicativa enuncia o motivo pelo qual desconfiou do filho de 16 anos (“...*Que ele ta[sic] com contato com pessoas gay, muito mais velho do que ele, entendeu? E ele fala assim que quer mudar, mas não consegue. Que essa pessoa fica muito ligando e ele acaba indo passar fim de semana fora.* ”). O que se entende desta fala de P5 é que para ela, o filho tendo contato com essas pessoas que ela considerou *gay*[sic] e *mais velhas*[sic] podem estar influenciando o menino e cometendo abuso sexual contra ele.

Sobre o abuso sexual intrafamiliar que sua filha mais velha sofreu ela constrói um discurso narrativo que contém dados sobre o abusador (“*Com essa outra minha filha, a mais velha também, quando minha mãe morou com outra pessoa... ”*), providência tomada naquela época (“...*Ela[a filha], eu tive que colocar num colégio interno porque como eu trabalhava e as vezes ela ficava em casa com minha mãe... ”*) e a forma como a sua filha lhe revelou que tinha sido abusada (“...*Ela chegou pra mim falou: ‘Mainha[sic], o M.⁶ me chamou ali e botou eu no colo dele, ficou alisando minhas coxa e botando a boca no meu peito.’*”).

O discurso de P5 sobre os abusos de seus três filhos materializa uma mãe que sofreu

⁶ Abusador da filha mais velha, companheiro da mãe de P5 na época.

por três vezes a experiência de vivenciar negativamente historias de abusos sexuais. Alguém que buscou tomar providências assim que soube do que estava acontecendo com os filhos, cada um em seu momento. Nota-se que na fala dela há detalhes de como eram os abusos sexuais praticados pelos abusadores dos filhos, demonstrando a importância que essa caracterização tem para ela fazer-se elaborar as situações vivenciadas.

Já a fala de P6 sobre o abuso sexual intrafamiliar que sua filha sofreu, aparece num discurso descritivo no qual nota-se em sua fala a presença da polifonia enunciada a partir da reprodução das vozes de outros envolvidos como da filha e da mãe da coleguinha de sua filha, para quem a menina contou primeiro sobre a vitimação. A filha, segundo discurso de P6, lhe descreveu o abuso que sofreu como “*coisa feia*”[sic], e a mãe da coleguinha da filha descreveu a vitimação da menina como uma “*tentativa*”[sic] de abuso sexual. Mediante as duas enunciações que emergiram através da polifonia em seu discurso, percebe-se a movência de sentidos quando, de forma dialógica, P6 remete o sentido de enunciar para si mesma um novo sentido atribuído a “*tentativa*”[sic] como se estivesse revendo o tal sentido do que de fato a filha sofreu considerando a sua complexidade ao falar: “...*no caso abusou dela, né*”[sic]”. A fala de P6 remete a uma configuração contraditória quando ela menciona o que antes fora enunciado por uma das vozes constituintes de seu discurso como uma “*tentativa*”[sic] torna-se, a seu ver, como um “*abuso*”[sic] de fato.

Através deste discurso pode-se entender o que o sujeito P6 concebe como abuso sexual em si difere do que a pessoa que lhe revelou entende que o seja. E P6 constrói uma fala na qual nota-se uma composição de marcas discursivas que materializam um discurso ideológico sobre a virgindade, através da qual comprehende-se o sentido de pureza e inocência afeita a crianças (“*Assim... ele não, não teve penetração, mas ele, ele esfregou os órgão dele, genital nela, né*”[sic]...”). Esta fala revela que para P6 apesar de não ter havido a conjunção carnal o fato de o abusador ter provocado contato genital entre ele e a menina assegura

gravidade.

E neste sentido acerca do abuso da filha, P7 emite uma fala composta por um discurso de gênero narrativo através do qual ela enuncia o que aconteceu (abuso sexual intrafamiliar da filha), onde ocorreu (na casa da irmã do abusador, avô da menina), quem foram os envolvidos (irmã do abusador, abusador, bisavó, a filha, pai da menina, P7, avô), como aconteciam os abusos (telefonemas, violência física expressa em marcas nos pulsos e pés da menina, ameaça).

P7 enuncia que não teve condições de escutar de sua filha mais detalhes sobre os abusos cometidos pelo avô da menina. Fala que é muito difícil para ela escutar, inclusive afirma que somente soube de algumas características do abuso porque escutou a filha contando para a Psicóloga que a atendeu na ocasião em sua presença, mas que tratou de sair da sala, já que para ela era muito sofrido escutar o que aconteceu.

O que se pode perceber destes discursos das Participantes sobre o abuso sexual intrafamiliar que suas filhas sofreram é que a construção discursiva foi feita regulada pelo gênero narrativo, salvo no discurso de P6 que foi descriptivo. Entende-se que elas fizeram uso da narrativa, pois reproduziram uma história que aconteceu e que deveria ser contada. Só que essa história narrada foi conhecida por elas através de outras pessoas. Isso significa que as outras vozes discursivas foram materializadas na forma que ela compreendeu a situação e situou-as da forma que ela entendeu coerente para elaborar o discurso. Quer dizer que em todas elas a polifonia se fez presente, inclusive nas falas de P6 que tratou de descrever a situação com detalhes. A esta descrição feita por P6 percebe-se a implicação dela em evidenciar a sua decepção com o vizinho, com a situação e consigo mesma enquanto mãe que não conseguiu evitar este sofrimento para a sua filha.

Outra características que notou-se é que em P1 o responsável era o pai, pois este que estava cuidando da filha naquele momento em que a menina foi abusada na casa da irmã dele,

tia da filha, por um vizinho de confiança. Em P2 o tio abusador que morava na casa da avó da menina onde ela passava as tardes enquanto a mãe trabalhava. P3 e P4 o responsável era o pai, mas também o abusador das meninas, sendo que com a filha de P3 aconteceu na própria casa delas e de P4 na casa do pai abusador. No caso de P5 a figura adulta que também dividia responsabilidade da menina e que abusou sexualmente dela era companheiro da avó da menina e se valeu da casa que vivia com a avó da filha de P5. Com a filha de P6 o abusador foi o vizinho de confiança dono da casa em que a menina brincava frequentemente e pai das amiguinhas da menina. E na experiência de P7, o adulto responsável era avô de sua filha e também quem abusou dela na casa de uma irmã dele, tia de P7.

Em todos os contextos mencionados o abusador era alguém de confiança o que proporcionava maior acesso às filhas das Participantes e menor possibilidade de desconfiança destas mães. Essa proximidade, portanto, promovia a vulnerabilidade das filhas delas e dificuldade em revelar, o que se percebeu através das polifonias presentes, representadas nas variadas vozes.

Através das falas das Participantes o discurso materializado correspondeu, além do abuso sexual intrafamiliar e vitimação, há também a vulnerabilidade da criança, a responsabilidade do adulto responsável por ela naquele contexto, o acesso facilitado que um abusador que convive com a família da vitimada tem sobre ela. Tais características são apontadas como consequências para as crianças e adolescentes que vivenciam uma situação de vitimação por abuso sexual intrafamiliar por Habigzang e Koller (2006). As autoras acentuam que esta experiência gera impactos relacionados a fatores intrínsecos e extrínsecos, além dos relativos a violência sexual por si só.

Nota-se a presença de intimidação através de ameaças dirigidas a pessoas de estima das meninas, geralmente as mães. Nestas situações, segundo a literatura, de fato as ameaças comumente são dirigidas as mães das meninas, dado potencial que ameaçar a mãe delas tem

paralisar as vitimadas (Lima, 2008; Lima & Alberto, 2010; Pfeifer & Salvagni, 2005).

Neste sentido, pode-se perceber o quanto comprometida se torna a infância destas crianças e adolescentes enquanto período de desenvolvimento, já que tiveram que vivenciar uma história de violência por abuso sexual. Segundo Vygotski (1933-1934/ 2006) é na infância que o sujeito constitui a sua personalidade, que constrói as bases cognitivas e afetivas.

b) Sobre o abusador e a relação de proximidade.

Quando as Participantes falam sobre *o abusador e a relação de proximidade que tinham*, nos discursos delas há materialidade traição, surpresa, indignação, sofrimento, vulnerabilidade, medo, desconfiança em outras pessoas, solidão e tristeza. No entanto, somente no discurso de P1 que esta proximidade não aparece, já que ela não conhecia o abusador, pois este costumava fazer parte do cotidiano do ex-esposo (pai de sua filha) através da convivência na casa da irmã dele, onde passavam finais de semana.

Na fala de P1 o discurso que aparece refere um sujeito que não aceita o fato de sua filha estar sob a responsabilidade do pai e sofrer a vitimação. As falas dela sobre o abusador aparecem sempre associadas a uma responsabilização do pai da filha por não ter tido mais cuidado: “...*Então, nisso a atenção pra o jogo ninguém acho que deu importância a fome dela. (...) Falta de atenção mesmo com ela...*”. Através destas falas pode-se perceber o discurso da ausência materna quando a filha foi abusada, e ainda sobre os cuidados especiais que uma mãe pode ter com sua filha, o que outros responsáveis não conseguem ter, neste caso, nem mesmo o pai biológico e a tia paterna, dona da casa onde a menina foi vitimada.

P2 apresenta uma fala em que ela identifica o abusador como alguém de sua família e de inteira confiança, denotando o quanto surpreendida ela foi com a revelação do abuso sexual contra a sua filha: “...*Essa pessoa é meu cunhado. É esposo de minha irmã mais nova, que fez*

isso com a minha menina...”. Inclusive ela fala sobre o comportamento do abusador no sentido de que este dava-lhe sinais passíveis de suspeição de algo: “...*Que ele andava muito nervoso...*”. Segundo ela, este comportamento do abusador foi o que levantou as suspeitas também do outro cunhado dela, o que desconfiou do abuso da menina. Segundo ela, o abusador era alguém de importância afetiva como se fosse um pai para a filha, o que revela um grau de gravidade de cunho incestuoso. Tal era a confiança que P2 e sua filha tinham no abusador. Segundo ela, os abusos aconteciam enquanto estava trabalhando, momento em que a menina ficava sob a responsabilidade do tio abusador.

Sobre o abusador de sua filha, P3 enuncia que não tinha como desconfiar dele porque ele era seu marido na época em que os abusos aconteciam, e pai das filhas, para o que nota-se a materialidade do valor familiar existente na relação pai e filhas, e entre cônjuges: “*Foi um choque, eu fiquei em estado de choque, né[sic]. Que não esperava. Até mesmo pelo fato que a gente vivia bem, tanto ele como eu, né[sic]? Vivia bem mesmo. Então pra mim foi uma surpresa...*”

Nota-se no discurso de P3 uma fala em que se percebe a surpresa quanto ao abusador, aliado ao fato de ela dar-se bem com ele fazia com que ficasse mais difícil ainda de ela desconfiar. Além disso, ela revela que não se convenceu completamente de que o, atualmente, ex-marido, companheiro na época do abuso, de fato haja cometido o abuso, já que, segundo ela, ele não demonstrava esta característica abusiva. A partir disso, pode-se supor que ela tem dificuldades em aceitar que o abuso realmente aconteceu não somente porque o abusador seja seu ex-marido e pai biológico da filha, mas também porque revela para ela que a relação conjugal entre eles que ela julgava bem não correspondia ao que ela pensava. Através da materialidade do discurso dela nota-se que uma família que tem uma história de abuso sexual intrafamiliar segundo a experiência dela tem conflitos claros como não dar-se bem entre si, o que ela não enuncia haver em sua família. A este discurso supõe-se que ela conhece como que

é a dinâmica de uma família abusiva, sugerindo a materialidade de outra experiência de abuso em sua família, podendo ser a vitimação dela quando criança.

Já na fala de P6 sobre o abusador de sua filha nota-se as enunciações e as vozes que denunciam o lugar do abusador no contexto enunciado: o vizinho-abusador enquanto alguém em quem ela confiava e não lhe gerava motivos de suspeita de que ele cometesse o abuso contra a sua filha: “...*Foi que... um, uns vizinho[sic] lá do lado direito, isso. A gente é muito amigos[sic] deles. (...) E aconteceu assim... que eu nunca imaginaria que ia acontecer isso, né[sic]?*...”; a proximidade que tinha com o vizinho-abusador a ponto de permitir que sua filha freqüentasse a casa dele brincando com o filho do abusador, mesmo quando ela não estava presente em companhia da filha: “...*A mulher dele sempre chamava B⁷. pra ir, pra B. ficar lá: 'Deixa B. brincar aqui com E⁸. enquanto eu arrumo aqui as coisas?'...*”.

De acordo com a fala de P7, o sofrimento maior para ela e para a filha nesta vivência de abuso da menina reside no parentesco que o abusador tem com elas: era o avô paterno e alguém com quem se mantinha um grau de afinidade com a família que ultrapassa o lugar de avô, adquirindo outros sentidos sociais no contexto familiar: “...*Porque ele não era um avô só. Ele era mais que um avô. Ele era um avô, pai, cuidadoso, zeloso. As netas[sic] nasceram e se criaram. A minha gravidez foi a convivência com a família toda, vivendo todo mundo junto...*” . P7 enuncia o sentido de que diante da forma como o avô abusador era considerado em meio à ela e à suas filhas foi mais difícil ainda para ela desconfiar e também crer que ele seria capaz de abusar sexualmente de sua filha. Além disso, pode-se entender o quanto P7 se sentiu traída pelo abusador que ela confiava e considerava tanto, o que lhe coloca como também vitimada na história de abuso da filha.

O fato de o abusador ser alguém considerado afetivamente da família por si só é um

⁷ Referência à filha de P6 que foi abusada.

⁸ Referencia ao filho do abusador com quem a filha de P6 costumava brincar.

fator considerado agravante nas situações de abuso sexual, o que configura o abuso sexual intrafamiliar. E quando se trata de uma criança ou um adolescente enquanto vitimado neste contexto intrafamiliar a gravidade é ressaltada, além da violência sofrida, no que concerne ao significado que aquele abusador adulto tem para ela: alguém responsável, que cuida e zela pelo bem-estar dela (Forward & Buck, 1989).

Nestes casos em que o abusador é alguém com quem a vitimada tem relação de afinidade estreita, a presença da característica de ameaça e de segredo são facilitados. Isso porque, dado a proximidade do abusador com a sua vitimada no espaço familiar, torna-se mais facilitado a manutenção da intimidação, fazendo-se presente constantemente frente a criança ou adolescente vitimada para recordar-lhe do segredo que deve manter sobre a vitimação sendo coagida através de ameaças (Faleiros, 2000; Furniss, 1993; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Nestas situações, dado o convívio constante com o abusador, as mães de crianças e adolescentes abusados tendem a não desconfiar do que está acontecendo. Embora venham perceber alguma mudança comportamental em suas filhas, estas não dão o sentido da vitimação por abuso sexual, ainda mais tendo como vitimador alguém tão próximo (De Antoni & Koller, 2000; Furniss, 1993).

c) Sobre a relação entre mãe e filha.

Quando as Participantes enunciam sobre *a relação entre a mãe e filha* nota-se construções discursivas que revelam que as relações antes do conhecimento do abuso das filhas eram distantes entre elas, mediante o discurso de aproximação que tiveram depois da revelação do abuso.

Segundo a fala de P4 sobre a relação com a filha, estas viviam em conflito, pois segundo ela a menina não conseguia estar bem com ninguém de sua casa (marido, filho e

ela). Como forma de amenizar o problema de convivência, P4 enunciou num tom que se entendeu de ameaça e punição para a filha que ela iria residir com o pai :“... ‘Você fica aqui em casa e você arruma confusão. Você vai pra casa do seu avô e arruma confusão. Ninguém lhe aguenta. (...)Vou mandar você pra casa do seu pai.’... ”. A partir desta fala de P4 entende-se que ela culpabiliza a filha pelas desavenças relacionais com ela, com o padrasto, com o irmão, com a avó e com o avô. Embora P4 tenha dito que não mora mais com a filha a fala dela aparece numa construção discursiva contraditória: “...Eu vou lutar por ela. Aí, eu sou mãe e mãe é mãe. E mãe é a única que não desiste de seus filhos. E eu não desisto dela... ”. Esse pai, com quem P4 disse que a filha iria residir caso não se comportasse melhor vai se configurar como o abusador da menina.

Através do discurso de P4 sobre a sua relação com a filha entende-se ainda que a fala revela que a condição para que a filha de P4 volte a residir com ela, é que a menina melhore o seu comportamento. Enquanto isso não acontece, vai residir com outros e não voltará para casa. Com isso, destaca-se a presença do que se entendeu como gênero contraditório em seu discurso ao enunciar anteriormente o sentido de que estaria ao lado de sua filha, e depois enuncia que vai encaminhá-la para longe, para residir com outras pessoas e não com ela, caso não se comporte adequadamente.

A partir do discurso de P7 pode-se perceber a materialidade da distância entre ela e a filha, já que para que P7 tivesse conhecimento do abuso sexual contra a sua filha que residia com ela o Conselho Tutelar teve que revelar-lhe o que acontecia contra a filha. Segundo discurso de P7 nota-se que este fato de ter sido contatada pelo Conselho Tutelar enquanto o órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente teve um sentido de gravidade da situação. Ela mencionou diversas vezes durante o discurso que ela não sabia de nada do que estava acontecendo com a sua filha até ser comunicada pelo Conselho. Neste discurso ela enuncia também o serviço do Disque-Denúncia Nacional, responsável por

receber denúncias anônimas sobre casos de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes, através do qual foi denunciado o abuso de sua filha por parte do avô paterno, além de enunciar sobre a Delegacia e o CREAS. Quando ela constrói uma fala contendo estes órgãos o que se materializa aí é que ela está fazendo menção além de seu desconhecimento, mas sobre a dimensão do mesmo, ou seja, que a impossibilidade era tamanha de saber o que estava acontecendo que a denúncia chegou através de um serviço público e anônimo.

Destes discursos sobre a aproximação das Participantes com as suas filhas vitimadas após tomarem conhecimento do abuso sexual intrafamiliar das meninas pode-se perceber a materialidade da terceirização da responsabilidade com as filhas. Os discursos revelaram que, elas não estarem próximas o suficiente das filhas para perceberem que o abuso estava acontecendo e nem serem elas as primeiras a saberem que acontecia, e sim outras pessoas, as quais lhe contavam, as suas filhas estavam sob a responsabilidade das avós (ou avôs), dos tios, do vizinho etc.

Em famílias em que ocorre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, a mãe geralmente ocupa o lugar de protetor da criança ou do adolescente. Após a situação de violência, as mães passam a cuidar mais de seus (suas) filhos (as), tornando-se mais protetivas. Ou seja, mães mais atentas e mais próximas a seus (suas) filhos (as). Demonstram mais cuidado e preocupação com seus comportamentos diante da sociedade, protegendo-os (Furniss, 1993).

Após o conhecimento do abuso sexual sofrido pela filha as mães tendem a se aproximarem mais, não somente da filha vitimada, mas de todos os outros filhos. Pelo fato de se sentirem culpadas pela não proteção da filha que, para elas, favoreceu a vitimação, elas passam a acompanhá-los mais de perto, querendo saber mais da vida dos filhos e passando a permanecer mais tempo dentro de casa, na companhia dos mesmos (Lima, 2008).

d) As consequências do abuso sexual para a sua filha.

Quando as Participantes falam sobre *as consequências do abuso sexual para a sua filha*, tendo como primeiro indício de que algo estava acontecendo com a filha o comportamento agressivo ou retraído das meninas. Embora elas enunciem que percebiam, não conseguiam nominá-los, nem tampouco tomar providências nesta direção.

Segundo P1, após o abuso sexual que sua filha sofreu, mesmo ela contraditoriamente desconhecendo que havia acontecido, podia perceber no comportamento de sua filha uma mudança, o que entendia como algo que não estava bem. Neste sentido, ela constrói um discurso sobre as consequências do abuso sexual para a filha:

...Mexeu muito com a cabeça dela. Até hoje minha filha tem, vou dizer assim, problemas?

Tem! Porque ela não esqueceu isso. Ela é uma pessoa fechada hoje. Ela não gosta, ela se veste toda fechada, entendeu? Ela não é de tá[sic] muito com as pessoas conversando. Se chega visita na minha casa, ela vai para o quarto, ela não se expõe....

O que se pode entender deste discurso narrativo de P1 sobre as consequências geradas para a sua filha depois do abuso sexual intrafamiliar que sofreu é que a menina tornou-se mais retraída socialmente. Que sua vulnerabilidade foi tamanha que evitava contato com outras pessoas, além do medo de se expor.

Já no discurso de P5 sobre as consequências para a sua filha o que ficou evidente é que a menina vitimada pelo companheiro da avó, com quem residia, foi quem teve que ser afastada de seu convívio familiar, sendo encaminhada para um colégio interno: “...*Ela [a filha], eu tive que colocar num colégio interno porque como eu trabalhava e as vezes ela ficava em casa com minha mãe...*”. Esta fala de P5 materializa as vitimadas que tem a sua liberdade cerceada enquanto o seu alvo segue com a sua vida normalmente, e neste caso de P5, a avó da menina continuou com o companheiro abusador. Revela P5 como um sujeito que não tomou a frente da decisão de proteger a sua filha e que providência iria tomar para isso,

tendo recebido a idéia de internar a filha num colégio através de sua mãe, o que acatou.

Sobre o abuso sexual intrafamiliar cometido pelo avô paterno contra a sua filha, quando P7 enuncia sobre as conseqüências do abuso para a sua filha fala que após a revelação do abuso, experiências com a sua filha e diálogos que teve com a menina antes de saber do abuso ganharam novos sentidos, configurando-se como indícios de que a menina estava de fato sendo abusada. Tais indícios puderam ser percebidos, segundo P7, na mudança de comportamento da filha, enunciando que notou desde que a menina tinha oito anos ela ficou mais agressiva, não tomava banho na frente de ninguém, não se trocava na frente de ninguém.

Outra conseqüência para a filha advinda desta vivência do abuso sexual intrafamiliar sofrido foi a “*depressão*”[sic], provocada mais precisamente, segundo discurso de P7, pelo fato de a filha ter de se distanciar da avó, esposa do abusador de quem ela gostava muito. Que após a denúncia e a comprovação do abuso P7 agrediu verbalmente não só o avô abusador, mas também a avó, esposa deste (“... *Ela chorava aqui olhando pra foto da avó. Ficava sem se alimentar. ‘Mainha*[sic], olhe, sem minha avó é, é muito difícil.’ Ela diz pra mim....”). O que se pode compreender a partir deste discurso é que possivelmente a menina se submetia aos feitos violentos do avô também para proteger a avó, que segundo ela, “*era doente*”[sic], além da mãe e do pai que eram ameaçados de morte pelo abusador caso a menina revelasse os abusos (“...*Porque ela[a avó] também não tinha porque era ameaçada também. E ele é bem agressivo, entre marido e mulher...*”). Ou seja, pode-se aludir que quando a menina estava em casa com os avós, a avó era poupada de investidas violentas do avô enquanto estivesse submetida aos abusos sexuais dele. Em sendo assim, tendo a menina que se afastar da casa deles, a avó dela ficava vulnerável, o que lhe trazia sofrimento em cogitar que ela estivesse sofrendo por obra do esposo.

Através das falas das Participantes que revelam discursos sobre as conseqüências do abuso sexual intrafamiliar sofrido pelas filhas pode-se notar que as meninas vitimadas

sofreram consequências físicas, psicológicas e sexuais. A vulnerabilidade foi a consequência mais apontada pelas Participantes percebidas em suas filhas após a vitimação. Segundo elas, as meninas passaram a ter medo de tudo, percebido através de retraimento social.

Pelo fato de o abuso sexual se constituir uma categoria de violência, no que tange a uma violação de direitos não somente sexuais, mas humanos de um modo geral (Faleiros & Campos, 2000), que os abusos aconteceram de forma intrafamiliar, as vitimadas sendo crianças e adolescentes tendo sido vitimadas por um adulto com quem se mantém afinidade familiar, a vulnerabilidade de fato se instala.

O abuso sexual intrafamiliar afeta o comportamento social da criança ou adolescente, a curto e longo prazo. Após a vitimação, as crianças e adolescentes que sofreram o abuso sexual intrafamiliar passam a ter dificuldade em confiar em outras pessoas, inclusive passam a apresentar poucos comportamentos de interação social, como se disponibilizar a ajudar alguém (Amazarray & Koller, 1998). Elas tendem a se retraírem socialmente de tal forma que podem desenvolver quadros patológicos mais sérios como depressão, transtornos de ansiedade, entre outros (Habigzang & Caminha, 2004)

e) *Sobre o modo como tomaram conhecimento do abuso sexual intrafamiliar de sua filha.*

Quando as Participantes falam sobre *o modo como tomaram conhecimento do abuso sexual intrafamiliar de sua filha*, elas enunciam que souberam a partir de outras pessoas seja vizinho, cunhado, mãe de coleguinha da filha até através do Disque-Denúncia (como no caso de P7), e somente uma delas enuncia que soube através da própria filha vitimada. Sobre este tema as falas das Participantes revelam materialidade de não desconfiança, surpresa, traição e sofrimento.

A fala de P2 que retrata o modo como ela tomou conhecimento do abuso de sua filha é

construído de forma emocionada de forma que no decorrer da fala ela chora demonstrando o desconforto e a tristeza em reviver a situação narrada. Para este choro de P2 atribuiu-se o sentido de que este foi o meio que ela expressou a sua presença na narrativa, pois até o momento ela construiu seu discurso sem aparecer, em torno dos personagens da família, mãe, irmãs, cunhados e filha. Assim, P2 enuncia a partir da polifonia nas vozes de sua irmã e de sua filha o diálogo que se deflagrou no momento:

...A minha irmã chegou pra mim que queria conversar, que tinha um negócio muito sério pra conversar comigo... Aí, ela falou que era com esse marido da minha irmã mais nova. Que ele ficava mostrando pra ela os órgãos dele, né [sic]? Que ficava assim, se excitando na frente dela...

Neste mesmo discurso acima, P2 enuncia o que se entendeu como um sentido como de minimização do que aconteceu com a sua filha, percebidos quando ela enuncia que o abusador não *tocou* em sua filha. Este sentido revela P2 subjetivamente já que aponta o modo como ela compreendeu a gravidade da situação do abuso sexual de sua filha (“...*Mas que ela[a irmã] falou que ele[o abusador] não tinha feito nada ainda com ela[a filha]. Que não tinha tocado nela. Só fazia tempos que ele ficava mostrando.*”). A utilização das palavras *não*[sic], *nada*[sic], e só neste contexto do enunciado do abuso a partir da voz de sua irmã para P2 e do discurso de P2 para a pesquisadora, revela que tanto ela como a irmã atribuem um sentido de gravidade na situação de abuso se o abusador tivesse tocado na menina. Que o fato de ele ter “*mostrado seus órgãos*” (sic) e “*se excitando*” (sic) para a menina não mereça ser visto com tanta gravidade, pelo contrário, seja um alívio.

Novamente nota-se a presença da regulação pelo gênero discursivo ideológico em que expressa culturalmente e socialmente o modo como os atos de “*mostrar seus órgãos*” (sic) e “*se excitar*” (sic) são compreendidos por sua família, já que está presente no discurso dela e de sua irmã, enunciado para ela. Trata-se da representação do imaginário social sobre a forma

de compreender o abuso sexual, principalmente no que tange a sua definição e as consequências depois da vitimação.

No discurso de P4 sobre a revelação do abuso de sua filha, nota-se a presença de elementos como: gênero narrativo para enunciar como foi a revelação (“...*Aí então, isso eu falando com ela por telefone...*”), quando (“...*Isso no dia oito de março, esse ano...*”), o contexto (“...*no dia da mulher...*”), envolvidos (ela, a filha, o Conselho Tutelar); a polifonia quando ela enuncia através da voz da filha, pistas acerca do abuso sexual sofrido pela menina no diálogo do telefone em que a menina revelou a vitimação; gênero ideológico, quando ela refere o dia em que a menina lhe revelou os abusos, dia oito de março, um dia que traz consigo um sentido histórico e social da mulher na sociedade e as relações entre gêneros (feminino e masculino). Assim como pode-se compreender o sentido que envolve a busca da menina pelo seus direitos no Conselho Tutelar; gênero contraditório pelo fato do dia oito de março tratar-se de um dia em que comemora-se os direitos da mulher e o discurso trata de uma revelação de violação de direitos femininos, no caso, o abuso sexual sofrido pela filha de P4; e do gênero descritivo para referir sobre o modo como a sua filha fez a sua enunciação (“...*Aí ela começou a gritar, a chorar...*”).

O sentido que se apreende deste discurso é de confirmação da desconfiança que P4 tinha de que havia acontecido algo com a sua filha que motivara o seu comportamento “*rebelde*”[sic]. Neste sentido, o discurso é regulado pelo dialogismo que se estabeleceu através das falas dela e de sua filha (“...*‘A senhora não sabe de nada, mainha[sic], o que aconteceu!’ Eu: ‘O que foi que aconteceu? Me fale o que é. Deixe de chantagem com a sua mãe, minha filha! O que é que tá[sic] acontecendo?’..*”). Cada uma delas encontrava-se em um lugar discursivo, ou seja, através de suas vozes situavam, no discurso, as consciências bakhtinianas de mãe que não estava se dando bem com a filha, que desconfiava que algo havia acontecido com ela e que destinava a responsabilidade materna a terceiros, e da filha

que se sentia preterida pela mãe e que tinha algo para revelar para a mãe que lhe trazia sofrimento, mas que não o fazia, gerando-lhe mais sofrimento.

A partir do discurso de P4 sobre sua relação com a filha e o modo como a menina lhe revelou que sofria abusos de seu pai pode-se entender que existia certa distância entre elas. Esse sentido compreendido através do discurso de P4 como distância entre mãe e filha pode ser uma pista da experiência de P4 em tentar não se envolver com as situações, e ainda dirige as ações de responsabilização para outras pessoas. Percebe-se que diante deste discurso da mãe de que não tem condições de ajudar a filha, a menina enuncia que vai recorrer ao Conselho Tutelar e informar que sua mãe avó não querem *ficar* com ela (“... ‘*Vou procurar o Conselho Tutelar e vou dizer, vou dizer que, que, que vocês num querem ficar comigo.*’...”).

Mediante a enunciação feita pela filha de que “*não queriam ficar com ela*”[sic], P4 enuncia responsivamente utilizando-se a seguir dos jogos de verdades em que dialogicamente confronta as duas consciências bakhtinianas envolvidas, dela e da filha (“...*Eu fiz por onde ficar com você e você mandei... você num, num fez por onde também com a gente...*Mandei você pra casa do seu pai, não pra me livrar de você, mas pra ver se você vive em paz, também eu vivesse em paz. Não que eu lhe abandone, porque você sabe que eu amo muito você.’...”). Mas o discurso da menina de levá-las ao Conselho Tutelar é algo que pode trazer prejuízos a ela enquanto mãe, pois pode ser responsabilizada por algo, sendo que ela enquanto mãe se avalia positivamente e se arvora de tal (“...*O que, que você vai dizer minha filha? Que eu me mato, me esforço pra fazer tudo por você, pra dar o melhor é isso que você vai dizer ao Conselho Tutelar é?*’...”).

Então, P4 continua o seu discurso enunciando para a pesquisadora o momento da revelação do abuso sexual da filha a partir da polifonia registrada através da fala da menina

(“...Aí foi quando ela gritou chorando e disse: ‘Eu vou dizer que eu era abusada pelo meu pai desde meus quatro anos de idade!’...”). Neste discurso da filha reproduzido por P4, nota-se uma enunciação temporal de seu abuso, no qual indica a idade em que começou a sua vitimação pelo pai. Esta enunciação da filha foi estimulada dialogicamente, sendo enunciada de forma responsiva ao que a mãe enunciou outrora (o que faz pela filha).

Como P6 não desconfiava do abusador e por isso mantinha a rotina de deixar a filha frequentar a casa dele, o modo como ela tomou conhecimento acerca do abuso da filha foi através de uma mãe de uma coleguinha de sua filha. Essa mãe soube através de sua filha que, por sua vez, lhe revelou que a filha de P6 tinha lhe contado. Segundo P6, embora não desconfiasse do vizinho, tinha notado no comportamento de sua filha algo diferente, mas as mudanças percebidas por ela foram tomadas *a priori* como algo relativo a doença (dor de cabeça) (“...Porque em casa era normal. Só sentia umas dor[sic] de cabeça. Foi fazer exame de vista, né[sic]? E não deu nada...”). Nota-se a partir deste discurso que mesmo através das manifestações de dores de cabeça requentes de sua filha, algo que não costumava acontecer, ela não atribuiu a este fato o sentido de que a filha pudesse estar sendo vitimada.

O discurso de P7 para falar sobre o abuso sexual intrafamiliar de sua filha sobre como tomou conhecimento demonstra que ela não sabia que sua filha estava sendo vitimada (“Bom, eu vim saber já do caso após os exames solicitado[sic] pelo Conselho Tutelar. Mas, ela quando confirmou o abuso ela tinha sete anos...”). Neste discurso P7 enuncia sobre a questão temporal na medida em que sinaliza que os abusos iniciaram-se na época que a filha tinha sete anos de idade, sendo que a menina hoje já é uma adolescente de 13 anos. Segundo ela, quando soube foi no mesmo momento em que sua família tomava conhecimento também. Somente o pai da filha dela que tomou conhecimento antes por ter sido contatado pelo Conselho Tutelar antes dela.

Segundo discurso de P7 nota-se que este fato de ter sido contatada pelo Conselho

Tutelar enquanto o órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente teve um sentido de gravidade da situação. Ela mencionou diversas vezes durante o discurso que ela não sabia de nada do que estava acontecendo com a sua filha até ser comunicada pelo Conselho. Neste discurso ela enuncia também o Disque 100, responsável por receber denúncias anônimas sobre casos de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes, através do qual foi denunciado o abuso de sua filha por parte do avô paterno, além de enunciar sobre a Delegacia e o CREAS. Quando ela constrói um discurso contendo estes órgãos pode-se aludir que ela está fazendo menção além de seu desconhecimento, mas sobre a dimensão do mesmo, ou seja, que a impossibilidade era tamanha de saber o que estava acontecendo que a denúncia chegou através de um serviço público e anônimo.

Ao notar-se que os discursos que emergem das falas das Participantes revelam que estas tomaram conhecimento do abuso sexual intrafamiliar de sua filha através de outras pessoas, pode-se refletir sobre a proximidade entre mães e filhas, já analisadas anteriormente. Mediante isso, analisa-se a relação entre a Participante e a pessoa que lhe revelou que os abusos aconteceram.

Segundo os discursos das Participantes, estas tomaram conhecimento a partir de vizinho, cunhado, mãe de coleguinha da filha até através do Disque-Denúncia (como no caso de P7), somente uma delas soube a partir de uma conversa com a sua filha vitimada. Um dos fatores que favorecem que as mães não desconfiem é o fato de que o abusador ser alguém acima de suspeitas e o ambiente doméstico se configurar um lugar de proteção para suas filhas (CECRIA, 1998; Lima, 2008).

f) Sobre as providências que tomaram ao saber que a sua filha tinha sido vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar.

Quando as Participantes falam sobre as *providências* que tomaram ao saber que a sua

filha tinha sido vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar elas constróem discursos que revelam que elas precisaram de ajuda de terceiros para tomar decisões como denunciar o abusador e até mesmo de proteger a sua filha encaminhando-a para morar longe de casa, como com outros parentes ou num colégio interno.

Diante do conhecimento deste abuso contra a sua filha, de como ele acontecia e que o fato de ter sido intrafamiliar e o abusador ter tamanha convivência com a sua filha, principalmente na casa da mãe de P2, ela enuncia que as providências adotadas foram primeiramente surgiu a ideia entre ela, a irmã e o cunhado que desconfiou do abuso de filmar, no intuito de flagrar uma investida sexual do abusador contra a filha, com a finalidade de ter provas para denunciar o abusador, no entanto, entendendo que era expor a sua filha a mais uma situação abusiva, abandonaram a idéia, e outra providência foi decidir quem deveria saber o que aconteceu (como a sua irmã, esposa do abusador, já que teriam de ser afastar) e quem não deveria saber (a sua mãe, já que a considerava limitada por ser *alcoólatra*[sic].).

Embora a maioria das Participantes tenha tomado providências conjuntamente com outras pessoas, P3 foi a única exceção. Ela foi a única, dentre as Participantes desta pesquisa que tomou a decisão sozinha e separou-se do abusador de sua filha, mesmo em meio a incerteza de que realmente o abuso havia acontecido. Assim, ela enuncia que ao saber do acontecido tomou a providência imediata de perguntar ao marido para certificar-se da informação, e então afastá-lo do convívio da família, mesmo diante da negação do mesmo, novamente vivenciou a dúvida quanto a esta autoria. Mediante isso, compõe um discurso contraditório em que ao mesmo tempo em que teve dúvidas se o marido abusou de sua filha, ela tomou a decisão de se separar o que revela o sentido de ter acreditado que ele o fizera.

Mesmo tendo separado do marido ela ainda demonstra ter duvidas quanto a autoria do abuso sexual intrafamiliar contra a sua filha (“...*Então até hoje eu ainda fico na minha cabeça, será que é verdade ou não? Porque... pelo que se é acontecido as menina nunca*

demonstrou nada, né[sic]... ”). Essa dificuldade em crer que o pai de suas filhas seja o abusador entende-se perpassar pelo sentido que o (ex-)marido representa, alguém, para ela, acima de qualquer suspeita de que cometa algo deste tipo, quem conhecia bastante. Ademais, a sua filha, para ela nunca demonstrou nada que pudesse levantar a suspeita dirigida ao (ex)esposo, pai da filha, o que demonstra que a menina passou o tempo em que conviveu com o pai e suas investidas sexuais convivendo com o medo e ameaças, algo comumente presente no comportamento do abusador frente a sua vitimada.

Assim que P4 soube do abuso da filha através do telefonema entre elas, P4 enuncia que a sua providência, após refazer-se do “*baque*”*[sic]* foi ir até onde estava a menina para conversar pessoalmente “*às pressas*”*[sic]*. Pode-se entender que P4 demonstra ter compreendido a dimensão da gravidade da situação que a filha acabara de lhe relatar. Ao enunciar como foi a conversa com a filha, ao chegar onde a menina estava, P4 enuncia um sentido que se entendeu que P4 faz relação da revelação do abuso com outras vivências com a sua filha que poderiam estar compostas de sinais da revelação e ela não se deu conta na época, o que ganha novos sentidos mediante ao novo contexto (“...*Aí, então, quando ela falou isso[o abuso] passou um filme na minha mente, das coisas que ela falava pra mim, sabe?...* ”).

Segundo P4 foi uma surpresa saber desse abuso sexual intrafamiliar cometido pelo pai de sua filha, já que para ela, ele era alguém acima de qualquer suspeita, chegando a descrevê-lo como “*um homem santo*”*[sic]* e “*perfeito*”*[sic]*, que não apresenta características do que P4 entende serem pertencentes a um abusador (“...*Num era aquele homem que, que saísse na rua ficasse olhando pra mulher, sabe?...* ”). Mediante este discurso pode-se aludir que P4 conhece as características de um abusador, e se isso acontece, o efeito de sentido é de que de alguma forma ela já teve, anteriormente, experiência com abusadores. Para reiterar a sua não desconfiança, ela utiliza o adjetivo “*santo*”*[sic]* dando o sentido completamente contrário a

alguém capaz de cometer abuso sexual. Ou seja, ela constrói um discurso contraditório e ideológico sobre o que ela pensa sobre abusadores e sobre o ex-marido neste contexto.

P5 enuncia que sua filha mais velha foi abusada por um companheiro de sua mãe e que a providência ao tomar conhecimento do abuso intrafamiliar da filha mais velha foi de matricular a sua filha num colégio interno para que ficasse protegida das investidas sexuais do abusador, já que não tinha com quem deixá-la quando ia trabalhar (“...*Ela, eu tive que colocar num colégio interno porque como eu trabalhava e as vezes ela ficava em casa com minha mãe...*”). O que se pode compreender é o sentido de que ela, enquanto mãe, tratou de acreditar em sua filha e tomar providência, que se entendeu no intuito de protegê-la. Analisa-se esta providência de encaminhar a filha para um colégio interno, afastando-a, consequentemente, do convívio familiar e do abusador (já que sua mãe continuou com o companheiro, segundo ela) como mais uma característica de repetição entre gerações nesta história familiar de abuso. Isso porque quando P5 foi vitimada a providência que tomou (neste caso, sozinha) foi de também se afastar do abusador quando pode. No caso dela, engravidou e foi morar com um rapaz para poder sair de casa e ficar livre dos abusos, já que sua mãe não acreditava nela, segundo seu discurso.

Já P7 enuncia que quando foi acionada pelo Conselho Tutelar a primeira providência dela foi de atender aos procedimentos que foram orientados pelo Conselho e, ao encontrar a filha, para levá-la ao perito para exame, conversou com a menina em busca de confirmação através dela sobre o que havia sido denunciado. Isso porque antes de P7 ser contatada pelo Conselho e saber o que estava acontecendo com a filha, o pai da menina esteve presente no Conselho realizou os procedimentos orientados. Na companhia de seu pai, segundo P7, a filha recusou-se a fazer o exame num primeiro momento. Segundo o discurso de P7, o motivo pelo qual a sua filha não quis fazer o exame proposto estava ligado a questões de gênero (“...*Quando ela foi pro exame, que chegou lá era um médico. Ela não aceitou fazer o exame*

com um médico... ”). O que se pode entender deste discurso dela é que a sua filha estava fragilizada a tal ponto com a situação de ter sido vitimada pelo avô que não se sentiria a vontade em ter que se submeter a um exame intima com um homem, mesmo sendo este o médico especialista. No entanto, depois, quando a menina já estava em companhia de P7 ela foi submetida ao exame, já que tal procedimento faz parte do protocolo de atendimento em casos de violência sexual.

Segundo discurso de P7, ela apoiou a recusa da filha em se submeter a um exame com um médico (“...*De imediato eu falei que ela não faria com um médico, com um homem. Porque ela não ia conseguir mesmo...* ”). A partir deste discurso, pode-se inferir que P7 dá pistas de que ela tem conhecimento das limitações geradas pela consequência de um abuso sexual que incidem em alguém vitimado. O que se pode entender esta pista como um indício de que ela tem outra vivência de abuso sexual além desta de sua filha. De acordo com o discurso de P7 foi constatado através do exame de conjunção carnal que sua filha tinha sido abusada sexualmente.

Através dos discursos das Participantes sobre as providências tomadas ao saberem que suas filhas tinham sido vitimadas por abuso sexual intrafamiliar elas necessitaram da orientação de outras pessoas próximas como parentes para agirem de forma protetiva, elegendo as ações que efetivaram no contexto. A isso se entende dever ao fato de as mães não conseguirem lidar com a situação de sofrimento das filhas, fato que também lhes gera também sofrimento.

Em situações de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil as mães optam por um comportamento protetor e por um excesso de cuidado com os membros da família, em especial com as filhas, revelando-se mães cuidadosas e carinhosas com os filhos. Nesse tipo de famílias, que o autor referido denominou como rígidas e moralistas, as mães tendem a acreditar em suas filhas e buscam proteção (Furniss, 1993).

g) Sobre os procedimentos adotados ao saberem do abuso da filha.

Quando as Participantes falam sobre os *procedimentos*, elas revelam que foram orientados seja por parentes, seja por profissionais da área de defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Neste discurso de procedimento elas materializam os conhecimentos técnicos com os quais conviveram por conta da vivência do abuso de suas filhas. São conhecimentos que revelam experiências com a justiça (por exemplo, denúncias, processos) e com a saúde (por exemplo perícia, exame).

Sobre os procedimentos adotados P2 enuncia que foram seguidos junto com sua família, assim que veio à tona o abuso sexual intrafamiliar da filha dela: ela, sua irmã e seu cunhado que desconfiou primeiro da situação. Enuncia que decidiram procurar ajuda no CREAS, decisão esta que foi tomada a partir da idéia do tal cunhado que desconfiou da situação, quem P2 enunciou como alguém preparado para decidir (“*ele preferiu*”) a melhor providência, a partir do sentido dado por ela a profissão dele, educador:

...Só que aí esse meu cunhado, esse outro meu cunhado, que ele é educador, não é? Então ele preferiu trazer a gente pra cá, pra o CREAS, pra gente se informar como agir. Foi quando a gente veio pra cá pra o CREAS e a gente conversou, eu conversei com S., com minhas irmã[sic] e conversou com esse meu cunhado tudinho[sic], com minha irmã. Aí foi quando ela falou, a G[psicóloga do CREAS] falou que era pra gente afastar ele o mais rápido possível de lá de casa.

Ressalta-se que esta decisão de buscar atendimento no CREAS fez com que o abusador fosse denunciado e esta situação provocou preocupação em P2 quanto a sua irmã, esposa do abusador, em saber como ela se sentira mediante esta acusação. E quando a esposa do abusador tomou conhecimento P2 não esteve presente, cabendo a sua irmã e ao seu cunhado que desconfiou do abuso contar a esposa do abusador o que sucedera. O motivo pelo

qual P2 não fez parte da conversa foi porque, segundo ela, não conseguiria conversar sem chorar e sem ficar nervosa, podendo inclusive partir para agressão. A partir deste discurso pode-se notar que P2 não se considera preparada para vivenciar a situação de sua filha e nem tampouco estar a frente de decisões subsequentes relativas ao abuso intrafamiliar sofrido pela sua filha.

Diante da revelação da filha, P4 enuncia os procedimentos adotados. Segundo ela, buscou atendimento para a sua filha no CREAS, a partir do qual pode compreender o que considerou “*o porquê de tanta revolta de M...*”[sic]. A partir deste discurso, entende-se que os atendimentos serviram não somente para auxiliar na vivência de abuso da menina, mas também no efeito que esta experiência gerou que refletiu no comportamento da mesma. Sendo assim o CREAS surge no discurso de P4 como espaço de responsabilidade de *tratamento* da filha, novamente atribuindo a terceiros a responsabilidade de atenção materna. Após procurar o CREAS, P4 enuncia que outro procedimento adotado por ela foi denunciar o abusador. Mas para decisão de fazer esta denúncia ela enuncia outras pessoas envolvidas que lhe auxiliaram a fazê-lo como a filha, o seu pai, a sua mãe, o CREAS. O que se nota é que novamente P4 demonstra não ter condições de lidar com esta situação sozinha, que para isso, precisava de outras pessoas. Este dado faz surgir a alusão de que P4 pode ter vivenciado outra história de violência que lhe resultou nesta falta de condição de desenvolver-se no contexto.

No entanto, embora P4 tenha feito a denúncia do abusador, após a prisão do mesmo não levou o processo adiante a pedido de sua filha vitimada, que entendeu que o fato de o pai passar uma noite na cadeia já era suficiente para impedi-lo que cometer abusos novamente, seja com ela ou com qualquer outra pessoa.

Mediante a confirmação da filha de que de fato tinha sido abusada sexualmente pelo vizinho, amigo da família, P6 enuncia que adotou procedimentos que incluíram buscar auxílio nos órgãos competentes e uma das orientações foi que ela denunciasse o abusador, e

ela o fez. Segundo seu discurso, a busca de auxílio especializado se deu por conta que para ela foi uma baque tamanho saber da vitimação da filha que não sabia o que fazer naquele momento (“...*Que eu fiquei desorientada...*”). Ela constrói um discurso em que as enunciações são compostas de narrativas que versam sobre o caminho que percorreu até conseguir atendimento para a filha. Para isso, ela enuncia que foi a três hospitais diferentes, no IML, Delegacia, Conselho Tutelar até chegar ao CREAS. Sobre o caminho percorrido, também enuncia detalhes dos atendimentos recebidos até chegar ao CREAS. A partir do discurso de P6 composto por tantos espaços nos quais ela teve que percorrer em busca de atendimento para a menina (três hospitais diferentes e ainda retornar ao primeiro hospital), pode-se aludir que ela encontrou dificuldades para conseguir referido atendimento, assim como orientação sobre a vitimação da filha. O que se pode analisar deste discurso de P6 é que, embora os locais que ela tenha buscado atendimento tenham sido os mais indicados em casos de abuso sexual, os profissionais que a receberam parecem não estar preparados adequadamente para esta demanda, mediante a peregrinação provocada.

Em seu discurso sobre o caminho percorrido até receber atendimento aparece ainda os profissionais que lhe atenderam nestes locais indicados: *psicólogo, assistente social, médico e conselheiro tutelar*. No entanto, segundo o discurso de P6, a filha hesitou em falar sobre o seu abuso para os profissionais que a atenderam, no que a menina revelou a sua vitimação e detalhes da vivencia somente para a Psicóloga (“...*Aí, quando foi pra psicóloga que a psicóloga começou a conversar com ela. Aí, sei que de muito tempo ela começou a dizer...*”).

De acordo com o discurso de P6, entende-se que para a filha dela era difícil falar sobre o assunto, dada a complexidade da vivência. Diante deste discurso, pode-se compreender que o atendimento da Psicóloga configurou-se como um espaço propício para que a menina pudesse revelar a sua vivência de abuso sexual, já que trata-se de um profissional que tem um conjunto de técnicas e ferramentas que possibilitam o espaço de acolhimento da demanda

adequado.

O efeito de sentido do discurso referente a todo este caminho de atendimentos na rede de proteção identificados no discurso de P6 (CREAS, conselho tutelar, delegacia e IML) propicia compreender como uma forma que ela encontrou para organizar também para si, repassar todo o procedimento, toda a experiência até o momento da entrevista. Estes encaminhamentos, procedimentos, atendimento e conhecimento enunciados por ela que aparecem em seu discurso enunciam para ela dialogicamente uma atenção e acolhimento que ela não teve quando foi vitimada. P6 detalha os caminhos percorridos são enunciados no sentido de que ela sente-se de certa forma acolhida, mesmo que tardiamente e através de sua filha. Ressalta-se a importância de existir uma rede de proteção e garantias de direitos que funcione, isso porque não somente a criança ou adolescente vitimado precisa de seus direitos assegurados, mas também acolher a demanda familiar. Em casos em que há a repetição do abuso sexual intrafamiliar as próprias mães se sentem acolhidas e podem elaborar as suas próprias vitimações, tornando-se mais competentes no auxílio de suas filhas vitimadas.

A partir do discurso sobre os procedimentos efetivados pelas Participantes estão relacionados ao conhecimento a partir das experiências que estas tiveram ao longo de suas vidas a respeito do abuso sexual. Revelam um sujeito que se constituiu desta experiência e que trouxe para o discurso os sentidos que estas experiências lhes proporcionaram. Nota-se que as Participantes se utilizaram da rede de proteção, seja por conhecimento prévio ou por orientação de terceiros, para garantir a proteção de suas filhas ao saberem do abuso sofrido.

Novamente, discute-se o fato de as mães contarem com a ajuda de terceiros para suas decisões subsequentes ao conhecimento do abuso da filha. Essa dependência das mães se dá sob forma de solicitação de ajuda para tomar providências como denunciar ou não o agressor. Há casos ainda em que elas transferem completamente tal postura de proteção e providência ante a situação de violência (Lima, 2008).

O apoio familiar torna-se fator imprescindível para o encaminhamento da situação de violência vivida pela criança e pelo adolescente. O papel da mãe recebe especial destaque devido ao significado importante na manutenção da sensação de proteção de seu (sua) filho (a) (Azevedo & Guerra, 1989).

h) Sobre o sofrimento ao saber da vitimação de sua filha.

Quando as Participantes falam sobre *o sofrimento de ao saber da vitimação de sua filha* elas constróem um discurso que materializa a dor materna em saber do sofrimento de sua filha, a culpa em não ter conseguido protegê-las, questionamento sobre a qualidade de sua maternagem, e principalmente a dificuldade em falar sobre o assunto.

O fato de P1 ter desistido de levar o processo contra o abusador adiante, também pode-se entender como que não somente a sua filha revivia a história de abuso tendo que contá-la por diversas vezes, mas também para P1 era uma vivência de sofrimento. Sobre o sofrimento de P1 ao saber da vitimação da filha, P1 enuncia que não consegue verbalizar o que sente (“*É...acho que é uma dor assim... Que não tem descrição... Acho que... só a mãe mesmo é que passa por isso é que sabe*”). Nota-se que neste discurso P1 o constrói de forma ideológica da categoria mãe construída histórico-culturalmente. Neste sentido, entende-se que quando P1 constrói este discurso regulado pelas vozes sociais da mãe cuidadora dos filhos, ela não se coloca singularmente, e sim se insere num grupo de mães que, como ela, também tiveram esta experiência de vitimação de uma filha.

De acordo com o discurso de P4, a experiência de vitimação por abuso sexual intrafamiliar de sua filha gerou consequências em seu desenvolvimento. Esse pensamento, P4 expressa que lhe acompanha desde que ela soube que a filha tinha sido abusada, o que lhe provoca tamanha comoção que verbaliza que tem “*vontade de chorar*”[sic] sempre que pensa na situação revelada Neste discurso em que revela a sua vivência subjetiva mediante o abuso

da filha, nota-se que para ela o sofrimento de sua filha gera também um sofrimento nela. O sentido que se pode atribuir a este discurso de P4 é de que tem conhecimento de que a vitimação por abuso sexual causa sofrimento, ainda mais quando o abusador é o próprio pai da vitimada, ao que, para isso, ela demonstra conferir um grau maior de gravidade. Neste sentido, a análise do discurso de P4 permite destacar que através deste enunciado, mais um indício da existência de repetição do abuso sexual intrafamiliar. .

P5, assim que soube que sua filha mais nova que estava sendo abusada sexualmente constrói um discurso em que enuncia como se sentiu no momento da revelação (“...*Aí ali eu entrei em desespero, comecei a chorar. Aí, ele começou a dizer assim: 'Se acalme irmã. ' Num sei o que. 'Não vá dizer nada não' ...*”). Nota-se através deste discurso que ao tomar conhecimento do abuso de sua filha, P5 enuncia o sentido de negação e surpresa, de não ter acreditado no discurso do rapaz

Como P6 não desconfiava do abusador e por isso mantinha a rotina de deixar a filha frequentar a casa dele, o modo como ela tomou conhecimento acerca do abuso da filha foi através de uma mãe de uma coleguinha de sua filha. Essa mãe soube através de sua filha que, por sua vez, lhe revelou que a filha de P6 tinha lhe contado. Segundo P6, embora não desconfiasse do vizinho, tinha notado no comportamento de sua filha algo diferente, mas as mudanças percebidas por ela foram tomadas *a priori* como algo relativo a doença (dor de cabeça) (“...*Porque em casa era normal. Só sentia umas dor[sic] de cabeça. Foi fazer exame de vista, né[sic]? E não deu nada...*”). Nota-se a partir deste discurso que mesmo através das manifestações de dores de cabeça requentes de sua filha, algo que não costumava acontecer, ela não atribuiu a este fato o sentido de que a filha pudesse estar sendo vitimada.

Após a confirmação da conjunção carnal através do exame, P7 constrói um discurso enunciando sobre como foi para ela e para o pai da filha tomar conhecimento dos detalhes do abuso que a menina sofreu. Segundo ela, depois que contou ao pai da filha sobre a

confirmação este não reagiu bem (“...*Um alvoroço. O pai queria matar ele...*”). No entanto, mesmo em meio a “*revolta*”[sic] dela e do pai da filha, resolveram acalmar-se e buscaram aguardar a justiça, que já tinha conhecimento através do Serviço de Disque-Denúncia Nacional (“...*Porque se o caso não tivesse na justiça ele não teria sobrevivido não. Isso aí eu disse na delegacia, o pai falou. Aonde[sic] a gente foi falou...*”). Através deste discurso nota-se o quanto chocante e sofrido foi para ela saber do abuso da filha sobre a autoria de seu ex-sogro, avô paterno da menina.

Mães que viveram essa situação através de sua vitimação e a de sua filha não encontram em si mesmas condições suficientes para lidar com a situação de suas filhas. Isso porque são obrigadas a admitir que sofrimento semelhante ao seu foi infligido à menina. A mãe tende a sentir enorme culpa por não ter conseguido proteger a filha. Nesse contexto, pode desenvolver hostilidade, ou baixa auto-estima em relação à vitimada, uma vez que a faz retomar sensações desagradáveis, além, ainda, do sentimento de que não foi capaz de protegê-la, sendo este o papel materno fundamental (Furniss, 1993).

Os discursos das Participantes sobre o sofrimento delas ao saberem do abuso das filhas refletem que as vivência subjetiva delas envolveram um sofrimento subjetivo, expresso por elas como culpa por não terem protegido as filhas dessa vitimação que lhes mobiliza de tal maneira capaz de lhes fazer rememorar as lembranças de seu próprio abuso no passado quando eram crianças ou adolescentes, dado o sofrimento delas (Lima & Alberto, 2010). O sofrimento materno também se dá devido a uma busca de negar a situação de abuso da filha que acaba de tomar conhecimento. Isso porque o abusador é alguém de seu convívio familiar, elas podem iniciar um processo de negação da violência, por não conseguirem lidar com a situação (Furniss, 1993).

i) Sobre o que consideram abuso sexual.

Quando as Participantes falam sobre *o que consideram abuso sexual*, nota-se discursos que materializam o modo de subjetivação delas a respeito de abuso sexual. Tem a ver com a experiência que elas tiveram mediante a vivência com o tema. Nesse sentido, as falas revelaram que a concepção destas mães sobre o abuso gira em torno da virgindade de a presença de conjunção carnal, ou seja, o abuso sexual com contato físico e mais ainda, entre genitais.

Neste discurso sobre a forma que aconteceram os abusos sexuais intrafamiliares enunciados por P3 nota-se um sentido em que ela expressa que demonstrou querer emitir quando enunciou a palavra *molestar[sic]* a partir do trecho: “...*Ele chegava lá no quarto, ficava em cima dela...*”. O que se percebe através deste discurso e da disposição do mesmo no contexto em destaque é que para P3 molestar tem o mesmo sentido que abusar sexualmente. Este foi um sentido que se entendeu ter partido dela, como se tivesse sido um exercício dialógico produzido por ela mesma em meio a um discurso essencialmente regulado pela dúvida e pela polifonia, o que refere uma certa distância de P3 dos acontecimentos, já que demonstra dificuldades em crer nos fatos revelados, principalmente na autoria do abuso.

E P3 complementa a sua concepção sobre abuso sexual quando ela enuncia acerca da relação que o pai abusador tinha com as filhas que não lhe fazia suspeitar de suas intenções abusivas, assim como o seu conhecimento acerca de como age um abusador sexual. Nesta fala dela nota-se que para ela o abusador é alguém que se interessa pelas filhas, mesmo estando separado dela (“...*Porque das poucas vezes que eu falei com ele. Assim, ele sempre procurou...*”). O fato de ela dizer que o ex-esposo busca saber sobre as filhas gera o entendimento de que ela realmente tem dúvidas quanto a autoria dele do abuso da filha (“...*Porque, pra quem fez o que fez, assim ele sempre procurou saber das meninas, como é que as menina[sic] tava[sic]. Assim, sempre se mostrou uma pessoa preocupada, né[sic]...*”).

Mediante este discurso, pode-se notar que P3 entende que um pai que comete o abuso contra a filha não se preocuparia com ela, não buscaria saber como estava a menina.

Segundo discurso de P5 sobre o abuso sexual que sua filha mais nova sofreu (de 14 anos) a situação aconteceu por conta de um namoro que a menina mantinha escondido dela com um rapaz de 27 anos de idade, que foi o que motivou inclusive, a sua ida ao CREAS em busca de atendimento. Enuncia que, embora tenha desconfiado de que algo estivesse acontecendo com a sua filha, pois seu comportamento, segundo descreve em seu discurso, estava para ela “*estranho*” *[sic]* e “*agressivo*” *[sic]* dentro de casa. Ou seja, ela não sabia que a menina estava sofrendo os abusos, vindo a tomar conhecimento a partir de um vizinho e freqüentador de sua igreja, que lhe disse que as práticas de sexo entre a filha e o namorado eram do tipo anal (*Aí eu fiquei assim, aí ele fez: ‘Só que eles tão tendo relação só que não é como a gente normal.’ Aí, eu: ‘Como assim como a gente, normal?’ Aí eu pensei pronto meu menino é gay...*”). Neste momento em que soube do abuso de sua filha, enquanto o vizinho que lhe revelava não dizia o nome da filha, P5 enuncia que logo pensou em seu filho, o qual ela enuncia como “*gay*”*[sic]*. Então, P5 enuncia de forma explicativa o motivo pelo qual desconfiou do filho (“*...Que ele ta[sic] com contato com pessoas gay, muito mais velho do que ele, entendeu? E ele fala assim que quer mudar, mas não consegue. Que essa pessoa fica muito ligando e ele acaba indo passar fim de semana fora.*”). O que se entende deste discurso de P5 é que para ela, o filho tendo contato com essas pessoas que ela considerou *gay**[sic]* e *mais velhas**[sic]* podem estar influenciando o seu filho e cometendo abuso sexual contra ele.

Neste discurso, embora note-se que P5 enuncia a sua vivência negativa com a experiência narrada e a vivência da repetição do abuso sexual com seus filhos, percebe-se também um discurso contraditório quando ela enuncia que a dor que sentia, o que se entendeu como relativa a sua vitimação no passado, e que tal dor que pensava ter passado volta com a

vivencia do abuso dos filhos, se contradiz ao que ela disse que é uma dor que lhe acompanhará pro resto da vida. Segundo se pode compreender desse discurso, ela avalia de forma comparativa a sua vitimação por abuso e a de seus filhos, valorando que o que aconteceu com seus filhos, para ela, foi ainda pior do que lhe sucedeu quando foi abusada. A este discurso pode-se apreender o sentido de que ela está falando sobre a questão da conjunção carnal, que não foi consumada com ela, quando abusada, mas segundo informações que sabe sobre o abuso dos filhos através de terceiros, a conjunção carnal se deu. A este discurso faz-se novamente a analise ideológica de sua construção, no que se percebe a presença das varias vozes sociais do coletivo.

E sobre o que P6 concebe sobre abuso sexual pode-se notar no discurso sobre a descrição do abuso sexual intrafamiliar sofrido pela filha. Neste discurso nota-se a presença da polifonia enunciada a partir da reprodução das vozes de ouros envolvidos como da filha e da mãe da coleguinha de sua filha, para quem a menina contou primeiro sobre a vitimação. A filha, segundo discurso de P6, lhe descreveu o abuso que sofreu como “*coisa feia*”[sic], e a mãe da coleguinha da filha descreveu a vitimação da menina como uma “*tentativa*”[sic] de abuso sexual. Mediante as duas enunciações que emergiram através da polifonia em seu discurso, percebe-se a movência de sentidos quando, de forma dialógica, P6 em seu discurso remete o sentido de enunciar para si mesma um novo sentido atribuído a “*tentativa*”[sic] como se estivesse revendo o tal sentido do que de fato a filha sofreu considerando a sua complexidade: “...*no caso abusou dela, né*”[sic]?. O discurso de P6 remete a uma configuração contraditória quando ela menciona o que antes fora enunciado por uma das vozes constituintes de seu discurso como uma “*tentativa*”[sic] torna-se, a seu ver, como um “*abuso*”[sic] de fato. Através deste discurso pode-se entender o que o sujeito P6 concebe como abuso sexual em si difere do que a pessoa que lhe revelou entende que o seja. E P6 constrói um discurso no qual nota-se uma composição de marcas discursivas que remetem a

um enunciado responsivo que identificam um gênero ideológico que trata sobre a virgindade, através da qual comprehende-se o sentido de pureza e inocência afeita a crianças (“*Assim... ele não, não teve penetração, mas ele, ele esfregou os órgão dele, genital nela, né[sic]?...*”). Este discurso revela que para P6 apesar de não ter havido a conjunção carnal o fato de o abusador ter provocado contato genital entre ele e a menina assegura gravidade.

4.3.2 A mulher vitimada: O discurso sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil que as Participantes sofreram

Após o discurso sobre o abuso sexual que vitimou as filhas, as Participantes revelaram sobre o abuso sexual intrafamiliar que sofreram. Este discurso aparece atravessado pela materialização do sofrimento, medo, vulnerabilidade, família e sentimento de desproteção. No discurso de cada uma delas pode-se perceber a singularidade expressa através da vivência subjetiva delas diante da sua vitimação bem como da vivência do contexto de entrevista que se fazia naquele momento. Além do discurso verbal, o discurso extraverbal também foi acessado, estes através de gestos e comportamentos reveladores do sujeito que se constituiu sendo expresso através de choros e silêncios.

Para acessar a experiência de vitimação das Participantes foi enunciado para elas uma pergunta acerca de outros casos de abuso sexual que elas por ventura conhecessem. Os discursos responsivos eram marcados por conhecimento de casos veiculados pela televisão e jornais impressos. Quando elas não revelavam o seu abuso, era enunciado dialogicamente que elas respondessem se conheciam casos de abuso sexual contra crianças ou adolescentes de alguém que elas conheciam mais próximos a elas, momento em que elas enunciavam sobre seus abusos.

Essa fala das Participantes em que o discurso responsivo de constituiu de

conhecimento de casos a partir de veículos de comunicação de massa entende-se que aparentemente elas primeiramente se distanciam da situação, revelando casos que vitimaram pessoas desconhecidas, como se tentassem proteger a seu sofrimento, desperto a partir de sua história de vitimação. Isso porque a dinâmica de contar a sua história de vitimação é como voltar no tempo e reviver.

Sendo assim, ao longo do discurso responsivo das Participantes sobre o abuso sexual intrafamiliar que sofreram quando eram criança ou adolescente apareceram enunciações sobre *o abuso sexual que sofreu quando criança*, sobre *o sofrimento de ter sido abusada sexualmente e não ter recebido proteção*, sobre *o fato de ser abusada e não revelar a ninguém o que lhe acontecia*, sobre *os abusadores*, sobre *o modo como se sentiu após ter revelado a família*, sobre *como se sentiu ao relembrar seu próprio abuso*, sobre *as implicações das experiências de abuso (seu e de sua filha) para a sua relação com as filhas*, sobre *a sua vivência subjetiva ante a situação de ter que conviver com a realidade de seu abusador estar livre*.

a) Sobre o abuso sexual que sofreram na infância.

Quando as Participantes falam sobre *o abuso sexual que sofreram na infância*, nota-se que esse discurso de revelação vem introduzido pela fala de desconhecimento de outros casos de abuso sexual vitimando pessoas próximas à ela. Mas quando elas revelam o seu abuso este é expresso com sofrimento e dor. Essa vivência negativa aparece através de choros e silêncios.

Assim, depois que P1 enuncia sobre outros casos que soube através de veículo de comunicação de massa, revelando o sentido de que não conhecia as pessoas vitimadas e nem tinha relação com elas, e sim um conhecimento que chega a um coletivo, P1 constrói um discurso que revela o abuso sexual que sofreu na infância (“...Então... Isso é uma coisa que,

que mesmo que eu não sabia que tinha acontecido com minha filha, o tal da violência do abuso sexual, que foi uma coisa que [Chora] eu já passei por isso... ”). Para construir este discurso P1 demonstrou sofrimento ao chorar antes de enunciar que também foi vitimada. Nota-se um sentido que se apreendeu como culpa, quando ela enuncia o abuso da filha ela se coloca como alguém que não tinha o conhecimento, mas que poderia ter protegido mais a filha, já que tinha experiência de vitimação.

Para falar de seu próprio abuso e de como aconteceu, P3 constrói uma fala que se considerou confusa devido a repetição das palavras *acontecido[sic]* e *aconteceu[sic]*. A esta repetição nesta análise do discurso atribuiu-se o sentido de expressão da dificuldade que ela teve em enunciar verbalmente a sua vitimação: “...*Quando vem uma, um negócio, vem sempre à tona aquilo que aconteceu, né[sic]. O acontecido que aconteceu comigo.*”. Entende-se que ela utiliza a palavra *acontecido[sic]* no sentido do abuso sexual que vivenciou, como se não conseguisse nomear o que lhe sucedeu. Ou seja, através deste discurso revela-se um sujeito que necessita do não-dito para poder expressar através do sentido o que deseja dizer, já que verbalmente não consegue. Outro sentido apreendido deste discurso dela advém da força dialógica que este discurso tem de exprimir um acontecimento externo que motiva movimentos internos gerados em consequência de algo que veio do social.

Sobre seu abuso, ela enuncia de forma que se entendeu como que se expressasse uma espécie de naturalização desta situação, dado o contexto em que vivia na infância. Segundo ela, era comum estar em meio a outras crianças e adultos num contexto de uma região de sertão, diferente ao que vive hoje na cidade. Assim, por estar vivendo no sertão, para ela era comum estar em grupo de crianças o que propiciou que fosse vitimada nesta época por um sobrinho de seu pai sete anos mais velho que ela. Sobre seu abuso ela enuncia através do que se entendeu como gênero narrativo sobre quando aconteceu (“...*Geralmente quando a gente*

se via sozinho, brincando, ele... acontecia, né[sic], fazia isso comigo... ”), como aconteceu (“...ele sempre dizia, me chamava pro canto né[sic], fazia... ”).

Embora P3 enuncie no sentido de que os abusos eram freqüentes e os quais ela não podia evitar, ela enuncia não ter revelado que foi abusada sexualmente a ninguém, materializando o discurso do segredo comum em situações de abuso sexual. Somente quando tomou conhecimento do abuso de sua filha resolveu revelar a sua mãe. Isso porque, segundo P3, não tinha idéia da real dimensão do que lhe sucedera, novamente reiterando o que se analisou como certa naturalização do ocorrido. Sendo assim, o que motivou a revelar a sua mãe que também sofrera abuso sexual intrafamiliar no passado foi a experiência de vivenciar com sua filha uma história de abuso lhe fez reviver o sofrimento da época de sua vitimação, associado à compreensão da dimensão do que lhe aconteceu.

Quando P4 compõe seu discurso sobre seu abuso o primeiro elemento discursivo que se destaca é a presença do gênero narrativo, utilizado para enunciar as características do abuso que sofreu, no qual aparecem os envolvidos (ela, o pai, o abusador – primo de seu pai) quando ocorreu a sua vitimação (quando era criança), o local (na casa de seu pai), como acontecia (aliciava, abusava, passava a mão, tirava a roupa dela). Neste discurso nota-se um sujeito que não tem muito claro para si o que vem a ser abuso sexual, mas que no momento do discurso demonstra atribuir novo sentido para o que vem a ser abuso e constata para si que o que sofreu ela entende como de fato um abuso sexual (“...E ele não chegou a abusar de mim, mas me aliciava, né[sic], assim... abusava sim porque ele me alisava, passava a mão, tirava minha roupa... ”). Através deste discurso entende-se que este movimento dialógico de atribuição de sentidos serviu para P4 elaborar para si mesma e para a pesquisadora, a sua própria vitimação através do discurso.

No discurso de P5 sobre o abuso sexual intrafamiliar que sofreu, nota-se que aparece regulado pelo gênero descritivo, quando ela se insere e diz que sente *dor[sic]* ao lembrar.

Este discurso aparece num sentido que se entendeu como justificativo para o modo como se sente ao lembrar das vivências com os filhos (“...*Porque já aconteceu comigo também entendeu? Assim com meu padrasto. E era o que eu mais pedia, que isso não acontecesse com meus filhos, entendeu? E dói muito.*”.) Para enunciar a sua vitimação, P5 utiliza a palavra *também* o que denota sentido de repetição do abuso sexual. Através deste discurso nota-se um sujeito que se revela através de sua experiência de abuso sexual sofrido no passado. Alguém que conviveu com o sofrimento de sua vitimação e que, enquanto mãe, embora não quisesse, estava ciente de que existia a possibilidade de que os filhos fossem vitimados também por abuso sexual, já que isso é algo que se pode acontecer com crianças, haja vista a sua experiência de vitimação do passado.

Durante o discurso em que enuncia a sua própria vitimação, P5 chora e faz silêncio. Por este choro e silêncio, comprehendeu-se que tal lembrança lhe gera uma vivência negativa expressa em sofrimento de tal forma que enuncia dificuldade em verbalizar (“*É muito difícil sabe?...*”). E chorando ela segue seu discurso no qual insere a sua mãe no sentido de comparar as ações de sua mãe ante ao conhecimento de seu abuso sexual e a sua ação enquanto mãe frente a revelação do abuso sexual de seus filhos (“*Porque assim hoje eu vejo que eu como mãe, hoje eu tomei uma atitude com meus filho[sic] entendeu? E na minha época num teve essa atitude...*”). Nota-se, através deste discurso um sujeito que sofre por não ter se sentido protegido e se comprehende diferente de sua mãe, enquanto alguém que tomou providência quanto a proteção dos filhos.

Segundo o discurso de P6, sobre o abuso sexual que sofreu quando criança, na época ela tinha entre 10 e 11 anos de idade. Na construção deste discurso nota-se a presença do gênero narrativo indicando o contexto de como o abuso sexual que sofreu aconteceu. O abusador, sabendo que ela estava sozinha em casa, chamou-a no portão e em seguida, a menina tendo dito que a mãe não se encontrava lá, o abusador entrou na casa (“...*Aí, ele já foi*

logo entrando, né[sic]? Aí, tentou me agarrar, me beijar e eu corri. Aí, eu disse: ‘Saia daqui senão eu vou gritar!’...”). Segundo essa fala entende-se que mesmo sendo criança ofereceu resistência às investidas abusivas do abusador. No entanto, mesmo tendo pedido para ele ir embora, este, antes de sair enunciou para ela que fizesse segredo quanto ao ocorrido. O sentido percebido no discurso de P6 é de que o abusador utilizou-se da ameaça para inibir qualquer outra ação da menina, por exemplo, de revelar a alguém o que havia acontecido. Esta ameaça gerou em P6 um medo e desconfiança das pessoas, segundo o seu discurso, de forma que se afastou dele e evitava sair sozinha, o que se entendeu que emergiu nela um sentimento de vulnerabilidade oriundo da experiência.

E sobre o abuso sexual que sofreu, P7 constrói um discurso em que enuncia sobre como aconteceram os abusos contra ela. Neste discurso nota-se a presença novamente de indício de que P7 compara a sua vitimação a de sua filha e encontra semelhanças, aspectos de repetição do abuso entre gerações (“*Aconteceu a gente até, a situação meia[sic], bem parecida naturalmente. A gente brincando, tomando banho no rio...*”). Ela enuncia que ambas as vitimações (sua e de sua filha) tiveram características comuns, o que sugere o sentido de que ela já havia refletido sobre as duas vitimações traçando este paralelo de identificação. Este enunciado dela faz emergir o que na Análise do Discurso denomina-se movência de sentidos, ou seja, quando o locutor do discurso vai atribuindo sentido ao discurso de acordo com o contexto em que está vivenciando. No caso de P7, após a vivência do abuso da filha, o seu abuso passou a ser compreendido no abuso da filha, pois a vitimação da filha fez emergir o sentido de repetição do abuso sexual infantil em sua família.

...Ele[o abusador] só dizia: ‘Se você contar papai mata a gente. Papai me mata. E papai me mata e vai pra cadeia. E você vai ter que carregar remorso na vida, o resto da vida porque papai tá[sic] na cadeia.’...

A característica de ameaça presente no abuso sexual intrafamiliar que P7 sofreu

também se fez presente no abuso sexual de sua filha. E no caso das ameaças feitas pelo seu irmão abusador, P7 enuncia que cedia com medo de que ele as concretizasse como também pelo fato de querer poupar seus pais de uma notícia desagradável, novamente fazendo emergir o sentido da família enquanto instituição e da relação entre eles pautada no carinho e amor, segundo ela. Este sentido impresso no discurso de P7 sobre a sua rendição as ameaças do abusador pode-se aludir que seja o mesmo sentido que emerge nos motivos enunciados por sua filha para ceder as ameaças do avô abusador (“...*Assim, sufocoiei mais ou menos até dos sete aos 11 anos. Que ele era bem mais velho que eu. Aí, casou, foi morar fora...*”).

Nota-se através dos discursos das Participantes a ameaça e o segredo fazem parte da experiência de vitimação delas como forma de manter em segredo os abusos sexuais que os abusadores cometem. Squizatto e Pereira (2004) apontam para o frequente uso da violência psicológica por meio do abusador como meio de intimidação das vitimadas de forma que neutralizam-nas. Essa forma de violência é entendida por Furniss (1993) e Renshaw (1984) como ameaças, as quais são presente em todos os casos de abuso sexual intrafamiliar, dado o contexto em que ocorre e os laços afetivos por toda a família que o caracterizam. E geralmente as ameaças são feitas às mães, segundo Pfeifer e Salvagni (2005), Lima (2008) e Lima e Alberto (2010), o que reforça a neutralização da criança.

Essa prática da ameaça se torna possível desde o momento da vitimação, já que os abusos enunciados pelas Participantes se deram em contextos em que as mães delas não se faziam presentes. Segundo Habigzang e Caminha (2004), quando sofrem abuso sexual intrafamiliar, as crianças ou adolescentes encontram-se sem a presença da mãe, seja porque esta está trabalhando ou deixou a filha sob os cuidados daquele que, aproveitou esta circunstância, e produziu-se abusador. O fato de mãe e pai (ou padrasto) possuírem horários de trabalho diferentes, propicia a situação de essa figura masculina estar sozinha com criança ou adolescente em casa. É o momento em que o mesmo tende a buscar

intimidade e controle sobre a vida da criança ou do adolescente.

b) Sobre o sofrimento de terem sido abusadas sexualmente na infância.

Quando as Participantes enunciam sobre *o sofrimento de terem sido abusadas sexualmente na infância* nota-se materializado o discurso de vitimadas, de sofrimento, de desproteção, de vulnerabilidade. Há a materialidade de um discurso coletivo que fala nelas e elas refletida no coletivo.

Após revelar que também foi abusada sexualmente, P1 enuncia sobre o sofrimento de ter sido abusada sexualmente e não ter recebido proteção, assim como aconteceu quando a sua filha foi abusada (“...*Então assim, ela teve um tratamento e eu nunca tive... então... eu nunca aceitei isso na minha vida, entendeu?...*”). Neste discurso nota-se a vulnerabilidade de P1 enquanto vitimada expresso através de um discurso comparativo com a situação vivenciada pela filha. Através deste, percebe-se o sujeito sofrido e que até hoje não consegue lidar com a falta de cuidado e proteção, deixando emergir que a vulnerabilidade de outrora ainda permanece com ela, mesmo depois de tantos anos passados.

O sofrimento de P1 referente a suas vivências de abuso sexual é tamanho que a cada vez que ela toma conhecimento de qualquer história de vitimação de uma criança ou adolescente por abuso ela revive a sua própria história:

...Então assim quando eu escuto assim outras pessoas que passam por isso, eu sinto uma dor muito grande dentro de mim. Uma angústia, porque eu me, eu me coloco no lugar daquela pessoa. Me dá aquele desespero na hora de você querer sair e não conseguir e ser abusada, somente, entendeu?...

Este discurso de P1 é significativo para demonstrar o quanto ainda sente-se vulnerável ante a situações de abuso sexual. O quanto encontra-se ainda latente também as sensações que ela experimentou naquela época, capaz de mobilizá-la. Emerge a partir do discurso um

sujeito que demonstra a sua consciência responsiva a cada caso de abuso que toma conhecimento revive sua vitimação, ou seja, que dialogicamente reflete as suas próprias vivências. Neste discurso também aparece a questão do poder que o abusador exercia sobre ela, vitimada, ao enunciar a impossibilidade e incapacidade de se desvencilhar daquele ataque sexual.

Diante deste discurso de P1 sobre a sua vulnerabilidade e sofrimento relativo a sua vivência de abuso, ela constrói um discurso no qual aparece a figura de seus pais e a sua compreensão acerca do abuso que ela sofreu e o que a filha sofreu (“...*Então assim, meus pais, não culpo eles, de jeito nenhum, mesmo porque é que é de geração pra geração...*”). Neste discurso nota-se que P1 enuncia demonstrar um certo conformismo e entendimento quanto ao fato de características e experiências serem transmitidas entre gerações de uma mesma família. Neste sentido, pode-se aludir que ela demonstra uma consciência responsiva quanto à repetição do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Embora P1 enuncie que comprehende a situação ter sido transmitida entre gerações de sua família e enunciar que não atribuiu responsabilidade das experiências a seus pais, ela reconhece que tanto ela como mãe não percebeu que sua filha estava sofrendo abuso sexual, seus pais também não perceberam (“...*Então minha mãe, ela não tinha diálogo com os pais dela porque era daquele povo bem atrás mesmo, era aquela coisa bem grosseira, né[sic]?*...”). Que segundo ela há uma distância, nos pais dela com ela, mas nota-se que também há uma certa distância entre ela e sua filha, e neste caso a distância se dá em decorrência de uma separação.

Sobre seu abuso sexual, P3 enuncia acerca do modo como se sentiu na época que foi vitimada. Neste discurso nota-se a materialidade de um sentimento de vitimada que tinha naquela época de querer revelar o abuso a seus pais e não conseguir ou não poder fazê-lo por medo de não ser crida por eles (“...*Sempre assi[sic]... quando isso acontecia tinha vontade de*

contar pros meus pais, mas naquele tempo, né[sic], num ia acreditar... ”). A partir deste discurso pode-se perceber o sentido de que ela enuncia que foi abusada mais de uma vez, revelando vivências sucessivas do sofrimento em ser abusada, a vontade de revelar a seus pais e o medo de não ser crida por eles.

Este sofrimento vivenciado na época de seu abuso, de acordo com o discurso de P3, constelou em sua consciência quando deparou-se com a revelação do abuso de sua filha. E é a partir da vivência do abuso de sua filha que ela enuncia responsivamente sobre a sua lembrança acerca de seu abuso construindo um discurso comparativo entre a situação de sua filha e a que passou quando criança centralizando o discurso no aspecto ideológico da virgindade em relação ao fato de ter sofrido ou não o abuso sexual. No que afirma que com a sua filha ficou provado que “*nada aconteceu*” [sic], ao passo que com ela afirma somente não ter acontecido de perder a virgindade mesmo tendo havido um contato entre genitais (“*...Que devido ao acontecido realmente ele, ele fazia sexo comigo. Só que não tirou minha virgindade.*”). O fato de que no caso de sua filha ter sido comprovado a preservação himenal entende-se que reforça para P3 a sua dúvida quanto a existência de fato do abuso sexual de seu ex-marido praticado contra a sua filha

E quando teve que relembrar de seu abuso, P3 decide contar a sua mãe que também sofreu abuso sexual intrafamiliar quando era criança. Esta revelação aparece em seu discurso como uma experiência de frustração quanto ao que ela esperava que fosse a reação de sua mãe ao saber de sua vitimação (“*Ela[a mãe de P3] num deu nem vazão, não deu nem de fazer assim ... Eu não sei se ela não entendeu ou deu uma de desentendida. Não fez nenhum comentário não. Também não comentei mais nada não.*”) A partir deste discurso de P3 pode-se fazer alusão sobre o relacionamento dela com a sua mãe como algo distante, já que o sentido apreendido a partir da fala de P3 foi de que ao revelar para a sua mãe que tinha sido vitimada pelo abuso sexual quando era criança, ela não deu atenção para o que estava

tomando conhecimento naquele momento, não valorizou a vivência negativa da filha. Esta reação de sua mãe motivou P3 a não mais continuar a conversa. E este fato de P3 calar-se acerca do assunto mediante a reação de sua mãe, revela o dialogismo partir da polifonia na relação entre mãe e filha no que tange a reações ao tomar conhecimento.

A partir dos discursos das Participantes pode-se notar o sofrimento delas mediante esta experiência de vitimação por abuso sexual intrafamiliar na infância e também a dificuldade em revelar para a sua mãe o que lhe aconteceu na época. Para Furniss (1993), a ameaça de fato se constitui um fator que paralisa a ação da vitimada de revelar à alguém o que está acontecendo, mas também o fato de temerem não serem cridas se faz fortemente presente. Esse medo envolve o fato de a vitimada ser criança ou adolescente, de o abusador ser alguém da família afetiva, e de, no momento, não haver ninguém testemunhando que endosse o que está sendo revelado. De acordo com Lima (2008) e Lima e Alberto (2010), ao revelarem os abusos sexuais intrafamiliares sofridos as crianças tendem a não serem cridas, dada a proximidade que o abusador tem com a família, que lhe faz gozar de confiança e insuspeição.

c) *Sobre o fato de serem abusadas e não revelarem a ninguém o que lhe acontecia.*

Quando as Participantes falam sobre *o fato de serem abusadas e não revelarem a ninguém o que lhe acontecia* materializa-se no discurso o sujeito fragilizado, que se sente sozinho, que tem medo e que sofreu ameaças.

Pelo fato de não costumar conversar com sua mãe e seu pai, P1 enuncia que quando foi abusada não revelou a ninguém o que lhe acontecia, mas que esperou em Deus, enquanto figura divina capaz de abrandar os problemas dela, mas que, segundo ela, não foi possível livrar-se do sofrimento:

...Então quando isso aconteceu comigo ninguém soube. Eu guardei só pra mim e Deus.

Então a única pessoa que eu tinha para pedir ajuda era Ele. Que fizesse com que eu esquecesse isso. Só que a gente não esquece. Isso é uma marca que fica pro[sic] resto da vida...

Novamente ela constrói um discurso que revela a sua fragilidade e vulnerabilidade ante a experiência de vitimação. Segundo ela demonstra acreditar, nunca vai conseguir deixar de sofrer, que sempre terá os registros do que lhe aconteceu, o que se pode aludir que a cada situação de abuso que chegara seu conhecimento este sujeito vai se sentir revitimado. Diante disso, questiona-se de que maneira esta mãe tão vulnerável poderá (ou poderia) ajudar a sua filha ante a sua vitimação por abuso sexual? O que se confirma o quanto importante é o atendimento especializado não somente a vitimados, mas também à suas mães que são os agentes principais de cuidado de seus filhos.

Por conta deste medo que a vivência do abuso lhe despertou aliado a ameaça do abusador, P6 enuncia que realmente que nunca revelou a sua mãe sobre o abuso que sofreu em sua ausência naquele dia em sua casa (“...*Mas até hoje minha mãe nem sonha. Não, nunca tive coragem de contar a minha mãe...*”). Ao enuncia que sua mãe nem *sonha[sic]* que ela foi abusada, o sentido compreendido neste contexto discursivo é de que sua mãe nunca chegou a desconfiar que o seu vizinho tenha feito isso com ela e nem que ela tenha sido abusada algum dia. E quando enuncia a palavra “*coragem*”*[sic]* para dizer que não revelou a sua mãe, o sentido percebido é de que caso contasse a sua mãe, poderia gerar consequências desagradáveis, e que também poderia correr riscos como de não ser crida ou de sofrer punição.

Diante desta enunciação sobre seu abuso e do que sentiu naquele contexto, P6 constrói um discurso através do qual revela-se um sujeito discursivo que construiu um saber que faz alusão a uma experiência presente em sua história passada. Para construir este discurso ela lança mão de outras falas que lhe marcaram historicamente (“...*E agora eu tô[sic] passando*

isso com a minha filha, né[sic]?"). Mostra-se como um sujeito que se apercebe através de um exercício reflexivo como alguém que além de ter sido abusada sexualmente teve a filha também vitimada. Este sujeito discursivo revela-se enquanto mãe, mulher e vitimada que demonstra se aperceber da incidência da repetição do abuso sexual intrafamiliar em diferentes gerações de sua família.

Sobre o abuso sexual que sofreu P7 enuncia que não revelou a ninguém o acontecido, ou seja, segundo o seu discurso entende-se que foi durante a entrevista a primeira vez que ela falou sobre o assunto (“...*E guardei isso por toda a minha vida. Meus pais nunca percebeu[sic]. Meus pais nunca descobriu[sic]...*”). Segundo a sua fala, o motivo pelo qual não contou nem mesmo a seus pais ela atribui a sua criação (“...*A gente temo[sic] uma criação muito amorosa e tem, graças a Deus, até hoje tenho com meus pais. Eu preferia passar qualquer coisa mesmo, menos ver meu pai ou minha mãe passar por certos tipos de situações...*”). Através deste discurso nota-se o gênero contraditório regulando já que na medida em que ela tinha esta relação enunciada por ela de carinho com os pais, sugere que tal relação era de proximidade suficiente para poder revelar-lhes a sua vitimação, mesmo ela tendo explicado que não revelou, pois preferiu poupar seus pais daquele problema.

Segundo P7, ao não contar a ninguém sobre sua vitimação ela constrói uma fala em que materializa o sofrimento, o lugar de vitimada e o desespero: “...*Então, mesmo pequena, fui violentada e segurei o sufoco, a angústia, a dor. Quando eu tinha 12 anos tentei suicídio. Meus pais nunca souberam o motivo por que eu não deixava escapar...*”. Através desta fala pode-se perceber o quanto pesado foi para ela vivenciar esta situação de abuso sexual expresso em sentimentos negativos fortes. Segundo seu discurso, seus pais desconhecedores da situação, não entendiam o motivo que a levava a tentar o suicídio na idade em que estava, contrastando com a criação envolta de carinho e atenção enunciada anteriormente por ela. E de acordo com P7, a época da sua vitimação tinha entre sete e oito anos de idade. Sobre isso,

o interessante é o sentido veiculado na fala dela para exprimir a idade em que os abusos aconteceram contra ela (“*Mais ou menos a idade que aconteceu com a minha filha. De sete pra oito anos.*”). Neste sentido, entende-se que a própria participante revela em seu discurso consciência da repetição entre gerações em sua família, no caso ela e a filha, ao fazer a relação entre as idades de vitimação de ambas.

Nesse contexto de tensão que envolve o abuso sofrido, o medo de não ser crida ao revelar, o medo das ameaças do abusador etc, diversas consequências são apontadas na vida dessas vitimadas e que chegam a perturbar o seu desenvolvimento. As consequências para crianças que são submetidas a abusos sexuais são relacionadas ao seu desenvolvimento social, físico e psíquico. Squizatto e Pereira (2004) apontam para o desenvolvimento de traumas não somente físicos, por conta da relação forçada, como também e principalmente psicológicos. De acordo com os autores, é neste cenário que se inscreve a importância de uma atenção psicossocial especializada. Isso porque, segundo Habigzang e Caminha (2004), as crianças e os adolescentes vitimados podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares dissociativos, enurese, encoprese, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático. E para estes prejuízos, Habigzang e Koller (2006) acrescentam alterações comportamentais, cognitivas, e emocionais, que incluem ainda a possibilidade de tentativa de suicídio.

d) Sobre os abusadores que vitimaram as Participantes na infância.

Quando as Participantes enunciam sobre *os abusadores que as vitimaram na infância* nota-se materializado em seus discursos a necessidade em dar uma identidade para o abusador. Isso se deve, conforme entende-se a partir das falas delas, a necessidade de elaboração da vivência negativa de abuso sexual intrafamiliar. Quando elas falam sobre os abusadores nota-se que elas falam de um lugar de sujeitos que se sentem traídos e, portanto,

também vitimados, pois confiavam muitos nos abusadores e não esperavam que eles abusassem sexualmente delas.

Seguindo o discurso de sofrimento e revitimização dela, P1 constrói um discurso que fala sobre os abusadores enquanto pessoas de sua família, ou seja, com quem ela teve que conviver por longo período mesmo depois de ter sido abusada. Este fator pode ter proporcionado uma reincidência dos abusos. Sendo assim, através do enunciado feito pode-se apreender um sentido também de agravamento ao sofrimento dela

...Então, quando você encontra a pessoa. Que é uma pessoa de família que fez também. O outro já faleceu, não é? Mas esse ainda persiste na minha família. Assim, quando eu, eu o vejo, eu vejo assim: É só o esposo da minha irmã e pronto, entendeu? Mais nada do que isso...

Através deste discurso sobre o abusador percebe-se que P1 revela que sofreu abuso sexual por parte de dois abusadores distintos, mas ambos de sua família. Que embora um deles tenha falecido, ela ainda revive as suas vitimações através da existência e presença do outro em sua família, mesmo tentando não pensar sobre as suas vitimações provocadas pelo cunhado quando o encontra, por exemplo, em reuniões familiares.

Em sendo um dos abusadores de P1 o seu cunhado, ela enuncia que foi este o motivo pelo qual resolveu não revelar os abusos que este cometia. Era uma tentativa de poupar a sua irmã, esposa do abusador (“...Então pra ela não perceber, não saber, não sofrer então eu tento botar uma capa em cima de mim pra que ninguém venha a perceber...”). Ao longo do discurso de P1 notou-se que esta característica de poupar a irmã de saber dos abusos acontece também na história da filha de P1, quando ela tenta poupar a sua irmã de que venha a ser abusada também. Assim, P1 demonstra ser alguém que busca poupar a sua família assumindo para si toda a carga negativa da experiência trazendo um discurso em que ela se coloca como alguém que tenta cuidar de sua família.

Embora P1 se enuncie enquanto alguém que sofre por ter sido abusada e mesmo assim tenta vivenciar este sofrimento sozinha, contraditoriamente ela compõe um discurso no qual ela se enuncia enquanto alguém que conseguiu se recuperar da situação (“...*Mas eu acho que eu já superei bastante o que passou comigo....*”). Nota-se que a contradição se faz reguladora deste discurso também quando ela complementa o enunciado anterior enunciando o quanto que saber da vitimação de sua filha lhe trouxe a tona o sofrimento que ela julgava estar superado (“...*Então assim quando eu soube que isso aconteceu com minha filha, eu quase enlouqueço. Eu desmaiei, eu não consegui mais trabalhar. Porque foi uma dor...*”). Nota-se que novamente ela enuncia reviver através do abuso de sua filha as suas vitimações. Nota-se que emerge do discurso um sujeito em conflito com seus próprios sentimentos e lembranças negativas. Que tenta a todo custo reconstruir a sua vida, mas que a cada revelação de abuso que toma conhecimento retrocede aos momentos que vivenciou de vitimação no passado.

Segundo P7 a pessoa que cometeu os abusos sexuais contra ela foi o seu irmão mais velho. E sobre o abusador ela constrói o discurso através do qual apreende-se o sentido de que o fato de o que lhe sucedeu ter sido entre irmãos ganha uma proporção de gravidade maior que o que houve com a sua filha, ou seja, a menina foi abusada pelo avô paterno. Trata-se de um discurso construído em cima de um sentido comparativo novamente feito por ela entre as duas vitimações, dela e da filha (“...*Então... foi meu irmão mais velho. Mais pior[sic] ainda!...*”).

No caso do abuso sexual intrafamiliar sofrido por P7, o abusador era seu irmão mais velho. De fato alguém que atende aos atributos de um abusador intrafamiliar, alguém próximo e com quem ela tem uma relação de confiança. Neste caso, Furniss (1993) aponta para o cuidado que se deve ter ao se olhar este tipo de relação, uma vez que a dinâmica existente entre os irmãos pode ser diferentemente determinada pela faixa etária e, principalmente, pela diferença de idade entre eles. O autor diz que quando o irmão abusador é

significativamente mais velho do que a vítima (como no caso de P7), supõe-se que o primeiro esteja numa posição de autoridade parental, enquanto segundo se encontra numa situação de imaturidade e dependência.

Quando o abusador é alguém de confiança da família, portanto, da vitimada, este ocupa um lugar de adulto responsável também pela criança ou adolescente. O fato de ocuparem este lugar de cuidador favorece uma proteção da descoberta do abuso sexual que estão cometendo. É através do afeto de da confiança que a criança (ou o adolescente) tem por ele que ele tende a iniciar, sutilmente, o abuso sexual. A criança, na maioria dos casos, não identifica imediatamente que a interação é abusiva e, por esta razão, não a revela a ninguém (Habigzang & Caminha, 2004). Na medida em que o abuso se torna mais explícito e que a vitimada percebe a violência, o abusador utiliza recursos, tais como barganhas e ameaças para que a criança mantenha a situação em segredo, o qual geralmente é mantido, na maioria dos casos, por pelo menos um ano (Furniss, 1993).

e) Sobre o modo como se sentiram após terem revelado que sofreram abuso sexual intrafamiliar à família.

Quando as Participantes falam sobre *o modo como se sentiram após terem revelado que sofreram abuso sexual intrafamiliar à família*, elas construíram um discurso através do qual foram materializados o sofrimento e o alívio, mas também frustração ao ter que vivenciar a descrença de sua mãe ao revelar-lhe.

Sobre o discurso de revelação dos abusos que sofreu P1 enuncia também sobre o modo como ela se sentiu após tê-lo feito, o que enuncia que foi-lhe um alívio em revelar já que teve que conviver com aquele sofrimento sozinha e ainda ter que deparar-se com o abusador a cada encontro de família e não poder falar nada (“...Então assim, foi, revelei, botei pra fora o que eu queria. É como se eu tivesse tirado um pouco aquele peso de dentro

de mim, entendeu... ”). Este discurso de revelação para as irmãs P1 enuncia que chorou muito naquele momento. Mas quando P1 revelou para as irmãs, ela enuncia que pediu para que a irmã, esposa do abusador não soubesse, para que não sofresse. E novamente nota-se a tentativa de P1 em poupar a irmã, característica que vem acompanhando o discurso de P1 desde o inicio da entrevista.

Embora P1 tenha revelado que o cunhado abusava dela sexualmente quando era adolescentes, aos 15 anos de idade, ela enuncia que embora tenham todos os irmãos presentes a sua revelação ficado surpresos, depois que souberam, nada mudou na vida deles. As relações continuaram as mesmas. Que o abusador continua convivendo com todos como se não tivesse havido a vitimação dela (“...*Então hoje, assim ele, faz de conta que não, não, não aconteceu nada. Todo mundo leva uma vida normal.*”). Segundo discurso de P5 sobre a vivência com o descrédito de sua mãe ante a revelação dos abusos sexuais intrafamiliares que sofria, percebe-se um sujeito que sente mágoa de sua mãe e desconfiança de que ela sempre soube o que o companheiro cometia os abusos contra ela (“...*Mesmo que lá no fundo ela sabia que eu tava falando a verdade, mas fazia de conta que não acreditava. Ou ela fechava os olhos e pensava que eu tava mentindo mesmo. Num[sic] sei dizer...*”). Este discurso enuncia o sentido sobre a forma como P5 vivenciou a experiência de mesmo tendo contado para a sua mãe que estava sendo abusada e a mesma decidindo por manter o seu relacionamento com o padrasto abusador de P5. Percebe-se que P5, embora desconfiasse que a mãe sabia, culpabilizando-a pela manutenção do abusador dentro de casa, também, contraditoriamente, nota-se um sentido de que para ela a sua mãe poderia ter dificuldades em acreditar que aquilo estivesse acontecendo, e que por isso, preferia não ver.

Quando as crianças e adolescentes vitimados pelo abuso sexual intrafamiliar revelam o acontecido a sua família, elas tendem a sentirem-se culpadas pelos prejuízos que esta revelação incide sobre sua família. Em famílias abusivas, o desequilíbrio aparece justamente

nesto momento em que há a revelação. Esse contexto de revelação também é propício para vir à tona outras práticas abusivas daquela família, o que contribui para que a criança se constitua como alguém que se sente culpado e então passa a carregar pesados fardos emocionais familiares (Furniss, 1993).

Neste cenário familiar atravessado por uma experiência de abuso sexual entre membros, ou seja, que o abusador é alguém da família afetiva, este exerce uma espécie de fascinação, tanto sobre sua vitimada como sobre seus familiares, apresentando-se como uma pessoa agradável, simpática, generosa e atenta com todos, mas muito especialmente com a sua vitimada e seus pais, não obstante favorecem economicamente essa família (CECRIA, 1998).

f) Sobre como se sentiram ao saberem que sua filha também tinha sido vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar.

Quando as Participantes enunciam sobre *como se sentiram ao saberem que sua filha também tinha sido vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar*, os discursos revelaram sofrimento expresso em dor e culpa.

O discurso de P1 sobre como se sentiu ao saber que sua filha também tinha sido vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar materializa vozes de vulnerabilidade e sofrimento. Inicialmente P1 não se coloca em sua fala como mãe e mulher aparecendo na primeira pessoa do singular apenas como alguém também vitimada:

É assim, não sei nem como dizer porque é como eu já disse anteriormente. É uma dor muito grande que a gente sente, entendeu? É.... a gente, a gente fica descrente da vida, se perguntando por que com minha filha? Por que isso comigo? Se já aconteceu e ta[sic] voltando, mas pra minha filha. Ela ta passando pelo que eu já passei? Eu preferia passar por tudo de novo, tudo de novo ou algo mais, do que elas passar... Certo?

Essa fala de P1 nota-se regulada pelo gênero descritivo em que através do uso de um coletivo (“*a gente*”[sic]) para explicar o que sente, aparece a sua dor, a revivência do sofrimento de vitimação através do abuso da filha, a consciência dialógica de aperceber-se do abuso da filha enquanto repetição em sua família, e do peso que é sofrer um abuso sexual intrafamiliar. Nota-se também materializado nesta fala as vozes ideológicas de mães que protegem seus filhos e que se dispõem a vivenciar as dores destes para poupá-los.

Já P5 ao construir o seu discurso sobre como se sente enquanto mãe, tendo ela sido vitimada e seus filhos também ela chora demonstrando sofrimento. Ela enuncia sobre o modo como se sente e explica a dor que sente:

Muito mal. Assim muito mal mesmo. É uma dor que você acha que já tem passado. Que já tem superado. E quando você olha que ta[sic] tudo acontecendo na mesma coisa ou até mais pior[sic] do que foi com a pessoa, que aconteceu com você e você olha, puxa!...

Neste discurso, embora note-se que P5 enuncia a sua vivência negativa com a experiência narrada e a vivência da repetição do abuso sexual com seus filhos, percebe-se também um discurso contraditório quando ela enuncia que a dor que sentia, o que se entendeu como relativa a sua vitimação no passado, e que tal dor que pensava ter passado volta com a vivência do abuso dos filhos, se contradiz ao que ela disse que é uma dor que lhe acompanhará pro resto da vida. Segundo se pode compreender desse discurso, ela avalia de forma comparativa a sua vitimação por abuso e a de seus filhos, valorando que o que aconteceu com seus filhos, para ela, foi ainda pior do que lhe sucedeu quando foi abusada. A este discurso pode-se apreender o sentido de que ela está falando sobre a questão da conjunção carnal, que não foi consumada com ela, quando abusada, mas segundo informações que sabe sobre o abuso dos filhos através de terceiros, a conjunção carnal se deu. A este discurso faz-se novamente a análise ideológica de sua construção, no que se percebe a presença das várias vozes sociais do coletivo.

Para falar sobre o modo como se sente enquanto mãe de menina abusada, P6 constrói um discurso no qual revela dificuldades em falar no assunto, no qual nota-se enunciações de sentimentos negativos (“Ah, eu me sinto tão assim... é... como é que eu posso te dizer... eu me sinto culpada. E ao mesmo tempo sei lá me sinto deprimida. Sei não. É uma coisa muito ruim. Inexplicável. Muito ruim mesmo... ”). Nota-se que ao mesmo tempo em que ela se sente “culpada”[sic], no sentido de alguém que de alguma forma não cuidou adequadamente da filha a ponto de evitar a vitimação da menina, mas também se sente “deprimida”[sic], o que lhe coloca num lugar de vitimada, configurando assim, um discurso contraditório. O sujeito revelado através deste discurso alguém que teve uma vivência negativa da situação de vitimação de sua filha por abuso sexual intrafamiliar, que se considera culpada pelo que houve com a menina. Trata-se de um sujeito sofrido que sente o peso da responsabilidade pelo abuso da filha em si e que tem dificuldades em elaborar e enunciar verbalmente o discurso para si e para a pesquisadora.

O discurso de P7 sobre o modo como ela se sentiu ao saber que a sua filha também tinha sido abusada revela um sujeito sofrido e que não se conforma com o que aconteceu. Em sua fala ela verbaliza um o modo como ela concebe o abuso sexual de sua filha, no que compara com a dor da morte. (“É difícil demais. É a etapa mais difícil que se possa imaginar. Dizer assim. Um filho morreu é uma dor. Mas um filho estrupado[sic] acredito que é pior. É a pior dor... ”). Ela explica por que acha que saber que um filho que foi abusado é pior para ela do que saber que ele morreu, no que reproduz a voz da filha enquanto era abusada pelo avô, no sentido de que o fato de sua filha ter sido vitimada e ter que conviver com este *trama*[sic] torna-se *pior*[sic] do que a morta, já que quando morre acaba o sofrimento do filho e tendo sido abusado, a memória lhe traz a tona as vivencias de sofrimento (“... Você sabe que ali como aconteceu, como ela falou pra mim: ‘Mainha[sic] eu chorava. Eu dizia vô[sic], não faça isso. Ele tampava a minha boca. Me esperneava. Ele não desistia daquele,

daquilo que ele queria fazer'.... ”).. Outro sentido é de que já que ela sentiu o abuso de sua filha como se tivesse sido com ela, a cada vez que a sua filha relembra ela também o faz, e ambas sofrem novamente..

O abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil é uma forma de violência que por si só já carrega características de repetição. Isso porque o abusador tende a reincidir na violência com mais freqüência. À isso se deve ao fato de ele residir junto à sua vitimada, tornando-se mais fácil o acesso a esta, ou somente porque se valida de seu papel social na vida desta criança ou adolescente, utilizando o poder que lhe é conferido (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

O fato é de a mãe dar-se conta de que o abuso sexual também aconteceu com a sua filha lhes provoca vivencias subjetivas expressa em sofrimento, dor e culpa. (Lima, 2008; Lima & Alberto, 2010) Nesse sentido, a mãe tende a sentir enorme culpa por não ter conseguido proteger o (a) filho (a). Em outros momentos, pode desenvolver hostilidade, ou baixa auto-estima em relação à vitimada, uma vez que a faz retomar sensações desagradáveis, além, ainda, do sentimento de que não foi capaz de protegê-la, sendo este o papel materno fundamental (Furniss, 1993).

g) Sobre como se sentiram ao relembrarem seu próprio abuso ao vivenciarem o abuso de sua filha.

Quando as Participantes enunciam sobre *como se sentiram ao relembrarem seu próprio abuso ao vivenciarem o abuso de sua filha*. Neste discurso notou-se a presença de falas que revelaram que as mães tinham “esquecido” do que lhes havia acontecido. Um esquecimento que merece aspas porque revela um sentido de não mais pensar na experiência, numa tentativa de não mais lembrar, mas que, como se trata de uma vivência, a consciência trata de trazer à tona sempre que se depara em seu convívio social com elementos que a desperte, como por exemplo, o abuso de suas filhas.

Quando revelou para a sua mãe que também tinha sido abusada quando criança, P3 enuncia que se sentiu mal em ter que relembrar a sua vitimação e reviver os sentimentos da época (“*Me senti muito mal.*”). O discurso responsivo dela sobre como se sentiu ao relembrar seu próprio abuso, foi revelador de um sujeito que desenvolveu sentimentos negativos a partir da experiência e que se situa em sua fala enquanto vitimada (“*Sei lá dá um, um... vem a mente o que aconteceu e dá uma sensação de, de sei lá de tristeza, de angústia, de talvez não ter tomado uma atitude...*”). Percebe-se neste discurso que P3 lamenta-se por não ter contado a seus pais que estava sendo abusada, o que revela um sujeito que cogita que talvez os abusos que eram freqüentes pudessem cessar e tivesse o apoio dos seus pais para seu sofrimento.

Sobre a sua experiência de vitimação e desse constante exercício dialógico que ela faz em olhar a sua história de vitimação e a história que vitimou a sua filha, P7 constrói um discurso que se entendeu ser sobre a vivência da lembrança de seu abuso através do conhecimento do abuso de sua filha (“*... Então, quando veio a tona a situação[da filha]. Quando veio a tona a situação, trouxe de volta a minha vida. Eu senti como se tivesse sido comigo...*”). Através deste discurso pode-se notar que P7 tentou esquecer-se do que lhe havia acontecido durante todos os anos que se passaram até o dia em que teve que se deparar com a sua própria história mediante a vivência do abuso sexual intrafamiliar que sua filha havia sofrido. Neste sentido, percebe-se que a característica de repetição se faz presente novamente no próprio discurso de P7 quando ela relaciona as duas vitimações (sua e de sua filha).

Quando as mães de meninas abusadas sexualmente se deparam com a vitimação da filha vivenciam um sofrimento subjetivo, expresso na culpa, que reacende as lembranças de seu próprio abuso (Lima & Alberto, 2010). Essa lembrança provoca a revivência afetiva e cognitiva de sua própria vitimação na infância fazendo com que elas tenham dificuldades em lidar com a situação das filhas (Azevedo & Guerra, 1989; Lima, 2008). Essa dificuldade em

lidar emocionalmente com a situação da filha é agravada pelo fato de que na época de sua vitimação elas não receberam apoio emocional de suas mães (Narvaz, 2005).

h) Sobre como foi importante para elas o atendimento especializado que sua filha teve no CREAS.

Quando as Participantes falam sobre *como foi importante para elas o atendimento especializado que suas filhas tiveram no CREAS* nota-se que emerge a importância de atendimento não somente às crianças e adolescentes vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar e suas famílias, mas principalmente para as mães.

Sobre os atendimentos, P2 fala da importância que foi para a sua filha e para ela o atendimento especializado. Ela constrói um discurso sobre como ela se sente hoje tendo sua filha em atendimento no CREAS. O que se pode notar é que o fato de a filha ter tido atendimento ganhou um sentido para ela que não teve quando ela foi a vitimada aos cinco anos de idade. Ela enuncia o modo como se sente (“*aliviada*” [sic]) o que relaciona com o fato de o abusador estar longe de sua filha, atribuindo o sentido de que ela está protegida com a distância dele (“*Assim, às vezes me sinto mais aliviada, né[sic], porque ele ta[sic] distante...*”). A este enunciado, P2 acrescenta em seu discurso a experiência que está tendo em ser atendida pelo CREAS:

... Aqui elas conversam. Conversaram comigo, conversaram com ela. Então já abriram um pouco mais a mente dela. Ela já, eu já converso com ela, o que acontecer com ela, ela me dizer. Porque já tem contexto com ela e tudo que acontecer com ela, ela contar pra gente, né[sic]. Então já com orientação daqui, do CREAS, aí... que eu tenho mais conversado com ela, né[sic]. Qualquer coisa que acontecer ela me dizer... entendeu?

Neste trecho, P2 atribui ao atendimento do CREAS o sentido de que foi a partir deste acolhimento que conseguiu lidar com a situação de abuso da filha (conversaram com a filha e

com ela), que as orientações recebidas pelas técnicas do local influenciaram em seu relacionamento com a sua filha (conversam mais). Nota-se a partir do discurso dela que o fato de terem *conversado* com ela também foi importante tanto para ela ser ouvida como sujeito, mulher como enquanto mãe de menina abusada. Que a partir do atendimento no CREAS conseguiu elaborar-se enquanto mãe e compreender a necessidade de se aproximar da filha. Além disso, ela enuncia neste discurso o sentido da importância de haver este tipo de *conversa* nestes casos de abuso sexual intrafamiliar. Essa importância pode ser observada quando nota-se que para construir seu discurso ela utiliza cinco vezes a palavra *conversa*, o que a análise permite atribuir um sentido regulador desta palavra para o discurso de P2.

Quando P4 buscou atendimento para sua filha no CREAS foi quando ela conseguiu entender o motivo de do comportamento que ela denominou revoltado de sua filha, A partir deste discurso, entende-se que os atendimentos serviram não somente para auxiliar na vivência de abuso da menina, mas também no efeito que esta experiência gerou que refletiu no comportamento da mesma. Sendo assim o CREAS surge no discurso de P4 como espaço de responsabilidade de *tratamento* da filha, novamente atribuindo a terceiros a responsabilidade de atenção materna. Após procurar o CREAS, P4 enuncia que outro procedimento adotado por ela foi denunciar o abusador. Mas para decisão de fazer esta denúncia ela enuncia outras pessoas envolvidas que lhe auxiliaram a fazê-lo como a filha, o seu pai, a sua mãe, o CREAS. O que se nota é que novamente P4 demonstra não ter condições de lidar com esta situação sozinha, que para isso, precisava de outras pessoas. Este dado faz surgir a alusão de que P4 pode ter vivenciado outra história de violência que lhe resultou nesta falta de condição de desenvolver-se no contexto.

P4 também enuncia o quanto para ela foi importante espaço para falar de si mesma proporcionado pela entrevista. Através deste discurso pode-se comprehendê-la como um sujeito que sente necessidade de falar de si e sobre o que lhe aconteceu (“*O que eu tenho a*

acrescentar é que é sempre muito bom quando alguém tem a oportunidade de falar. A agressão, o que passou. Porque isso vai ajudar muito. Ajuda muito e ajudou M e me ajudou. Só mais isso.”). O que se apreende deste discurso dela é que ela atribuiu a entrevista um valor terapêutico e um espaço onde ela pôde elaborar as suas experiências de forma afetiva e cognitiva. Entende-se ainda, que ela acentua através do seu discurso a importância que tem o atendimento não somente para a criança vitimada, mas também para a sua família, em especial a mãe.

No discurso de P6 sobre os atendimentos nota-se que ela percorreu um caminho por outras instituições até receber atendimento aparece ainda os profissionais que lhe atenderam nestes locais indicados: *psicólogo, assistente social, médico e conselheiro tutelar*. No entanto, segundo o discurso de P6, a filha hesitou em falar sobre o seu abuso para os profissionais que a atenderam, no que a menina revelou a sua vitimação e detalhes da vivencia somente para a Psicóloga (“...Aí, quando foi pra psicóloga que a psicóloga começou a conversar com ela. Aí, sei que de muito tempo ela começou a dizer...”). De acordo com o discurso de P6, entende-se que para a filha dela era difícil falar sobre o assunto, dada a complexidade da vivência. Diante deste discurso, pode-se compreender que o atendimento da Psicóloga configurou-se como um espaço propício para que a menina pudesse revelar a sua vivência de abuso sexual, já que trata-se de um profissional que tem um conjunto de técnicas e ferramentas que possibilitam o espaço de acolhimento da demanda adequado.

Dado o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil enquanto categoria de violência que carrega consigo a gravidade suficiente para gerar prejuízos emocionais e comprometimento do desenvolvimento físico e psicológico da criança, a atenção especializada se faz necessária. Notou-se discursos que versaram sobre a importância do atendimento e o quanto que o fato de elas, enquanto mães de vitimadas e que também foram vitimadas por abuso na infância, necessitam deste atendimento especializado. O fato é que se à estas mães não foi

oportunizado enquanto crianças a elaboração da experiência, de forma a agregar novos elementos através do profissional enquanto mediador, elas não encontram estrutura psicológica suficiente para ajudar as suas filhas. De acordo com Squizatto e Pereira (2004) é nos serviços sociais existentes que estas vitimadas podem encontrar meios de construir em si estrutura necessária para lidar com essa situação de abuso. Nos discursos analisados nesta tese, as Participantes frequentemente enunciavam que tinham dificuldade em verbalizar a situação.

Sobre a importância do atendimento psicossocial adequado, Costa et al. (2007) afirmam que quando as mães sabem que vão poder conversar com tais profissionais elas tendem a sentir-se acolhidas e se permitem pedir ajuda para si e para sua família, admitindo que estão precisando de apoio. Neste contexto, as mães pode inclusive revelar que há muito tempo que este auxílio lhe era necessário. Segundo os discursos das Participantes pode-se notar que esse atendimento funcionou como um instrumento mediador na relação entre elas e suas filhas. Quando as filhas estão em atendimento elas enunciaram que ficaram mais próximas às meninas.

i) Sobre o modo como se sentem enquanto mulheres tendo sido vitimadas e vivenciando isso com sua filha.

Quando as Participantes falam sobre *o modo como se sentem enquanto mulheres tendo sido vitimadas e vivenciando isso com sua filha* materializa o feminino vitimado e a vulnerabilidade. Mas também emerge um sujeito marcado pela dor e sofrimento.

P5 constrói um discurso sobre o modo como se sente enquanto mulher tendo sido vitimada e vivenciando isso com seus filhos. Para construir seu discurso ela enuncia sobre seu corpo e a relação que ela mesma tem com este e quando ele é tocado por outra pessoa. O que se pode compreender desse discurso é que o corpo, para ela, é um limite pessoal que

merece atenção e cuidado já que é através dele que ela admite sentir as sensações positivas e negativas, dependendo da forma como for tocado.

Como mulher...Eu acho que... É como você num conhecer bem o seu corpo, né[sic]? Você como se diz assim. Num tem prazer de tocar seu corpo. Quando outra pessoa toca assim você, num é a mesma coisa de você: 'Puxa! Podia ser diferente' Se sentir com uma sensação diferente. Porque você queira ou não, mas sempre vem aquelas, aquele repuna[sic], aquelas coisa que já aconteceu com você.

Neste discurso, nota-se que P5 se distanciou de si mesma, de suas sensações corporais, no sentido de não ter mais tanta familiaridade (ou intimidade) consigo mesma. Que não consegue ter prazer nem ao tocar-se e nem com outra pessoa fazendo. Percebe a diferença em si mesma após a vitimação, pois recorrentemente as lembranças negativas lhe assolam a memória. Estas lembranças repletas de sentimentos negativos são enunciados por ela como *repuna[sic]*, através do que se apreende o sentido de repulsa, de desprezo pela situação e sentimento.

P7 constrói um discurso em que enuncia sobre como se sente enquanto mulher neste contexto de abuso dela e da filha (“*Olha, eu sou uma mulher interiormente revoltada. É. Eu sou uma mulher interiormente revoltada....*”). O sentido apreendido desta fala resgata o sentido veiculado no discurso sobre a sua dificuldade em lidar com o gênero masculino. A construção discursiva deste enunciado dela revela que no momento em que ela construiu a enunciação ela refletiu através do exercício dialógico e se percebeu asseveradamente enquanto alguém que vivencia este sentimento de “*revolta*”*[sic]* de modo “*interno*”*[sic]*, o que se pode fazer alusão ao que ela já enunciou anteriormente sobre guardar estes sentimentos e não deixar a sua filha perceber, exercício que vem sendo feito por ela desde que foi abusada quando vivenciou a sua história sozinha sem revelar a seus pais.

Neste discurso sobre como se sente enquanto mulher neste contexto de abuso, P7

enuncia-se como alguém que não crê mais na justiça do país e que espera na justiça de Deus uma punição para os abusadores dela e da filha (“...*Eu digo: ‘ Deus, faz a tua justiça conforme a tua vontade e teu querer. Porque na justiça dessa terra só tem um jeito. Eu só ficava conformada, humanamente, como pessoa, como mulher se eu visse castrado...*””). Segundo este discurso de gênero ideológico, pode-se entender que para P7 não existe uma pena que seja compatível com o sofrimento que um abusador sexual causa a sua vítima. Ou seja, ela tenta se conformar com o que houve com ela e com a filha, mas constantemente em seu discurso aparece que ela não esqueceu nem tampouco se conformou com a situação. E nota-se ainda a partir do discurso que ela faz dando continuidade a sua idéia de punição ideal aos abusadores que o fato de sua filha ter sido abusada enquanto criança e ter, assim, deixado de ser virgem tem um peso para ela (“...*Veja como é que eu mudaria a lei. Veja a minha cabeça em termo de estrupo[sic] como é que eu penso: Ah[sic], estrupou[sic] uma virgem, não importava a idade então você ia ser castrado, da mesma maneira...*”). Novamente percebe-se que o discurso sobre o abuso sexual praticado contra meninas é regulado pelo gênero ideológico, no que ela reproduz as vozes coletivas acerca da virgindade feminina e a importância social que tem.

P7 ainda acrescenta uma fala em que ela revela que uma das implicações geradas pela vitimação em sua vida abordando, sobre o fato de ter dificuldades em relacionar-se com o gênero masculino mesmo sendo casada (“...*Quando eu me casei eu disse pra meu esposo, eu dizia: ‘Olhe, se eu engravidar e tiver um filho homem, eu não crio. A gente se separa. Você vai criar o filho homem sozinho.’ E ele nunca soube o motivo.*”). O que se percebe através deste discurso de P7 é que ela guarda em si um sofrimento expresso em dificuldade em lidar com o masculino, já que não quer um filho menino, o que se entende como registros traumáticos dirigidos ao gênero masculino. Como se, pelo fato de ter sido vitimada por um homem e que era seu irmão, ela tivesse aversão a um filho homem, pois este estaria

capacitado a fazer com uma irmã (filha dela) o que o irmão dela lhe fez, abusar sexualmente. (*Eu falei várias vezes pra mim mesmo[sic]: ‘Eu nunca vou ter um filho homem pra que não viesse acontecer, e não impediu de acontecer.’...*) Através deste discurso pode-se analisar que P7 tentou controlar ao máximo para que sua filha não viesse a sofrer o que ela tinha sofrido, o abuso e toda a carga negativa que advém com essa experiência. O fato dessa tentativa de controle fracassado faz com que P7 sofra ainda mais, já que sabia que isso era algo possível de acontecer com uma menina e não conseguiu protegê-la desta experiência que para ela é traumática.

O abuso sexual é uma forma de violência que envolve a relação de dominação e subordinação em que o feminino está situado no lugar de dominado pelo masculino. Neste sentido, pode-se dizer que constitui-se como uma violência de (Azambuja, 2004; Furniss, 1993; Gabel, 1991; Morgado, 1998; Narvaz & Koller, 2006; Lima & Alberto, 2010). Segundo dados do Disque-Denúncia Nacional (CECRIA, n.d.), o abuso sexual que vitima o feminino tem fincada as suas raízes na história da humanidade, desde as mais antigas formações sociais.

Nesta dinâmica de vitimação do feminino pelo masculino, o medo e a vulnerabilidade surgem expressando a sensação de suscetibilidade das mulheres diante do agressor. Não obstante, as vitimadas tendem a referir uma resistência baseada nas vivencias de medo e vulnerabilidade diante de outros homens (Lima & Alberto, 2010), como foi percebido na fala de P7.

j) *Sobre como tem estado a vida delas após estas experiências de abuso delas e da filha.*

Quando as Participantes falam sobre *como tem estado a vida delas após estas experiências de abuso delas e da filha*, as Participantes revelam o quão próximas ficaram de

suas filhas após o conhecimento do abuso sexual intrafamiliar que sofreram. Revelam que buscam ajudá-las a superar a experiência de forma a não atrapalhar a sua vida futura.

Sobre como está sua vida após estas experiências de abuso sexual intrafamiliar, P1 enuncia que busca saídas para tentar ajudar a filha da forma que ela não conseguiu ser ajudada quando foi vitimada (“...*Eu quero viver, muito, e poder ajudar minha filha a poder se libertar do que ela hoje ta passando. Porque minha filha se fechou pra o mundo, ela se fechou pras pessoas. Ou seja, ela se fechou pra ela...*”). P1 enuncia que busca ajudar a sua filha já que percebe nela consequências geradas pelo abuso que ela sofreu, as quais, segundo discurso dela, interferem na realidade de P1 hoje.

Já P5, que teve três filhos vitimados por abuso sexual, enuncia a sua relação com sua mãe através de um discurso que se entendeu como regulado por um gênero religioso-ideológico. Contradicoriatamente ela enuncia que embora tenha perdoado a sua mãe pelo fato de não ter-lhe acreditado na época em que lhe revelou estar sendo abusada, fala que ainda guarda mágoas:

Assim, agora tá[sic] melhor, né[sic]? Porque, primeiramente eu conheci a Deus, que eu não conhecia. Já liberei o perdão pra minha mãe. Só que as vezes tem coisa dela assim que ainda eu fico triste. Mas eu já liberei o perdão pra ela, entendeu?

Então, P5 enuncia o motivo pelo qual julga sentir-se triste mesmo tendo perdoado a sua mãe. Neste discurso, nota-se que P5 aborda as relações familiares das quais sente falta, já que entende-se que ela julga que não teve o pai e a mãe da forma como julga que seria adequado e necessário para ela enquanto filha e as heranças familiares que teve para compor-se enquanto mãe adolescente (aos 14 anos). Quando tornou-se mãe, P5 enuncia que passou por situações difíceis, o que poderia ter sido amenizado se ela tivesse tido seus pais próximos a ela. Ou seja, para esta experiência de maternidade precoce, ela dá o sentido de que não estava preparada, não tinha conhecimento suficiente para atuar como mãe:

E também assim eu só fico triste porque eu tenho aquela coisa assim de bem maternidade, de ter família assim bem perto. E assim eu fico pensando assim: 'Meu Deus porque eu num tive a minha família, meu pai, minha mãe? É tão bom você ter isso mãe, pai morando tudo junto. Você ser criada assim.' E infelizmente eu num fui. E fui mãe nova sem entender de nada, né[sic]. E passei por uns bom[sic] momentos assim muito ruim com eles. E assim, hoje ainda to[sic] passando, né[sic]? Mas a certeza hoje que eu tenho é porque eu tenho Deus e sei que Deus pode mudar tudo isso.

O sofrimento de ter vivenciado o abuso sexual dela e de sua filha é tamanho para P6 que é ao construir um discurso sobre como tem estado a sua vida desde que vivenciou as duas experiências de abuso (dela e da filha), enuncia que estas vivências lhe geraram implicações emocionais e em sua saúde, no que novamente enuncia que se sente deprimida e com dificuldades em dormir (“... *É muito ruim mesmo. Não durmo de noite pensando nesse caso. Acordo pensando nesse caso. Quando eu to[sic] dormindo aí quando de repente, assim de madrugada, eu me levanto me lembro, aí pronto, perco meu sono...* ”). Revela-se um sujeito que se sente atormentada pelas lembranças e sentimentos que as vivências do abuso sexual dela e da filha proporcionaram. Que realmente não sabe como lidar com a situação, conforme vem enunciando em seu discurso, já que é algo que ela não consegue nem explicar, nem falar sobre o assunto. Nota-se com isso o tamanho do sofrimento dela sem conseguir elaborar a situação que lhe vitimou no passado e a que vivencia com a filha junto com as suas lembranças.

O discurso de P7 sobre como tem estado a sua vida depois da situação de abuso da filha aparece contendo uma fala que repete o fator temporalidade usado para mencionar que mesmo o tempo passando não conseguiram, ela e a filha, se recuperar do baque emocional completamente:

...Dois anos passaram, mas eu tô[sic]tentando conviver com a situação difícil. Mas

fazendo de conta dentro de mim que ela não existe. Pra que. Eu olho assim a vida e digo: ‘Minha filha, você vai ser feliz. Você vai viver em paz.’ Eu procuro ao máximo passar pra ela essa tranquilidade do que eu mesma ter.

Enuncia que tenta confortar a filha, poupará-la de vivências negativas relativas a sua vitimação por parte do avô, mas que no fundo não consegue obter êxito, já que ela mesma não consegue relacionar-se pacificamente com a experiência. Que busca proporcionar para a filha certa tranquilidade visando o futuro da filha, para que ela não permita que as lembranças negativas tenham influência no futuro. Neste discurso nota-se a contradição quando ela enuncia que tenta passar para a sua filha que esqueceu, mas que convive com a situação internamente e sofre (“...*Então eu procuro passar par ela que isso ela vai esquecendo, que isso ela vai deixar pra traz. Que na vida ela vai conquistar os objetivos dela, entendeu? Então eu penso mais nela...*”). Neste discurso, P7 enuncia contraditoriamente em que ela enuncia para a filha que a menina vai esquecer, que deve esquecer o que lhe aconteceu sendo que a experiência dela lhe assinala que passaram-se tantos anos desde que seu irmão parou de vitimizá-la por abuso sexual e até hoje, com 40 anos, ainda não esqueceu.

Após as experiências de abuso sexual vivenciadas pelas Participantes, tanto nas quais ela foi abusada como as que vitimaram a filha, os sentimentos experimentados são negativos como culpa, desconfiança, desamparo e embotamento afetivo. Além disso, ainda vivenciam a sua própria vitimação na infância, fator agravante para as vivências subjetivas (Lima & Alberto, 2010).

Segundo Lima (2008) é comum as mães de meninas abusadas sexualmente em âmbito intrafamiliar que também foram vitimadas na infância, passarem a ficar mais próximas aos filhos, que inclui todos para além da vitimada. Que se tornam mães mais atentas e que buscam estar presente ao máximo possível na companhia dos filhos, na tentativa de proteger-los de qualquer situação que considere necessária.

4.3.3 Do sentido da repetição do abuso sexual infanto-juvenil feminino intrafamiliar entre gerações que emergiu através dos discursos das Participantes.

Os discursos das Participantes nesta tese revelaram que a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações se fez presente, no momento em que elas verbalizaram perceber esta repetição, assim como através de discursos extraverbais como silêncios e choros.

A análise das falas de P1 permitiu perceber a presença de características de a repetição do abuso sexual intrafamiliar que ultrapassam ao fato de tanto mãe como filha terem sido vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar. Refere dizer que tais características foram percebidas também quanto a faixa etária em que os abusos de ambas começaram, aos oito anos de idade; que embora P1 tenha sido abusada por dois abusadores diferentes, em um deles era um vizinho, igual ao que aconteceu com a sua filha; quanto ao comportamento de não revelar para poupar uma irmã, no caso de P1, queria poupar a esposa de seu abusador que estava grávida, o cunhado, e no caso da filha dela poupar a irmã que também era ameaçada pelo abusador; quanto ao fato de P1 enquanto mãe não ter conseguido notar que a sua filha estava sendo abusada, assim como a sua mãe na época de seu abuso também nada percebeu; quanto a distancia entre ela e sua filha por conta da separação entre ela e o pai da filha, e entra a mãe de P1 e ela por conta de que sua mãe, segundo ela, é alguém de “*povo bem atrás*”[sic], entendido como pessoas mais velhas com hábitos mais antigos.

Além da repetição através das semelhanças entre as histórias de abuso de mãe e filha, algumas diferenças foram percebidas. Estas diferenças supõem uma interdição da repetição. Quanto ao atendimento e proteção, a filha de P1 foi amparada, mas P1 não. Isso é uma questão que inclusive P1 aborda num sentido que se entendeu de pesar por não ter recebido

atenção da forma que sua filha recebeu, enunciando que se tivesse recebido o atendimento e proteção adequados poderia ter ajudado mais a sua filha e até mesmo protegido para evitar a sua vitimação. Este aspecto levanta a discussão da importância do atendimento não somente para as crianças e adolescentes que venham a ser vitimados por abuso sexual, mas também para suas mães, já que estas podem carregar consigo a vivência de abuso sexual também e pelo fato de não terem tido a oportunidade de elaborar a situação de forma adequada, vêem o seu potencial de proteção de seus filhos comprometido ante a vulnerabilidade e sofrimento que fazem parte de sua vida.

Neste sentido, a repetição pode ser percebida também através dos enunciados de P1 demonstrando certa consciência a respeito do aspecto entre gerações de sua família. Refere dizer que a própria P1 enuncia perceber que o abuso se repete, e se coloca como culpada pelo fato de algo que aconteceu com ela estar acontecendo com a sua filha também e não conseguir protegê-la de forma a evitar a incidência

...É uma dor muito grande que a gente sente, entendeu? É.... a gente, a gente fica descrente da vida, se perguntando por que com minha filha? Por que isso comigo? Se já aconteceu e ta[sic] voltando, mas pra minha filha. Ela ta passando pelo que eu já passei? Eu preferia passar por tudo de novo, tudo de novo ou algo mais, do que elas passar...

Certo?

P1 constrói a sua fala através da qual se percebe regulado pelo gênero descritivo em que através do uso de um coletivo (“a gente”[sic]) para explicar o que sente, no que aparece materializado dor, a revivência do sofrimento de vitimação através do abuso da filha, a consciência dialógica de aperceber-se do abuso da filha enquanto repetição em sua família, e do peso que é sofrer um abuso sexual intrafamiliar. Nota-se também que ela enuncia neste discurso as vozes ideológicas de mães que protegem seus filhos e que se dispõem a vivenciar as dores destes para poupar-los.

O fato de P1 não revelar os abusos que sofria está ligado ao parentesco que tinha com o abusador (cunhado), mas principalmente à uma tentativa de poupar a sua irmã, esposa do abusador (“...*Então pra ela não perceber, não saber, não sofrer então eu tento botar uma capa em cima de mim pra que ninguém venha a perceber...*”). Assim como P1, a sua filha quando foi abusada também tentou poupar sua irmã, já que o abusador ameaçou fazer o mesmo com a menina caso contasse a alguém sobre o abuso: (“...*Lógico que é da coisa deles mesmo, né[sic]. Ameaçou, disse que se ela contasse qualquer coisa para alguma pessoa ele faria pior com a irmã dela. Então essa irmã dela para ela é tudo! Ela é tudo!...*”)

A partir da análise do discurso de P2 pode-se perceber a presença da repetição do abuso sexual intrafamiliar entre gerações nas duas histórias de abuso sexual: de P2 quando esta tinha cerca de cinco anos e de sua filha, vitimada aos 11 anos. Nota-se que além de ambas terem sido abusadas na infância há também o fato de não se ter a informação acerca da forma como aconteceu o abuso, que tipo de investidas sexuais o abusador provocou, se com ou sem contato físico, por exemplo. Outra evidência de repetição que se percebe é quanto ao modo como P2, enquanto mãe de uma menina que sofreu abuso sexual, e sua mãe (avó de sua filha) atuaram frente ao conhecimento do abuso. Ambas se mantiveram distantes da situação, ou seja, P2 enquanto mãe não se fez presente nem mesmo durante as tomadas de decisões, o que foi providenciado por terceiros (cunhado que desconfiou a vitimação e irmã de P2, esposa deste). A partir de seu discurso, pode-se observar que sua mãe nem mesmo toca no assunto quanto mais esclarecer para ela, P2, o que lhe aconteceu, já que era tão criança, com apenas cinco anos. Outra característica de P2 como mãe diante do abuso da filha e de sua mãe, diante de seu abuso, que se repetiu foi de agressividade e delegação de responsabilidade a outras pessoas da família (no caso irmãs e cunhado). Ao descrever a sua mãe e as reações da mesma, ela o faz como agressiva também, alguém que precisa ser poupada de conhecer o problema para que se evite tal reação, o mesmo que foi feito por seus familiares ao deixá-la

de fora da conversa com a irmã (esposa do abusador) em que revelaram o abuso por ela estar agressiva, no que pediram-lhe calma.

Outrossim, algumas diferenças entre as duas vitimações (de mãe e da filha) puderam ser percebidas através do discurso de P2. Mesmo diante do não conhecimento do que o abusador fez para a sua vitimada em ambas as vitimações, no caso da filha elementos cruciais como quem, quando e onde foram identificados, como se esta história da filha tivesse recebido com estes elementos uma identidade. Já na história da mãe não se tem elementos de identificação desta vitimação, ela não sabe quem, quando, onde e como se deu seu abuso sexual. A única pessoa que pode lhe contar é sua mãe, mas não o faz, o que gera um sentimento negativo de P2 percebido ao longo de seu discurso.

O fato de P2 não ter recordações de sua vitimação e nem ter estado presente no desenvolvimento da situação de abuso da filha, provocou a análise da necessidade que ela teve de regular seu discurso através da polifonia. Como ela não sabia informações sobre as duas vitimações por abuso dela (por ser muito pequena na época e não se lembrar) e da filha (já que não era tão próxima da filha e quem tinha mais tempo com a menina era a sua mãe, avó da filha, já que estava trabalhando fora) ela necessita da ajuda de outras vozes para produzir seu discurso, é através dessas vozes que ela consegue expressar a realidade que deseja enunciar. Sendo assim, a confusão, contradição e dificuldade que emergem do discurso se fazem presente ao longo de sua entrevista. Além disso, a insegurança de não saber quais elementos utilizar para pronunciar um discurso como também a constatação de que tais elementos não existem para ela (no caso de seu abuso), como quando ela pergunta a pesquisadora como e o que dizer.

A repetição do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações pode ser percebida através da fala de P3 na medida em que tanto ela como a filha foram abusadas sexualmente por um parente (ela por um sobrinho do pai e a filha pelo próprio pai, esposo de P3 na época), ambas

não contaram a ninguém assim que foram abusadas (somente quando aconteceu com a sua filha que P3 revelou a sua mãe e a filha confirmou o que a irmã mais velha revelou), ambas não tiveram rompimento himenal provocados pelo abuso que sofreram, em ambos os abusos, dela e da filha, P3 decidiu esquecer que havia acontecido. A partir disso, pode-se aludir o sentido de que para P3 o fato de não ter maculado a virgindade delas e de que não revelaram, o discurso que se apreende é de que a família poderia não acreditar que elas haviam sido abusadas sexualmente, como também a possibilidade de culpabilização delas enquanto vitimadas.

Existem diferenças no modo como aconteceu ambas as histórias de abuso sexual tratadas nesta entrevista segundo se pode apreender do discurso de P3, dentre elas estão o fato de que P3 decidiu revelar a sua mãe já adulta que quando criança foi abusada sexualmente e a sua filha não decidiu por si mesma, mas depois que a irmã mais velha revelou ela confirmou, o abuso de P3 teve penetração do abusador, mas não o rompimento himenal e o da filha não teve penetração, P3 enquanto mãe, tomou providência e mandou o esposo sair de casa assim que soube do abuso da filha enquanto a sua mãe quando soube, embora depois de anos, não esboçou reação alguma. Estas diferenças servem para dimensionar a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil que se incidiu sobre esta família. Para caracterizar singularmente a experiência de mãe e de filha.

É uma mulher que comprehende a sua vivência de abuso sexual dupla (dela enquanto vitimada e da filha, enquanto mãe de menina abusada pelo pai) como algo relativo a uma causalidade linear, da qual dificilmente a filha poderia se furtar a vivenciar (“*É do tipo assim, acho que será que isso é hereditário?! Que isso teria que acontecer com a minha família, com minha filha também, pelo que aconteceu comigo...*”). Alguém que mostra a sua compreensão acerca dos abusos sexuais que vivenciou, seu e de sua filha, dentro do rol de situações que ela pode entender como algo sob a ótica da naturalização através da

religiosidade expressa por ela anteriormente, quando se considera a questão geracional na família enunciando ao longo do seu discurso como algo hereditário. Sob este aspecto entende-se que para ela a compreensão das duas situações de abuso sexual vivenciadas (dela e da filha mais nova) compõem uma espécie de legado familiar em que uma geração sofreu a seguinte tem grandes chances de sofrer também (“...*Que acontece e existe coisa que acontece numa geração e que acontece em outra né[sic]...*”).

A partir destes discursos de compreensão da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações, pode-se perceber uma mãe que se culpa pelo que houve com a sua filha compreendendo que se caso não tivesse sido vitimada, sua filha talvez não vivenciasse esta violência também. Que depois da vitimação de sua filha conseguiu falar de seu próprio abuso e então, se aproximar mais da filha vitimada: “...*Pra falar a verdade, só veio a tona na minha cabeça isso quando aconteceu com a minha filha, que eu contei pra minha mãe. Mas nunca contei pro meu pai, né[sic]...*”.

Esta fala de P3 revela que ela vivenciou de forma tão sofrida a sua experiência que buscou guardar para si o que aconteceu. Um fato que lhe mobilizou de tal forma que conseguiu esconder de si mesma até que se deparou com a vitimação da filha, que lhe fez encarar a própria vitimação por abuso. E quando teve que deparar-se com esta realidade do passado, vivenciou o sofrimento da época e então, considerando-se enfim, em condições, revelou a sua mãe sobre seu abuso.

Através da análise do discurso de P4 pode-se perceber que a repetição geracional do abuso sexual infanto-juvenil entre gerações se fez presente tanto no fato de ambas, mãe e filha terem sido abusadas quando criança (mãe com sete anos e a filha desde os quatro), como também por ambos os abusos terem sido cometidos por parentes (da mãe por um primo de seu pai e da filha pelo genitor). Outro fator que se notou repetir em ambas as histórias de abuso foi a forma como ambas se comportaram depois da vitimação. Sobre isso, no discurso

de P4 aparece que tanto a sua mãe a descreve como rebelde e ela, enquanto mãe de uma menina vitimada, também atribuiu este comportamento na filha.

Com relação à repetição geracional captada a partir do sentido que se atribuiu ao discurso dela, destaca-se também o fato de que em ambas as situações de abuso sexual, de mãe e filha, ambas vitimadas não revelaram a ninguém assim que foram abusadas e nem durante o período em que estas investidas sexuais aconteciam. Quanto à revelação, enquanto P4 até o momento da entrevista em questão enuncia que não havia revelado a ninguém, a sua filha contou-lhe somente quando já tinham se passado 11 anos após a primeira vitimação pelo pai (aos 15 anos).

O motivo pelo qual ambas não terem revelado a ninguém sobre seu abuso também se repete, já que tanto ela como a filha sentiam vergonha e no medo de não serem cridas. Sobre isso, nota-se através do discurso de P4 que tanto ela como a filha culpabilizam as suas mães no contexto do abuso. Enquanto P4 anuncia que sua mãe foi quem acomodou o abusador em seu quarto para dormir na mesma cama (de casal) que ela aos sete anos de idade, sua filha a acusa de ter enviado-a para a casa de seu pai para morar com ele, o que propiciou a vitimação por abuso sexual. Neste contexto de culpabilização materna, em ambos os casos o discurso de P4 revela que as mães não desconfiavam que suas filhas estavam sendo abusadas, nem a mãe de P4, assim como P4, enquanto mãe.

O discurso de P4 permite demonstrar que ela mesma percebeu que houve repetição geracional do abuso sexual em sua família ao enunciar que conhece o que sente alguém que foi abusada sexualmente (“...*Porque saber que a minha filha sofreu. Porque eu sei que isso é um sofrimento, você de ser abusada, principalmente pelo pai né[sic]. Um sentimento...*”). O que se nota é que mesmo sem enunciar que ela também possui história de abuso sexual intrafamiliar quando criança, através deste discurso, apreende-se a sua descrição subjetiva no sentido enunciado: “...*Então quando eu soube disso da minha filha foi, pra mim foi[sic] duas*

pancada[sic], porque aconteceu comigo e com ela..É como se tivesse acontecido comigo de novo... ” (P4)

No discurso de P5 a repetição do abuso sexual geracional se fez presente já que ela foi abusada sexualmente de forma intrafamiliar pelo padrasto, companheiro da avó, quando tinha nove anos de idade, e teve três de seus quatro filhos abusados também. Destes, a mais velha (de 18 anos) foi abusada por um companheiro de sua avó (mãe de P5), mas que este abusador não foi o mesmo de sua mãe. O filho de 16 anos foi abusado também por rapazes vizinhos dela e a filha de 14 anos, foi abusada desde os 13 anos por um rapaz de 27 anos com quem P5 acredita que a filha tinha um relacionamento afetivo não aprovado por ela.

Nota-se que nestas incidências de abuso sexual infanto-juvenil, além de incidir na mesma família, e isso por si só configura a repetição geracional tratada nesta tese, também destaca-se as características de repetição quando P5 enuncia sobre a repetição do abuso sexual que aconteceu de forma intrafamiliar, e tanto no caso do abuso que P5 sofreu como de sua filha mais velha, o abusador era um companheiro de sua mãe (avó da menina) na época.

Além disso, em análise do discurso de P5 nota-se a presença do sentido de repetição como quando P5 enuncia o sentido que se entendeu como de uma compreensão de que o abuso sexual é possível de acontecer com seus filhos já que ela mesma havia vivenciado esta situação abusiva (“...Já aconteceu comigo e era o que eu mais pedia que não acontecesse com meus filhos... ”). É como se P5, por ter a experiência de ser vitimada pelo companheiro de sua mãe, dentro de casa, ter vivenciado as consequências geradas por este tipo de vivência, ela sabendo que tais prejuízos são graves na vida de uma criança ou adolescente buscava que não acontecesse com seus filhos.

Outra situação em que se percebe a presença do sentido da repetição é quando P5 enuncia que sua mãe não acreditava quando ela falava que tinha sido abusada. Segundo P5 a sua mãe não admitia que o esposo pudesse ser o abusador de quem se referia P5, mas mais

tarde, depois de outros casos de abuso revelados a mãe de P5 que acusavam o seu companheiro, esta percebeu que era verdade. Quando seu filho (16 anos) e sua filha (14 anos) deram pistas através de comportamentos que ela enunciou como *agressivo[sic]*, *diferente[sic]*, *estranho[sic]*, ela não acreditou naquilo que via. E a revelação propriamente dita dos abusos se deu a partir de terceiros, assim como a sua mãe só acreditou depois que outras pessoas vieram revelar outros abusos por parte do companheiro dela.

O sentido da repetição é percebido presente no discurso de P5 quando ela enuncia a partir da dor que sente em lembrar o que lhe sucedeu quando criança e vê que isso está ocorrendo com seus filhos (“...*É uma dor que você acha que já tem passado. Que já tem superado. E quando você olha que ta[sic] tudo acontecendo na mesma coisa ou até mais pior[sic]...*”). E quando enuncia a providência de afastar a sua filha do convívio do abusador retirando-a de casa e colocando-a num colégio interno, nota-se a repetição de um comportamento de decisão que ela teve para si mesma quando era criança e tratou de se afastar do seu abusador também, mas indo trabalhar, engravidando e casando.

A partir do discurso analisado de P5 sobre a sua vitimação e a de seus filhos por abuso sexual infanto-juvenil, nota-se que algumas características relativas a estas vivências se repetiram entre gerações. Mas o que se destaca nessa entrevista é que a partir da fala dela, a maior herança geracional que ela teve foi o fazer materno dela refletindo a maternidade desenvolvida por sua mãe, o que revela o discurso ideológico de mãe cuidadora e protetora dos filhos. Que embora ela tenha mágoas de sua mãe e a culpabilize em seu discurso, reproduziu vários de seu comportamento com seus filhos no contexto do abuso sexual.

No discurso de P6 a repetição geracional se fez presente nas duas histórias de abuso sexual. Não somente pelo fato de terem ambas, filha e mãe, sido vitimadas, mas no que tange a descrição do abusador, um vizinho de confiança e pai de uma coleguinha delas com quem costumavam brincar, o fato de ambas não terem contado a sua mãe na época da vitimação, e

também que no momento do abuso as vitimadas estavam sozinhas com o abusador (na ausência de suas mães).

A diferença percebida entre as duas vitimações, de mãe e filha, é que ela enquanto mãe de uma menina abusada tomou conhecimento e buscou protegê-la e garantir seus direitos. Procurou atendimento na rede especializada e denunciou o abusador. Isso não foi possível na situação dela porque não revelou o abuso que sofreu a ninguém, somente procurou se afastar do abusador sempre que possível.

É um sujeito que demonstra perceber que há uma repetição do abuso sexual intrafamiliar entre gerações de sua família quando enuncia que assim como ela, a filha também está “*passando*”[sic] por isso. Que se revela passivo, impotente, frágil e vulnerável neste contexto de repetição de forma demonstrar não conseguir elaborar a situação vivenciada. Assim, entende-se que ela é alguém que se assujeita na revivência da vitimação colocando-se como um sujeito que sofre as consequências oriundas da experiência de vitimação e constrói para si o sentido da repetição do abuso sexual intrafamiliar entre gerações que vitimizou ela, sua filha e ela através de sua filha, ao enunciar que estava “*revivendo*”[sic] com a filha o que outrora já tinha vivenciado.

Assim, ao relembrar a sua vitimação através do abuso sexual intrafamiliar que sua filha sofreu, P6 arremata o sentido da revivência negativa da repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações (“..*Porque o que eu passei ela ta*[sic] *passando também...*”). Ao empregar em seu discurso o mesmo verbo duas vezes em tempos verbais diferentes, apreende-s o sentido de que a experiência se repetiu diferenciando-se no tempo cronológico, pois a experiência do abuso dela foi no passado e a da filha se faz presente. Para confirmar a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações de sua família, P6 enuncia a palavra “*também*”[sic] denotando a repetição.

A partir da análise do discurso de P7 nota-se que as características de repetição se

fazem presente na medida em que a vitimação por abuso sexual intrafamiliar aparece em ambas as gerações, mãe e filha. O que se pode notar em ambos os casos de abuso sexual intrafamiliar é que a repetição entre gerações se faz presente também nas características do abuso (em ambos os casos teve presença de ameaça por parte do abusador), das vitimadas (silêncio e tentativa de poupar outrem), a idade em que foram abusadas pela primeira vez (ambas com sete anos), o tempo que durou o abuso (cerca de cinco anos).

Esta repetição também é enunciada por P7 em seu discurso revelando que ela percebeu em suas reflexões que a vitimação se repetiu em sua família. Que mesmo tentando evitá-la incidir em sua filha (não querendo filho homem para que o irmão não vitimasse a irmã, como aconteceu com ela), não conseguiu. Sendo assim, nota-se que em seu discurso aparece em diversos momentos a consciência que ela demonstra ter de que a repetição do abuso sexual infantil intrafamiliar entre gerações faz parte de sua história.

Por outro lado, algumas características de diferenciação entre as duas experiências de vitimação, dela e da filha, puderam ser percebidas através do discurso de P7, como, por exemplo, a reação e providência materna ante a revelação do abuso da filha. De certo que P7 não revelou a sua mãe que estava sofrendo abusos sexuais de seu irmão, mas que segundo ela enuncia buscou fazer para a sua filha o que esperaria que sua mãe tivesse feito por ela, mas que ela acreditava que sua mãe, se soubesse, não faria. Outro fator de diferenciação é acerca do local onde os abusos aconteciam, que os abusos que vitimizaram a filha de P7 aconteciam na casa do abusador ou da irmã dele, o que não acontecia com P7, já que ela era vitimada enquanto estava brincando na rua ou no lago.

Segundo a fala de P7, o fato de ter sido vitimada quando criança pelo abuso sexual intrafamiliar lhe motivou buscar tentar evitar que a repetição se desse em sua família, ou seja, que sua filha fosse vitimada também. Para isso ela buscou forma de se acercar de cuidados para com a filha, mas como a sua mãe que não percebeu através dos indícios que ela estava

sofrendo abusos, P7, mesmo mediante os indícios da filha de que algo não estava bem com ela, não conseguiu perceber que se tratava da repetição do abuso sexual intrafamiliar entre gerações.

4.4 As subjetividades que emergem dos discursos das Participantes

P1 caracteriza-se como um sujeito que se constitui a partir de suas vivências e, consequentemente, a partir do discurso. Uma mulher-mãe-vitimada pelos abusos sexuais que sofreu quando criança (duas vezes) e o que vivenciou quando do abuso sofrido por sua filha. Alguém que apresenta um discurso contraditório quando se refere a si mesma como mãe (diz-se próxima de suas filhas, mas não foi a ela que a filha revelou o abuso por ela estar ocupada, trabalhando, ou a irmã ter mais acesso a sua filha, segundo ela por esta ser psicóloga), como vitimada (quando menciona forte para suportar [sic] e aguentar [sic] os abusos que sofreu e que sua filha sofreu e frágil por dizer das consequências para si até hoje como quando ouve algum caso e desaba) e como filha (quando se refere a seus pais, o que acha deles sem conseguir definir-los num sentido de ser ou não bons pais, diante da inexistência de diálogo e ela não pode contar-lhes que fora abusada e ainda quando se constitui mãe demonstra fazer completamente o contrário do que eles faziam, sendo próxima, amiga, como ela diz).

Assim, é uma mulher, mãe e vitimada que teve como características de não contar a ninguém as vitimações e que agora, diante da experiência revivida com sua filha, vê-se contando para outros, tanto para atender as providências relativas à denúncia, como também nesta entrevista. Teve sua história vivida de forma fragmentada em momentos distintos: abuso sofrido aos oito anos, outros que sofreu aos 15 anos, e o de sua filha quando esta tinha oito anos.

Um sujeito que se constitui na vulnerabilidade e sofrimento das vivências de abuso

sexual intrafamiliar que incidiram em sua família em diferentes gerações. Alguém que tem latente cognitiva e afetivamente as lembranças de seu próprio abuso, as quais terminam por regular a sua vida de forma a não conseguir verbalizar o que sente em relação a estas experiências. Emerge a partir do discurso um sujeito que demonstra a sua consciência responsiva a cada caso de abuso que toma conhecimento (não somente o de sua filha), através dos quais revive sua vitimação, ou seja, que dialogicamente reflete as suas próprias vivências.

Sendo assim, a análise do discurso de P1 permite caracterizá-lo pela polifonia ao reproduzir as diversas vozes sociais e consciências que fazem parte do discurso utilizado por ela para construí-lo a partir das enunciações feitas pela pesquisadora. Nota-se que é um sujeito que demonstra necessitar da estrutura de um coletivo para poder realizar as suas ações relativas às histórias de abuso sexual que viveu, dela e da filha e também faz uso deste coletivo para tomar providências e para seguir as orientações relativas aos procedimentos seguintes a denúncia.

Embora P2 não tenha informações sobre quem a abusou (acha só que foi um vizinho), quando e onde aconteceu, demonstra ao longo do discurso a forma como esta vivência lhe mobilizou. A vivência do seu abuso sexual lhe traz sofrimento em ambos os aspectos: do abuso em si, o fato de desconhecer a sua própria história de vitimação e a inexistência de acolhimento, principalmente por parte de sua mãe, que inclusive é a única que sabe o que de fato aconteceu na época, mas não lhe revela.

O fato de sua mãe saber da sua história de abuso sexual e nunca ter lhe contado, de não tocar nesse assunto que P2 demonstra em seu discurso ser importante e necessário para ela enquanto sujeito, mãe e mulher. Essa conduta materna que se comprehende através do discurso de P2 como de ausência quanto a sua vitimação se repete no modo como P2 enquanto mãe de menina abusada sexualmente agiu. Ela soube por terceiros (irmã e cunhado que desconfiou), não se colocou a frente das providências subseqüentes ao conhecimento do

abuso da filha, pelo contrario, se ausentou de momentos importantes como a conversa com a filha para saber o que houve, feita pela irmã, tia da filha, e a conversa com a irmã, esposa do abusador, quando contaram a esta o que sucedera. Somente depois da intervenção profissional especializada do CREAS que P2 conseguiu conversar com a filha sobre o que tinha acontecido e apresentar-se para a menina enquanto mãe disposta a protegê-la.

Sendo assim, é uma mãe que sofre por ter vivenciado o abuso sexual intrafamiliar que vitimou a sua filha, cujo abusador foi um de seus cunhados, esposo de sua irmã. Esse parentesco entre ela, a filha e o abusador lhe pareceu muito significativo. Isso porque em diversos momentos ela enuncia o sentido de afinidade que o abusador tem para a sua filha, como se fosse o seu pai. Esse discurso serve para demonstrar o quanto o abuso sexual intrafamiliar de sua filha lhe foi grave e lhe provocou sentimentos negativos.

Além disso, é uma mãe que vivenciou novamente a experiência de abuso através da filha, já que recorda-se de sua vitimação, mesmo que com poucas informações, mas demonstra o sentimento de alguém que teve experiência de ser abusada por alguém em quem se confiava.

Desse modo, pode-se perceber que P2 é uma mulher, mãe e vitimada que encontra dificuldades no trato com as experiências de abuso vivenciadas. Seu discurso não se produz de forma pessoal e sim através da voz de outrem, como de sua mãe (quando fala de seu abuso), de seu cunhado e de sua irmã (para referir ao abuso da filha). Isso devido a ausência de dados aliado a condição emocional para reunir os elementos constitutivos da experiência e converte-los em discurso verbal. Em contrapartida, não-verbalmente (através de choros freqüentes) ela demonstra ao longo da entrevista o modo como se sente e o quanto doído é para ela vivenciar o abuso da filha, recobrar o seu e perceber-se sem condições de elaborar nenhuma dessas vivências. Esse choro dela possibilitou construir o sentido para compreender a fragilidade do sujeito e a imaturidade cognitiva quanto a condição de elaboração. Esse

choro é veiculador do sentido do abuso para esse sujeito mãe, mulher e vitimada revelado através da materialidade discursiva que produz.

A partir do discurso de P3 pode-se perceber uma mãe, mulher e vitimada que se constitui a partir de uma história de abuso sexual intrafamiliar entre gerações e que não conheceu, enquanto vitimada a proteção que entende que necessitava naquele momento. Pelo contrário, ao revelar a sua mãe quando já estava adulta que em sua infância havia sofrido abuso sexual intrafamiliar e não havia contado a ninguém, não recebeu o apoio que esperava. Segundo ela, a sua mãe nada disse e nenhuma reação esboçou, fato que gerou sofrimentos nela, tornando este momento de revelação sofrível por essa indiferença de sua mãe e pelo contexto em que se deu, enquanto vivenciava o sofrimento de saber que tinha uma filha abusada pelo próprio pai e assim, se separando do marido abusador.

Sobre o contexto em que vivenciou o abuso da filha e as lembranças de seu próprio abuso, P3 se constituiu sujeito em meio a um contexto de dúvida. Para ela não estava claro que o seu ex-marido, pai de suas filhas, tinha cometido o abuso contra a mais nova. Mesmo tendo a confirmação da filha mais velha, que presenciava as investidas sexuais do pai contra a irmã, e da vitimada. Esta situação de dúvida lhe gerou sofrimento expresso ao longo de seu discurso por repetidas vezes.

Sendo assim, é uma mulher que se fez em meio a duas vitimações por abuso sexual, sua e de sua filha, e que para se defender dos sentimentos negativos que lhe assolam, busca esquecer-se do que vivenciou. Uma mãe que embora tenha buscado proteger a filha afastando o abusador do convívio com a mesma, se culpa pelo abuso da filha compreendendo esta vivencia da filha como um legado familiar passado por ela para a menina.

É um sujeito que demonstra ter dificuldades de falar de seus sentimentos, de forma que seus discursos se constituíam de contextualizações e centralização em pessoas envolvidas nas situações enfocadas, ora sua mãe, ora o abusador. Um sujeito que buscou para a sua filha

a providência protetiva que não teve quando foi vitimada e que enuncia afetivamente e negativamente esta falta dirigida a sua mãe, com quem demonstra ter uma diferença quanto ao modo de agir diante do conhecimento do abuso sexual de uma filha. Assim, mediante a omissão de reação de sua mãe quando soube de seu abuso, ela se percebeu como uma mãe que tomou as providências que julga adequadas na situação de abuso de sua filha.

P4 é uma mulher que foi vitimada pelo abuso sexual inatrafamiliar praticado por um primo de seu pai em quem a família depositava total confiança. Enuncia sua vitimação com detalhes de quem, além de estar rememorando, revivendo a situação ao produzir seu discurso, ainda traz consigo sentimentos negativos atrelados a vivência. Tais sentimentos são expressos no decorrer de seu discurso acerca de sua vitimação e dos sentimentos lhe esta vivencia lhe provocou expressos como vergonha e medo de não ser acreditada por seus pais, o que motivou não revelar os abusos sofridos a ninguém, segundo ela, até o momento da entrevista quando fala sobre a sua vitimação para a pesquisadora.

É mãe de uma menina que também foi vitimada pelo abuso sexual inatrafamiliar quando era criança (desde os seus quatro anos) pelo próprio pai. É uma mãe que ao saber que sua filha tinha sido abusada reviveu afetivo e cognitivamente as lembranças de seu próprio abuso, as quais lhe provocam dor. Isso refere dizer que mediante a vivência do abuso de sua filha sentiu-se vitimada também ao compreender-se enganada pelo ex-marido abusador de sua filha, já que depositava confiança nele. E em meio a este sentimento de vitimação, contraditoriamente aparece em seu discurso o sentimento de culpa pelo que aconteceu com a sua filha. Segundo o seu discurso, ela poderia ter protegido mais a sua filha, o que gera o sentido de que a sua filha já estava lhe dando pistas e repetidas vezes através de seu comportamento, lhe confirmando que estava vivenciando uma situação análoga a dela, de abuso sexual. No entanto, pelo fato do tema do abuso inatrafamiliar ser tão carregado de sentimentos negativos, aliados as lembranças dela de sua própria vitimação, ela não

conseguia enxergar ou não admitia.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que ela se culpa por encaminhar a filha para a casa do pai, onde os abusos aconteciam, ela também se coloca no discurso como vitimada. Alguém fragilizada não só como mãe, mas também por ter sido abusada quando criança. Alguém que ao conviver com a sua filha sabendo que a menina tinha sido abusada também e conhecer o modo como se processa o sentimento de quem tem uma experiência destas na infância, lhe causou maiores sofrimentos.

Revela-se um sujeito mulher que se sentiu agredida enquanto vitimada pelo gênero oposto, o qual também foi o que vitimou a sua filha. Que além de reviver na história da filha o seu abuso enquanto vitimada, o revive enquanto mulher e vivencia as consequências destas experiências inclusive em sua relação marital atual, com o padrasto da filha. Além disso, enuncia sobre o sentimento de desconfiança das pessoas e de vulnerabilidade que persistem, gerando-lhe dificuldades de relacionamento social. Neste sentido, P4 se coloca como alguém que comprehende a importância de espaços de escuta e atendimento das famílias de crianças e adolescentes abusados sexualmente, destacando a necessidade de atenção às mães que podem ter vivenciado esta situação em seu passado e este ser uma ação importante para o posicionamento materno ante a proteção e tomada de decisões quanto as ações subsequentes a revelação do abuso da filha. A partir disso, comprehendeu-se que trata-se de espaços de elaboração de sentimentos e pensamentos que compõem este sujeito que é mãe, mulher e vitimada também e que por isso precisa de ajuda.

O sujeito do discurso P5 é uma mulher que foi vitimada pelo abuso sexual intrafamiliar e que a partir desta experiência vivenciou consequências negativas em suas relações com a mãe, filhos, marido e consigo mesma. É uma mulher que quando criança tentou fazer com que sua mãe acreditasse em sua revelação, mas que pelo fato de o abusador ser um companheiro de sua mãe (seu padrasto) não foi acreditada, tendo que por si mesma

buscar medidas de evitar novas investidas sexuais do perpetrador. Dentre estas medidas, foi vitimada pelo trabalho precoce, tendo que trabalhar como doméstica na casa de outras pessoas, onde dormia, e também culminou na vivência de uma gravidez precoce (aos 14 anos), quando saiu de casa para viver com o pai do filho.

É mãe de quatro filhos, dentre os quais três foram também vitimados por abuso sexual infanto-juvenil, sendo que a mais velha do tipo intrafamiliar e também por um companheiro de sua mãe (avó da menina). Em todas essas experiências de abuso dos filhos, P5 enuncia que reviveu as lembranças de seu próprio abuso e mágoas geradas. Dentre estas mágoas, a que se destacou em seu discurso foi a mágoa de sua mãe por não tê-la protegido, por ter inserido em sua casa um outro homem, após se separar de seu pai, de não ter acreditado nela e não ter ficado do lado dela.

Nesse sentido, é uma mulher, mãe e vitimada que em seu discurso mostra-se carente de proteção e vulnerável, já que diz não acreditar em ninguém mais. Mostra-se carente quando ela enuncia que quando foi vitimada não teve a proteção que esperava e que precisava enquanto criança vivenciando um abuso sexual intrafamiliar. E que seus pais não eram tão próximos afetivamente dela a ponto de atualmente, depois de tornar-se adulta enunciar que não sabe vivenciar o amor por outras pessoas e nem por si mesma. Que para isso buscou na religião (na figura ideológica de Deus) preencher o sentimento que sente falta.

É uma mãe que sofre as consequências do abuso sexual dos filhos e que demonstra saber como proceder nestes casos tomando como base a ausência de providências e procedimentos quando ela mesma foi abusada. Que como sabe como se sente uma menina que foi vitimada por abuso sexual infanto-juvenil, sabe que o que mais deseja esse vitimada é proteção para que os abusos cessem. Enquanto mãe, é exatamente o que ela enuncia fazer ao saber dos abusos dos filhos, protegê-los de novas investidas. Para isso ela conta com o espaço do CREAS, o qual ela julga como uma oportunidade de ajudar na elaboração das

conseqüências geradas pela vivencia do abuso sexual.

P5 é uma mulher que percebe a repetição em sua casa, mas não considera que esta o seja um legado que passa entre gerações. Ou seja, que já que aconteceu com ela seus filhos estavam fadados a serem vitimados pelo abuso quando criança ou adolescente já que ela foi vitimada quando criança. Mas entende que se aconteceu com ela, a sua experiência lhe revela que abusos contra crianças são passíveis de acontecer. Sendo assim, para ela, o fardo da repetição do abuso sexual não vem para os filhos e sim para ela mesma, considerando-se novamente vitimada ante a vivência do abuso dos filhos já que tal vivência lhe proporciona lembranças do que viveu e vivências negativas. Este fardo pessoal apreendido a partir do discurso de P5 só demonstra o quanto vulnerável e vitimado é este sujeito, o que gera a reflexão acerca da necessidade e importância dos atendimentos e procedimentos adequados em caso de abuso sexual infanto-juvenil que podem ajudar a futuros adultos e mães na relação com seus filhos(as) que por ventura venham a ser vitimados.

Através do discurso de P6 pode-se compreender uma mulher de 39 anos de idade que, por volta dos 10 ou 11 anos, foi abusada sexualmente em casa por um vizinho, amigo da família e pai de uma colega sua. No momento do abuso encontrava-se sozinha em casa e quando a sua mãe retornou, não contou para ela com medo de não ser crida. A vivência do abuso sexual que sofreu lhe traz sofrimento em ambos os aspectos: do abuso em si e da inexistência de acolhimento, principalmente por parte de sua mãe.

Sofre também como mãe que teve a sua filha abusada sexualmente. Um abuso que aconteceu de forma parecida com o que ela sofreu, o que lhe dá motivos para rememorar e reviver a sua própria vitimação. A filha foi vitimada quando tinha oito anos por um vizinho da família em quem depositavam confiança, já que a filha era amiga do filho do mesmo e, portanto, costumava freqüentar a casa dele, mesmo quando na ausência de P6, como foi o caso de quando aconteceu o abuso. A sua filha também não revelou para ela o que tinha lhe

acontecido, e sim para uma coleguinha, que por sua vez revelou a sua mãe que contou a P6.

Através da vivência do abuso sexual intrafamiliar de sua filha ela reviveu afetivo e cognitivamente o seu próprio abuso. E embora tenha tido estas duas experiências, demonstra sentir significativa dificuldade em falar sobre o assunto, em construir um discurso verbal, demonstrando a ausência de elaboração da sua experiência de abuso e, consequentemente, de sua filha, o que configura como fator de sofrimento intenso.

A vivência do abuso sexual intrafamiliar que sofreu e o que vitimou a sua filha lhe compuseram um sujeito vulnerável e que tem dificuldades em acreditar nas pessoas. Alguém que sofre ante ao sentimento de culpa que lhe assola pelo fato de não ter protegido a sua filha de forma a evitar que a mesma fosse vitimada, e a depressão que lhe fragiliza enquanto vitimada das situações. Assim, se constitui um sujeito que não enxerga em si capacidade para superar as vitimações experienciadas e que, portanto, demonstra não ter expectativas de um futuro próspero.

Neste sentido, notou-se que nas construções discursivas de P6 ela demonstra necessitar da polifonia para contar a história que ela vivenciou. E nas vezes em que se coloca enquanto narradora, ela constrói um discurso como se estivesse de fora. Este movimento discursivo pode ser percebido quando ela aborda em seus enunciados as providências tomadas por ela enquanto mãe da menina abusada ao passo que quando recria os diálogos coloca-se no lugar das vozes envolvidas, ora da filha, ora do abusador etc.

P7 é uma mulher-mãe-vitimada pelo abuso sexual cometido por seu irmão mais velho quando tinha aproximadamente sete anos de idade. Este abuso sexual intrafamiliar lhe gerou vivências negativas que até hoje, com 40 anos, segundo se pode perceber através de seu discurso, ainda lhe fazem sofrer. Na época de sua vitimação, ela não revelou a ninguém de sua família, cedendo as ameaças que o abusador lhe fazia enunciando para ela que, caso o pai deles soubesse que estava acontecendo o abuso, ele mataria o abusador (seu irmão), o que

culminaria na prisão do pai dela e constante sofrimento e remorso de P7 para o resto da vida. Por conta disso, P7 enuncia que amargou por quatro anos a sua vitimação por parte do irmão sem revelar a ninguém, até que o irmão abusador mudou-se de sua casa, ao casar-se.

Há dois anos, tomou conhecimento através do Conselho Tutelar que recebeu uma denuncia anônima do Serviço do Disque-Denuncia Nacional, que sua filha tinha sido abusada sexualmente pelo avô paterno, com quem a menina convivia cotidianamente enquanto a mãe trabalhava. Segundo ela, ao saber do abuso da filha, imediatamente relembrou de sua vitimação, fato que lhe ocasionou mais sofrimento ainda. Enuncia que sua filha lhe enunciou que o avô ameaçava a ela e a sua avó, que é uma senhora doente, caso a menina contasse o que estava acontecendo. Que a filha para proteger a avó, permanecia em silêncio. Por este motivo, os abusos perduraram dos sete aos 13 anos de idade da menina.

É um sujeito que demonstra priorizar em seu discurso o modo como tomou conhecimento do abuso da filha. A partir da analise do discurso de P7, ela parece ser alguém que precisa se colocar no lugar de alguém que não sabia que sua filha estava sendo abusada sexualmente pelo avô paterno e que, portanto, também se sentiu vitimada ao ser surpreendida pela comunicação do Conselho Tutelar sobre a vitimação da filha. Neste contexto, ao saber que o abusador era o avô paterno, alguém acima de qualquer suspeita, com quem se relacionava segundo ela, bem, se sentiu surpresa e traída, portanto, vitimada mais uma vez.

Dante disso, o sujeito P7 que emerge deste discurso sobre as experiências de abuso sexual que lhe vitimaram e vitimaram a sua filha, é alguém que revive através do abuso da filha o sofrimento de seu passado de vitimada. Alguém que tentou durante a sua vida proteger a sua filha de forma a evitar que a menina fosse um dia vitimada, mas que não conseguiu e convive com este sentimento negativo. No entanto, ao saber da vitimação da filha tratou de reagir da forma que achava ser o ideal de proteção da menina. Buscou afastá-la do convívio com o abusador, mas não se sentiu satisfeita. Segundo ela, o ideal era que o avô da filha e

abusador pagasse pelo seu crime, mas não somente sendo preso, mas sim, segundo ela, sendo castrado, o que se entendeu como uma forma que ela entende que ele sofreria como as suas victimadas.

Trata-se de um sujeito que não consegue lidar com os sentimentos gerados pelas vivencias de abuso sexual intrafamiliar e que projeta em sua vida diversas dificuldades como lidar com homens, com afeto e com casamento. Este trauma ela tenta repassar a sua filha na tentativa de que a menina se proteja de outras formas de violência. Para P7 o masculino se constituiu como abusivo e violento e o afeto como algo que não precisa ser valorizado pois pode fazer com que a pessoa seja victimada.

CAPÍTULO 5

A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-JUVENIL FEMININO ENTRE GERAÇÕES DISCUTIDA À LUZ DA TEORIA

“...Será que isso é hereditário? Que isso teria que acontecer com a minha família, com minha filha também, pelo que aconteceu comigo. Meu Deus por que tinha que acontecer com a minha filha o que aconteceu comigo, né[sic]...” (P3).

A análise dos discursos das Participantes permitiu perceber que a forma como elas constroem seus discursos está relacionada com a maneira com a qual elas se constituíram enquanto sujeitos em meio à objetividade da situação de abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar feminino. Neste sentido, os temas analisados nos resultados considerados emergentes do discurso revelam a materialidade discursiva, que por sua vez revela as vozes coletivas que atravessam o discurso, e referem à experiência que cada Participante teve em sua vida ao relacionar-se com o coletivo. Assim, através da Teoria Histórico-Cultural postulada por Vygostky (1991) pode-se entender que este processo está afeito aos processos superiores de origem socioculturais, pois vê-se refletido no sujeito a materialização da consciência. Para o autor somente materializando essa consciência que se pode compreender o comportamento humano.

Em cada discurso pode-se perceber a influência dos aspectos sociais e históricos com os quais as Participantes tiveram contato fazendo-se presentes nos enunciados constantemente. Ou seja, os discursos refletem o sujeito em suas interações sociais e assim,

aparecem atravessado por vozes coletivas que representam esta história (Bakhtin, 1981). Esse atravessamento de vozes no discurso é que caracteriza o sujeito como social, e acontecem de forma constante na relação com o sujeito social ora legitimando esse discurso ora contradizendo-o.

A contradição se fez presente ao longo dos discursos das Participantes, como por exemplo, no discurso de P1 que materializa a necessidade e vontade de recuperar-se da vivencia negativa, mas que ao mesmo tempo, quando se depara com uma experiência que recobra a realidade experienciada, a vivência subjetiva de dor e sofrimento recai sobre ela:

“...Mas eu acho que eu já superei bastante o que passou comigo(...) Então assim quando eu soube que isso aconteceu com minha filha, eu quase enlouqueço. Eu desmaiei, eu não consegui mais trabalhar. Porque foi uma dor...”

Estas várias vozes orientadoras do discurso refletem como uma identificação social que é transformada intrapsicologicamente e que se faz presente ao longo da história de cada sujeito, que de forma dialética se relaciona com as experiências sociais que este teve e culminam por compor a sua subjetividade (Vygotsky, 2009). Assim, através dos discursos das Participantes pode-se acessar suas realidades, as quais foram expressas a partir das experiências que estas tiveram ao longo de suas vidas. Embora esta tese enfoque a experiência de repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações de uma mesma família, outras experiências sociais que constituíram-nas enquanto sujeito ao longo de sua vida também se fizeram presentes, e, portanto, acessíveis. De fato que serviram para que fosse possível uma maior aproximação da realidade pesquisada, contextualizando as Participantes enquanto sujeitos dos seus discursos.

Os discursos das Participantes analisados foram construídos dialogicamente. Esse dialogismo é expresso de forma interativa revelando a constituição de cada uma delas a partir do outro com quem interagem ao longo da vida (Bakhtin, 1981). No discurso das

Participantes a presença do dialogismo foi notada na interação com a pesquisadora, consigo mesmas (interno), através da história de outros (vozes coletivas que o autor denomina polifonia), na interação com as filhas, e também na interação com alguém envolvido na história que estavam contando. Todos estes elementos dialógicos no discurso das Participantes representam os atravessamentos coletivos com os quais dialoga.

Quando as Participantes constroem discursos sobre a vitimação de suas filhas e deixam revelar pistas sobre a sua vitimação por abuso sexual na infância, demonstra o quanto o dialogismo está presente. Pois mesmo sem enfocar nessa experiência, o discurso é atravessado por esse diálogo com o passado que se faz presente já que constitui estas Participantes como sujeito. Segundo Gregolin (2010), os discursos podem ter sua gênese num passado remoto, permanecendo dispersos pelo tempo e pelo espaço, até que em um dado momento acontecem convocados por um tema, conceito etc que seja comum à ele com o qual o sujeito interagiu. Esse discurso que resgata o passado esteve presente nas falas das Participantes, por exemplo, quando elas enunciaram sobre os abusos sexuais intrafamiliares que elas sofreram na infância, assim que se depararam com o conhecimento do abuso sexual sofrido por suas filhas. Ou seja, pode-se dizer que a repetição do abuso sexual intrafamiliar feminino entre gerações se faz presente a partir deste processo.

Neste sentido, é através desta materialidade que se torna possível aproximar do sujeito do discurso e acessar a realidade de onde ela fala, assim como os aspectos individuais que a compõem oriundos da interação que ela teve com o social em meio às experiências de vida, como no caso desta tese, o abuso sexual intrafamiliar de sua filha. É nesse contexto de conhecimento da experiência das Participantes que se acessa a consciência, isso porque, segundo a teoria de Vygotsky (2004) não existe consciência sem uma experiência porque é a experiência quem determina a consciência.

A consciência que a experiência do abuso das filhas dá às Participantes é expressa de

forma reflexa, quando elas passam a se verem refletidas através de suas próprias histórias de abuso a partir da vivência da história de vitimação de suas filhas, vindo à tona mães, mulheres e vitimadas. Nesse processo, a experiência de abuso das filhas serve como excitante da consciência que vem do ambiente, mas que se relaciona com aspectos individuais relativos à experiência individual de cada uma das Participantes. Essa experiência reflexa é percebida através dos discursos das Participantes, como, por exemplo, na fala de P1 sobre a sua dor em saber que a sua filha também foi vitimada: “...*Ela tá[sic] passando pelo que eu já passei? Eu preferia passar por tudo de novo, tudo de novo ou algo mais, do que elas passar... Certo?*”. Assim como é visto na fala de P3: “*Sei lá dá um, um... vem à mente o que aconteceu e dá uma sensação de, de sei lá de tristeza, de angústia, de talvez não ter tomado uma atitude...*”, por exemplo na fala de P4: “...*Então quando eu soube disso da minha filha foi, pra mim foi[sic] duas pancada[sic], porque aconteceu comigo e com ela...*” ou ainda na fala de P7: “...*Então, quando veio a tona a situação[da filha]. Quando veio a tona a situação, trouxe de volta a minha vida.*”.

Esse processo em que as mães lembram de seus abusos a partir do abuso das filhas é a autoconsciência ou autoconhecimento, postulado pela Teoria Histórico-Cultural. É neste processo de conhecimento de si mesmo, que as Participantes podem acessar conteúdos de vivências que não mais tinham contato. É o despertar de uma vivência passada que ao retornar obriga a tomada de consciência (Vygotsky, 2009), como foi o que aconteceu com o abuso sexual que elas sofreram. É o colocar-se no lugar do outro e se ver na situação, processo em que as Participantes entram em contato consigo através da introspecção. O acesso à esses conteúdos internos que compõem a autoconsciência das Participantes foi exercido pelo próprio abuso sexual que suas filhas sofreram. A partir deles veio à tona o conteúdo de suas vivências de vitimação por abuso. Esses conteúdos também foram acessados através da entrevista realizada que as fez recuperar essa experiência através das

vivências subjetivas.

Através destas experiências reveladas no discurso das Participantes nota-se o que Vygostky (2004) tratou como experiência histórica, social e duplicada. Vê-se a experiência histórica no modo como as Participantes agem diante do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas em que elas repetem padrões de comportamentos que suas mães tiveram ao lidar com o seu abuso como, por exemplo, visto numa fala de P3 (“*Talvez eu tenha tomado essa atitude por causa disso também. Porque veio na minha mente que se comigo aconteceu e eu não, ficou tipo um impune, né[sic], eu queria que isso não tivesse acontecido com a minha filha, entendeu...*”), ou em P4 quando ela enuncia: (“*...Do jeito que minha mãe criou a gente eu criei eles*”). Assim como a experiência histórica também é percebida através da fala das Participantes quando elas, baseando em seu passado, numa vivência com a sua mãe, enunciam que não vão repetir o que as mães fizeram, já que não aprovam, como por exemplo, visto em P5 que compara as ações de sua mãe ante ao conhecimento de seu abuso sexual e a sua ação enquanto mãe frente a revelação do abuso sexual de seus filhos (“*Porque assim hoje eu vejo que eu como mãe, hoje eu tomei uma atitude com meus filho[sic] entendeu? E na minha época num teve essa atitude...*”). Sendo assim, pode-se entender que essa experiência histórica deixa para as Participantes uma espécie de herança proveniente de gerações anteriores de sua família no que tange a uma experiência vivida que lhes gerou um aprendizado, que por motivos socioculturais faz parte da constituição subjetiva e da consciência.

Ressalta-se que nas falas das Participantes onde se entende revelar a experiência histórica, há um discurso sobre a maternidade. Trata-se de um discurso que revela o fazer materno ideológico em que a mãe é aquela que protege, que cuida e educa seus filhos. À mãe, dentro da configuração familiar, segundo Bruschini (1993) na dimensão da divisão de papéis entre membros da família, cabe a responsabilidade junto aos filhos de transmissão de valores,

hábitos, nesse ambiente de socialização que é a família. A mulher precoceamente já é educada para se casar e para encontrara na vida doméstica e familiar o seu espaço.

A experiência social por sua vez, segundo Vygotsky (2004) ao referir uma experiência a partir da experiência do outro termina caminhando junto com a social, elas não se dissociam. Neste sentido, o discurso das Participantes em que retratam a experiência histórica delas, também revelou a presença da experiência social, como, por exemplo, quando elas afirmam que os outros casos que elas conhecem sobre abuso sexual de crianças, fora o das filhas, são aqueles que elas assistiram através de televisão. Todas as Participantes enunciaram casos veiculados através de televisão como discurso responsivo neste caso.

E a experiência duplicada entendida por Vygotsky (2004) como aquela que envolve um planejamento que se dá a nível interno caracterizado pela presença do pensamento antes da ação, o que permite desenvolver formas de adaptação ativa. Essa experiência duplicada se baseia nas experiências histórica e social. Ao analisar-se o discurso das Participantes notou que a experiência duplicada apareceu frequentemente, já que para compor os discursos elas precisaram pensar, tentar elaborar as falas assim como o que lhes passou, o abuso sexual delas e das filhas. Ou seja, tanto pode-se caracterizar como experiência duplicada a experiência de elaborar para si mesmas o abuso sexual e o discurso sobre, como também o fato de elaborarem no momento da entrevista e para a entrevista. Essa experiência duplicada baseada na social e na histórica se faz vidente também quando as Participantes falam sobre as expectativas de futuro mediante ao esquecimento ou superação que dizem ter alcançado, mas que os discursos revelam que essas falas são atravessadas pelo discurso de lembrança e sofrimento. Ou seja, é uma forma que elas encontram de elaborar os sentimentos, memórias, emoções, sensações e pensamentos de forma a continuarem suas vidas, ou seja, tentando adaptar-se, como por exemplo, na fala de P1: “...Eu quero viver, muito, e poder ajudar minha filha a poder se libertar do que ela hoje ta passando.”, na fala de P2: “...Então hoje eu venho

aqui mais pra tratar isso nela, pra ela... ser mais... assim, saber mais se defender mais um pouco, né[sic].”, ou também na fala de P7:

...Eu contei pra ela[filha vitimada] assim, eu disse: ‘Eu passei pelo que você passou. Só não com esse tipo de gente. Se hoje eu ego minha cabeça pra lutar pela vida, pelos meus objetivos alcançados, você também pode fazer o mesmo. Vai estudar. Levanta a sua cabeça. Vai construir a sua vida. Casamento você deixe pra daqui há uns 20 anos. Se você quiser casar, pensar em casamento. Seu objetivo na vida seja estudar e construir a sua vida.’...”

O modo como as Participantes agem ou pensam diante das experiências de vivência do abuso sexual sofrido por suas filhas, a vivência de vitimação por abuso sexual quando crianças assim como a experiência provocada pela entrevista sobre essas vivências é explicado pela subjetividade. Ou seja, cada experiência dessas que elas tiveram (seja histórica, social ou duplicada) constituíram-nas enquanto sujeitos e portanto fazem parte de sua subjetividade.

Ao ser colocada no lugar privado, que lhe recai a tarefa de transmitir valores e a história familiar em si, a mãe se ocupa de repassar para seus descendentes aquilo que lhe foi transmitido por outras gerações antecedentes. Nesta dinâmica, entende-se que esta mãe passa a refletir os elementos do passado de outras gerações em sua constituição, que por sua vez, em relação com as novas gerações descendentes dela, também recebe elementos de constituição de si, e assim reflete em seus filhos o acumulado de experiências que teve, servindo para estes novos membros da cadeia de transmissão como parâmetro social.

Outra forma para acessar as vivências das Participantes, segundo Vygotsky (2004, 2009) é através da fala interior ou silenciosa. No caso dos discursos das Participantes desta tese, este conteúdo é traduzido pelos silêncios ou choros que elas manifestaram no momento da entrevista, consideradas neste contexto como reações secundárias. Trata-se de uma forma

como a consciência interna, e inacessível, pois não pode ser observada, emerge a partir de um estimulante, gerando nas Participantes uma experiência duplicada em que proporciona para elas a experiência de ter um contato social com elas mesmas. Estes estimulantes são entendidos no contexto desta tese a partir das entrevistas como a vivência do abuso sexual intrafamiliar da filha, a relação dialética com a pesquisadora no momento da entrevista, a relação dialética com o próprio contexto de entrevista que lhe excita reflexão e fala. Essa fala interior, ou silenciosa expressa em choros e silêncios pode ser percebida através de falas como o de P1 que faz um silêncio de 11 segundos e chora, demonstrando o quanto difícil era para ela relembrar da situação em que foi vitimada por abuso sexual intrafamiliar (“...Então... *Isso é uma coisa que, que mesmo que eu não sabia que tinha acontecido com minha filha, o tal da violência do abuso sexual, que foi uma coisa que [Chora] eu já passei por isso...*”), como também na fala de P5 que chora ao enunciar sobre as consequências que até hoje tem por conta do abuso sexual intrafamiliar que sofreu quando criança (“...*Porque eu sei a marca que fica dentro da gente. É uma coisa que a gente quer esquecer, quer apagar, mas quando lembra ainda dói.*”), e ainda através da fala de P7 que enuncia chorando sobre a dificuldade que tem de conhecer os detalhes da vitimação de sua filha (“...*É verdade que até hoje eu nunca suportei ouvir a conversa toda. Nunca, nunca, nunca...*”).

A estes choros e silêncios atribui-se o sentido da subjetividade emergindo através do discurso expressa em vivências de dor e sofrimento mediante a situação de vitimação por abuso, seja das próprias Participantes, seja de suas filhas. Neste sentido, o sujeito que emerge deste choro e silêncio nas falas de P1, P5 e P7 demonstradas, é um sujeito em que sua fala se vê materializada a experiência de quem também foi vitimada por abuso e que por reviver essa vitimação através do discurso e através da vivência do abuso de sua filha, portanto um sujeito que se constituiu através da dor e sofrimento.

As emoções que emergiram através dos discursos das Participantes extrapolam os

choros e silêncios, segundo se concebe a partir da Teoria Histórico-Cultural, que as vê como comportamentos emocionais que são apreendidos através dos tempos, entre gerações, de forma hereditária. Esse comportamento emocional pode ser percebido quando as mães repetem comportamentos emocionais de suas mães, como também quando as filhas das Participantes que também repetem como, por exemplo, no caso de P1 que tentou poupar a sua irmã de saber que o marido era abusador dela, e sua filha que quis poupar a irmã, outra filha de P1, de sofrer abusos também do abusador. Para proteger as irmãs mães e filha se submeteram aos abusos sexuais intrafamiliares em meio ao sofrimento que vivenciavam. Outro caso foi em P4 que tanto ela como a filha demoraram anos para revelar que estavam sofrendo abuso sexual, e neste caso ambas vivenciaram o segredo danoso, que gera sofrimento. Já em P7 a fala dela revela que ela queria poupar toda a sua família de saber que o seu irmão mais velho tinha abusado dela: “*A gente temo[sic] uma criação muito amorosa e tem, graças a Deus, até hoje tenho com meus pais. Eu preferia passar qualquer coisa mesmo, menos ver meu pai ou minha mãe passar por certos tipos de situações...*” Nos casos demonstrados, as Participantes revelam que já se encontram munidas de experiência para agir de forma diferente, revelando aí mudança a partir da experiência social afeita ao comportamento emocional.

Em sendo as emoções relacionadas com as vivências e com a consciência do sujeito, nota-se que as experiências de abuso sexual intrafamiliar vivenciadas durante a vida das Participantes constituíram sentido para elas, e foram associadas a tomada de consciência nestas situações, o que gerou a forma como as emoções foram experimentadas.

Esta herança familiar registrada como comportamento emocional, naquelas experiências histórica, social e duplicada, é regulada pela consciência, conforme já mencionado. Isso porque em sendo consciência é a “vivência das vivências” (Vygotsky, 2004, p.71) ela se torna a reguladora dos comportamentos. E segundo o autor, os sujeitos podem

vivenciar diferentes níveis de consciência, a depender da experiência, do comportamento emocional e da subjetividade. Isso quer dizer que as Participantes, durante as experiências de vitimação por abuso sexual vivenciadas (delas e das filhas) puderam experimentar diferentes níveis de consciência, os quais analisa-se: na época em que foram vitimadas por abuso sexual intrafamiliar, quando tomaram conhecimento do abuso das filhas, e quando estavam elaborando seus discursos durante a entrevista. Significa dizer que não foram várias consciências, mas sim momentos distintos de compreensão da realidade associado à vivência subjetiva que ganharam diferente sentido, revelando o novo nível de consciência acerca da experiência de abuso sexual intrafamiliar. Isso porque foram dois abusos vivenciados, da Participante e de sua filha (salvo P5 que teve seus três filhos vitimados; P1 que foi vitimada por dois abusadores distintos em épocas diferentes de sua vida) o que demarca em sua vida dois momentos distintos de tomada de consciência.

Essas experiências de abuso sexual em que tanto mãe como filha foram vitimadas por si só já refere ao que se denominou nesta tese como a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações. E analisando esta repetição à luz da Psicologia Histórico-Cultural, pode-se notar que além de ambas terem vivenciado a vitimação por abuso sexual intrafamiliar, mães e filhas foram abusadas na infância,

A repetição também se fez perceber ao longo dos discursos para além das lembrança que as Participantes tiveram do próprio abuso a partir da vivência do abuso de sua filha. Notou-se que em suas falas houve discursos que revelaram pistas que remetiam à repetição do abuso enfocada nesta tese, como através da fala de P7: “...*De imediato eu falei que ela não faria com um médico, com um homem. Porque ela não ia conseguir mesmo...*” Ao apoiar a recusa da filha em fazer exame com o medico, ela constrói um discurso que se materializa a experiência de alguém que sabe que uma consequência possível para uma mulher que sofreu abuso provocado por um homem é não conseguir relacionar-se naturalmente com o

masculino.

Essa fala de P7 representa também as falas das outras Participantes atravessadas pelo discurso de vitimação do feminino. Essas vozes coletivas aparecem quando elas enunciam que depois da vitimação delas e de suas filhas não conseguiram mais se relacionar normalmente com seus cônjuges e com outros homens de seu entorno social, como por exemplo, em P4 que diz: “... *Que eu vivo uma vida bem, assim com o meu marido. Mas, eu passei uns dias quando a gente tinha relação, eu na hora, eu me reprimia assim um pouquinho, porque na hora eu pensava nela[filha vitimada]....*”

Essa dificuldade em relacionar-se com o feminino pode ser considerada uma das consequências desta vivência de vitimação. No decorrer do discurso de P7 encontra-se falas que revelam a materialidade da resistência à possibilidade de ter um filho homem, dada o grau de repulsa que ela passou a ter do masculino:

Eu falei várias vezes pra mim mesmo[sic]: ‘Eu nunca vou ter um filho homem pra que não viesse acontecer, e não impediu de acontecer.’.... Quando eu me casei eu disse pra meu esposo, eu dizia: ‘Olhe, se eu engravidar e tiver um filho homem, eu não crio. A gente se separa. Você vai criar o filho homem sozinho.’..

Entende-se esta fala dela não somente como uma aversão ao masculino, mas a uma possível repetição de sua vida, já que ela foi vitimada pelo irmão mais velho quando criança. Como se ela presumisse que caso tivesse um filho este estaria capacitado a fazer com uma irmã (filha dela) o que o irmão dela lhe fez, abusar sexualmente.

De fato essas vozes coletivas que fazem ressoar a história do feminino dominado pelo masculino se fazem presente ao longo do discurso das Participantes, inclusive através de gênero discursivo ideológico que condiciona o feminino à virgindade. Os discursos das Participantes que enunciaram a virgindade aparecem como crucial mesmo diante de uma situação de abuso sexual como aparece na fala de P3: “...*Que devido ao acontecido realmente*

ele, ele fazia sexo comigo. Só que não tirou minha virgindade." Ou ainda que a virgindade é uma condição de pureza e inocência afeita a meninas como no discurso de P4: "...*Porque a minha filha perdeu a inocência dela...*"

Essa necessidade de preservação da virgindade faz parte da história social do feminino. Os discursos sobre a virgindade e a importância que ela tem para as Participantes e para as suas filhas vitimadas se repetiu entre elas. Segundo Saffioti (2001a, 2001b, 2004), desde a história a pureza feminina tratada como virgindade é divulgada. Em situações de abuso sexual intrafamiliar esta questão se torna mais grave, já que se trata de uma relação entre pessoas de um grau próximo de parentesco ou por afinidade (Forward & Buck, 1989). Neste sentido, a questão da perda da virgindade tem sido apontada como um dos principais agravantes segundo o discurso de mães que tiveram as suas filhas abusadas sexualmente (Lima, 2008).

A partir do discurso das Participantes percebeu-se que a teoria de gênero com marcas de patriarcado e adultocentrismo se fez presente já que, segundo elas, a vivência do abuso sexual intrafamiliar que elas sofreram e que as filhas sofreram lhes gerava um estado de sentirem-se agredidas enquanto tanto por ela como pela filha, e P4 e P7 enunciaram que passaram a ter problemas em seus casamentos depois do conhecimento do abuso da filha que lhes fez recordar das vivências negativas dos seus abusos na infância. Em suas falas afirmam que tiveram dificuldades em relacionarem-se sexualmente com o seu esposo, como também, no caso de P4, P5 e P7, passou a ter uma repulsa por homens. P4 diz que como mulher ela enuncia que se sente agredida por ela e pela filha e que teve problemas em seu casamento já que passou a ter dificuldades de relacionar-se sexualmente com o seu esposo, segundo ela, e também por ter confiado ao pai de suas filhas a responsabilidade para com a sua filha. Já P5 e P7 enunciaram que:

Como mulher...Eu acho que... Quando outra pessoa toca assim você, num é a mesma coisa

de você: ‘Puxa! Podia ser diferente’ Se sentir com uma sensação diferente. Porque você queira ou não, mas sempre vem aquelas, aquele repuna[sic], aquelas coisa que já aconteceu com você (P5).

Eu me divorciei e vivo a minha vida tranquila. Então 14 ano[sic] que assim eu não procuro namorado, não procuro ninguém. Porque foram muitas coisas acontecendo. Veio a infância aconteceu. Veio o casamento, aconteceu. Depois veio o estupro[sic] da menina. Então eu tenho uma imagem iergh[sic][expressão não verbal no sentido de repulsa]. Então quando fala de homem... (P7).

Nesse cenário de dificuldade em se relacionar com o masculino, a repetição do abuso sexual intrafamiliar feminino, aos olhos das Participantes, soou como agravante para esse problema. Isso porque, além de elas terem as lembranças da vivencia de seu próprio abuso, ou seja, a consciência constituída na experiência pessoal do passado, elas também agregaram a sua consciência a vivência do abuso da filha. Nesse processo, as mães revelaram que a vivência do abuso da sua filha suscitou a lembrança de seu próprio abuso como na fala de P6: “*Eu já tinha me esquecido há muitos anos viu? Assim parece que eu tava revivendo o que eu passei...*”. Segundo a teoria de Vygotsky (2009) este processo se dá a partir do reconhecimento que as Participantes têm na relação dialética com a situação das filhas, em que o abuso sexual que a menina sofreu se constitui reflexo reversível de seu próprio abuso.

Quer dizer que em meios as falas quando as Participantes revelam a experiência duplicada em que elas refletem internamente, gerando para si mesmas os excitantes dos reflexos, configurados como pensamentos que são expressos na linguagem, nota-se que o discurso atravessador das falas delas está relacionado ao que se denominou repetição. Essa repetição é percebida quando, por exemplo, elas refletem para si a partir da experiência de abuso das filhas e delas a idéia de que a vitimação por abuso é algo incide numa família de forma geracional. Ou seja, tanto pode ser entendido, segundo elas, como um legado familiar,

uma herança sofrida, que lhes provoca sentimento de culpa, já que quem está no início desta cadeia de vitimações em sua família, que culminou no abuso de sua filha, é ela, que foi abusada quando criança, portanto antes da filha.

Esse sentido de repetição expresso por elas em suas falas que revela que elas mesmas perceberam através de suas vivencias e experiências que este abuso sexual intrafamiliar contra uma menina de sua família se repetiu, como aparece na fala de P1 que usa a palavra “*geração*”[sic] e o sentido apreendido é de que esta repetição acontece desde a geração de seus pais: “...*Então assim, meus pais, não culpo eles, de jeito nenhum, mesmo porque é que é de geração pra geração...*” Para falar dessa repetição P3 usa em sua fala a palavra “*hereditário*”[sic] num discurso de sentido causalista: “...*Será que isso é hereditário? Que isso teria que acontecer com a minha família, com minha filha também, pelo que aconteceu comigo...*”. No discurso de P5 esta repetição aparece o discurso de quem buscou evitar que a repetição do abuso acontecesse com alguém de sua família: “...*Porque já aconteceu comigo também, entendeu? Assim com meu padrasto. E era o que eu mais pedia, que isso não acontecesse com meus filhos, entendeu? E dói muito.*”

As mães de fato tendem a reviver lembranças do passado que referem a sua própria vitimação por abuso sexual intrafamiliar quando crianças ou adolescentes (Morgado, 2001a, 2001b; Lima, 2008). É justamente o mecanismo de reflexos reversíveis da consciência que proporciona essa experiência de revivência. Trata-se do despertar de experiências históricas e sociais através das quais ela recorda-se também o modo como sua mãe agiu no contexto de abuso sexual que sofrido pelas Participantes sendo traduzido como ações subsequentes ao dar-se conta do que aconteceu com elas, ou seja, elas tendem a basear as suas ações de acordo com o desempenho de suas mães na situação análoga em que elas tomaram conhecimento do abuso das Participantes. Neste momento de recordação elas demonstram reconhecerem-se enquanto mãe de forma negativa, por não ter, segundo elas, protegido mais as filhas, e

também ao sentirem-se culpadas. Elas reconhecem a de si mesmas naquele contexto de abuso sexual da filha através do reflexo reversível, como, por exemplo, aparece no discurso de P3: “...*Que acontece e existe coisa que acontecem numa geração e que acontece em outra né[sic]. Vai isso na minha mente, mas foi só, passou né[sic]...*”; e no discurso de P4: “...*Quando as coisas acontecem a gente fica procurando se culpar, e eu me culpei muito. Fiquei muito me maldizendo, muito. Como é que eu deixei isso acontecer com a minha filha?. Como é que eu não percebi?...*” .

A partir destas falas de P3 e P4 nota-se o discurso de gênero materializado de forma a revelar as vozes sociais que remetem a um feminino que se sente responsável pelo cuidado com os filhos a ponto de culpar-se pelo abuso sexual que este sofreu. Além disso, um feminino que se revela dominado a ponto de aprisionar-se num discurso que remete a um conformismo de vitimação por um masculino. Segundo Scott (1996) essa relação entre o masculino e o feminino que vai se construindo e delineando-se os lugares sociais de cada um como ao feminino está reservado o cuidado e a responsabilidade pelos filhos, prezando o equilíbrio familiar como um todo.

Sobre os abusadores também constatou-se a repetição entre gerações desta experiência de abuso sexual intrafamiliar. Nos casos de P1, P5 e P6 os abusadores tinham o mesmo grau de afinidade com mãe vitimada e filha vitimada. Em P1 os abusadores eram vizinhos delas; em P5 os abusadores eram o marido da mãe de P5; e em P6 os abusadores eram vizinhos próximos à família.

Quando se diz que os abusadores se valem do poder que lhes é conferido pelo seu significado de elemento da família afetiva da vitimada, refere dizer que esse poder é uma prática social daquele grupo que o coloca naquele lugar. Neste caso, o poder analisado nesta tese é compreendido a partir da teoria de gênero, na medida em que o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil é considerado como uma forma de violência de gênero, dado o

maior índice de vitimação incidir sobre meninas e tendo como abusador, um homem e adulto. E analisando sob o prisma da teoria de gênero nota-se que a teoria afirmada por Saffioti (2001a, 2001b, 2004) de que há o domínio do homem sobre a mulher, caracterizando poder com caracteres de patriarcado e de adultocentrismo. A teoria do patriarcado coloca o homem como a figura de autoridade frente à mulher, e o adultocentrismo dá conta de que o poder está localizado no adulto sobre a criança ou adolescente.

É comum em situações em que a mãe de uma vitimada também foi vitimada por abuso sexual intrafamiliar quando criança ou adolescente sentir dificuldade em conviver com a realidade vivenciada na figura da filha. Por este motivo, acontece de as mães, mesmo mediante uma intenção de postura protetiva para a sua filha, as encaminharem para a responsabilidade de outras pessoas, como mandar a menina morar com parentes. Essa decisão de encaminhar a filha para a casa de outras pessoas pode ser percebida nesta tese no discurso de P4 que depois de certo tempo encaminhou a filha para morar com os avós, pais do abusador alegando que trabalhava e não tinha com quem deixar a menina. Assim como nota-se na fala de P5 que encaminhou a filha para um colégio interno sob orientação de sua mãe, avó da filha e esposa do abusador da menina: “...*Ela[a filha vitimada], eu tive que colocar num colégio interno porque como eu trabalhava e as vezes ela ficava em casa com minha mãe...*” (P5)

Sobre esse afastamento da menina vitimada de sua família, mesmo encaminhada pela própria mãe, revela uma forma violação de direitos das mesmas. Nesse cenário em que o abusador permaneceu livre a menina foi aprisionada num colégio interno ficando distante de sua vida cotidiana. Nota-se novamente a organização social da relação entre o masculino e o feminino, em que o feminino ocupa o lugar do restrito (Scott, 1994). Segundo Saffioti (2004), o limite entre a quebra de integridade e obrigação de suportar o lugar reservado ao feminino, o de sofrimento, sujeitado ao masculino. Para Saffioti (1987, 2004) e Narvaz (2004) essa

ordem de conformidade social patriarcal é tecida para encobrir o poder centrado no masculino e fazer convencer o feminino de que o seu lugar natural é a submissão.

Esse lugar de feminino vitimado é despertado também nos casos de repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil vivenciado pelas Participantes, de forma que causa um sofrimento que regula as suas ações subseqüentes a revelação do abuso da filha. Traz à tona os aspectos históricos e sociais referentes ao processo de socialização dos gêneros masculino e feminino. Esse coletivo que fala da história de submissão do feminino ao masculino é percebido no discurso das Participantes sob falas que enunciam a fragilidade feminina ante ao domínio masculino, como percebido através da fala de P4: “*Como mulher eu me sinto agredida. Agredida por, pela minha filha[vitimada] e por mim...*”.

Enquanto mulheres que sentem-se violadas em seus direitos, as Participantes enunciam em suas falas discursos que revelam-nas sujeitos que sofrem a partir das lembranças e também com as consequências que as experiências de vitimação (dela e da filha) lhe ocasionaram, como na relação consigo mesma, com os outros e, principalmente com o masculino:

Como mulher...Eu acho que... É como você num conhecer bem o seu corpo, né[sic]? Você como se diz assim. Num tem prazer de tocar seu corpo. Quando outra pessoa toca assim você, num é a mesma coisa de você: ‘Puxa! Podia ser diferente’ Se sentir com uma sensação diferente. Porque você queira ou não, mas sempre vem aquelas, aquele repuna[sic], aquelas coisa que já aconteceu com você. (P5)

Na fala de P7 nota-se um sofrimento votado para o masculino expresso de forma violenta, através de um discurso de justiça. Segundo P7, a única forma de o masculino abusador dimensionar o sofrimento que ele gerou numa mulher é sofrendo uma dor que ela considera análoga, a castração. Nesse discurso de castração nota-se outros discursos atravessados como do sentido que a amputação do membro sexual masculino, como sinônimo

do pior castigo imposto ao homem, pois toda sua virilidade, poder está simbolicamente e culturalmente no pênis: “...*Eu digo: ‘ Deus, faz a tua justiça conforme a tua vontade e teu querer. Porque na justiça dessa terra só tem um jeito. Eu só ficava conformada, humanamente, como pessoa, como mulher se eu visse castrado...*”(P7)

Nota-se através deste discurso de P7 um feminino que se sente desamparado e que busca a qualquer custo uma forma de punição para aquele que violou seus direitos humanos. Isso porque as Participantes e suas filhas que foram vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar cometido por um membro masculino de sua família vivenciam a violência sexual, psicológica, física. Vivenciam ainda a violação de seus direitos de serem livres já que se sentem cerceadas em seus espaços. De acordo com Saffioti (2004) deve-se atentar para a importância de se desnaturalizar essa hierarquia que ainda existe no imaginário social e nas representações sociais entre o masculino e o feminino.

Nessa experiência de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil enquanto violação de direitos destaca-se também a violação dos direitos das crianças de vivenciarem uma infância saudável. Isso porque essa vivência do abuso sexual lhes obriga a uma experiência que não esta afeita nem à infância e nem à adolescência, provocando a vivencia de uma adultização precoce. Segundo Vygotsky (1933-1934/ 2006) na infância que o sujeito vai integrando as suas experiências sociais à constituição de sua personalidade. Refere dizer que no decorrer do desenvolvimento enquanto processo contínuo as novas bases que vão sendo internalizadas vão aprimorando qualitativamente as anteriores, as quais estão diretamente relacionadas às interações que o sujeito vivenciou com o ambiente que o cerca.

Neste sentido, pode-se dizer que tanto as Participantes como as suas filhas vivenciaram uma experiência que lhes proporcionou um prejuízo na vivência da infância, já que tanto Participantes como as suas filhas foram vitimadas na infância, com idades que variaram entre cinco e 15 anos as Participantes, e suas filhas foram abusadas quando tinham

entre sete e 15 anos de idade.

A vivência desta experiência de abuso sexual na infância fez com que elas se vissem convidadas a tomar decisões que não deveriam acontecer neste momento, como denunciar ou não, ou de desistir ou não do processo movido contra o abusador. Das sete Participantes, quatro delas desistiram do processo contra o abusador por decisão das vitimadas. O motivo alegado é o fato de elas terem que recontar a história, medo de encarar o abusador ou por não crer que o abusador possa ser condenado.

Essa adultização precoce também é percebida quando da tomada de decisões como P5 que para evitar novas investidas sexuais do abusador, tomou a decisão de sair de casa, decisão esta que envolveu um namorado mais velho e uma gravidez. Essa gravidez precoce foi proposital para que pudesse sair de casa, segundo o discurso de P5. Nota-se mais uma consequente adultização da menina que passou a vivenciar uma situação adulta: formar uma família: “... *Foi por isso que eu quis sair logo de casa. Quis logo conhecer uma pessoa, me entregar e sair de dentro de casa. Porque eu não aguentava mais aquela situação de minha mãe ta[sic] com uma pessoa...*”

A análise dos discursos das Participantes demonstrou que a vivência destas crianças quando vitimadas pelo abuso sexual está baseada em medo de não serem cridas e culpa. Segundo os discursos, as vitimadas (mães ou filhas) não revelaram seus abusos sexuais a suas mães ou pais, por medo deles não acreditarem nelas e também por medo de que gerasse alguma reação violenta dos mesmos ante o abusador, que era da família. O medo de não saber a reação dos pais é visto, por exemplo, na fala de P4: “...*Que eu não queria, mas eu tinha vergonha de dizer porque eu não sabia como ia ser a reação de meu pai e da minha mãe sabe?...*”. Já o discurso de P3 revela que ela nem chegou a contar, pois para ela não iam acreditar: “...*Sempre assi[sic]... quando isso acontecia tinha vontade de contar pros meus pais, mas naquele tempo, né[sic], num ia acreditar...*” No entanto em outra situação, no caso

de P5, ela contou e sua mãe de fato não acreditou no que ela dizia: “...*E eu sempre contava a minha mãe só que ela não acreditava em mim. Porque ela pensava que tava mentindo. Porque eu não gostava dele[abusador]. Ela não acreditava. Dizia que eu tava inventando isso...*”

Já que os abusadores são da família, as Participantes revelam em seus discursos a surpresa e decepção em saber que alguém de confiança abusou de sua filha, como visto na fala de P4: “*É, mas que eu nunca pensei que fosse o pai. (...) Eu nunca vi, eu nunca, nunca, também eu nunca ia imaginar que aquele homem fosse fazer isso com ela. Jamais.*” De certo que o abuso sexual infanto-juvenil é uma forma de violência que por si só já carrega sentido ideológico, e quando praticado pelo pai o efeito de sentido é de perplexidade maior ainda, dado o lugar ideológico da figura paterna.

Nesse contexto de tensão que envolve o abuso sofrido, o medo de não ser crida ao revelar, o medo das ameaças do abusador etc, diversas consequências são apontadas na vida dessas vitimadas e que chegam a perturbar o seu desenvolvimento. Segundo Vygotsky (2006) é na infância que o sujeito desenvolve a formação de conceitos em que ela exercita o desenvolvimento interno e o pensamento de forma que o conceito apareça em sua consciência. Esses conceitos são formados verdadeiramente na adolescência, os quais recebem as bases do modo como foram formados na infância. Esses conceitos servem para o sujeito compreender a realidade a seu redor, os outro e a si mesmo. É na adolescência que o sujeito constrói suas opiniões sobre o mundo, sobre as relações e sobre o futuro (Vygotski, 1996).

De acordo com os discursos das Participantes, todas revelaram que tanto elas como suas filhas em suas respectivas épocas de vitimação apresentaram alterações comportamentais, enunciadas como comportamentos agressivos, e alterações emocionais, enunciados com choros e depressões. No entanto, uma delas enunciou que tentou o suicídio

quando criança P7: “...*Quando eu tinha 12 anos tentei suicídio. Meus pais nunca souberam o motivo por que eu não deixava escapar...*”

Quando uma criança tem uma experiência de vitimação por abuso, essa experiência passa a fazer parte do repertório de excitantes para a determinação do comportamento dela. As pessoas envolvidas e a forma com que conduzem a situação exercem importante influência no modo como a criança ou o adolescente vão internalizar a vivência. Trata-se de uma experiência vivenciada socialmente e que, segundo as Participantes é vivenciada de forma negativa tanto quanto vitimadas quanto sujeito no coletivo, neste caso a família. Segundo Vygotsky (2004), os comportamentos são coordenados coletivamente através de reflexos reversíveis que constituem a base da consciência. Já que a consciência tem sua origem no social, estes estímulos procedem das pessoas. E como que são reversíveis, o sujeito pode reproduzir estes excitantes. Nesta reprodução que o sujeito constitui um comportamento que lhe revela subjetivamente.

Dado o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil quanto categoria de violência que carrega consigo a gravidade suficiente para gerar prejuízos emocionais e comprometimento do desenvolvimento físico e psicológico da criança, a atenção especializada se faz necessária. Essa necessidade foi percebida nas próprias Participantes que quando crianças sofreram abuso sexual intrafamiliar, como em suas filhas através de enunciados das falas delas. O fato é que se à estas mães não foi oportunizado quanto crianças a elaboração da experiência, de forma a agregar novos elementos através do profissional quanto mediador, elas não encontram estrutura psicológica suficiente para ajudar as suas filhas. De acordo com Squizatto e Pereira (2004) é nos serviços sociais existentes que estas vitimadas podem encontrar meios de construir em si estrutura necessária para lidar com essa situação de abuso. Nos discursos analisados nesta tese, as Participantes frequentemente enunciavam que tinham dificuldade em verbalizar a situação. Nestes momentos havia os silêncios e choros.

Sobre a importância do atendimento psicossocial adequado, Costa et al. (2007) afirmam que quando as mães sabem que vão poder conversar com tais profissionais elas tendem a sentir-se acolhidas e se permitem pedir ajuda para si e para sua família, admitindo que estão precisando de apoio. Neste contexto, as mães pode inclusive revelar que há muito tempo que este auxílio lhe era necessário. Segundo os discursos das Participantes pode-se notar que esse atendimento funcionou como um instrumento mediador na relação entre elas e suas filhas. Quando as filhas estão em atendimento elas enunciaram que ficaram mais próximas às meninas.

Em meio a esse atendimento especializado, destaca-se a importância da Rede de Proteção. Habigzang et al. (2005), ao analisarem a rede de atendimento, apontam vários fatores de ordem social, institucional e legal que tendem a banalizar, negligenciar, confundir e postergar as aplicações de medidas de proteção às vítimas. Todos esses aspectos participam da revitimização e acréscimo dos danos causados pela violência em si. A rede de atenção às crianças mostra-se descontínua, fragmentada, interrompida, sem vinculação entre suas partes. Este aspecto pode ser percebido através dos discursos das Participantes, mas em destaque de P5, que ao tomar conhecimento do abuso sexual de sua filha ela buscou ajuda mas precisou peregrinar por três hospitais diferentes, IML, Delegacia, Conselho Tutelar até chegar ao CREAS, onde recebeu atendimento. Pode-se aludir que ela encontrou dificuldades para conseguir referido atendimento, assim como orientação sobre a vitimação da filha, o que se pode analisar deste discurso de P5 é que, embora os locais que ela tenha buscado atendimento tenham sido os mais indicados em casos de abuso sexual, os profissionais que a receberam parecem não estar preparados adequadamente para esta demanda, mediante a peregrinação provocada.

Assim, através da Análise de Discurso foi possível a captação da realidade dinâmica característica das mães que possuem a experiência de vitimação por abuso sexual

intrafamiliar quando eram crianças e adolescentes. É uma forma de contatar o universo particular delas conhecendo a partir do discurso as várias vozes que o situam, características de sua história de vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a repetição do abuso sexual intrafamiliar feminino entre gerações foi realizado através de entrevistas de mães de meninas abusadas sexualmente em âmbito familiar. O cenário do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil é caracterizado pela vitimação de toda a família. Isso quer dizer que não somente a criança ou adolescente que foi vitimada recebe cargas emocionais negativas abundantes, mas há o envolvimento de toda a família. A família é envolvida na medida em que o abuso acontece no seio familiar, que de acordo com as novas configurações familiares, é um tanto estendido extrapolando a tríade pai, mãe e filhos, e englobando avós, cunhados, tios, amigos e vizinhos próximos. Ou seja, entre este abusador e a família da vitimada (e claro com a vitimada principalmente), existe um vínculo de afinidade que ultrapassa a consangüinidade assumindo uma dimensão de responsabilidade e cuidado, caracterizando uma situação de confiança plena e de convivência cotidiana nos limites familiares da vitimada. Neste sentido, quando se refere ao abusador intrafamiliar engloba para além do pai, mãe e irmãos, ou seja, envolve os avôs, os tios, cunhados, vizinhos, amigos próximos.

A partir dos discursos analisados das Participantes pode-se notar o quanto que o fato de o abusador fazer parte deste círculo de relações estreitas da família é significativo. O sofrimento delas foi maior ao tomar conhecimento do abuso por parte de alguém a quem elas dedicavam confiança irrestrita e convívio natural no seio de sua família. Isso porque elas sentiram como se de alguma maneira tivessem facilitado esse acesso à suas filhas, sentindo-se em vários momentos culpadas pelo acontecido. Culparam-se pelo fato de não terem antevisto que isso poderia acontecer e tampouco desconfiado que estava acontecendo (ou que tinha acontecido). Trata-se de um sentimento de não conseguir proteger a filha daquilo que ela

conhece doer profundamente.

Neste contexto de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, a mãe é que está mais próxima da menina vitimada. É, portanto, um elemento que vivencia a situação com altas doses de sofrimento. Sofrimento este que provoca a lembrança de outros sofrimentos relativos à experiências de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil pregressas: o seu próprio abuso na infância.

Essa lembrança que a mãe tem de uma experiência passada emerge através do que se considerou nesta tese baseada na Psicologia Histórico-Cultural como consciência. A consciência faz refletir no outro aquilo que elas tem internalizado, como, por exemplo, a experiência passada de vitimação. Neste sentido, os dados possibilitaram a compreensão de que a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações vista através do olhar das mães se faz presente no discurso delas tanto através de sentidos apreendidos pela pesquisadora como através das falas das próprias Participantes, demonstrando a consciência delas acerca da repetição. Ou seja, aliado ao fato de mãe e filha terem sofrido abuso sexual intrafamiliar e terem consciência disso, pode-se perceber através da materialidade no discurso outras características de repetição.

A partir da análise dos discursos das Participantes notou-se que estas se aperceberam do abuso sexual sofrido por suas filhas enquanto repetição através de um mecanismo de consciência dialógica. Isso quer dizer que quando elas tomaram conhecimento da vitimação de sua filha elas relembraram de sua vitimação por abuso sexual intrafamiliar na infância. Em seus discursos elas enunciaram sobre o abuso entre gerações e a característica de hereditariedade que essa experiência, segundo elas, tem. As Participantes revelaram que o que mais desejaram que não acontecesse com a sua filha foi a experiência de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, ou seja, que se repetisse a vivência.

À esse discurso de desejo de não repetição pode-se perceber a mãe-mulher-vitimada

materializada. A mãe que quer evitar à sua filha experiência que conhece gerar sofrimento intenso e marcas profundas, a mulher que deseja proteger o feminino de um masculino que conhece ser violador de direitos, e vitimada que não suporta mais reviver, através do abuso da filha, o sofrimento já conhecido de quando foi vitimada.

Os discursos das Participantes permitiram também perceber aspectos da repetição expressos em atravessamentos do discurso como o fato de elas não revelarem os abusos sofridos na época da vitimação, e também, tanto elas quanto mães assim como as suas mães na época de sua vitimação tomarem conhecimento do abuso da filha através de outras pessoas.

Os dados demonstraram que o fato de elas não revelarem o abuso sexual a suas mães está relacionado ao grau de parentesco que estas tem com o abusador. Nesse sentido, nem as Participantes quando foram vitimadas na infância, nem as suas filhas vitimadas sentiram-se seguras para revelar o que acontecia, já que o abusador era alguém que fazia parte da família afetiva e, portanto gozava de confiança e livre acesso à família.

Tanto as Participantes quanto mães de menina vitimada, como as suas mães na época de suas vitimações tomaram conhecimento do abuso sexual das filhas a partir de outras pessoas do entorno social da menina. Sobre isso reflete-se acerca da proximidade entre mães e filhas, já que os discursos revelaram que elas não desconfiavam que o abuso estava acontecendo, mesmo em meio à mudanças de comportamentos de suas filhas. Entende-se que elas não significaram estes comportamentos, pois o fardo de tornar consciente dialogicamente algo que está afeita a sua experiência histórica e social lhes provocava vivências de sofrimento e dor intensa.

A repetição também se fez presente no discurso das Participantes no modo como elas construíram seus discursos através dos elementos discursivos contidos como o dialogismo, os gêneros discursivos, enunciados e polifonia. Os enunciados versaram sobre as experiências

delas de abuso sexual intrafamiliar e de suas filhas, com temas que tratavam da revelação, da violência, de gênero, de vitimação, de sofrimento etc. estes enunciados foram constituídos dialogicamente a partir da experiência dos abusos sexuais vivenciados, delas e da filha, e também ao longo da entrevista.

Nesse sentido, o dialogismo se fez necessário já que se trata de uma experiência que elas reviveram através de suas filhas, o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino, ou seja, foi através desta experiência revivida através de suas filhas que elas se constituíram. O dialogismo também se deu a partir da relação com a pesquisadora no momento da entrevista em que uma fala interanimava o discurso da outra constantemente.

Dentre os gêneros discursivos que se repetiram nos discursos das Participantes o que mais se destacou foi o narrativo. O gênero narrativo entende-se ter sido destaque, pois os discursos construídos por elas enunciava uma situação que tinha acontecido e que estava sendo contada num outro contexto, a entrevista. Nesses discursos narrativos a voz do outro se fez presente para referir as histórias que já haviam sido contadas às Participantes antes, na época da vitimação de sua filha. Entende-se que essa polifonia foi necessária, pois as Participantes tiveram que construir seus discursos sobre a vitimação das filhas a partir das vozes dos outros que lhes revelaram, já que souberam do abuso de suas filhas a partir de terceiros.

Os dados revelaram que a tomada de consciência das Participantes se deu também através da dificuldade que elas apresentaram em verbalizar as suas experiências. Essa dificuldade se repetiu no discurso de todas elas, e entende-se estar relacionada com o modo como elas elaboraram as vivências de abuso sexual intrafamiliar delas e da filha. Os discursos revelaram sujeitos que não conseguem verbalizar a situação por não encontrarem em si mesmas as condições para lidar com as situações que envolvem abuso. Refere uma consciência dialógica que lhes faz remeter para as suas lembranças de vitimação na infância.

Essa dificuldade em lidar pode se configurar explicação para a delegação de responsabilidades a terceiros que se repetiu ao longo dos discursos delas.

A consciência das Participantes também se fez revelar através dos discursos extraverbais, expressos como silêncios ou choros. Esses silêncios e choros foram importantes para uma aproximação dos conteúdos de dimensão particular da consciência, que estavam acessíveis apenas à elas próprias. Esse acesso por aproximação também foi importante para a compreensão dos sujeitos constituídos a partir das experiências de abuso. Por exemplo, os choro e silêncios possibilitaram construir o sentido para compreender a fragilidade do sujeito e a imaturidade cognitiva quanto à condição de elaboração das vivências. Esse choro é veiculador do sentido do abuso para esse sujeito mãe, mulher e vitimada revelado através da materialidade discursiva que produz.

A dificuldade em lidar com a situação da filha foi tamanha que fez voltar o silêncio vivenciado na época de sua vitimação, já que todas elas não revelaram a vitimação quando crianças a suas mães na época. Assim, as Participantes não receberam a proteção que julgam apropriada quando foram abusadas. A maioria delas revela que não lembravam mais de suas vitimações, mas que recordaram assim que se depararam com o conhecimento do abuso das filhas.

O fato de não lembrarem de suas vitimações é entendido como uma estratégia que elas encontraram de defenderem-se daquele sofrimento que o recordar do próprio abuso lhes afigia. Uma forma de se relacionarem consigo mesmas e com os outros de forma menos dolorosa. Isso se refletiu quando elas se depararam com o conhecimento do abuso sexual de suas filhas, em que precisaram de ajuda de terceiros para que as ações protetivas fossem efetivadas. Nem sequer sabiam o que fazer, quando lhes foi revelado que as filhas estavam sofrendo abuso sexual intrafamiliar.

A análise dos discursos das Participantes permitiu conhecê-las subjetivamente.

Através dos discursos as subjetividades emergiram revelando sujeitos que se constituíram na vulnerabilidade e sofrimento das vivências de abuso sexual intrafamiliar que incidiram em sua família em diferentes gerações. Sujeitos que vivenciam cognitiva e afetivamente as lembranças de seu próprio abuso. E por conta desta experiência duplicada, faz emergir um sujeito que demonstra a sua consciência responsiva a cada caso de abuso que toma conhecimento (não somente o de sua filha), através dos quais revive sua vitimação, ou seja, que dialogicamente reflete as suas próprias vivências.

São sujeitos que vivenciaram negativamente a relação com o masculino de forma a prejudicar as suas relações presentes estabelecidas como com filhos e com companheiros. São mulheres que se sentem diminuídas e vulneráveis ante a supremacia social masculina que historicamente ainda se faz presente. Em seus discursos, apareceu repetidas vezes a valoração de quesitos socialmente considerados condições femininas como a preservação da virgindade. A preocupação que as Participantes expressaram ao longo de seus discursos com a virgindade chegava a sobrepor os outros modos de investidas abusivas feitas pelos abusadores como toques genitais, por exemplo. Nota-se o quanto que para elas ainda se faz presente o discursos coletivo de gênero que situa o feminino no lugar de dominado.

São mulheres que tiveram os seus direitos sexuais e humanos violados por um sujeito masculino que lhes vitimou, lhes submeteu a experiências violentas. Mulheres que vivenciaram a vitimação de outras mulheres, as suas filhas, que lhes convida para um sofrimento também enquanto mães. São mães que se culpam por não terem conseguido proteger mais as suas filhas a ponto de evitar essa vitimação. São mães que se martirizam por não terem ensinado a suas filhas que o abuso sexual intrafamiliar existe, e, portanto requer cuidados. Mas são mulheres e mães que não conseguiram fazer nada disso porque são também vitimadas.

Assim, se constituem sujeitos que necessitam de um espaço de elaboração de

sentimentos e pensamentos que lhes compõem enquanto mãe, mulher e vitimada. Que destacam em seus discursos a importância de espaços de escuta e atendimento das famílias de crianças e adolescentes abusados sexualmente, em especial a necessidade desse cuidado com as mães, as quais podem ter histórias de vitimação também por abuso sexual no passado e que, portanto, necessitam de ajuda para poder constituir-se agente protetiva da filha.

Pelo fato de as Participantes, assim como suas filhas, terem sido vitimadas pelo abuso sexual intrafamiliar na infância, esta atenção especializada se faz imprescindível. Isso porque através do discurso delas pode-se notar que diante do abuso da filha e da consciência de repetição, elas se revelaram sujeitos que se sentiram passivos, impotentes, frágeis e vulneráveis, neste contexto de repetição de forma a demonstrar não conseguirem elaborar a situação vivenciada. Alguém que se assujeita na revivência da vitimação colocando-se como um sujeito que sofre as consequências oriundas da experiência de vitimação e constrói para si o sentido da repetição do abuso sexual intrafamiliar entre gerações que vitimou a ela, a sua filha e, mais uma vez, à ela através de sua filha

A vitimação dessas mulheres-mães fez com que elas revivessem a fragilidade e falta de proteção da infância, quando foram abusadas sexualmente por alguém da família. Esse sujeito vulnerável aparece em todas essas ações que não foram efetivadas. Trata-se de um sujeito feminino vitimado que continua vitimado por suas próprias lembranças e pelo próprio desconhecimento de ações protetivas, portanto, de seu potencial de protetor de suas filhas.

Embora através desta tese entenda-se que os sujeitos são constituídos de suas experiências, ressalta-se que não se trata necessariamente das experiências vivenciadas no passado, mas sim de todas as quais potencialmente o sujeito está e estará exposto em sua vida. Isso refere dizer que a importância de informação e de conhecimento acerca não somente de seus direitos, mas também das possibilidades de conhecimento e informação na rede de proteção, os constitui sujeitos mais autônomos e ativos socialmente.

Ressalta-se que em cada entrevista muitos dados emergiram, mas como trata-se de uma tese de doutorado, não há como apresentar as análises completas. Mas que já somam dados para importantes produções científicas posteriores assim como servem de auxílio para estudos posteriores. Diante desta pesquisa sobre a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino entre gerações, ressalta-se a urgência para que sejam realizadas ações na direção do conhecimento mais aproximado desta realidade com fins a contribuir para as Políticas Públicas relacionadas e a idealização e efetivação de Programas específicos.

É sabido que essa urgência de atenção e cuidado com vitimados pelo abuso sexual está entre as principais discussões de políticas públicas no mundo. Na Europa, por exemplo, importante referência de continente que desenvolve ações de enfrentamento, existe uma preocupação com as estatísticas demonstradas pelos setores especializados como o Observatório de Violência contra Crianças e Adolescentes e tantas outras instituições e organizações governamentais e não governamentais.

Em meu estágio sanduíche realizado na Universidad Complutense de Madrid (Espanha), em 2011, pude participar de encontros de discussão a respeito do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Através destes encontros, pude ter uma ideia de como esse problema de saúde pública acontece a nível mundial. Me foi oportunizado conhecer a realidade da necessidade e da própria existência de inúmeros movimentos sociais.

Nesse contexto, enquanto em território europeu, tomei conhecimento da campanha promovida pelo Consejo de Europa denominada “Un en cada cinco”. Esta campanha revela a preocupação com a incidência de vitimação de meninos e meninas pelo abuso sexual, e revela que a cada cinco crianças, uma delas é uma vitimada pelo abuso sexual. Dentre as ferramentas de enfrentamento em prol da minimização de casos de abuso, o Consejo de Europa lança a cartilha de Kiko y la Mano, apresentando para pais, educadores, profissionais da área e, inclusive, crianças e adolescentes a Regla de Kiko. O mais interessante é que

conseguem não somente reunir e unir essas diversas camadas sociais para o conhecimento do problema como também proporcionam o empoderamento desse conhecimento por esses sujeitos de forma que se sentem seguros para agirem preventivamente numa situação de abuso sexual.

Esse empoderamento do conhecimento e a consequente autonomia e segurança diante de situações de abuso sexual infanto-juvenil é poderoso aliado para a interrupção do ciclo de vitimações que pode acontecer numa família, o que se considerou nesta tese a repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações. Isso porque, de posse do conhecimento, o sujeito sabe o que fazer e como agir, pautando-se em seus direitos e em suas possibilidades de atuação. Além disso, o conhecimento gera a compreensão do que de fato deve ser considerado abuso sexual ou não, tomando assim, a providência adequada de proteção. Ou seja, o conhecimento é necessário a todos que estão envolvidos na história de vitimação, o que refere incluir todos que estão ao redor do sujeito vitimado, munindo cada um destes de capacidades de lidar com a situação vivenciada.

Pela característica devastadora do abuso sexual para a família, não somente para o vitimado, ressalta-se a importância de atendimento para o vitimado e também para toda a família, sobretudo à mãe. Nesse contexto de abuso sexual intrafamiliar a mãe é que está mais próxima dos filhos e, portanto, alguém com importante potencial de proteção, se munida de conhecimento. Nas famílias em que aconteceram a repetição do abuso sexual intrafamiliar, o atendimento da mãe se torna mais urgente ainda, já que estas precisam elaborar a sua vivência de vitimação do passado para que possam sentirem-se seguras para auxiliar as suas filhas.

Nestes casos, faz-se importante que os profissionais sejam capacitados de forma a compreender a complexidade da situação de abuso sexual intrafamiliar e mais ainda, da repetição intrafamiliar desse abuso entre gerações da mesma família. Isso porque estarão

dante de uma família vitimada que necessita de uma escuta especializada e de ações que lhes proporcionem a saída desse estado de vitimação.

REFERÊNCIAS

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M., & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso Sexual em crianças e adolescentes: Revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, Rio de Janeiro, 33(4), 204-213. Recuperado de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol33/n4/204.html>
- Alberto, M. F. P. (Ed.) (2003). *Crianças e Adolescentes que trabalham: Cenas de uma realidade negada*. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB.
- Alberto, M. F. P., Almeida, D. R., Dória, L. C., Guedes, P. C., Sousa, T. R., & França, W. L. P. (2008). O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(3), 558-573. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n3/v28n3a10.pdf>
- Alberto, M. de F. P., & Lima, J. W. (2009). Mapeamento dos fatores de risco para crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual no município de João Pessoa identificados nos processos e denúncias do Sistema de Justiça compreendendo Ministério Público, Juizado e Conselhos Tutelares. Manuscrito não publicado, Relatório de Pesquisa PIBIC/PIVIC 2003, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Alberto, M. de F. P., Santos, D. P. dos, Leite, F. M., Lima, J. W. de, Paixão, G. P. da, & Silva, S. A. da (2009). Trabalho infantil doméstico: Perfil bio-sócioeconômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12 (1), 57-73. Recuperado de <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v12n1/v12n1a06.pdf>
- Almeida, A. C. E. P. de (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal). Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3197/1/Tese%20mestrado%20Catarina%20Almeida.pdf>

Amaro, S. (2003). Crianças vítimas de violência: Das sombras do sofrimento à genealogia de resistência. Porto Alegre, RS: EDPUCRS.

Amazarrey, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*: Porto Alegre, 11(3), 559-578. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721998000300014&script=sci_arttext

Andolfi, M., & Angelo, C. (1989). *Tempo e mito em terapia familiar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Associação Americana de Psicologia. (2010). *Publication: Manual of the American Psychological Association*. (6th ed.). Washington: Author.

Araújo, M. de F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 7(2), 3-11. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>

Araújo, M. de M. B. (2006). *Abuso e exploração sexual infanto-juvenil feminina e as respostas do poder público e da sociedade civil em João Pessoa*. (Tese de Doutorado Universidade Federal do Rio de Janeiro). Recuperado de http://www.ess.ufrj.br/siteantigo/teses_2006/marlene-araujo.pdf

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (2^a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.

Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. (n.d.). *Código Penal*. Recuperado de http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf

Augusto, M. H. O. (2005). Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*. 17 (2), 11-33. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a02v17n2.pdf>

Avancini, E. V. (2004). Caracterização das crianças e adolescentes usuários do Programa Sentinel, de Medianeira – PR. *Revista Virtual de Textos & Contexto*. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs/ojs/index.php/fass/article/viewfile/987/767>

Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado.

Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia Ciência e Profissão*. 21(4), 66-77. Recuperado de http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400008&lng=es&nrm=

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). Vitimação e vitimização: questões conceituais. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra. (Eds.) *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder.* (pp. 21-47) São Paulo, SP: Iglu.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (Eds.). (1993). *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do conhecimento.* São Paulo, SP: Cortez.

Bakhtin, M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem* (2^a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

Bakhtin, M. (1992). *A Estética da Criação Verbal.* São Paulo, SP: Martins Fontes.

Bakhtin, M. (1994). The problem of speech genres. In C. Emerson, & M. Holquist (Eds.), *Speech Genres and other late essays.* (pp. 60-102.) Austin, Texas: University of Texas Press.

Barbosa, R. M., & Koyama, M. A. H. (2008). Comportamento e práticas sexuais de homens e mulheres, Brasil 1998 e 2005. *Revista de Saúde Pública* 42(1), 21-33. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42s1/05.pdf>

Becker, D. (1989). *O que é a adolescência*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Beltrão, K. W., & Alves, J. E. D. (2004). A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, São Paulo, Brasil, 14. Recuperado de http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_111.pdf

Bezerra, P. (2010). *Polifonia*. In B. Brait (Ed.). Bakhtin: Conceitos-chaves. (pp. 191-200). São Paulo, SP: Contexto.

Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. *Caderno Cedes*, 24(62), 26-43.

Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (Eds.) (2002). *Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia* (2^a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Bock, A., Gonçalves, M. G., & Furtado, O. (Eds.). (2002). *Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo, SP: Cortez.

Boghossian, C. O., & Minayo, M. C. de S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18 (3), 411-423. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf>

Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Brait, B. (Ed.) (2001). *Estudos enunciativos no Brasil: Histórias e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes.

Brait, B. (2005). *Bakhtin: conceitos-chave* (2^a ed.). São Paulo, SP: Contexto.

Brait, B., & Melo, R. de (2010). *Enunciado/enunciado concreto/ enunciação*. In B. Brait (Ed.). *Bakhtin: Conceitos-chaves* (pp. 61-78). São Paulo, SP: Contexto.

Brandão, M. H. N. (1993). *Introdução a análise do discurso* (2^a Ed). Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Bruschini, C. (1993). Teoria crítica da família. In M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Eds.). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. São Paulo, SP: Cortez.

Caminha, R. M. (2000). Maus tratos: O flagelo da infância. In V. L. Bemvenutti. *Cadernos de Extensão II* (pp.37-53). São Leopoldo, RS: Unisinos.

Campos, D. M. de S. (1996). Psicologia da adolescência: Normalidade e psicopatologia. Petrópolis, RJ: Vozes.

Castro, L. R. de. (2002). A infância e seus destinos no contemporâneo. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 8(11) 47-85. Recuperado de http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154058.pdf

Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, [CECRIA], (1997). Políticas Públicas e Estratégias contra a Exploração Sexual Comercial e o Abuso Sexual Intra-familiar de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes [CECRIA], (1998). *Indicadores de violência intra-familiar e exploração comercial de Crianças e Adolescentes: Relatório Final*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes [CECRIA], (2000). *Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

Centro de Referencia, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes [CECRIA], (n.d.) *Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes* – 100. Recuperado de <http://www.CECRIA.org.br/banco/Dados%20gerais%20-%20Rel%20at%C3%A9%20novembro.doc?articleid=980&zoneid=19>

Cereja, W. (2010). *Significação e tema*. In B. Brait (Ed.). Bakhtin: Conceitos-chaves. (pp. 201-220). São Paulo, SP: Contexto.

Cohen, C. (1993). O incesto. In M.A. Azevedo e V.N. Azevedo Guerra (orgs.), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*, São Paulo, Cortez.

Correa, O. B. R. (2001). *Os Avatares da Transmissão Psíquica Geracional*. São Paulo, SP: Escuta.

Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a04.pdf>

Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2005). O Grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16 (4), 121-146. Recuperado de <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v16n4/v16n4a07.pdf>

Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. de A., & Borbaa, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59 (2), 245-255. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v59n2/v59n2a13.pdf>

Costa, M. R. (1993). Os carecas do subúrbio: Caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. (2003). *CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília.

Consejo de Europa (2011). *Kiko y la Mano*. Campaña Uno en cada Cinco. Recuperado de www.laregladekiko.org.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância [CRAMI] & Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (2002). *Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. Série Fazer Valer seus Direitos, 1. São Paulo, SP: Cortez.

Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais* (24), 40-52. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos em Psicologia*, Porto Alegre, 5(2), 347-381. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a04v05n2.pdf>

Del Priore, M. (2002). *História das crianças no Brasil* (3a ed.). São Paulo: Contexto.

Denzin, N. K. (1989). *The research act* (3a ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In UNESCO. Inocência em perigo - Abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Echeburúa, E., & Corral, P. (2006). Secuelas emocionales en víctimas de abuso sexual en la infancia. *Cuad Med Forense*, 12(43-44), 75-82. Recuperado de <http://scielo.isciii.es/pdf/cmf/n43-44/06.pdf>

Faleiros, E. T. S., & Campos, J. O. (2000). Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília, DF: CECRIA/MJ-SEDH-DCA/FBB/UNICEF.

Faleiros, V. P., & Pranke, C. R. (2000). Dez Anos de Estatuto da Criança e do Adolescente: Avaliando Resultados e Projetando o Futuro. CECRIA/AMENCAR. ECA_10 ANOS. Brasília, DF: Pesquisa.

Faiman, C. J. S. (2004). Abuso sexual em família: A violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Faraco, C. A., Tezza, C., & Castro, G. (Eds.) (2001). *Diálogos com Bakhtin* (3a ed.) Curitiba, PR: Editora da UFPR.

Fernandes, C. A., & Santos, J. B. C. (2004). *Análise do discurso: Unidade de dispersão*. Uberlândia, MG: EntreMeios.

Fernandes, C. (2005). *Análise do Discurso: Reflexões introdutórias*. Goiânia, GO: Trilhas Urbanas.

Filho, M. F. P. (2009). *Abuso Sexual em Meninos*. Curitiba, PR: Juruá.

Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Freitas, R. C. S. (2002). Famílias e violência: Reflexões sobre as mães de Acari. *Psicologia USP*. São Paulo. 13(2), 69-103. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200006&lng=en&nrm=iso&tlang=pt

Furniss, T. (1993). Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, RS: Artes Médicas

Fuza, A. F., & Menegassi, R. J. (2006). A finalidade da escrita no livro didático: influências da imagem do interlocutor. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 28, 155-165.

Gabel, M. (Ed) (1991). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo, SP: Summus.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5^a ed). São Paulo, SP:Atlas.

Goicoechea, P. H., & Biedma, F. J. R. (2011). *La Regla de Kiko. Guía Didáctica para educadores*. Madrid: Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil.

Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: Um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55(123), 177-188. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v55n123/v55n123a05.pdf>

Gregolin, M. R. V. (2001). *Análise do discurso: Os sentidos e suas movências*. In M. R. Gregolin, M. F. Cruvinel,. & M. G. Khalil (Eds.) *Análise do discurso: Entornos dos sentidos*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica.

Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). Abuso Sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Habigzang, L. F., Koller. S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). Abuso Sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em Processos Jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. São Paulo, 21(3), 341-348. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>

Hutz, C. S. (Ed.). (2002). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Koller, S. H. (1999). *Violência doméstica: Uma visão ecológica*. In Colocar por extenso AMENCAR (Ed.). (pp. 32-42). Brasília, DF: UNICEF.

Koller, S. H. (Ed.). (2004). Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Lane, S. T. M., & Codo, W. (Eds.). (1985). *Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Libório, R. M. C., & Souza, S. M. G. (Eds.) (2004). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em Situação de Prostituição: Uma análise sobre a Exploração Comercial na Sociedade Contemporânea. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 18(3), 413-420. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a16v18n3.pdf>

Libório, R. M. C., & Camargo, L. S. (s.d.). A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de presidente prudente. GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação/ n. 23. Recuperado de <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-1810--Int.pdf>

Lima, J. A. (2008). *As vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar*. (Dissertação de Mestrado não publicada), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Lima, J. A., & Alberto, M. de F. P. (2010) As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*. 15(2), 129-136. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/01.pdf>

Louro, G. L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes.

Machado, I. (2010). *Gêneros discursivos*. In B. Brait (Ed.). Bakhtin: Conceitos-chaves. (pp. 151-166). São Paulo: Contexto.

Makirriain, J. M. Z. (2006). El materialismo dialéctico, fundamento de la psicología soviética. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 6(1), 21-50. Recuperado de <http://www.ijpsy.com/volumen6/num1/128/el-materialismo-dialectico-fundamento-de-ES.pdf>

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2008). Metodologia Científica (5a. ed). São Paulo; Atlas.

Marx, K. (1982). *O Capital*. São Paulo: Difel.

Maria, R. L. de B., & Carneiro, M. da G. de M. (2006). *Violência cega: A infância marcada*. (Trabalho de Especialização não publicado). Familiar Instituto Sistêmico, Florianópolis,SC.

Mello, R. P. (2006). A construção da noção de abuso sexual infantil. Belém, PA: EDUFPA.

Mees, L. A. (2001). *Abuso sexual, trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.

Minayo, M. C. de S. (1994). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. (3a ed.). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de, Souza, E. R. de, Njaine, K., Deslandes, S. F., Silva, C. M. F. P., Monteiro, M. da C. N. (1999). *Fala galera. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS]. (2005). *Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS: Guia de orientação* n. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS]. (2008). *SUAS: Configurando os eixos de mudança*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Molon, S. I. (2009). Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Morales, A. E., & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciências e Saúde Coletiva*, 7 (2), 265-273.

Moreno, J. L. (1997). *Psicodrama*. (A. Cabral, Trad). São Paulo: Cultrix.

Morgado, R. (1998). A dimensão de gênero na violência doméstica. *Revista APG* São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Morgado, R. (2001a). *Mulheres/mães e o abuso sexual incestuoso*. Tese de doutoramento não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.

Morgado, R. (2001b). Abuso sexual incestuoso: o que sentem as mulheres/mães? XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Perú. Recuperado de <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-020.pdf>

Morgado, R. (2004). *Família (s): Permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal.

Moura, A. da S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico USF*. 13 (1), 85-94.

Narvaz, M. (2001). A transmissão transgeracional da violência. *Insight*, 118 (11), 17-22.

Narvaz, M. G. (2005). Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Porto Alegre, RS: UFGRS.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*. 18 (1), 49-55.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (s.d.). Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. N. Strey. (Coord.), *Gênero e Violência*. Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre, RS: Edipucrs.

Orlandi, E. P. (1988). *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cortez.

Orlandi, E. P. (2005). *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. (6º ed.). São Paulo, SP: Pontes.

Osório, L. C. (1998). *Adolescência hoje*. (3ª ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In Cotini, M. de L. J., Koller, S. M., Barros, M. N S. (Eds). *Adolescência e Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Conselho Federal de Psicologia.

Ozella, S. (2003). *Adolescências construídas*. São Paulo, SP: Cortez.

Padilha, M. da G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*. 9(1), 53-61.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, 25 (2.a), 139-165.

Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis*. (2^a ed.). Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Pais, J. M. (2005). Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. (3a. ed.) Porto: Ambar.

Pais, J. M. (2009). A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*. 18 (3), 371-381.

Pasqualini, J. C. (2009). A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. *Psicologia em Estudo*. 14 (1), 31-40.

Penso, M. A., & Costa, L. F. (Eds) (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos*. São Paulo, SP: Summus.

Pereira, C. M., & Müller, S. (2008). *As Manifestações de Gênero na História da Infância*. 1º Encontro da Alesde “Esporte Na América Latina: Atualidade e Perspectivas” Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.

Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *J. Pediatria*: Rio de Janeiro, 81(5), 197-204.

Pilotti, F. (1995). A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Amais.

Pimenta, C. A. M. (2007). Juventude, violência e políticas públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, 1, 1-10.

Pimentel, A. & Araújo, I. S. (2006). Abuso sexual intrafamiliar *Revista Paraense de Medicina*, 20 (3) julho-setembro

Piva, A., Luz, C., Costa, C., D'Incao, D., Linhares, K., & Fortes, M. G. (2009). A transmissão da violência. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Recuperado de www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php

Poster, M. (1988). *Critical theory of the family*. The Continuum Publishing Corporation, New York, Recuperado de <http://www.hnet.uci.edu/mposter/CTF/>

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Rede Feminista de Saúde – Regional do Rio Grande do Sul (2005) *Dossiê: violência de gênero contra meninas*. Porto Alegre, RS.

Reis, J. R. T. (1985). Família, emoção e ideologia. In S.T. M. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia social: O homem em movimento* (PP. 99-124). São Paulo, SP: Brasiliense.

Renshaw, D. C. (1984). *Incesto: Compreensão e tratamento*. São Paulo, SP: Roca.

Rey, F. G. (2003). Sujeito e Subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural. São Paulo, SP: Pioneira.

Rey, F. G. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira.

Ribeiro, M. A., & Bareicha, I. C. (2008). Investigando transgeracionalidade e violência intrafamiliar. In M. A. Penso, & L. F. Costa (Eds.). *A transmissão geracional em diferentes contextos*. (pp.251-281). São Paulo, SP: Summus.

Sá, G. P. (1998). A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro, RJ: UERJ.

Santos, B. R. dos (2009). *Guia de referência: Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo, SP: Childhood - Instituto WCF-Brasil.

Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. (5^a ed.). São Paulo: Moderna.

Saffioti, H. I. B. (1989). A síndrome do pequeno poder. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra. (Eds.) *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. (pp. 13-21) São Paulo, SP: Iglu.

Saffioti, H.I.B. (1997). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: Madeira, F. R. (Ed). *Quem mandou nascer mulher?* (pp. 132-211). Rio de Janeiro, RJ: Record, Rosa dos Tempos.

Saffioti, H. I. B. (1999) Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4).

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.

Saffioti, H. I. B. (2001). Subjetividad. *Herramienta - Revista de debate y crítica marxista*, 16, 111-129.

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Santos, B. R. (2004). Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. In Liborio, R. M. C., & Sousa. S. M. G. (Eds). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil* (pp. 99-174) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sargentini, V., & Navarro-Barbosa, P. (Eds). (2004). *Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder e subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz.

Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1101. Recuperado de <http://www.sinica.edu.tw/~tangsong/reference/96102601.pdf>

Scott, J. W. (1994). Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, (3) 11-27. Recuperado de <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu03.02.pdf>

Scott, J. W. (1996). El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: Lamas Marta Compiladora. *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.*(pp.265-302) México: PUEG. Recuperado de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/scott.pdf>

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República [SDH]. (2010). *Disque denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes* – 100. Recuperado de http://www.prac.ufpb.br/copac/escolaqueproteje/documentos/FEPETIPB_241110/FEPETIDD.pdf

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República [SDH/PR] & Ministério da Educação [ME]. (2004). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Autor.

Silva, E., & Motti, A. (2001). Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma década de direitos: avaliando resultados e projetando o futuro. Campo Grande, RJ: UFMS.

Soeiro, A. C. (1995). *Psicodrama e Psicoterapia*. (2^a ed). São Paulo, SP: Ágora.

Squizatto, A., & Pereira, W. R. (2004). Caracterização das vítimas de violência sexual a partir da análise dos registros feitos pela coordenadoria geral de medicina legal de Cuiabá – MT no ano de 2004. Recuperado de http://www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/Seminario_ana.squizatto.pdf.

Strey, M. N. (Ed). (1998). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Szymanski, H. (Ed). (2002). A entrevista na pesquisa em educação: A prática reflexiva. Brasília, DF: Plano Editora.

Tezzo, C. a. F. C.; & Castro, G. de; (Eds) (2001). *Diálogos com Bakhtin*. (3^a ed). Curitiba, PR: Editora da UFPR.

Toassa, G. (2009). *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva históricocultural*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Recuperado de http://www.vigotski.net/ditebras/toassa_2.pdf

Veer, R. V. D., & Valsiner, J., (1996). *Vygotsky: Uma síntese*. (C. Bartalotti, Trad.). São Paulo, SP: Edições Loyola.

Vygotski, L. S. (1996). El problema de la edad. In Obras *Escogidas IV: Psicología infantil* (pp. 251-276). Madrid: Visor. (Original publicado em 1932–1934).

Vygotski, L. S. (2006). *A crise dos sete anos*. (A. Delari Jr, Trad.). Traduzido de: Vygotski, L. S. (2006). La crisis de los siete años. Obras Escogidas. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros (Original publicado em 1933-1934).

Vygotski, L. S. (1990). *La imaginación y el arte en la infancia*. Madrid: Akal (Original publicado em 1930).

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação Social da mente* (J. C. Neto, L. S. M. Barreto e S.C. Afeche, Trad.) (7^a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1994). The problem of the environment. In J. Valsiner, J. & R. Van Der Veer, R. (Eds.). *The Vygotsky reader*. (pp. 338-354). Oxford, UK; Cambridge USA: Basil Blackwell.

Vygotski, L. S. (1996). Paidología Del adolescente. In *Obras escogidas*. Tomo IV (pp. 9-225). Madrid: Visor Distribuciones.

Vygotsky, L. S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. (3^a ed.). (C. Berliner, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1982).

Vygotski, L. (2006). *Obras Escogidas IV: Psicología Infantil*. (2^a ed.). Madrid: Machado Libros S. A.

Vygotsky, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. (p. Bezerra, Trad.). (2^a ed). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Wertsh, J. V., del Rio, P., & Alvarez, A. (1998). *Estudos Socioculturais da mente*. Porto Alegre, RS: Artmed.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Esta pesquisa intitula-se A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES, e esta sendo desenvolvida por Joana Azevêdo Lima da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do (a) professor (a) Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não sofrerá nenhum dano, prejuízo, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica.

Será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em completo sigilo.

O pesquisador (a) responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, podendo ser encontrado no endereço: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - Campus I, Departamento de Psicologia. Cidade Universitária - Campus I Castelo Branco CEP 5800000 - João Pessoa, PB – Brasil, Telefone: (83) 216-7337 Ramal: 7337.

Fica registrado, também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material será usado pelo (a) responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Testemunha _____

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

PESQUISA: A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES

Entrevista Individual 1

PARTE I

Dados Sócio Demográficos:

- 1 Idade:
- 2 Etnia/Raça:
- 3 Escolaridade:
- 4 Número de filhos:
- 5 Você vive maritalmente com alguém?

Dados Sócio Econômicos:

- 1 Você trabalha fora?
- 2 Qual a sua ocupação?
- 3 Renda mensal:
- 4 Alguém mais na sua casa contribui para renda da família?
- 5 Quem são?
- 6 Quanto todos vocês conseguem juntar por mês para a renda da família?
- 7 Além dessa renda de todos vocês juntos, recebem alguma bolsa do governo?

PARTE II:

- 1 Você disse-me que tem __ filhos, dentre estes, qual deles está sendo atendido (ou veio para atendimento) no CREAS?
- 2 Qual a idade dele (a) hoje?
- 3 Qual idade ele (a) tinha na época em que foi abusado sexualmente?
- 4 Como você tomou conhecimento do que estava acontecendo?
- 5 Como foi essa revelação para você?
- 6 Fora este filho (a) que sofreu a violência sexual e que lhe trouxe para o atendimento neste CREAS, você já procurou saber se aconteceu com outro filho seu? Conte-me como foi.
- 7 Antes de tomar conhecimento do abuso sexual contra o seu filho (a) você já tinha ouvido falar que esse tipo de violência contra crianças e adolescentes acontecia? Conte-me o que soube.
- 8 Você tem conhecimento de alguma outra situação de abuso sexual contra crianças e

adolescentes praticado com pessoas que você conhece?

9 O que você acha desse tipo de violência?

Caso até aqui a mãe não fale de seu próprio abuso serão feitas as seguintes perguntas:

1 Na sua infância, você já tinha ouvido falar de abuso de crianças?

2 E na sua juventude, ouviu falar?

3 Chegou a conhecer alguém próxima de você que tenha sofrido abuso sexual?
(Amiga, familiar)

4 Quando pela primeira vez você ouviu falar de abuso sexual contra uma criança?

PESQUISA: A REPETIÇÃO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-JUVENIL ENTRE GERAÇÕES

Entrevista Individual 2

1 Na nossa entrevista anterior você falou-me sobre o abuso que seu filho(a) sofreu e o que a você também viveu.

2 Desde que você tomou conhecimento dessa situação de abuso sexual contra seu filho (a), como tem estado sua vida?

3 Como está a sua relação com seus filhos (vitimado (a) e os outros)?

4 Como está sua relação com seus familiares?

5 Como está sua relação com o abusador?

Caso o abusador seja o companheiro as perguntas serão:

1 Além desse companheiro você teve outros? E como foi?

2 Quantas vezes você já foi “casada”?

3 O que motivou as separações?

4 Seus filhos são do seu marido?

Caso o abusador não seja o companheiro as perguntas serão:

1 Já foi “casada” antes? Quantas vezes?

2 O que fez você separar?

3 Seus filhos são do mesmo pai?

A entrevista segue:

1 Você me disse que foi vitimada por abuso sexual intrafamiliar quando criança/adolescente. Conte-me como ocorreu.

2 Qual idade você tinha?

3 Qual o seu grau de parentesco com o abusador?

- 4 Com quem você residia na época?
- 5 A quem foi revelado primeiramente?
- 6 Como foi essa revelação?
- 7 Quais os procedimentos adotados por essa pessoa?
- 8 Você poderia me descrever a forma como você se sentiu na época em que sofreu violência sexual?
- 9 Como se sentiu diante das providências tomadas na época da revelação?
- 10 Ficou satisfeita com os procedimentos adotados?
- 11 Qual foi a posição de sua mãe na época em que você foi vítima de abuso sexual?
- 12 O que você achou disso?
- 13 Depois dessa situação de abuso sexual, como ficou sua vida?
- 14 Como você se sentiu ao saber que seu filho também (a) foi vitimado (a)?
- 15 Por que você acha que se sentiu assim?
- 16 A sua experiência de abuso sexual teve alguma influência em suas atitudes diante da do abuso sexual de seu filho (a)? Conte-me.
- 17 Como você se sente tendo sido vitimada e hoje vivendo a situação em que seu filho (a) é a vítima de abuso sexual? Fale-me como se sente nesse contexto enquanto mãe e enquanto mulher.

ANEXO



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

C E R T I D Ã O

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – CEP/SES-PB, em sua 64º Reunião Ordinária realizada em 30.03.10, com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS que regulamenta a ética na pesquisa em seres humanos, aprovou o parecer referente ao projeto **A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações** da pesquisadora responsável **Maria de Fátima Pereira Alberto** e pesquisadora colaboradora **Joana Azevedo Lima**.

Esta Certidão é provisória, para fins de execução da referida pesquisa, ficando sob a responsabilidade da pesquisadora entregar ao CEP/SES-PB o relatório final de conclusão da pesquisa, ocasião em que será emitida certidão definitiva, nos termos das atribuições conferidas ao CEP pela Resolução já citada.

Encaminhe-se a pesquisadora interessada.

João Pessoa, 31 de março de 2010.


Urânia Catão Marcondo Trindade
Coordenadora do CEP-SES/PB